

energia cria energia



Energia cria valor

Relatório e Contas 2015





Energia cria valor

Relatório e Contas 2015

Índice

A Galp no mundo	4
1 Aos Nossos Stakeholders	8
1.1. Mensagem do Conselho de Administração	10
1.2. A Galp no mercado de capitais	13
2 A Galp no Sector Energético	20
2.1. Os desafios	22
2.2. A nossa estratégia	23
3 Execução Estratégica	26
3.1. Exploração & Produção	28
3.2. Refinação & Distribuição	42
3.3. Gas & Power	48
4 Desempenho Financeiro	52
4.1. Sumário executivo	54
4.2. Desempenho operacional	55
4.3. Resultados consolidados	56
4.4. Investimento	57
4.5. Cash flow	57
4.6. Situação financeira	58
5 Compromisso com os Stakeholders	60
5.1. Governo corporativo	62
5.2. Capital humano	68
5.3. Investigação & Tecnologia	69
5.4. Segurança, saúde e ambiente	71
5.5. Desenvolvimento das comunidades locais	74
6 Gestão de Risco	76
6.1. Modelo de gestão de risco	78
6.2. Sistema de controlo interno	80
6.3. Principais riscos	81
7 Anexos	90
7.1. Proposta de aplicação de resultados	92
7.2. Informação adicional	92
7.3. Contas consolidadas	95
7.4. Relatórios e pareceres	223
7.5. Glossário e abreviaturas	229

¹ Considera as reservas 2P e os recursos contingentes 2C.

A Galp apresenta-se como um operador integrado de energia, criando valor de forma sustentável para os seus acionistas, com um portefólio de ativos que permitirá um crescimento ímpar na indústria.

Atividade de exploração e produção ancorada em três países de referência: Brasil, Angola e Moçambique.

Presença significativa nos negócios de downstream de petróleo e gás na Península Ibérica e em África.

Presença ibérica na distribuição e comercialização de gás e eletricidade, e uma sólida atividade de trading.

Indicadores financeiros

Milhões de euros (exceto indicação em contrário)

	2013	2014	2015
Vendas e prestações de serviços RCA	19.622	17.904	15.517
Vendas e prestações de serviços IFRS	19.622	18.021	15.517
Ebitda RCA	1.142	1.314	1.564
Ebitda IFRS	1.042	825	1.200
Ebit RCA	590	774	995
Ebit IFRS	401	180	449
Resultado líquido RCA	310	373	639
Resultado líquido IFRS	189	(173)	123
Investimento	963	1.161	1.283
Cash flow das atividades operacionais	1.081	1.193	1.700
Variação da dívida líquida	475	348	(98)
Dívida líquida	2.172	2.520	2.422
Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec ¹	1.301	1.630	1.699
Dívida líquida para Ebitda RCA	1,9x	1,9x	1,5x
Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec para Ebitda RCA	1,1x	1,2x	1,2x²
Resultado por ação RCA (€/ação)	0,37	0,45	0,77
Dividendo por ação (€/ação)	0,2880	0,3456	0,41472
Rácio de payout	77%	77%	54%
ROACE RCA	5%	5%	7%

¹ Considerando empréstimo à Sinopec como caixa e equivalentes.

² Rácio considera a dívida líquida incluindo empréstimo Sinopec de €723 m, adicionado do valor correspondente a suprimentos da Sinopec na Petrogal Brasil, de €173 m.

Nota: os resultados apresentados neste relatório identificados como *replacement cost* ajustado (RCA) excluem ganhos ou perdas com efeito stock e eventos não-recorrentes ou, no caso de resultados *replacement cost* (RC), apenas o efeito stock. Estes resultados não são auditados.





Exploração & Produção

A Galp encontra-se focada no desenvolvimento dos seus projetos de exploração e produção, nomeadamente após as descobertas de classe mundial de petróleo e gás natural (GN) no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e na bacia do Rovuma, em Moçambique. A atividade do negócio de Exploração & Produção (E&P), está ancorada naqueles países e também em Angola, não obstante o facto de ter um portefólio diversificado por sete países, que inclui atualmente mais de 50 projetos. Com base nas descobertas já efetuadas, a Galp encontra-se a desenvolver projetos que lhe permitirão apresentar um crescimento de produção ímpar na indústria, sendo o negócio de E&P o principal vetor de crescimento atual da Empresa.

	2013	2014	2015
Reservas 2P (mmboe) ¹	579	638	701
Recursos contingentes 2C (mmboe) ¹	1.853	1.672	1.343
Produção média <i>working interest</i> (kboepd)	24,5	30,5	45,8
Produção média <i>net entitlement</i> (kboepd)	20,8	27,1	43,2
Preço médio de venda de petróleo e gás natural (\$/boe)	100,8	88,7	43,5
Ebitda RCA (€m)	396	444	356
Investimento (€m)	723	1.017	1.103

¹Reservas numa base *net entitlement*. Recursos contingentes numa base *working interest*.



Refinação & Distribuição

A Galp é um dos operadores de referência na Península Ibérica, integrando as atividades de refinação, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos nesta região. A Empresa detém um sistema refinador integrado, constituído por duas refinarias em Portugal, com capacidade para processar 330 mil barris de petróleo por dia (kbopd), e uma rede de distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica que inclui aproximadamente 1.300 estações de serviço. Apesar de o negócio de Refinação & Distribuição (R&D) estar centrado na Península Ibérica, a Empresa continua a expandir a sua atividade de venda de produtos petrolíferos em mercados selecionados em África.

	2013	2014	2015
Matérias-primas processadas (kboe)	101.554	92.864	114.572
Margem de refinação (\$/boe)	1,9	2,8	6,0
Vendas de produtos refinados (mt)	17,2	16,8	18,6
Vendas a clientes diretos (mt)	9,5	9,1	9,1
Número de estações de serviço	1.435	1.449	1.435
Ebitda RCA (€m)	311	412	800
Investimento (€m)	153	108	110



Gas & Power

Através do negócio de Gas & Power (G&P), a Galp distribui e comercializa gás natural na Península Ibérica e também no mercado internacional, onde tem vindo a consolidar a atividade de trading. Na Península Ibérica, onde é um operador de referência, a Empresa tem vindo também a consolidar o negócio de eletricidade, numa ótica de integração. A Galp é hoje o único operador ibérico com uma oferta tripla no mercado, que combina a comercialização de produtos petrolíferos, gás natural e eletricidade.

	2013	2014	2015
Vendas de gás natural a clientes diretos (mm ³)	4.056	3.759	3.843
Vendas de GN/GNL em trading (mm ³)	3.034	3.713	3.822
Rede de distribuição de gás natural (km)	12.159	12.348	12.533
Vendas de eletricidade (GWh)	3.647	3.792	4.636
Ebitda RCA (€m)	416	438	382
Investimento (€m)	85	29	65

1

**Aos Nossos
Stakeholders**



1.1

Mensagem do Conselho de Administração

Mensagem do presidente

Caros Acionistas,

O ano de 2015 foi indubitavelmente caracterizado por grandes desafios para o sector de Oil & Gas. O cenário de persistência de reduzido preço do petróleo levou a que a indústria prosseguisse com o esforço de consolidação e de aumento de eficiência das operações, o que deverá ter um impacto positivo ao nível do retorno acionista, particularmente no médio-longo prazo.

É neste cenário que a estratégia da Galp ganha particular relevância.

A Empresa continua comprometida com a otimização da eficiência nos seus negócios, não só no *downstream* e gás, onde tem já envidado importantes esforços para maximizar a rentabilidade sobre o capital empregue, mas também no negócio de Exploração & Produção em que a execução e otimização do desenvolvimento dos diversos projetos tem particular importância, atendendo ao valor potencial dos mesmos para a Empresa.

Importa salientar que o portefólio de projetos de E&P da Galp já sancionados tem um custo de produção médio muito competitivo no atual contexto, o que reflete a qualidade dos seus ativos, nomeadamente na região do pré-sal da bacia de Santos, no Brasil. Considero, pois, que a Galp está entre as empresas que estão melhor posicionadas para fazer face ao atual cenário de preços do petróleo.

A este nível devo também destacar a importância da estratégia de integração dos negócios da Galp, cujo mérito foi comprovado em 2015. A recuperação das margens de refinação na Europa, em resposta ao ciclo de menores preços das matérias-primas, e a procura sustentada dos produtos petrolíferos, com destaque para as gasolinhas na bacia Atlântica, contribuíram para que a Galp atingisse resultados históricos. De facto, num contexto externo adverso, a Empresa foi capaz de garantir uma estrutura de capitais sólida, que deverá manter prosseguindo com uma estrita disciplina financeira.

Para os resultados alcançados, foram fundamentais a integração dos negócios ao longo da cadeia de valor do petróleo e do gás natural, o foco na eficiência das operações e o dinamismo da Empresa, que provou já ser capaz de procurar de forma sustentada novas oportunidades, nomeadamente no mercado internacional.

De forma a assegurar uma entrega de valor sustentável no longo prazo, a Empresa, e em particular o Conselho de Administração, estão empenhados na implementação de políticas responsáveis, com particular enfoque



Américo Amorim

Chairman da Galp

na promoção de práticas de governo transparentes, na observância dos princípios de ética e respeito pelos direitos humanos, e na prossecução de práticas apropriadas de segurança e proteção do ambiente. A Galp continuará também a investir no capital humano, com vista ao desenvolvimento das competências que garantam a execução da estratégia.

Nos termos da política de dividendos em vigor desde 2012, que prevê um aumento médio anual de 20% até 2016, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral o pagamento de um dividendo de €0,41472 por ação relativo ao exercício de 2015, num total de cerca de €345 milhões.

Concluo, agradecendo a todos os que acreditam na estratégia da Galp, e que contribuem para a sua bem-sucedida execução. Agradeço em particular aos acionistas, aos colaboradores, aos nossos parceiros, clientes, fornecedores e credores pelo seu contributo ao longo de 2015.

Américo Amorim

Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do presidente executivo

Caros stakeholders,

O ano de 2015 veio reforçar a importância de uma capacidade de resposta célere e eficaz a alterações significativas no ambiente exógeno. O ano findo revelou-se volátil, imprevisível e marcado por preços de petróleo e de gás natural baixos, tendo-se observado um continuado excesso de oferta de hidrocarbonetos, para o qual concorrem diversos fatores. Por um lado, salienta-se a defesa da quota de mercado dos países da OPEP, em especial a Arábia Saudita e o aumento da produção de *tight oil* e de *shale gas* nos EUA, suportada pelo aumento de eficiência e evolução tecnológica. Por outro, destaca-se a expectativa de entrada de nova capacidade de produção e aumento de produção, em particular do Irão, o que veio a concretizar-se no início de 2016.

Foi neste contexto desafiante que as opções estratégicas e de gestão da Galp permitiram assegurar a resiliência dos resultados, tendo atingido um resultado líquido a RCA de €639 milhões, o que representa um aumento de 71% face a 2014. Para este máximo histórico contribuiu o perfil integrado da Empresa, estando presente em toda a cadeia de valor do sector de Oil & Gas, a que acresce a capacidade de execução dos projetos críticos e o aumento da fiabilidade e da eficácia das suas operações.

Nas atividades de Exploração & Produção, o aumento da produção atenuou parcialmente o efeito relevante da diminuição do preço internacional do petróleo, tendo sido alcançado o recorde de c.60 mil barris de produção diária de petróleo e gás natural. Esta meta foi atingida especialmente devido ao contributo da produção no campo Lula/Iracema, na bacia de Santos, no Brasil, onde no final do ano se encontravam três unidades de produção (FPSO) a produzir em plateau e uma quarta em processo de *ramp up* da produção, com níveis de produtividade ímpares no sector.

Tenho, aliás, que destacar a excelência na execução deste importante projeto. Em 2015, as concessionárias do bloco BM-S-11 e os seus fornecedores foram capazes de assegurar o início de produção da quarta unidade antes do prazo inicialmente previsto. Em 2016, a entrega de duas unidades FPSO adicionais contribuirá para o crescimento sustentado da produção também ao longo deste ano. Paralelamente, o consórcio implementou durante 2015 importantes medidas para mitigar o risco de execução associado às três unidades replicantes que serão alocadas ao campo Lula até 2018,



Carlos Gomes da Silva

CEO da Galp

as quais terão uma capacidade conjunta de produção global de 450 kbopd.

Também na bacia de Santos, prosseguimos importantes atividades no âmbito do desenvolvimento dos blocos BM-S-8 e BM-S-24, nomeadamente com uma campanha intensiva para avaliação da descoberta de Carcará e com a declaração de comercialidade de Sépia Leste.

Ao longo de 2015 progredimos igualmente com os restantes projetos do portefólio de E&P da Galp, nomeadamente em Angola e em Moçambique. Em Angola, destaco a continuação dos trabalhos no bloco 32, que deverá iniciar produção em 2017, e o início de produção do campo Lianzi, cuja contribuição permite compensar parcialmente o declínio natural da produção nos demais campos do bloco 14. Em Moçambique, o consórcio da Área 4 na bacia do Rovuma, em que a Galp participa, continuou a maturação das soluções de engenharia e a customização dos projetos quer no onshore (Mamba) quer no offshore (Coral).

Nas atividades de Refinação & Distribuição assegurámos uma elevada fiabilidade e disponibilidade do aparelho refinador, o que permitiu capturar as favoráveis margens internacionais de refinação.

Também a atividade de distribuição e comercialização de produtos petrolíferos contribuiu de forma relevante e positiva para os resultados alcançados. A proposta de valor da Empresa, que foi reforçada com o lançamento de novos produtos e serviços e com a reformulação do programa de fidelização no segmento de clientes particulares, permitiu que tirássemos partido da recuperação do mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica. Com efeito, durante 2015, o mercado na Península Ibérica expandiu cerca de 2%, o maior crescimento anual em nove anos.

Na área de Gas & Power procurámos e concretizámos novas oportunidades de venda de gás natural liquefeito no mercado internacional e prosseguimos o desenvolvimento e consolidação do negócio de trading de rede no espaço europeu. Em Portugal, reforçámos a posição no mercado da eletricidade, enquanto em Espanha reposicionámos o negócio de comercialização de gás natural, centrando-o no segmento empresarial.

A estratégia definida e o excelente desempenho operacional permitiram que a Galp terminasse o ano de 2015 com uma capacidade financeira robusta, que lhe confere flexibilidade e confiança na execução do plano de investimentos gizado até ao final da presente década. Reafirmo, pois, o nosso compromisso com uma estrutura de capitais sólida e com uma rigorosa disciplina financeira.

O futuro traz-nos maior responsabilidade e desafios acrescidos. Na expectativa de vivermos um ambiente macroeconómico incerto e volátil, um ciclo prolongado de preços de petróleo reduzidos, mas também alguma recuperação económica na Península Ibérica, a Empresa irá centrar os seus esforços na execução e na rentabilidade dos seus projetos, na maximização da extração de valor do portefólio de ativos e negócios atual, a que teremos de juntar o desenvolvimento de novos projetos e a abertura a novos mercados, com o objetivo de promover a criação de valor sustentável no longo prazo para os nossos stakeholders.

Uma execução bem-sucedida da estratégia dependerá em larga escala do desenvolvimento das pessoas que valorize as competências técnicas e os soft skills, aprofundando a cultura de mérito e de empreendedorismo. Em 2015, continuámos a investir nos programas de formação avançada, desenhados para responder ao perfil de competências necessárias para a concretização bem-sucedida da estratégia da Empresa.

Para proteger o valor acionista é também fundamental o contínuo investimento em Investigação & Tecnologia, de forma a garantir que a Galp seja capaz de responder permanentemente aos novos desafios que se lhe colocam, tendo em vista a primazia competitiva entre os seus pares.

A garantia da proteção do ambiente, das pessoas e dos ativos, assim como das comunidades em que operamos, continuará a ser uma condição indispensável na atuação da Galp, o que tem vindo a ser reconhecido por diversas e credíveis instituições que nos qualificam em posição de destaque, como são os exemplos do Dow Jones Sustainability Index, do Carbon Disclosure Project ou da Corporate Knights.

Não posso deixar de agradecer a toda a base acionista da nossa Empresa pelo voto de confiança e apoio, particularmente importante num ano de transição das suas estruturas de governo societário. Reforço o nosso pleno compromisso com a execução da estratégia definida, respeitando as melhores práticas de governance e de transparência e fomentando uma conduta ética a todos os níveis da nossa Organização. Quero também destacar que este foi o primeiro ano em que a Galp atingiu um marco histórico na sua relação com o mercado de capitais, tendo o free float ultrapassado os 50% do capital social e a base de investidores registado um alargamento significativo.

Por último, agradeço a todos os nossos colaboradores, clientes e fornecedores, bem como a todos os nossos parceiros, pelo empenho e colaboração que nos conferiram, fundamentais para o desempenho ao longo do ano, e mais importante, para alcançar os objetivos futuros.

Encaramos, por isso, o futuro com confiança, contando com o empenho e profissionalismo dos nossos colaboradores e parceiros, com a convicção de que a verdadeira estratégia acontece quando executamos com excelência, agilidade e oportunidade as transformações que assegurem e protejam valor futuro: “*atuar hoje a pensar no amanhã*”.

Carlos Gomes da Silva

Presidente Executivo

1.2

A Galp no mercado de capitais

Informação ao acionista

O capital social da Galp é composto por 829.250.635 ações. Destas, 771.171.121, ou seja, 93% do capital social, estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam 7% do capital social, são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) e não estão admitidas à negociação.

Em 2010, a Parpública emitiu obrigações convertíveis em ações da Empresa, representativas da sua participação.

As ações detidas pela Parpública podem ser convertidas em ações ordinárias, com a conclusão do processo de privatização. A conversão operará por efeito imediato da respetiva solicitação à Galp, não carecendo da aprovação de nenhum órgão da Sociedade.

CÓDIGOS E TICKERS DA AÇÃO GALP

Códigos e tickers		
ISIN	GALP	PTGALOAM0009
	Ações do Estado sujeitas a processo de privatização	PTGALXAM0006
Sedol		B1FW751
WKN		AOLB24
Bloomberg		GALP PL
Reuters		GALP.LS

Participações qualificadas

A estrutura acionista da Galp tem vindo a evoluir ao longo dos últimos anos. Em 2015 verificou-se um aumento do *free float* da Empresa, de 46,66% para 54,66%, após a conclusão da venda de ações por parte da Eni S.p.A. (Eni), a qual deixou de deter uma participação no capital social da Galp.

Este aumento no *free float* contribuiu para uma maior visibilidade da Empresa no mercado de capitais. Com efeito, várias entidades passaram a deter participações qualificadas no capital social da Galp, informação que foi divulgada pela Empresa de acordo com o disposto nos artigos 16.^º e 17.^º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

As participações qualificadas no capital social da Galp são calculadas de acordo com o artigo 16.^º e 20.^º do CVM. Segundo estes artigos, os acionistas da Galp têm que notificar a Empresa sempre que as suas participações atinjam, ultrapassem ou se reduzam em relação a determinados limites. Estes limites são 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 1/3, 50%, 2/3 e 90% dos direitos de voto.

As participações qualificadas no capital social da Galp a 31 de dezembro de 2015, calculadas de acordo com o artigo 20º do CVM, estão indicadas na tabela que se segue.

ESTRUTURA ACIONISTA A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Acionistas	N.º ações	% de direitos de voto
Amorim Energia, B.V.		
Titularidade	317.934.693	38,34%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	317.934.693	38,34%
Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.		
Titularidade	58.079.514	7,00%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	58.079.514	7,00%
BlackRock, Inc.		
Titularidade	20.307.726	2,45%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	20.307.726	2,45%
Standard Life Investments (Holdings) Limited		
Titularidade	17.512.906	2,11%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	17.512.906	2,11%
Black Creek Investments Management Inc.		
Titularidade	-	-
Outras situações de imputação ¹	16.966.453	2,05%
Total imputável	16.966.453	2,05%
Templeton Global Advisors Limited		
Titularidade	16.870.865	2,03%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	16.870.865	2,03%
Schroders plc		
Titularidade	16.715.797	2,02%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	16.715.797	2,02%
The Bank of New York Mellon Corporation		
Titularidade	-	-
Outras situações de imputação ²	16.665.319	2,01%
Total imputável	16.665.319	2,01%
CI Investments Inc.		
Titularidade ³	16.693.913	2,01%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	16.693.913	2,01%

¹ Através da gestão de ações detidas por 13 fundos que delegaram poderes de representação à Black Creek para exercício discricionário dos direitos de voto.

² Através da gestão de ações detidas por fundos pertencentes ao grupo The Bank of New York Mellon Corporation.

³ Titular de ações detidas por 27 fundos, incluindo 14.944.013 ações sob gestão da Black Creek à qual a CI Investments conferiu o exercício discricionário dos correspondentes direitos de voto.

A Amorim Energia, B.V. (Amorim Energia) tem sede na Holanda, sendo os seus acionistas a Power, Oil & Gas Investments, B.V. (35%), a Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A. (20%) e a Esperaza Holding, B.V. (45%). No final de 2015, a Amorim Energia detinha uma participação qualificada e respetivos direitos de voto de 38,34% no capital social da Galp.

Importa salientar que os acordos assinados entre a Amorim Energia, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e a Eni, cessaram os seus efeitos em relação à CGD e à Eni quando estas concluíram a alienação das suas participações no capital social da Galp. Estes acordos contemplavam, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CVM, que os direitos de voto correspondentes às ações detidas por cada uma das partes do acordo parassocial eram imputados às restantes.

A Parpública é uma entidade estatal que gera participações financeiras detidas pelo Estado português em várias empresas.

A BlackRock, Inc. (BlackRock) é uma empresa multinacional de gestão de investimentos fundada em 1988, com sede em Nova Iorque e cotada na New York Stock Exchange.

A Standard Life Investments (Holdings) Limited (Standard Life) é uma empresa de gestão de investimentos com sede em Edimburgo, no Reino Unido, fundada em 2006.

A Black Creek Investment Management Inc. (Black Creek) é uma empresa de gestão de fundos de investimento com sede em Toronto, no Canadá, fundada em 2004.

A Templeton Global Advisors Limited (Templeton), é uma empresa de investimentos financeiros, fundada em 1992, com sede em Nassau, nas Bahamas, subsidiária da Franklin Resources Inc. com sede em San Mateo, na Califórnia.

A Schroders plc (Schroders) é uma empresa multinacional de gestão de investimentos com sede em Londres, fundada em 1804, cotada na London Stock Exchange e constituinte do Índice FTSE 100.

A CI Investments Inc. (CI Investments) é uma empresa de gestão de fundos de investimento com sede em Toronto, no Canadá, fundada em 1965.

O The Bank of New York Mellon Corporation (BNY Mellon) é uma empresa de investimentos financeiros com sede em Nova Iorque, fundada em 2007.

Transações com participações qualificadas em 2015

No início de 2015, a BlackRock e a Templeton detinham uma participação de 2,45% e 2,03% no capital social da Galp, respectivamente.

Durante o mês de março de 2015, a Standard Life comunicou que detinha uma participação de 2,112% no capital social da Empresa.

Em maio de 2015, a Eni anunciou uma oferta de recompra das obrigações convertíveis emitidas em 2012, equivalente a cerca de 4% do capital social da Galp.

No mês de agosto, o BNY Mellon comunicou que passava a deter uma participação de 2,010% no capital social da Galp.

Em outubro, a Eni vendeu ações representativas de aproximadamente 4% do capital social da Galp, tendo em novembro anunciado a alienação da restante participação no capital social da Empresa através de um processo de *accelerated bookbuilding* a investidores institucionais. Desta forma, a Eni, que em 2012 detinha uma participação correspondente a 33,34% do capital social, deixou de deter qualquer posição acionista na Galp.

Em novembro, a Schroders comunicou que detinha uma participação de 2,016% no capital social da Empresa.

Durante o mês de dezembro, a Black Creek comunicou que passava a deter uma participação de 2,046% no capital social da Galp. Ainda durante o mês de dezembro, a CI Investments comunicou que passava a deter 2,013% do capital social da Empresa, os quais incluem 14.944.013 ações sob gestão da Black Creek, à qual a CI Investments confere os respetivos direitos de voto.

De notar que a JPMorgan Chase & Co. anunciou, no ano de 2015, uma participação qualificada e posição económica longa de 2,106% no capital social da Galp, enquanto o UBS Group AG comunicou que detinha uma participação qualificada de 2,263% no capital social da Empresa. No entanto, ambas as instituições anunciaram, ainda durante 2015, a redução das suas participações na Galp, e posição económica longa no caso da JPMorgan Chase & Co.

Ainda durante o ano de 2015, a EuroPacific Growth Fund (EUPAC) e o grupo ao qual pertence, The Capital Group Companies, Inc (CGC), anunciaram a redução da participação no capital social da Galp de 2,037% e 4,902% para 0% e 1,651%, respectivamente.

Dispersão do capital social

No final de 2015, 54,66% das ações da Galp eram transacionadas livremente no mercado. Cerca de 87% do free float, ou seja, o correspondente a 48% da base acionista total, era detido por investidores institucionais. No final de 2015, a base acionista de investidores institucionais estava dispersa por cerca de 35 países, em quatro continentes. Os investidores situados fora da Europa representavam 61% do free float, estando a base mais representativa situada na América do Norte, onde os investidores institucionais detinham 33% do free float da Empresa. Os investidores particulares representavam cerca de 7% do capital social da Galp.

Desempenho da ação Galp

No final do ano de 2015, a Galp tinha uma capitalização bolsista de cerca de €8,9 mil milhões (bn), ou seja, uma valorização de 27% relativamente ao final de 2014.

A ação Galp apresentou um melhor desempenho que o PSI-20 (o índice de referência do mercado acionista português) e que o SXEP (o índice europeu para o sector de Oil & Gas) em 2015, com o primeiro a apresentar uma valorização de 11% e o segundo uma desvalorização de 8%. De salientar que o preço do dated Brent desceu cerca de 35% ao longo do ano de 2015.

O retorno total para o acionista durante o ano, considerando a valorização da ação e os dividendos distribuídos, foi de 32%.

COMPARAÇÃO DA COTAÇÃO DA AÇÃO GALP COM O ÍNDICE SXEP E O ÍNDICE PSI-20 EM 2015



Em 2015, foram transacionadas 712 milhões de ações em mercados regulamentados, equivalente a 1,6 vezes o free float da Galp. O volume médio diário transacionado em mercados regulamentados foi de 2,8 milhões de ações, dos quais 1,6 milhões na Euronext Lisbon.

O aumento no free float da Empresa para 54,66% contribuiu para uma maior liquidez do título durante 2015.

A cotação mínima do ano de 2015, de €7,81, verificou-se no dia 6 de janeiro, enquanto a cotação máxima, de €12,48, foi atingida no dia 16 de abril.

No final do ano de 2015, a valorização da Galp relativamente ao preço de oferta ao mercado em outubro de 2006 era de 85%.

Acompanhamento da ação pelos analistas

A 31 de dezembro de 2015, o preço-alvo médio dos 23 analistas que cobriam a ação Galp era de €12,08, com 43% dos analistas a recomendarem a compra da ação, 52% a recomendarem a sua manutenção e os restantes a recomendarem a venda.

PREÇO-ALVO DOS ANALISTAS

	Média	Máximo	Mínimo	Mediana
Preço-alvo (€)	12,08	16,25	8,50	12,00

Durante o ano de 2015, destaca-se a suspensão de cobertura da ação pela Exane, e em dezembro, o reinício de cobertura pela Macquarie.

Política de distribuição de dividendos

Desde março de 2012, está em vigor uma política de distribuição de dividendos que prevê um aumento anual médio de 20%, entre os exercícios de 2012 e 2016. Esta política visa recompensar os acionistas, atendendo ao perfil esperado de crescimento de resultados.

É importante notar que a Galp continua a assegurar o capital necessário à execução do programa de investimentos previsto, o qual é fundamental para o sucesso da execução estratégica.

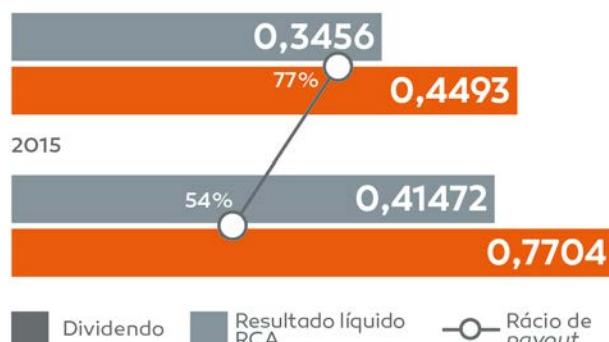
A Assembleia Geral de acionistas da Galp aprovou, em abril de 2015, o dividendo de €0,3456 por ação relativo ao exercício de 2014, o que representou um aumento de 20% face ao dividendo relativo ao exercício de 2013.

Em 2016, o Conselho de Administração da Galp irá propor à Assembleia Geral a distribuição de um dividendo de €0,41472 por ação, ou seja, 20% acima do dividendo referente ao exercício do ano anterior.

No âmbito do objetivo definido pela Empresa de proceder ao pagamento de um dividendo intercalar, destaca-se o pagamento, em setembro, do dividendo intercalar correspondente a 50% do dividendo proposto relativo ao exercício de 2015, no montante de €0,20736 por ação.

DIVIDENDO E RESULTADO LÍQUIDO (€/AÇÃO)

2014



Assim, com base na cotação a 31 de dezembro de 2015, o dividend yield da ação Galp foi de 4%.

Participação na Assembleia Geral

Em 2015, a Assembleia Geral anual de acionistas da Galp decorreu a 16 de abril, tendo como principais objetivos a aprovação do relatório e contas relativos ao exercício de 2014, a deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados desse ano e a deliberação sobre a eleição dos membros dos órgãos sociais da Empresa para o mandato 2015-2018, nomeadamente do Conselho de Administração.

Em 2015, participaram 150 acionistas na Assembleia Geral, em representação de cerca de 80% do capital social da Empresa. Todas as propostas submetidas no ano à deliberação da Assembleia Geral foram aprovadas por maioria de votos.

Informação ao obrigacionista

A Galp lançou em 2013 um programa para a emissão de instrumentos de dívida de médio prazo, o *Euro Medium Term Note (EMTN)*. Este programa insere-se na estratégia de financiamento da Empresa, que visa a diversificação das fontes de financiamento e a extensão da maturidade média da dívida.

A Empresa procedeu a duas emissões de dívida ao abrigo do EMTN, em 2013 e 2014, para um montante total de €1 bn. Estes títulos foram admitidos à negociação na London Stock Exchange.

EMISSÃO DE DÍVIDA AO ABRIGO DO PROGRAMA EMTN

Denominação	ISIN	Data de Emissão	Maturidade	Montante	Cupão
Galp 4,125% 01.2019	PTGALIOE0009	25-11-2013	25-01-2019	€500 m	4,125%
Galp 3,000% 01.2021	PTGALJOE0008	14-07-2014	14-01-2021	€500 m	3,000%

A 31 de dezembro de 2015, a obrigação emitida pela empresa em 2013 transacionava com uma *yield* de 2,30%, ou seja, uma descida de aproximadamente 195 pontos-base (b.p.) desde o *pricing*. Já a segunda obrigação, emitida em 2014, transacionava no fim do ano com uma *yield* de 2,85%, correspondendo a uma descida de 28 b.p. desde o *pricing*.

Obrigações convertíveis

Apesar de a Galp não ter procedido à emissão de obrigações convertíveis, transacionam no mercado diversos instrumentos de dívida convertíveis em ações da Empresa, nomeadamente os emitidos pelos acionistas de referência.

Com efeito, em setembro de 2010, a Parpública colocou no mercado obrigações convertíveis em ações da Galp, para a totalidade da participação de 7% que aquela entidade detém na Empresa. As obrigações têm uma maturidade de sete anos e preveem o pagamento de um cupão fixo de 5,25% e um preço de exercício de €15,25.

Em maio de 2013, a Amorim Energia emitiu obrigações convertíveis, correspondentes a cerca de 3% do capital social da Empresa. Estas obrigações têm maturidade em 2018 e preveem o pagamento de um cupão de 3,375% por ano. O preço de exercício fixado é de €15,8919.

Durante 2015, a Eni procedeu à liquidação das obrigações convertíveis que havia emitido em 2012, correspondentes a 8% do capital social da Galp. No final de 2015, e na sequência das vendas realizadas durante o ano, a Eni não detinha qualquer participação no capital social da Galp.

Ações e obrigações próprias

Foi deliberado na Assembleia Geral anual de acionistas de 2015 que o poder de decisão relativamente à aquisição e alienação de ações e obrigações próprias compete ao Conselho de Administração. O momento e a dimensão da transação são decididos tendo em conta as condições do mercado e atendendo a um conjunto de critérios definidos e aprovados pela Assembleia Geral, os quais estão disponíveis no sítio da Galp na Internet.

O número de ações a adquirir não poderá exceder 10% do capital da Empresa em cada momento, podendo o Conselho de Administração decidir sobre a aquisição ou alienação de ações próprias por um prazo de 18 meses.

No que respeita às obrigações, a partir da data de deliberação, o número de obrigações a adquirir poderá ser, no máximo, o correspondente a 10% do montante nominal agregado da totalidade de obrigações emitidas. A aquisição ou alienação pode ser efetuada no prazo de 18 meses pelo Conselho de Administração.

A 31 de dezembro de 2015, a Galp não detinha ações próprias ou obrigações próprias em carteira.

A Galp nos principais índices de sustentabilidade

A Galp rege-se pelas mais elevadas práticas de sustentabilidade, as quais incorpora no processo de formulação estratégica. Uma estratégia sustentável garante maior competitividade, permite antecipar e gerir oportunidades e riscos, assim como proteger o valor a longo prazo.

O modelo de gestão da Empresa está alinhado com práticas que permitem uma execução estratégica sustentável, atuando de forma responsável e ética, e assegurando as melhores práticas de governo e transparência.

No ano de 2015, a Empresa foi novamente distinguida com diversos prémios e presenças em rankings de sustentabilidade, destacando-se a nível mundial pelas suas práticas e qualidade de reporte. De destacar a sua presença nos Dow Jones Sustainability Indices (DJSI) e também no The Climate 'A' List e Climate Disclosure Leadership Index (CDLI) do CDP – Driving Sustainable Economies (CDP).

Dow Jones Sustainability Index

A Galp integrou pelo quarto ano consecutivo o grupo das empresas mais sustentáveis do mundo, cumprindo critérios dos DJSI, tendo sido uma das quatro selecionadas no sector de *Oil & Gas Producers* no âmbito do DJSI Europe e uma das 12 no DJSI World. A Empresa atingiu a pontuação máxima nos critérios de transparência de pagamentos e gestão de riscos relacionados com recursos hídricos, tendo ainda sido distinguida na dimensão ambiental, que inclui entre outros, a estratégia climática, a biodiversidade e reporte ambiental.

CDP

A Galp integra o grupo de 5% de empresas, entre as que participaram no CDP, a quem foi concedida uma posição na Climate 'A' List, sendo reconhecida pelas ações desenvolvidas com vista à redução das emissões de gases com efeito de estufa e à gestão dos riscos e oportunidades associados às alterações climáticas.

A Empresa manteve ainda o seu estatuto de líder na Península Ibérica, pela qualidade do seu reporte, nomeadamente no que respeita a divulgação de emissões de gases com efeitos de estufa, marcando novamente presença no CDLI, tendo obtido a pontuação máxima de 100 pontos.

Calendário financeiro de 2016

Seguindo as melhores práticas, a Galp publicou em dezembro as datas previstas de eventos relevantes para o acionista em 2016.

CALENDÁRIO FINANCEIRO DE 2016

Evento	Data
Trading Update 4º Trimestre 2015	25 de janeiro
Resultados 4º Trimestre 2015 e <i>conference call</i>	8 de fevereiro
Capital Markets Day 2016	15 de março
Relatório e Contas 2015 (Auditado)	5 de abril
Trading Update 1º Trimestre 2016	15 de abril
Resultados 1º Trimestre 2016 e <i>conference call</i>	29 de abril
Assembleia Geral anual dos acionistas	5 de maio
Trading Update 2º Trimestre 2016	15 de julho
Resultados 2º Trimestre 2016 e <i>conference call</i>	29 de julho
Trading Update 3º Trimestre 2016	14 de outubro
Resultados 3º Trimestre 2016 e <i>conference call</i>	28 de outubro

■ Por realizar ■ Realizado

Prevê-se que os documentos de divulgação de indicadores operacionais e de resultados sejam divulgados antes da abertura do mercado na Euronext Lisbon. Estas datas estão sujeitas a alteração.

2

A Galp no Sector Energético



2.1

Os desafios

O sector de Oil & Gas tem acompanhado, e muitas vezes promovido, as grandes alterações tecnológicas e sociais do último século, debatendo-se com desafios permanentes, que foi ultrapassando, e adaptando-se em cada momento ao enquadramento estratégico existente. A reflexão sobre os desafios atuais, bem como a capacidade de antecipar necessidades e tendências futuras, são um importante contributo para o planeamento estratégico da Galp.

Que impacte terá a evolução do custo marginal de produção na rentabilidade da atividade de E&P?

O custo marginal de produção de petróleo e gás é influenciado por um conjunto alargado de variáveis. A taxa média de recuperação de hidrocarbonetos, os custos de exploração e desenvolvimento e a carga fiscal são variáveis que impactam diretamente no custo marginal de produção.

A inovação e o desenvolvimento tecnológico têm conduzido a melhorias permanentes nos custos de exploração e desenvolvimento, bem como ao aumento das taxas de recuperação, possibilitando a produção cada vez mais eficiente dos recursos. A atividade de upstream em águas profundas e a produção de shale oil têm apresentado curvas de aprendizagem acentuadas, permitindo um aumento substancial na eficiência operacional e na redução de custos, que se provaram superiores às expectativas do próprio sector.

Há no entanto potencial para melhorias adicionais, nomeadamente através de uma maior normalização e simplificação de processos e de um aprofundamento da partilha de conhecimento entre as várias partes envolvidas – operadores, parceiros, prestadores de serviços e organismos públicos.

Um ambiente prolongado de preço do petróleo ao nível do observado no último ano deverá conduzir também a uma reflexão sobre a competitividade fiscal por parte dos países produtores, apesar da pressão orçamental a que muitos se encontram sujeitos, sob risco de, mantendo-se os níveis atuais, colocar em causa a própria exploração e produção dos recursos.

A análise integrada destes fatores permite antecipar uma redução progressiva e estrutural dos custos marginais de produção e uma rentabilidade sustentável dos ativos a preços de crudo inferiores aos valores médios dos últimos anos. No entanto, por efeito da diminuição das reservas em ativos em produção e

do aumento da procura mundial, suportado pelo crescimento do consumo nas economias emergentes, o custo marginal de produção do sector tenderá a agravar-se pela necessidade de realização de novos investimentos, sendo expectável a subida a longo prazo da cotação do petróleo.

Como irá o mercado mundial de gás absorver o aumento de capacidade de produção de GNL que se prevê até 2025?

A confirmar-se a execução de todos os projetos de gás natural liquefeito (GNL) em construção e planeados até meados da próxima década, projeta-se um excedente temporário de produto no mercado. Porém, tendo em conta a generalidade das estimativas de crescimento da procura, este excedente deverá dar origem a um défice após 2020 caso não sejam aprovados novos projetos.

A acentuar esta perspetiva, uma maior pressão do lado da oferta no curto prazo tenderá a aumentar a competitividade do gás natural face a outras alternativas de energia e potencialmente acelerar a transição do carvão para gás natural. As políticas internacionais de combate às alterações climáticas, reforçadas pelo acordo de Paris no final de 2015, deverão contribuir positivamente para a aceleração desta transição.

O aumento da capacidade instalada de liquefação de gás natural deverá permitir um reforço da movimentação de gás natural por via marítima e deverá dar origem a um mercado global de GNL, com os preços dos mercados regionais a diferenciarem-se apenas pelos custos logísticos de movimentação entre regiões.

Como lidará o sector refinador europeu com o excesso de capacidade instalada?

Apesar do aparente excesso de capacidade instalada face à procura projetada para o mercado europeu, em 2016 prevê-se a manutenção de margens de refinação superiores à média dos últimos anos, suportadas pela procura mundial de gasolina e pelo excedente de crude no mercado que pressiona em baixa o preço das matérias-primas.

O levantamento da proibição da exportação de crude norte-americano e o regresso ao mercado europeu de crude iraniano deverão contribuir para um reforço da competitividade da indústria refinadora europeia. Quanto aos investimentos planeados em nova capacidade refinadora e em modernização da capacidade existente, nomeadamente no Médio Oriente e na Rússia, poderão ser parcialmente ameaçados

pela diminuição das receitas dos países produtores de petróleo. Qualquer atraso ou eliminação de capacidade produtiva nestas regiões reduzirá pressão sobre a refinação europeia.

No entanto a médio prazo continua a ser previsível um excedente de capacidade refinadora na Europa, obrigando o sector a um esforço acrescido para ser competitivo a nível global, nomeadamente através da racionalização de capacidade e de investimentos que promovam o aumento da eficiência e da flexibilidade. Refinarias com uma localização geográfica que permita a colocação de parte relevante da sua produção na sua área natural serão particularmente favorecidas.

Como responderá o sector energético ao dilema do aumento da procura mundial condicionado por políticas ativas de descarbonização?

Todos os cenários de procura mundial de energia para as próximas décadas preveem um peso muito relevante do petróleo bruto e do gás natural no mix energético, com aumento do consumo total destes dois recursos. Os produtos petrolíferos não têm ainda alternativas que permitam a sua substituição em larga escala, num conjunto vasto de aplicações, como os transportes e a indústria petroquímica. Já o gás natural deverá ser a fonte de energia primária com maior crescimento absoluto, cabendo-lhe um papel fundamental na transição para uma economia de menor intensidade de carbono como alternativa natural ao carvão, cujo consumo terá de ser fortemente reduzido. O sector de Oil & Gas será assim um dos principais intervenientes na gestão da transição para uma economia de menor intensidade carbónica.

A principal missão do sector deve continuar a ser a da otimização da sua atividade, garantindo o abastecimento do mercado através do cumprimento das mais rigorosas práticas ambientais e promovendo, ao longo da cadeia de valor, a minimização do seu potencial impacte negativo, nomeadamente pela promoção de medidas de eficiência energética.

Este objetivo só será atingido através do aumento do investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico. Foi através do investimento realizado no passado que foi possível garantir os recursos naturais que hoje abastecem os mercados mundiais. Será o investimento atual e futuro que permitirá concretizar uma transição para uma economia de menor intensidade energética, sem prejuízo da melhoria da qualidade de vida da população mundial.

2.2

A nossa estratégia

Uma estratégia sustentável garante maior competitividade e permite antecipar e gerir oportunidades e riscos, promovendo a proteção do valor a longo prazo.

A Galp apresenta-se como um operador integrado de energia, criando valor de forma sustentável para os seus acionistas. Neste contexto, foi definida uma estratégia clara de desenvolvimento e crescimento da Empresa focalizada no reforço das atividades de E&P, integradas com um negócio de downstream e gás eficiente e competitivo, apoiada numa capacidade financeira sólida, na competência do seu capital humano e em práticas sustentáveis.

Esta estratégia permite capitalizar nos ativos e nas vantagens competitivas da Empresa fazendo face às dinâmicas e desafios inerentes ao sector energético, ao qual se exigem respostas sustentáveis à crescente procura energética a nível mundial e à volatilidade dos preços das commodities.

Para o sucesso desta estratégia é prioridade da Empresa o foco na execução dos projetos em curso, no prazo e nos custos previstos, assegurando que os mesmos se desenvolvem de acordo com as melhores práticas em matéria de segurança e proteção ambiental.

Será ainda determinante a maximização do valor adicional a extraír dos ativos e negócios existentes. O aumento do fator de recuperação de petróleo e gás natural dos projetos de E&P, o aumento da eficiência e redução de custos e o foco no capital humano e na capacitação tecnológica, são algumas das ferramentas que permitirão extraír mais valor dos negócios da Empresa.

Por último, e para assegurar a sustentabilidade e o crescimento futuro da Empresa, serão desenvolvidas novas áreas de criação de valor através de novos projetos, negócios e mercados, especialmente orientados para o período após 2020.



Capital Humano

O sucesso da execução da estratégia dependerá em larga medida do desenvolvimento diferenciador do capital humano. Este deverá valorizar as capacidades técnicas, mas também os *soft skills*, como as competências de impacte e influência sobre os *stakeholders*, a todos os níveis da Organização.

A estratégia de capital humano está focada na atração, desenvolvimento, motivação e retenção das pessoas, expressa numa nova cultura de autonomia, responsabilização e meritocracia. Será fundamental assegurar uma proposta de valor para os colaboradores que seja potenciadora das suas competências, assente em novos desafios e numa Organização que valoriza a excelência.

A execução da estratégia dependerá também, em larga escala, da eficácia do modelo organizacional e de governo, na medida em que este se adapte aos objetivos traçados pela Empresa. Estes modelos devem definir as características e níveis de liderança dos processos e da tecnologia existentes, as pessoas, a experiência e as competências individuais, além da forma como a responsabilidade e a autonomia funcional são definidas e implementadas.

Parcerias

A Galp promoveativamente a gestão do relacionamento com os seus *stakeholders*, e em particular o desenvolvimento de parcerias duradouras e de sucesso, com empresas líderes do sector energético, comunidade científica e tecnológica. A Empresa acredita que a cooperação e a troca de experiência são fundamentais para a criação de valor, bem como para estudar e implementar novas e inovadoras soluções tecnológicas e novos negócios.

Investigação & Tecnologia

A Galp promoveativamente a inovação, a investigação e o desenvolvimento tecnológico, pois são peças fundamentais na extração de valor adicional do seu portefólio de ativos, bem como na sustentabilidade da Empresa.

Em particular, a Galp investe em projetos que permitam aumentar o valor e diminuir o risco dos seus ativos, com um atual foco no segmento de E&P, e igualmente em projetos que permitam aumentar a eficiência energética das suas operações, bem como na redução da intensidade carbónica da sua atividade.

Disciplina Financeira

Para executar com sucesso a estratégia de negócio, será fundamental manter uma estrutura de capital sólida e prosseguir com elevada disciplina financeira. Na atual fase da Empresa a alocação de capital deverá ser realizada de forma prioritária para o negócio de E&P, nomeadamente para

o desenvolvimento dos projetos sancionados, suportada por uma gestão do portefólio que permita gerar liquidez, diversificar o risco e monitorizar e cristalizar valor. A adequada execução desta estratégia deverá garantir a proteção do valor acionista e a sua retribuição ajustada ao perfil e contexto da Empresa e do sector.

Excelência Operacional

A Galp procura o contínuo desenvolvimento de negócios sustentáveis, através da potenciação das suas vantagens competitivas. A Empresa avalia permanentemente métricas de desempenho e referencia-se face às melhores práticas no sector. Adicionalmente, a Galp avalia regularmente novas oportunidades que permitam o reforço da visão da Empresa.

Exploração & Produção

A Galp pretende proteger e extraer mais valor do seu portefólio atual de projetos de E&P - nomeadamente nos projetos de classe mundial do pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e na bacia do Rovuma, em Moçambique - com o reforço da sua posição como parceiro ativo em projetos não-operados e crescendo preferencialmente através de uma atividade de exploração bem definida, disciplinada e criadora de valor.

Decorrente da volatilidade que caracteriza este sector, será dado ênfase a uma redução estrutural de custos, que permita a otimização da solução de desenvolvimento e a eficiência operacional e que garanta assim a resiliência dos projetos no longo prazo, independentemente do nível de preços do petróleo. Ao assegurar a resiliência dos seus projetos, a Empresa conseguirá manter um portefólio de recursos competitivo, que serão desenvolvidos mesmo num cenário em que as energias fósseis venham a perder algum peso no panorama energético global, num contexto de combate às alterações climáticas.

Para potenciar o sucesso desta estratégia a Galp continuará a investir no reforço das competências da equipa de E&P, fortalecendo a influência nos consórcios de modo a promover políticas de redução de custos e potenciar o desenvolvimento de projetos, nomeadamente através da otimização e estandardização de processos e da partilha de sinergias entre as partes envolvidas e entre os diferentes projetos onde participa.

De forma integrada e visando a sustentabilidade de longo prazo do seu portefólio, a Galp visa reforçar a atividade de exploração segundo critérios claros e rigorosos, nomeadamente no que respeita a definição de geografias, alocação de capital, manutenção de um nível relevante de produção e materialidade das participações, adequando o nível da atividade ao perfil de crescimento da Empresa.

Paralelamente, será dado enfoque ao desenvolvimento de um portefólio de projetos que assegure um aumento da produção de gás natural, respondendo à maior procura esperada desta fonte de energia numa economia de menor intensidade de carbono.

A Galp pretende também desenvolver a longo prazo o seu estatuto de operador de projetos e fortalecer a sua capacitação em termos tecnológicos, de conhecimento e de experiência, características que serão fundamentais para desenvolver as suas atividades de E&P de forma mais sustentada e potenciar o seu sucesso e controlo, aumentando também a visibilidade e a capacidade de participar em novos consórcios.

Refinação & Distribuição

A Galp pretende assegurar a extração de valor adicional do negócio de R&D reforçando a sua competitividade na indústria europeia de refinação e na distribuição de produtos e serviços associados na Península Ibérica e em África.

Será fundamental aprofundar a integração das atividades de refinação e distribuição, alinhando os perfis e volumes de produção com as vendas de produtos petrolíferos na área de influência das suas refinarias. O aumento do foco na eficiência energética e na otimização processual do aparelho refinador irá permitir a redução de custos e o aumento do retorno do capital empregue.

A Empresa procurará também potenciar o resultado das operações de *trading* de petróleo e produtos petrolíferos nos mercados internacionais, explorando oportunidades que tirem partido, nomeadamente, da proximidade geográfica aos mercados africano e norte-americano.

Gas & Power

O peso do gás natural e eletricidade no *mix* energético europeu e mundial deverá continuar a aumentar nas próximas décadas, pelo que a Galp considera o seu negócio de G&P um pilar fundamental na sua estratégia de operador integrado de energia.

Será necessário garantir o aprovisionamento futuro de gás natural, acomodando o final dos contratos atuais e construindo um portefólio diversificado, competitivo e flexível, e assegurar o acesso à infraestrutura de gás natural, nomeadamente capacidade de transporte e armazenagem, que suportem a atividade comercial.

A Galp deverá manter o papel estratégico de comercializador integrado de gás natural e eletricidade no mercado ibérico, explorando em paralelo novos mercados.

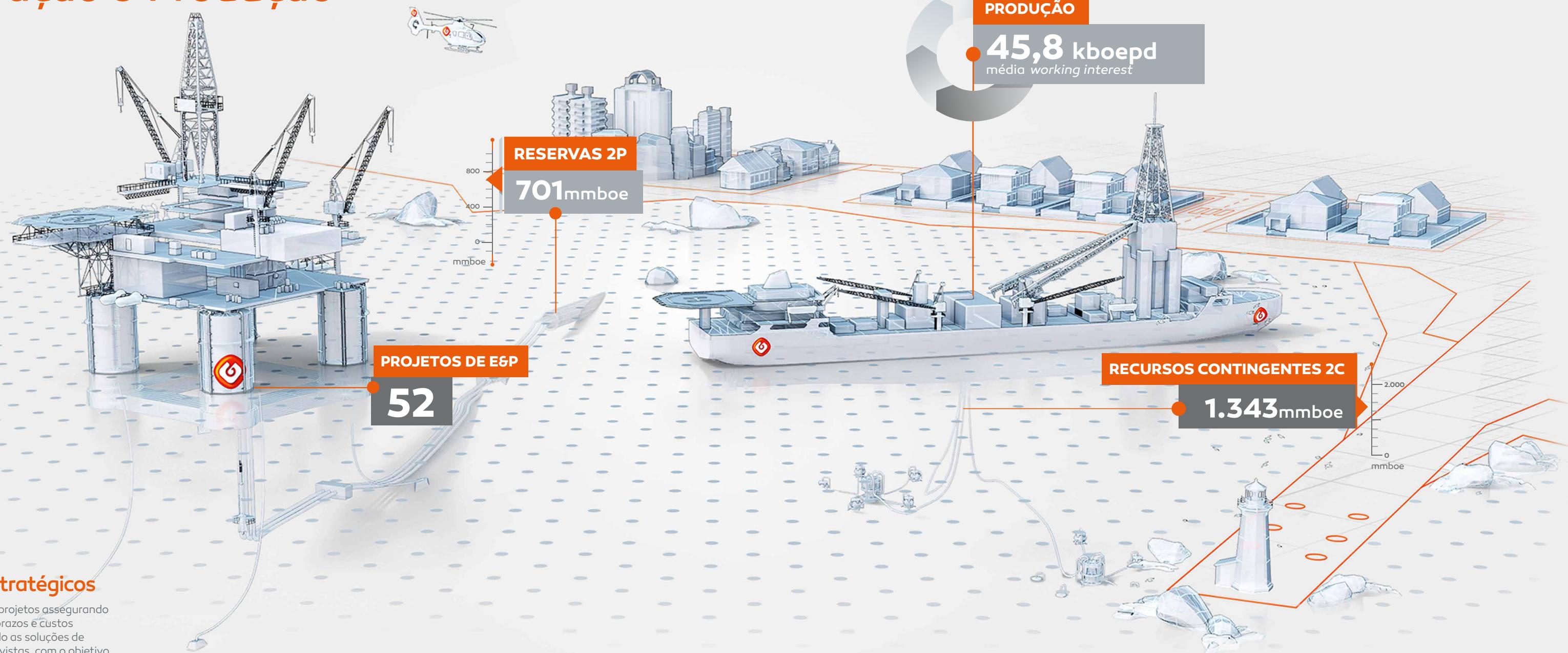
A atividade de trading continuará a promover um equilíbrio entre contratos de médio e longo prazo e operações *spot*, de modo a suportar a atividade de comercialização e beneficiar das oportunidades de mercado.

3

Execução Estratégica



Exploração & Produção



Objetivos estratégicos

- Proteger o valor dos projetos assegurando a sua execução nos prazos e custos previstos e otimizando as soluções de desenvolvimento previstas, com o objetivo de maximizar o valor do atual portfólio.

- Assegurar o aumento sustentável da produção de hidrocarbonetos, através da execução de projetos já identificados e da prossecução de oportunidades de criação de valor nas diferentes fases de desenvolvimento e produção dos projetos.

- Assegurar know-how interno e o aumento da influência nos consórcios, desenvolvendo a sua posição de parceiro ativo em projetos não-operados.

- Reforçar a atividade de exploração de acordo com objetivos claros e critérios rigorosos, nomeadamente no que respeita a definição de geografias, alocação de capital e perfil de crescimento da Empresa.

- Reforçar as competências enquanto operador de projetos.

Destaques em 2015

- Reservas 2P aumentaram 10% para os 701 milhões de barris de petróleo equivalente (mmboe) no final do ano; recursos contingentes 2C desceram 20% para os 1.343 mmboe.
- Rácio de reposição de reservas (RRR) de 276%, com a média dos últimos três anos a situar-se em 380%.
- Alcançado o recorde de produção *working interest* de cerca de 60 mil barris de petróleo equivalente por dia (kboepd), com a produção média do ano a situar-se em 45,8 kboepd, na sequência da crescente contribuição do projeto Lula/Iracema.
- Prossecução do desenvolvimento do projeto para os campos Lula/Iracema, com a *floating production, storage and offloading* (FPSO) Cidade de Mangaratiba a atingir o plateau de produção e a FPSO Cidade de Itaguaí a entrar em operação em julho de 2015.
- Início de produção do campo Lianzi, no bloco 14k, e progresso nos trabalhos de construção das FPSO a serem alocadas ao bloco 32, em Angola.
- Submissão do Plano de Desenvolvimento (PoD) para as áreas de Atapu, Berbigão e Sururu, no bloco BM-S-11, na bacia de Santos.
- Entrega da Declaração de Comercialidade (DoC) para a área de Sípia Leste, no bloco BM-S-24, em novembro.

- Atividades de exploração e avaliação nas bacias de Santos, Amazonas e Potiguar. De notar ainda os testes de formação (DST) nas áreas de Atapu, Berbigão e Carcará, na bacia de Santos.

- Conclusão do acordo de unitização entre os projetos Mamba (Área 4) e Prosperidade (Área 1) e progresso nas negociações relativas às propostas de Engenharia, Aprovisionamento, Construção, Instalação e Comissionamento (EPCIC) para o projeto offshore de liquefação de gás natural flutuante (FLNG) Coral e estabelecimento de contrato de venda de GNL.
- Portefólio de exploração reforçado com o acesso, como operador, ao bloco 6, no offshore de São Tomé e Príncipe.

PRINCIPAIS INDICADORES	2013	2014	2015
Produção média working interest (kboepd)	24,5	30,5	45,8
Produção média net entitlement (kboepd)	20,8	27,1	43,2
Preço médio de venda de petróleo e gás natural (\$/boe)	100,8	88,7	43,5
Custos de produção (\$/boe)	13,7	13,4	9,8
Amortizações ¹ (\$/boe)	28,6	19,9	14,8
Ebitda RCA (€m)	396	444	356
Ebit RCA (€m)	232	295	145
Investimento (€m)	723	1.017	1.103

Nota: valores unitários com base na produção net entitlement.
¹Inclui provisões para abandono.

PORTEFÓLIO DE PROJETOS E&P DA GALP



A Galp está presente em mais de 50 projetos de E&P, dispersos por sete países, e em diferentes fases, de exploração, desenvolvimento e produção.

Os projetos de maior relevância encontram-se a ser desenvolvidos em Angola e no Brasil, onde a Empresa detém ativos em produção, e em Moçambique. De destacar os projetos localizados no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e na bacia do Rovuma, em Moçambique, onde a Galp participa no desenvolvimento de duas das maiores descobertas de petróleo e gás natural realizadas nas últimas décadas.

No que respeita a projetos de exploração, a Empresa detém um portefólio que se estende a diferentes geografias e geologias, compreendendo projetos em bacias emergentes e de fronteira.

A Galp está presente nos vários projetos através de sólidas parcerias, estabelecidas com empresas de Oil & Gas internacionalmente reconhecidas pelas suas competências técnicas, fator fundamental para o suporte ao desenvolvimento e execução dos projetos da Empresa.

Evolução das reservas e dos recursos

As reservas e os recursos foram sujeitos a uma análise independente pela DeGolyer and MacNaughton (DeMac).

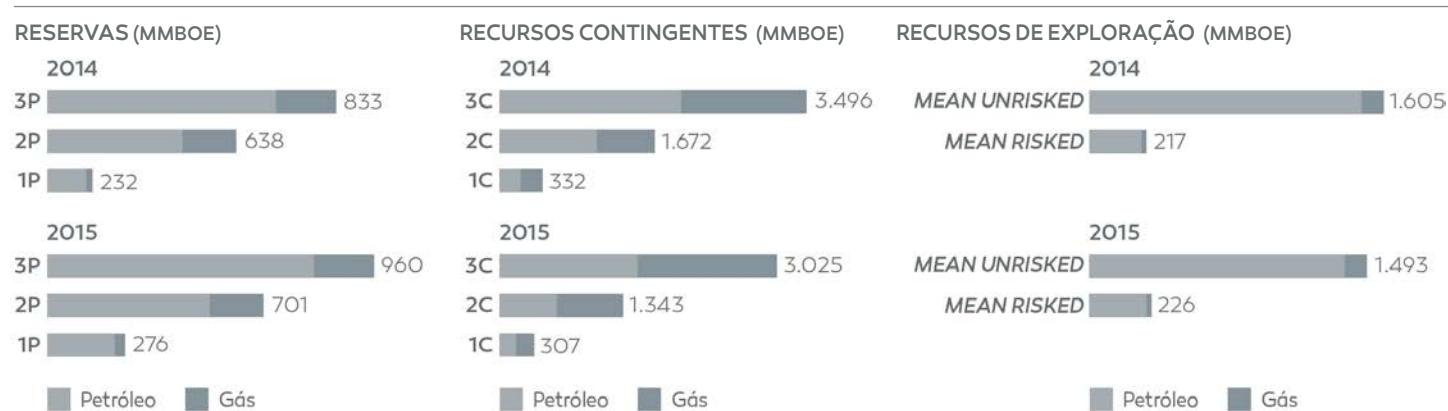
O portefólio de reservas da Empresa tem vindo a ser reforçado, nomeadamente com a maturação dos projetos em desenvolvimento.

Em 2015, a base de reservas da Galp aumentou, devido principalmente à incorporação das reservas de Iara cujo PoD foi submetido em 2015.

As atividades de avaliação e desenvolvimento executadas ao longo do ano no campo Lula/Iracema contribuíram para o maior conhecimento sobre o reservatório e, consequentemente, para uma maior confiança sobre a base de reservas. Com efeito, as reservas provadas e prováveis (2P) aumentaram 10% face ao final do ano anterior e atingiram os 701 mmboe. No final de 2015, as reservas de gás natural representavam 14% das reservas 2P totais, em linha com o verificado nos últimos anos.

Relativamente à base de recursos contingentes 2C, esta registou uma descida anual de 20% para os 1.343 mmboe. Esta descida resultou do abandono do bloco BM-S-21 e da submissão do plano de desenvolvimento de Iara. Em Moçambique, os recursos contingentes ficaram em linha face ao ano anterior.

Os recursos de exploração ascendiam no final do ano a 226 mmboe numa base *risked*. Estes recursos estão maioritariamente localizados no Brasil e Portugal.



Nota: reservas em base *net entitlement*. Recursos contingentes e recursos de exploração numa base *working interest*.

Ativos em desenvolvimento e produção

A Galp tem ativos nas fases de desenvolvimento no Brasil e em Angola, onde detém ativos em produção, e ainda em Moçambique.

Durante 2015, a Galp registou uma produção média *working interest* de 45,8 kboepd, um aumento de 50% face à produção de 2014, tendo registado um aumento da produção no Brasil o qual compensou o decréscimo registado na produção em Angola.

No decorrer do ano de 2015, a produção *working interest* diária ultrapassou pela primeira vez os 50 kboe, um marco na estratégia de crescimento da produção da Galp, tendo a produção no final do ano atingido cerca de 60 kboepd.

No Brasil, a produção *working interest* foi de 36,0 kboepd, suportada por uma produção em *plateau* estável das FPSO Cidade de Angra dos Reis (FPSO #1) e Cidade de Paraty (FPSO #2), e do incremento de produção registado pela FPSO Cidade de Mangaratiba (FPSO #3). Esta unidade atingiu *plateau* de produção em novembro, apenas 13 meses após o início de produção e antes do inicialmente previsto, beneficiando sobretudo da elevada produtividade dos reservatórios na área de Iracema.

De salientar ainda, o início antecipado da operação da FPSO Cidade de Itaguaí (FPSO #4), no final de julho, também na área de Iracema.

Em Angola, a produção *working interest* foi de 9,8 kbopd, menos 8% do que em 2014, na sequência do declínio natural dos campos em produção no bloco 14 e mesmo que parcialmente compensado pelo *tie-back* de Lianzi, que iniciou a produção no final de outubro.

A produção *net entitlement* registou um aumento de cerca de 60% face a 2014, para 43,2 kboepd, resultado do aumento da produção *working interest* no Brasil. Em Angola, a produção *net entitlement* manteve-se estável face a 2014, na sequência do aumento das taxas de produção disponíveis sob o *cost oil*, mecanismo dos contratos de partilha de produção (PSA) que compensou o impacto na produção *working interest*.

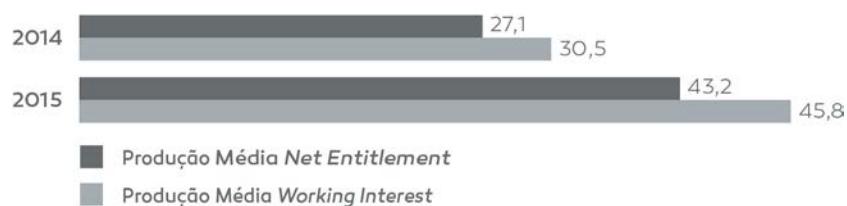
A Galp encontra-se atualmente a executar o restante projeto de desenvolvimento previsto para os reservatórios de Lula/Iracema, o qual deverá suportar a maior contribuição para o crescimento previsto da produção da Empresa nos próximos anos.

A Empresa está também a executar o projeto de desenvolvimento do bloco 32, em Angola, bem como os restantes projetos do pré-sal na bacia de Santos, no Brasil, e o projeto de GNL na bacia do Rovuma em Moçambique, constituindo estes últimos importantes vetores de crescimento da produção no médio e longo prazo.

A Galp está comprometida com a excelência da execução dos projetos de desenvolvimento, de acordo com os prazos e custos definidos, e na contínua otimização das soluções de desenvolvimento consideradas nos projetos.

A Empresa está ainda empenhada na realização de atividades de avaliação e pré-desenvolvimento, que podem resultar num aumento de recursos recuperáveis e no progresso dos projetos em fase de desenvolvimento. Neste contexto, destacam-se as atividades no pré-sal da bacia de Santos, em particular nas áreas de Iara (Atapu/Berbigão/ Sururu), Carcará e Júpiter/Sépia.

Evolução da Produção (KBOEPD)



Brasil

A Galp detém no Brasil vários projetos nas fases de desenvolvimento e produção, nomeadamente na prolífica bacia de Santos.

A produção *working interest* no Brasil em 2015 ascendeu a 36,0 kboepd, o que corresponde a um aumento de 82%, na sequência da execução contínua do plano de desenvolvimento do projeto Lula/Iracema.

Lula/Iracema

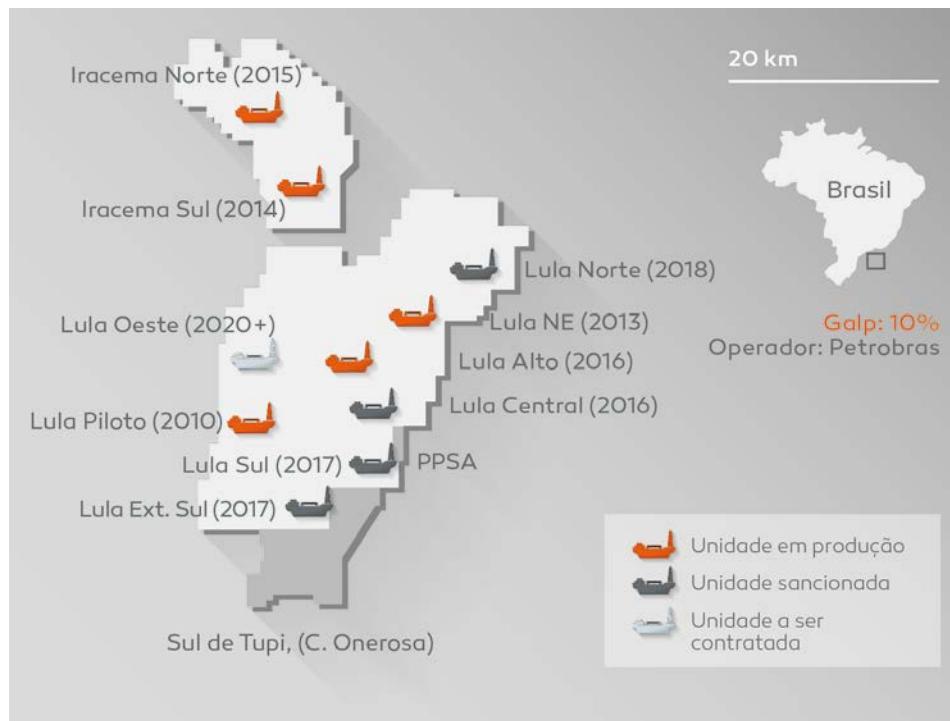
O início de produção comercial do projeto Lula/Iracema, no bloco BM-S-11, ocorreu em 2010 através da FPSO Cidade de Angra dos Reis. Até ao início de 2016, foram instaladas um total de cinco FPSO sendo esperado o arranque de cinco FPSO adicionais.

No decorrer de 2015, foram alcançados importantes progressos na execução do projeto Lula/Iracema, com destaque para:

- I) produção estabilizada em *plateau* das FPSO #1 e #2 na área de Lula Piloto e Lula Nordeste (NE), respetivamente;
- II) atingido *plateau* de produção da FPSO #3, na área de Iracema Sul, 13 meses após o início de produção, e antes do inicialmente previsto;
- III) início antecipado da operação da FPSO #4, na área de Iracema Norte;
- IV) execução de medidas de mitigação para garantir a entrega atempada das restantes unidades, nomeadamente das FPSO replicantes;
- V) conclusão dos trabalhos de instalação do gasoduto com ligação a Cabiúnas, que deverá iniciar operações durante o primeiro semestre de 2016.

Ainda no projeto Lula/Iracema, durante 2015 o consórcio para o bloco BM-S-11, em conjunto com a Petrobras, Petróleo Brasileiro, S.A. (Petrobras) que detém 100% da área da Cessão Onerosa e a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), submeteram à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Acordo de Individualização da Produção, sendo a decisão esperada durante o ano de 2016.

DISTRIBUIÇÃO DAS FPSO NO CAMPO LULA/IRACEMA



Na área de Lula Piloto, a produção da FPSO #1 está a operar com cinco poços produtores e cinco poços injetores, dos quais dois poços de injeção alternada de água e gás (WAG), um poço de injeção de gás e dois poços de injeção de água. No decurso do ano, verificou-se a presença de produção de água num dos poços ligados à FPSO, o poço horizontal P8H. A análise efetuada permitiu concluir que este efeito é resultado da injeção de água no reservatório, dada a elevada permeabilidade da área e a proximidade entre o poço injetor e o poço produtor horizontal. Não obstante este efeito, a FPSO operou de forma estável. Devido à interligação do teste de longa duração (EWT) do Lula Oeste, e à conexão de mais um poço produtor, ambos previstos para o primeiro semestre de 2016, é esperado que esta FPSO se mantenha em plateau pelo menos até 2019, um total de sete anos em plateau.

Na área de Lula NE e no final de 2015, estavam interligados à FPSO #2 seis poços produtores e cinco poços injetores, de um total de 14 poços de desenvolvimento, dos quais oito são produtores.

Na área de Iracema Sul, a FPSO Cidade de Mangaratiba (FPSO #3) atingiu o plateau de produção em novembro, com a conexão do quinto poço produtor e apenas 13 meses após o início de operação. No final de 2015, estavam interligados à FPSO #3 cinco poços produtores e cinco poços injetores, de um total de 16 poços de desenvolvimento, dos quais oito poços produtores.

Na área de Iracema Norte, a FPSO Cidade de Itaguaí (FPSO #4) iniciou produção no final de julho. No final de 2015, a produção da FPSO #4 ascendeu a cerca de 90 kbopd, proveniente de três poços produtores. No final do ano, estavam também conectados três poços injetores. O plano de desenvolvimento contempla a interligação de 17 poços, dos quais 14 já foram perfurados.

FPSO CIDADE DE ITAGUAÍ

No decurso de 2015, prosseguiram os trabalhos de construção das restantes unidades FPSO destinadas a este projeto.

Já durante fevereiro de 2016, a FPSO Cidade de Maricá (FPSO #5), iniciou produção na área de Lula Alto, através de um poço produtor. Esta unidade foi convertida nos estaleiros da China Ocean Shipping Company (COSCO), na China, enquanto os restantes trabalhos de integração foram realizados no estaleiro da Brasa, no Brasil. No que concerne ao plano de desenvolvimento de poços desta área, o consórcio concluiu até ao final de 2015 a perfuração de seis poços produtores e quatro poços injetores de um total de 17 poços de desenvolvimento previstos.

A FPSO Cidade de Saquarema (FPSO #6), unidade afeta à área de Lula Central com entrada em produção prevista para meados de 2016, encontra-se no estaleiro da Brasa, no Brasil, onde estão a ser concluídos os trabalhos de integração dos topsides. Esta unidade foi convertida no estaleiro da Chengxi, na China.

Unidades FPSO replicantes

A aplicação do conceito de replicação de uma unidade FPSO, é um conceito inovador na indústria petrolífera, que permite entre outros uma elevada estandardização dos componentes e otimizar os trabalhos de engenharia associados.

Das seis unidades replicantes em construção, é esperado que três FPSO sejam alocadas ao campo Lula.

As unidades replicantes destinadas ao projeto Lula/Iracema têm entrega prevista a partir de 2017, antecipando-se que sejam alocadas às áreas Sul, Extremo Sul e Norte do campo Lula.

Durante o ano de 2015, deu-se continuidade à colocação dos topsides no casco da unidade alocada à área de Lula Sul, no estaleiro da Brasfels, no Brasil, sendo necessária apenas a integração dos módulos de compressão e injeção de CO₂ e gás. É de destacar a chegada do casco da unidade prevista para a área de Lula Norte ao estaleiro da Offshore Oil Engineering Co. Ltd (COOEC), na

FPSO REPLICANTE

China, onde estão a ser realizados os trabalhos de integração dos topsides. Relativamente à unidade afeta à área de Lula Extremo Sul, prosseguiram os trabalhos de construção do casco desta unidade no estaleiro da COSCO, na China.

Durante o ano de 2015, o consórcio adjudicou o contrato para a construção de módulos de compressão e injeção de CO₂ e gás, previamente atribuído à IESA Óleo e Gás S.A. (IESA). Desta forma, foram divididos os trabalhos de construção em três partes, tendo sido adjudicada a sua contratação à COSCO e à BJC Heavy Industries Plc (BJC), estando a atribuição de uma terceira parte sujeita à avaliação de desempenho destas empresas.

Relativamente ao contrato para os trabalhos de integração da unidade prevista para a área de Lula Norte, os trabalhos foram transferidos para o estaleiro da COOEC durante o segundo trimestre de 2015, como solução encontrada entre o consórcio do bloco BM-S-11 e da Integra Offshore para garantir a sua execução.

Infraestrutura de exportação de gás natural

Os projetos de desenvolvimento no pré-sal da bacia de Santos são projetados de forma a permitir que o gás natural produzido é injetado no reservatório ou exportado via gasoduto para onshore. Atendendo às características dos equipamentos instalados nas unidades FPSO, nomeadamente a capacidade de compressão e injeção de gás natural no reservatório, e aos poços de injeção previstos nos planos de desenvolvimento, o consórcio tem flexibilidade para gerir a produção, não se esperando restrições relativas ao escoamento do gás natural.

A produção de gás natural no projeto Lula/Iracema é parcialmente exportada para onshore, nomeadamente para o abastecimento do mercado doméstico brasileiro, enquanto a restante é reinjetada como forma de manter a pressão no reservatório, sendo esperado um impacte positivo ao nível da gestão do reservatório a longo prazo, aumentando a sua produtividade total durante o ciclo de produção. Os projetos Lula Piloto e Lula NE estão interligados ao gasoduto Lula-Mexilhão, que se encontra em operação desde 2011.

Durante o ano de 2015, a Petrobras concluiu o projeto de adequação

da plataforma fixa de Mexilhão, o qual teve como objetivo a instalação de um novo *riser* exclusivo para o gás natural do pré-sal, de forma a ampliar a capacidade da plataforma, a qual passará a atuar como um *hub* de gás do pré-sal. No segundo semestre de 2017 são esperados novos trabalhos na plataforma com o objetivo de aumentar a capacidade de produção de 7,5 para 10 milhões de metros cúbicos (mm^3)/dia.

EXPORTAÇÃO DE GÁS NATURAL NA BACIA DE SANTOS



A Galp participa ainda no projeto para o segundo gasoduto que permitirá a exportação de gás natural do pré-sal da bacia de Santos, de forma a permitir uma melhor gestão do escoamento do gás natural produzido na região e aumentando a flexibilidade operacional.

Os trabalhos de construção deste gasoduto, com ligação a Cabiúnas, tiveram início em 2014, após a obtenção das licenças necessárias por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O gasoduto, que tem uma capacidade de exportação de cerca de 15 mm^3 de gás natural por dia, deverá iniciar operações durante o primeiro semestre de 2016, estando já instalado e em fase de comissionamento.

Oportunidades de maximização de valor

A Galp e os seus parceiros estão comprometidos com a prossecução de oportunidades de criação de valor nos seus projetos, fomentando uma forte cultura de I&T, nomeadamente através da utilização de tecnologia que permita encontrar e desenvolver petróleo e gás, melhorar os processos de produção e reduzir o risco operacional e os custos associados, sendo prioridade de todas as equipas de pesquisa e tecnologia a segurança e fiabilidade dos equipamentos e operações.

Neste contexto, os desenvolvimentos tecnológicos realizados no pré-sal têm sido reconhecidos e referenciados, nomeadamente pelo incremento da eficiência conseguida nas operações de avaliação e desenvolvimento, pelas metodologias aplicadas à gestão dos reservatórios e pelos resultados obtidos na otimização da produção.

Maior eficiência nas atividades de perfuração e completação

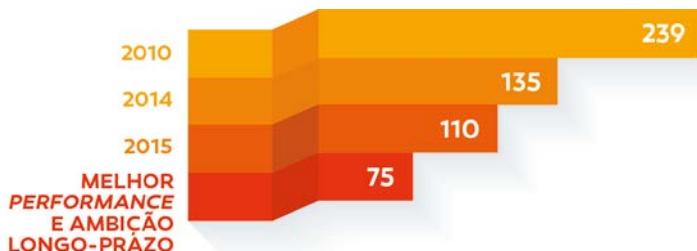
Os desenvolvimentos alcançados até à data já permitiram a redução da duração média dos tempos de perfuração e completação dos poços realizados. Em Lula/Iracema, a duração média das atividades de perfuração e completação desceram de 239 dias em 2010 para cerca de 110 dias em 2015, representando um ganho de 46% de eficiência média destas atividades em apenas cinco anos.

De facto, o melhor desempenho até à data conseguido pelo consórcio, foi alcançado em 2015 na área de Lula Central, com um poço perfurado e completado em apenas 75 dias.

Ainda que exista alguma heterogeneidade entre as áreas onde será necessário realizar os poços, o objetivo do consórcio é reforçar continuamente a curva de aprendizagem de modo a obter ganhos adicionais de eficiência nestas operações.

Representando estas atividades um peso expressivo no total de investimentos considerados para o desenvolvimento dos projetos, o consórcio mantém-se focado na melhoria das atividades que permitam o aumento da eficiência das operações. Exemplo destas atividades é a otimização do design dos poços e do planeamento das operações, a redução dos períodos não-operativos, como consequência da maior experiência das tripulações, e a estratégia de utilização de sondas especializadas e alocadas às diferentes fases do poço.

DURAÇÃO MÉDIA DE PERFURAÇÃO E COMPLETAÇÃO (DIAS)



Campanha sísmica 4D

Em 2015 e após a aprovação concedida pelo IBAMA, o consórcio deu início aos trabalhos de aquisição de sísmica 4D, os quais decorreram durante cerca de quatro meses, sendo previsto que o levantamento dos dados esteja concluído em 2016. Desta forma, será possível aprofundar os conhecimentos relativos à distribuição espacial das características dos reservatórios, com o objetivo de definir as melhores condições e possibilidades de produção, fornecendo informações sobre a variação de saturação de fluidos e pressão ao longo da fase de desenvolvimento, permitindo definir a localização de poços produtores e injetores.

Separação de dióxido de carbono associado ao gás natural

A longo da fase de desenvolvimento verificou-se, em alguns poços do pré-sal, que a produção estava também associada a CO₂, o qual é separado através de um sistema de membranas que separam as moléculas por permeação seletiva. O CO₂ separado é reinjetado no reservatório com o objetivo de aumentar a pressão e produtividade, evitando a sua emissão para a atmosfera.

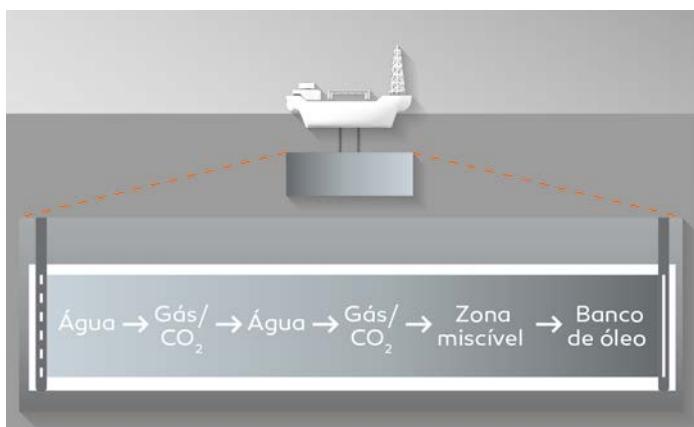
Injeção WAG

A tecnologia WAG constitui um elemento chave nos esforços do consórcio em explorar o potencial dos mecanismos de recuperação avançada de petróleo. Este processo envolve a injeção de água e gás, alternadamente e durante determinados períodos de tempo, com o objetivo de aumentar a recuperação de petróleo. Em particular, quando o gás injetado é rico em CO₂, origina uma redução do óleo residual e uma redução da sua viscosidade facilitando o seu deslocamento para o poço produtor, ao mesmo tempo que se controla a pressão do reservatório.

No projeto Lula Piloto, o processo de injeção WAG foi iniciado em 2013, tendo sido alcançado o recorde mundial de profundidade de injeção de gás.

O impacto da injeção WAG deverá ser incorporado na expectativa de recuperação final do petróleo do campo de forma sustentada ao longo dos anos, permitindo uma otimização da gestão do reservatório.

PROCESSO WAG



Desenvolvimento de risers resistentes à corrosão e fadiga

No projeto de Lula NE foram instalados risers rígidos apoiados diretamente na *buoyancy supported riser* (BSR), os primeiros risers do tipo *Steel Catenary Risers* (SCR) que utilizam tubos de aço-carbono, internamente revestidos com uma camada resistente à corrosão. Estes risers foram instalados pelo método de carretel, com a vantagem de instalar a uma velocidade superior à dos métodos convencionais.

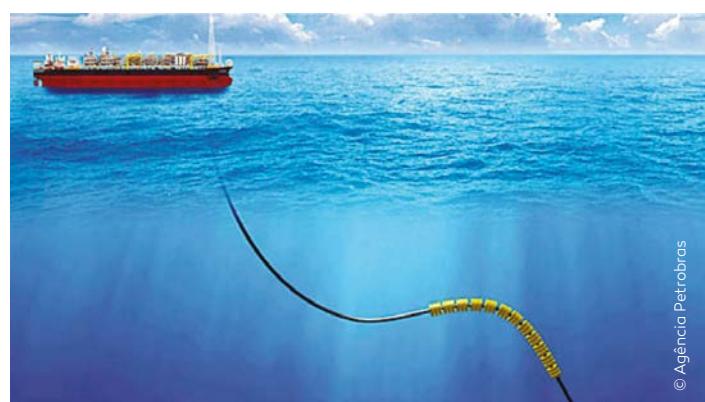
Já na área de Iracema Sul, foi instalado um riser flexível a 2,2 km, a maior profundidade registada, composto por um tubo multicamada, ou seja, constituído por partes em material metálico e partes em material polimérico, tendo passado por um desenvolvimento específico de forma a resistir à corrosão.

De destacar que a experiência conseguida até à data tem demonstrado que as especificações e tecnologias consideradas nos risers utilizados nos projetos em desenvolvimento pelo consórcio BM-S-11 têm vindo a permitir um aumento da sua vida útil, para lá do que inicialmente foi considerado na sua certificação, o que poderá representar ganhos futuros nas operações de manutenção das áreas de produção.

Otimização dos sistemas de instalação de risers

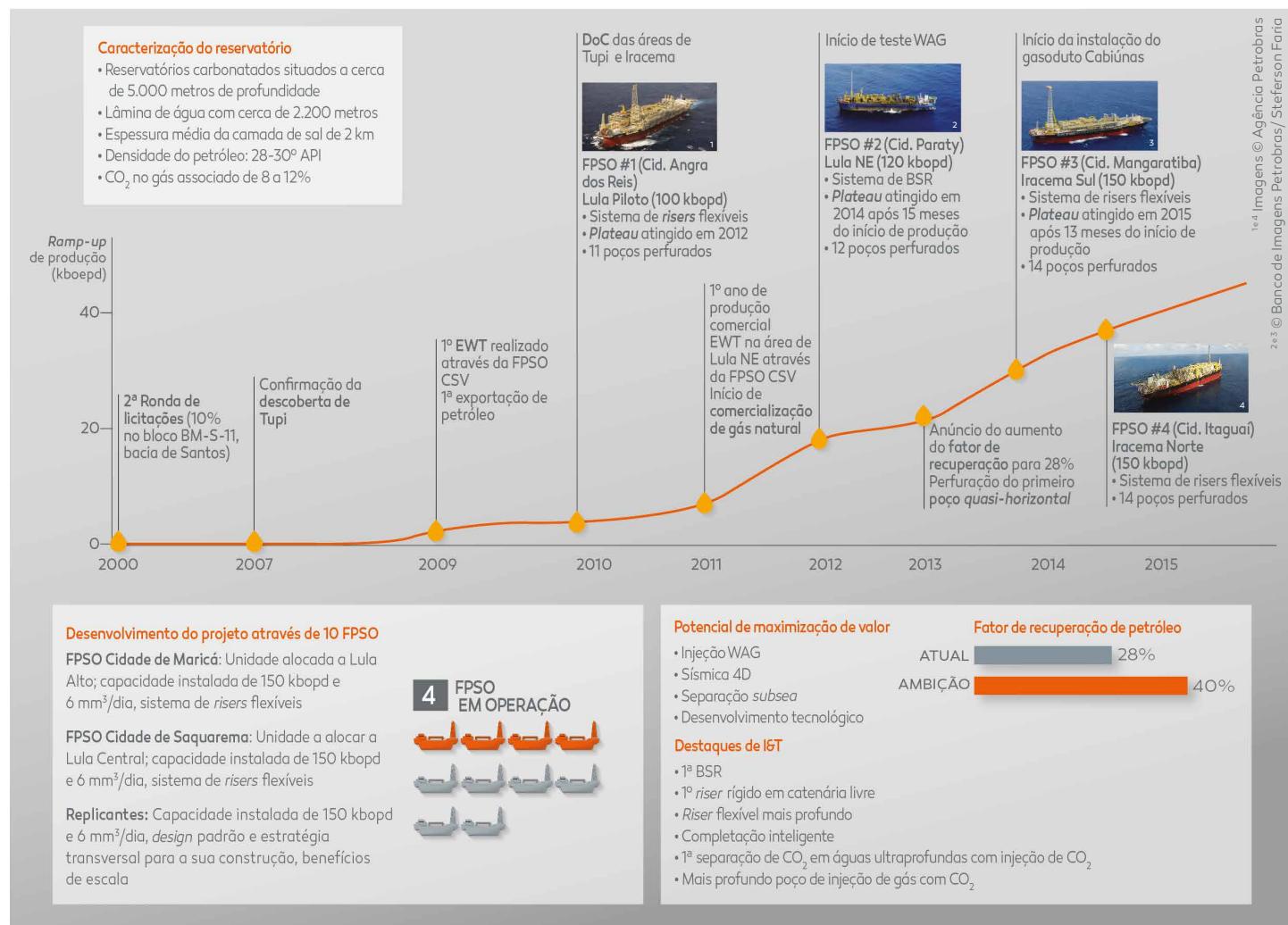
No projeto Lula/Iracema, o consórcio procura otimizar a instalação de risers, nomeadamente através da utilização do sistema de utilização em catenária livre. Este sistema tem como objetivo a diminuição do nível de tração no topo, através da utilização de flutuadores distribuídos num intervalo central que fazem com que o sistema assuma uma forma ondulada e a secção inferior do riser permaneça em catenária, apoiado no fundo do mar. Os flutuadores aliviam a tração no topo do riser e diminuem a movimentação no ponto de contacto com o solo, aumentando a vida útil do riser e evitando a compressão dinâmica.

SISTEMA DE UTILIZAÇÃO EM CATENÁRIA LIVRE



Tecnologia pioneira de separação subsea

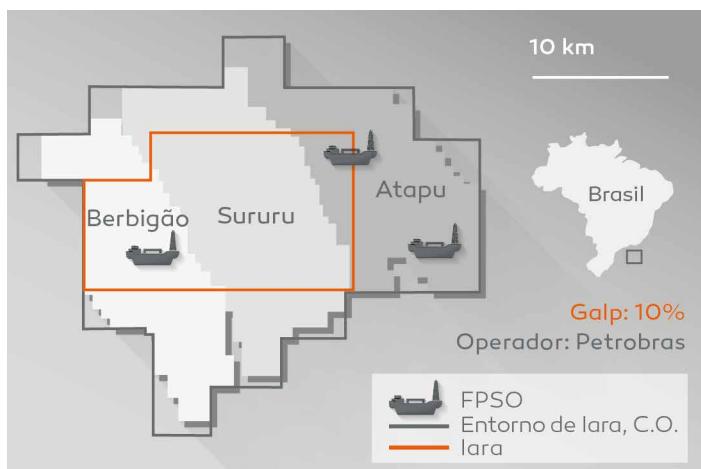
A Galp e os seus parceiros têm estudado o desenvolvimento de tecnologia de separação *subsea* de petróleo e gás natural, a qual permitirá reduzir custos e aumentar a produção. Este tipo de tecnologia pioneira, permitirá que ao separar o petróleo e água ainda no fundo do mar, esta pode ser reinjetada no reservatório, reduzindo o número de equipamentos utilizados à superfície nas unidades de produção, diminuindo assim os respetivos custos operacionais.



Iara, bloco BM-S-11

Na área de Iara, no pré-sal da bacia de Santos, os trabalhos do consórcio continuam focados no desenvolvimento gradual e aumento do conhecimento dos campos. No ano de 2015, destaca-se a entrega do plano de desenvolvimento para as acumulações Atapu, Berbigão e Sururu à ANP.

CAMPOS NAS ÁREAS DE IARA E ENTORNO DE IARA



Em junho de 2015 foram submetidos os planos de desenvolvimento para as três acumulações na área de Iara (BM-S-11) e que se estendem para a área de Entorno de Iara (Cessão Onerosa), designadas Atapu, Berbigão e Sururu à ANP após ter sido declarada a sua comercialidade em dezembro de 2014. O consórcio aguarda a aprovação da ANP.

Para o desenvolvimento inicial da área de Grande Iara está prevista a instalação de três FPSO replicantes, duas das quais a iniciar produção em 2018, nas áreas de Atapu Sul e Berbigão/Sururu. A localização da terceira unidade FPSO está pendente de avaliação técnica adicional.

Durante o ano de 2015 foram realizados um poço para aquisição de dados do reservatório (RDA) e dois drill stem test (DST).

A perfuração do poço RDA-4 na área de Berbigão foi realizada durante o primeiro semestre de 2015 com o objetivo de melhorar o conhecimento sobre o reservatório e avaliar a extensão do mesmo. Após a perfuração, iniciou-se, em agosto, um DST na mesma área a fim de identificar a pressão, a permeabilidade e a produtividade desta área do reservatório.

Foi também realizado um DST em Atapu que contribuiu para aumentar o conhecimento sobre aquela área.

De forma a aumentar os conhecimentos relativos à área de Sururu está a decorrer aquisição sísmica triazimutal, uma técnica que permite obter resultados de alta qualidade e definição. O consórcio prevê a realização de um RDA e um DST em 2016, por forma a aumentar o conhecimento acerca das características do reservatório nesta área.

Sépia Leste e Júpiter/Bracuhy, bloco BM-S-24

O bloco BM-S-24 é constituído pelas áreas de Sépia Leste e Júpiter/Bracuhy. Em Sépia Leste, destaca-se a submissão da DoC relativa à área unitizável com Sépia (100% Cessão Onerosa). Relativamente à área de Júpiter, o período exploratório foi alargado por cinco anos, após requisição à ANP.

BLOCO BM-S-24



Sépia Leste

Relativamente à área de Sépia Leste, salienta-se a submissão da DoC à ANP, após ter sido concluída a atividade exploratória de Sépia, que revelou excelentes características de porosidade, permeabilidade e óleo de elevada qualidade.

Ainda durante o ano de 2015, iniciou-se o processo de unitização relativo às áreas de Sépia (100% Petrobras), cuja DoC foi submetida em setembro de 2014, e Sépia Leste com vista ao desenvolvimento conjunto do campo, através de um Acordo de Individualização da Produção (AIP).

O consórcio prevê a submissão do plano de desenvolvimento de Sépia/Sépia Leste em 2016, prevendo-se ainda a realização de um EWT durante o ano. O início da produção da área de Sépia é esperado em 2020.

Júpiter/Bracuhy

Em 2015, o consórcio requereu à ANP a extensão do período exploratório, em cinco anos, para submissão da DoC da área de Júpiter, a qual foi concedida no início de 2016. Desta forma, o consórcio poderá analisar de forma mais aprofundada os resultados já obtidos da referida área e realizar estudos tecnológicos.

O consórcio está também a realizar diversos projetos tecnológicos, essencialmente focados em reservatórios, infraestruturas e transporte de CO₂, garantia de escoamento e metalurgia para apoiar o plano de desenvolvimento da área de Júpiter.

Carcará, bloco BM-S-8

Na área de Carcará, também situada no pré-sal na bacia de Santos, o consórcio deu continuidade ao plano de avaliação da área para melhor definir o plano de desenvolvimento para a área.

BLOCO BM-S-8, CARCARÁ



Em 2015, destaca-se a perfuração de dois poços de avaliação e a realização de um DST.

O consórcio do bloco BM-S-8 concluiu durante o ano a segunda fase de perfuração do poço de avaliação Carcará Noroeste (NW) e a perfuração do poço Carcará Norte, tendo ambos os poços revelado a existência de colunas de petróleo leve sem existência de contaminantes, em reservatórios carbonáticos de excelente qualidade. Os resultados comprovaram tratar-se da extensão para norte e oeste da descoberta Carcará.

Após a conclusão da perfuração do poço Carcará Norte, foi realizado um DST em dois intervalos do reservatório, tendo este sido o primeiro teste de formação efetuado na descoberta. Os resultados obtidos evidenciaram excelentes níveis de produtividade, estimando-se que o potencial de produção do poço seja equivalente ao alcançado pelos melhores poços produtores do pré-sal da Bacia de Santos, reforçando a previsão de desenvolvimento comercial da descoberta.

Os poços Carcará Norte e Carcará NW foram perfurados através de equipamento adequado para as características do reservatório, nomeadamente para elevadas pressões, através do equipamento *managed pressure drilling* (MPD).

O consórcio prevê a submissão da DoC até março de 2018.

Moçambique

As descobertas realizadas na Área 4, conjuntamente com as descobertas no bloco adjacente, a Área 1, posicionam Moçambique como uma das regiões de maior relevo para a produção de gás natural a nível mundial, tendo sido identificados cerca de 85 biliões de pés cúbicos (tcf) de gás no jazigo (GIIP) na área 4.

O plano inicial de desenvolvimento da área 4 na bacia do Rovuma prevê a instalação de uma unidade FLNG para o projeto Coral e de dois trains onshore de GNL para o projeto Mamba.

Durante o ano de 2015, o consórcio da área 4 prosseguiu com a preparação da primeira fase de desenvolvimento do projeto offshore Coral, incluindo as negociações relativas aos contratos de EPCIC bem como do contrato de venda de GNL.

O consórcio esteve também em negociações com o Governo de Moçambique relativamente ao plano de desenvolvimento da referida área, que foi aprovado durante fevereiro de 2016.

ÁREA 4



No que respeita ao projeto onshore Mamba, continua em curso o processo de preparação das propostas para os trabalhos de EPCIC. De destacar durante o ano de 2015 a conclusão do acordo entre os parceiros dos projetos de Mamba (Área 4) e de Prosperidade (Área 1), encontrando-se a aprovação do acordo pendente da apreciação pelo Governo de Moçambique.

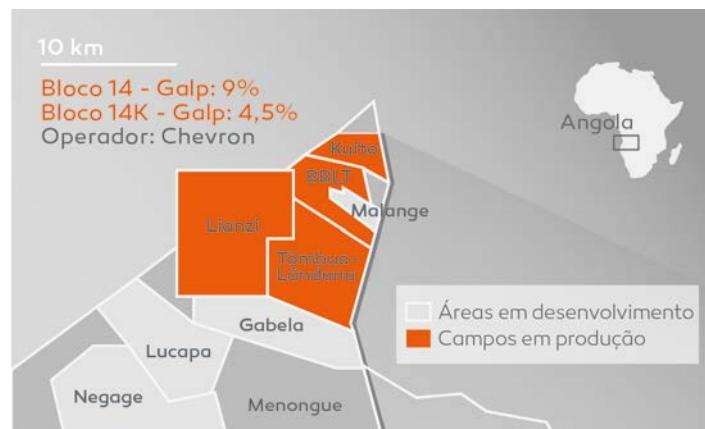
De destacar que para o desenvolvimento dos dois projetos de GNL, Coral offshore FLNG e Mamba Onshore LNG, a Galp integra vários quadros técnicos nas equipas de desenvolvimento dos *front-end engineering and design* (FEED) em conjunto com o operador.

A Galp está presente no consórcio concessionário da Área 4 com um participação de 10%, tendo como seus parceiros a Eni East Africa (operador) com uma participação de 70%, e a Kogas e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) que detêm 10% cada. A China National Petroleum Corporation (CNPC) detém uma participação indireta de 20% através da Eni East Africa.

Angola

A Galp detém ativos em desenvolvimento nos blocos 14, 14k e 32, tendo atualmente duas plataformas de produção no bloco 14 e 14K cuja capacidade de produção total é de 355 kbopd. No bloco 32, o consórcio prevê iniciar produção no ano de 2017.

BLOCOS 14/14K



Em 2015, a produção *working interest* em Angola foi de 9,8 kbopd, uma diminuição de 8% face ao período homólogo, impactada não só pela avançada fase de maturidade dos campos Benguela-Belize-Lobito-Tomboco (BBLT) e Tômbua-Lândana (TL), do bloco 14, como também pela paragem temporária na *compliant piled tower* (CPT) do campo BBLT no bloco 14.

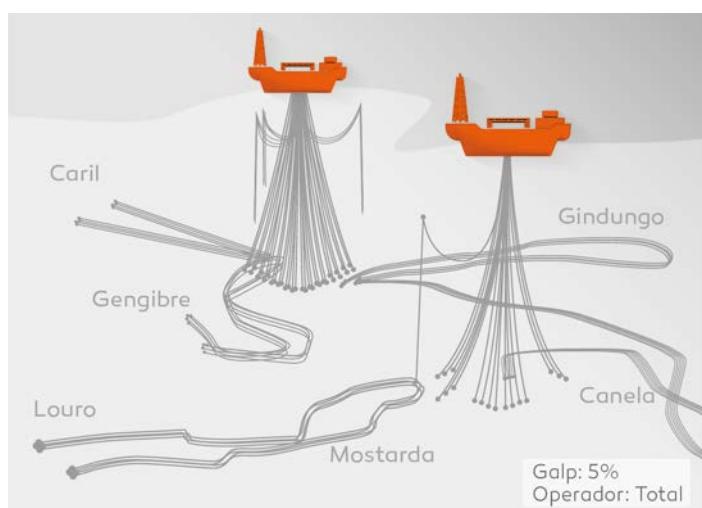
Durante o ano, foi concluído o *tie-back* do campo Lianzi à plataforma CPT do campo BBLT, no bloco 14, a qual foi por isso sujeita a uma paragem de 33 dias. O consórcio aproveitou esta paragem para realizar trabalhos de manutenção na plataforma. O campo Lianzi, no bloco 14k, iniciou produção em outubro com três poços produtores e um poço injetor.

Após a reavaliação do projeto relativo ao campo BBLT e Tômbua-Lândana, e com o objetivo de redução de custos, o consórcio tomou a decisão de adiar as atividades de perfuração previstas durante o ano.

Relativamente ao bloco 32, o consórcio continuou as atividades de desenvolvimento do projeto Kaombo, destacando-se o início da campanha de perfuração durante o último trimestre de 2015.

Durante o ano, o consórcio também procedeu à negociação dos termos fiscais do contrato de partilha de produção, de forma a otimizar o desenvolvimento do bloco. O projeto prevê a instalação de duas FPSO ambas com um capacidade de produção de 125 kbopd. A conversão destas FPSO está a decorrer em Singapura e prevê-se o inicio de produção em 2017 para a unidade a instalar em Kaombo Norte e 2018 para a FPSO a ser alocada a Kaombo Sul.

CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO DO BLOCO 32



Ativos em exploração

A criação de valor através das atividades de exploração continua a ser um dos objetivos estratégicos da Galp, nomeadamente através da identificação e maturação dos prospetos atualmente no portefólio e da perfuração daqueles com potencial relevante.

Em 2015, a Galp concentrou a sua campanha de perfuração nos *plays* exploratórios identificados anteriormente, nomeadamente nas bacias de Santos, Potiguar e Amazonas, no Brasil.

Em 2016, a Galp dará continuidade às atividades exploratórias, com destaque para a perfuração do primeiro poço de exploração no offshore de Portugal.

Brasil

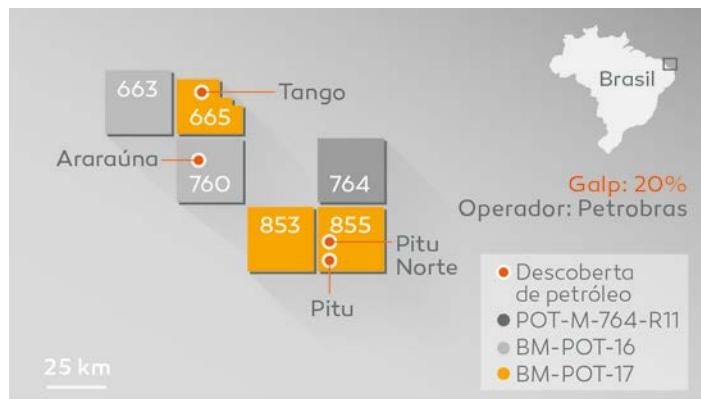
BACIAS EXPLORATÓRIAS EM QUE A GALP PARTICIPA



No bloco BM-S-8, na bacia de Santos, as atividades executadas durante 2015 foram orientadas para a avaliação na área de Carcará. Em 2017, prevê-se a perfuração do prospeto exploratório Guanxuma.

Na bacia offshore de Potiguar, onde a Galp detém uma participação de 20%, o consórcio concluiu em 2015 a perfuração do poço de avaliação Pitu Norte, na licença BM-POT-17. Os resultados comprovaram a extensão da descoberta de Pitu, que confirmou as boas condições de permeabilidade e porosidade do reservatório. Ainda nesta licença, o consórcio prevê a aquisição de sísmica 3D numa extensão de 7.180 quilómetros quadrados (km^2) em 2016/2017 para prosseguir a interpretação do potencial de prospeção da área de Pitu e Tango.

BACIA DE POTIGUAR OFFSHORE



Na licença BM-POT-16, o plano de avaliação para o prospeto Araraúna prevê a perfuração de um poço de exploração, bem como a aquisição de dados sísmicos 3D numa extensão de 8.695 km^2 até 2018.

Na bacia offshore de Pernambuco, onde a Galp detém uma participação de 20% em dois blocos, foi garantida a extensão do período exploratório até 2017.

Na bacia offshore de Barreirinhas, onde a Galp detém uma participação de 10%, o consórcio prosseguiu com a interpretação da sísmica 2D adquirida, e iniciou a campanha de aquisição sísmica 3D de 2.500 km^2 .

Na bacia onshore de Amazonas, o consórcio (Galp (40%), Petrobras (60%)) prosseguiu a campanha de perfuração exploratória com o objetivo de analisar o potencial da área, tendo concluído a perfuração de dois poços. No decorrer do ano, o consórcio devolveu duas áreas de exploração (AM-T-85 e AM-T-62), e reteve a área AM-T-84 após a descoberta de hidrocarbonetos, nomeadamente de gás natural, sobre a qual existe o compromisso de perfuração de um poço em 2016.

Angola

Em Angola, a Galp detém ativos em exploração nos blocos 14 e 32, localizados offshore.

No final de 2015, o consórcio do bloco 32 iniciou negociações com a concessionária para extensão da primeira fase do período exploratório daquela área por mais dois anos.

Portugal

O portefólio de exploração em Portugal inclui atualmente sete blocos offshore, nas bacias do Alentejo e de Peniche.

Nos três blocos localizados na bacia do Alentejo operados pela Eni, nomeadamente, Santola, Lavagante e Gamba, os trabalhos durante o ano concentraram-se na maturação dos prospectos e preparação da perfuração do primeiro poço de exploração, Santola-1, cuja perfuração deverá iniciar durante o ano de 2016.

BACIA DO ALENTEJO



Na bacia de Peniche, a Galp detém uma participação de 30% nos blocos Camarão, Amêijoia, Mexilhão e Ostra. O consórcio concluiu em 2015 a aquisição de sísmica 3D e iniciou o processo de reinterpretação de prospetos na área de Camarão. A decisão de perfuração de um poço de exploração na área deverá ser tomada até 2017.

São Tomé e Príncipe

BLOCO 6



A Galp adquiriu em 2015 uma participação de 45% e a operação no bloco 6, no offshore de São Tomé e Príncipe, estando o bloco localizado em profundidades de água de até 2.500 metros, numa área de 5.024 km².

A Galp assumiu a operação do bloco e uma participação de 45%, a Kosmos Energy Ltd. 45% e a ANP, em representação do Governo, uma participação de 10%.

O consórcio prevê a realização de atividades de aquisição sísmica de forma a aumentar o conhecimento sobre a prospetividade do bloco.

Namíbia

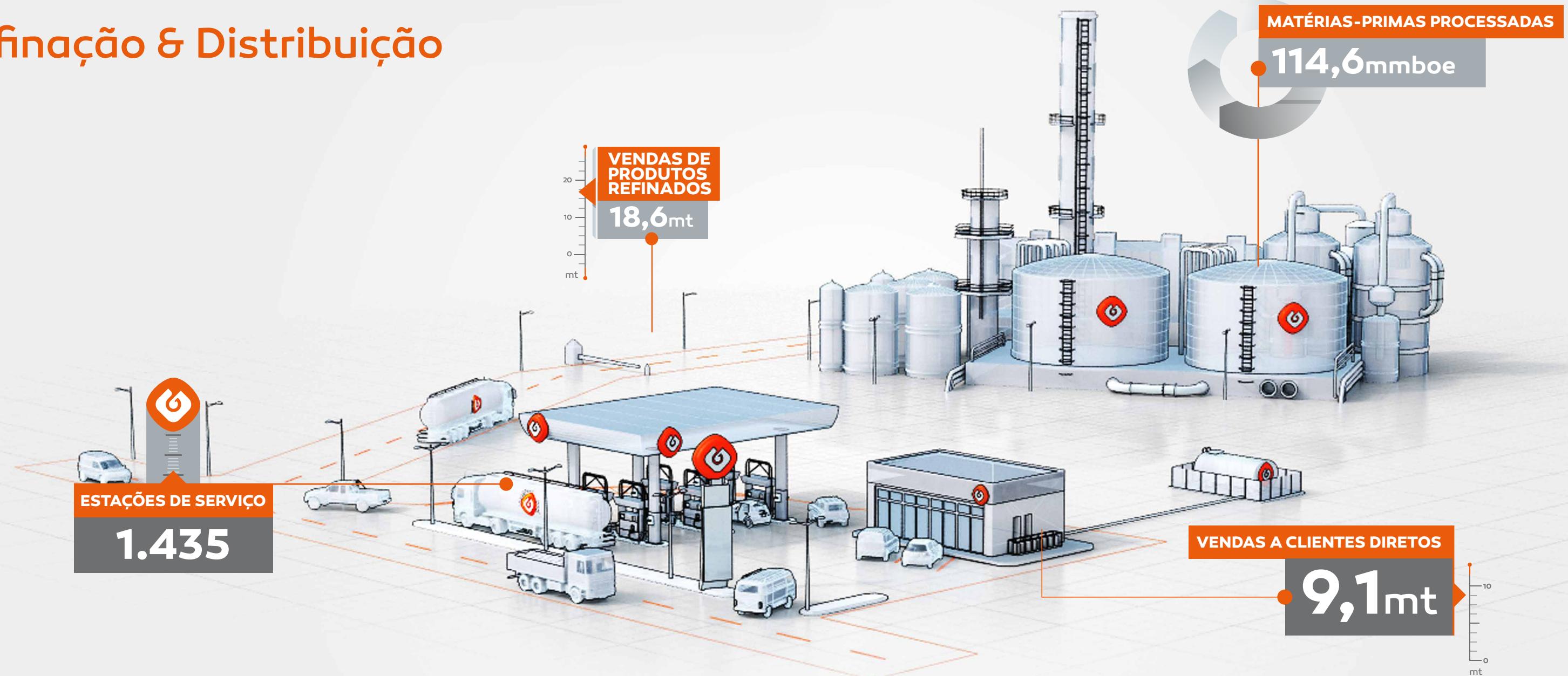
Na Namíbia, com base nos dados obtidos na campanha exploratória realizada em 2013, a Galp encontra-se a avaliar a continuidade das atividades exploratórias na região.

Timor-Leste

Em Timor-Leste, a Galp está presente no bloco E, onde detém uma participação de 10%. Em 2015, o consórcio garantiu a extensão do período de exploração até 2017, de forma a consolidar o conhecimento sobre a área e maturar os prospetos já identificados.

3.2

Refinação & Distribuição



Objetivos estratégicos

- Integrar as atividades de refinação e distribuição, alinhando o perfil e o volume de produção com o perfil e volume de vendas.

- Focalizar na eficiência energética e na otimização processual do aparelho refinador, com reforço na redução de custos e de capital empregue.

- Assegurar a competitividade das operações de distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica.

- Aumentar as vendas nos mercados internacionais, beneficiando nomeadamente do crescimento previsto para o mercado africano.

- Maximizar a geração de cash flow e alocação do mesmo aos negócios em expansão na Empresa.

Destaques em 2015

- O ano de 2015 foi marcado pela recuperação das margens de refinação no mercado internacional, tendo a margem de refinação da Empresa atingido os \$6 por barril de petróleo equivalente (boe) no ano, beneficiando do investimento passado na conversão das refinarias.
- Recuperação de 2% do mercado ibérico de produtos petrolíferos, beneficiando da retoma económica verificada na região.
- Desenvolvimento da proposta de valor da Empresa na atividade de comercialização de produtos petrolíferos, através de ações de angariação e fidelização de clientes.
- Continuação da implementação de medidas de eficiência energética e operacional, que permitiram à Empresa aumentar a rentabilidade dos seus ativos.

PRINCIPAIS INDICADORES	2013	2014	2015
Materias primas processadas (kboe)	101.554	92.864	114.572
Margem de refinação Galp (\$/boe)	1,9	2,8	6,0
Custos cash da refinação ¹ (\$/boe)	2,4	2,6	1,7
Impacto da cobertura da margem de refinação ² (\$/boe)	0,1	0,1	(0,8)
Vendas de produtos refinados (mt)	17,2	16,8	18,6
Vendas a clientes diretos (mt)	9,5	9,1	9,1
Número de estações de serviço	1.435	1.449	1.435
Número de lojas de conveniência	830	834	832
Ebitda RCA (€ m)	311	412	800
Ebit RCA (€ m)	5	99	526
Investimento (€ m)	153	108	110

¹Excluindo impacto das operações de cobertura da margem de refinação.²Impacto em Ebitda.

A Galp opera um negócio de refinação e distribuição integrado. O seu sistema refinador consiste em duas refinarias em Portugal, recentemente sujeitas a um processo de conversão, estando a maior parte da sua atividade de distribuição localizada na Península Ibérica, permitindo a criação de sinergias e constituindo uma vantagem competitiva.

A sua vasta rede de distribuição de produtos petrolíferos faz da Galp um dos operadores de referência na região. A Empresa opera também em mercados selecionados em África na atividade de distribuição de produtos petrolíferos.

A Galp beneficia do acesso a vários terminais marítimos e detém parques de armazenagem em Portugal e em Espanha, com uma capacidade total de 8,8 mm³. A Empresa detém igualmente participações em empresas de logística em Portugal e beneficia do acesso a diversos oleodutos na Península Ibérica, com um total de 4,2 mil km.

Em Moçambique, a Galp iniciou a construção de dois terminais logísticos de receção e armazenagem de combustíveis líquidos, um na região da Beira e outro em Matola, que iniciarão operações em 2017. Estes projetos têm como objetivo desenvolver o negócio de distribuição de combustíveis no país, assegurando o acesso a um aprovisionamento competitivo e possibilitando inclusive a re-exportação para países vizinhos, reforçando a presença estratégica da Empresa na região. Os parques terão uma capacidade de armazenagem total de 111.000 metros cúbicos (m³).

O negócio de R&D é uma importante fonte de cash flow para a Galp. Desta forma as ações a implementar centrar-se-ão na maximização da rentabilidade das suas atividades, de forma a maximizar o cash flow por elas gerado e permitindo assim suportar o plano de expansão da Empresa, atualmente focado no negócio de E&P.

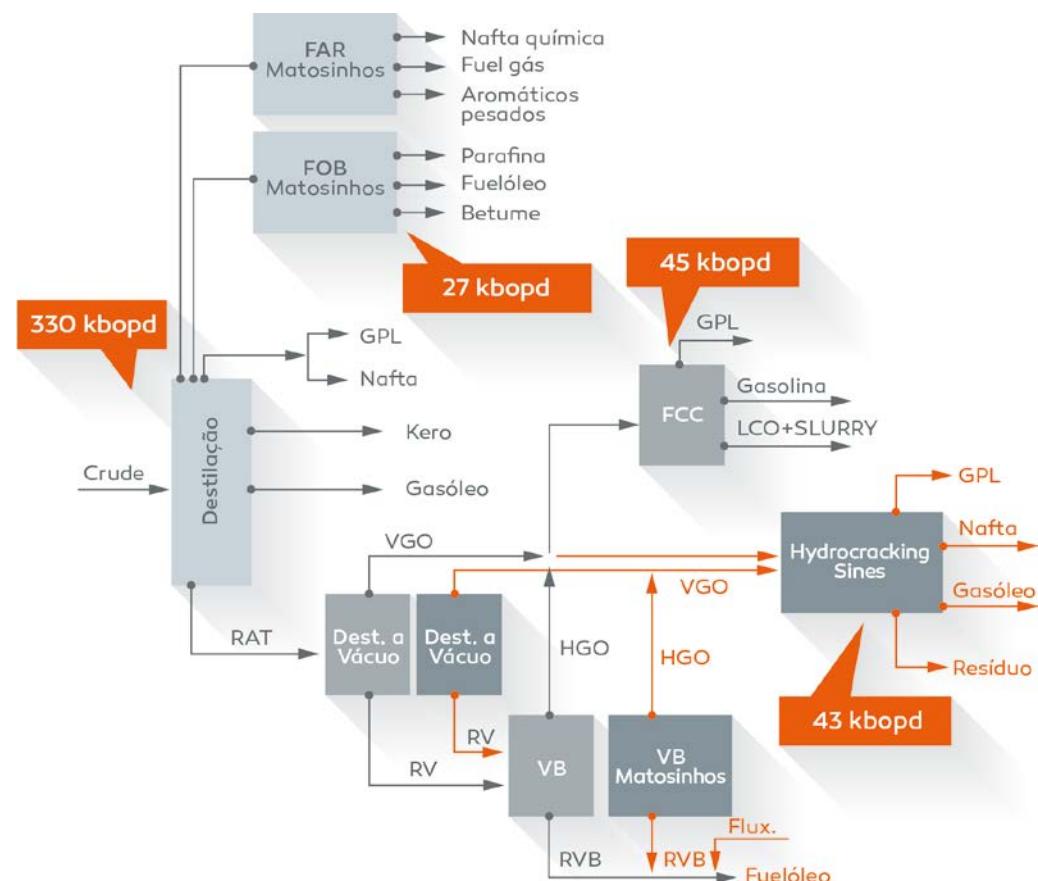
De destacar as ações que têm vindo a ser implementadas ao longo dos últimos anos, e que têm permitido aumentar o retorno do capital investido, nomeadamente na gestão de stocks e no controlo da dívida de clientes.

A Galp continua focada na maximização de valor ao longo da cadeia de petróleo, tendo vindo a reforçar a integração entre os negócios de produção e de aprovisionamento e *trading* de crude, estando este último integrado na estrutura de R&D. Neste sentido, a Empresa recebeu em 2015 o primeiro navio de posicionamento dinâmico, o NT Sallie Knutson, com uma capacidade de cerca de um milhão de barris e que integrará a logística própria de suporte ao levantamento da produção de petróleo na bacia de Santos. Os sistemas de posicionamento dinâmico permitem que o navio possa controlar automaticamente a sua posição relativa às unidades FPSO, requisito obrigatório para as operações de descarga de crude no offshore do Brasil. A Galp tem ainda contratadas outras duas unidades do tipo *dynamic producer* em regime *time charter*, que estarão disponíveis em 2017, as quais estão a ser construídas na Ásia.

Refinaria

O sistema refinador da Galp é composto por duas refinarias localizadas na costa ocidental portuguesa, em Sines e Matosinhos, com uma capacidade combinada para processar 330 kbopd. Com um índice de complexidade Nelson de 8,6, o aparelho refinador permite à Empresa flexibilidade quanto ao aprovisionamento e ao mix de produção, beneficiando das operações das unidades de hydrocracking e fluid catalytic cracking (FCC), na refinaria de Sines. A Galp conta ainda com uma unidade de aromáticos, com uma capacidade de 440 mil toneladas (kt)/ano, que produz matéria-prima para a indústria petroquímica e solventes de uso geral.

ESQUEMA DO APARELHO REFINADOR DA GALP

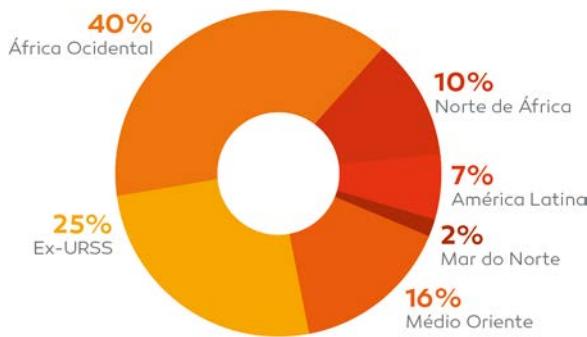


A elevada complexidade e flexibilidade do sistema refinador da Galp permitiu à Empresa tirar partido das condições de mercado, num ano em que a atividade de refinação beneficiou de um contexto favorável de margens de refinação na Europa. As unidades com maior conversão, o complexo de hydrocracking e o FCC, operaram perto da capacidade máxima ao longo do ano, reflexo da fiabilidade e disponibilidade das unidades.

De forma a maximizar a margem de refinação e considerando o perfil de produção objetivo, a Galp gera o aprovisionamento de crude e de outras matérias-primas, tendo sempre em atenção a diversificação do aprovisionamento e as especificações do seu sistema refinador, que tem atualmente uma maior capacidade de processamento de matérias-primas mais pesadas.

Importa referir que a política de diversificação no aprovisionamento de crudes permite igualmente mitigar potenciais efeitos de eventos específicos não programados, nomeadamente por perturbações no abastecimento por parte de certas regiões produtoras.

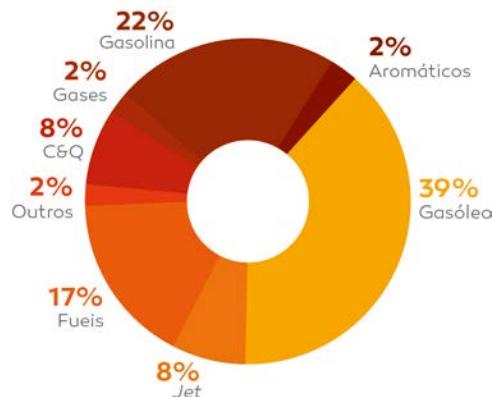
ORIGEM DO CRUDE EM 2015



Em 2015, foram processados cerca de 114,6 mmboe de matérias-primas, sendo que o crude representou 89% do total. Durante o ano, a Galp importou crudes provenientes de 17 países. Os crudos médios e pesados, que historicamente tendem a apresentar um custo mais baixo do que o dos crudos leves, representaram 82% do total.

Respondendo à procura dos seus mercados-alvo, os destilados médios e a gasolina foram os produtos com maior peso no perfil de produção da Empresa, representando 47% e 22% da produção total, respetivamente. Os consumos e quebras corresponderam a 8% do total de matérias-primas processadas.

PERFIL DE PRODUÇÃO EM 2015



Em 2015, destaca-se também o aumento da produção de *vacuum gas oil* (VGO), componente importante para a produção de destilados médios. Este aumento foi possível através de alterações processuais, de modificações na destilação para possibilitar a importação e tratamento de resíduo leve, alterações no modo de funcionamento do FCC e a eliminação de *slops* da refinaria de Sines, permitindo maximizar as oportunidades de acesso a este componente.

A Galp continua focada no objetivo estratégico de maximizar a eficiência energética e otimizar os processos do aparelho refinador. Em particular, a Empresa está a implementar medidas de eficiência energética nas refinarias de Sines e Matosinhos, que incidem sobre a otimização de equipamentos e processos, e no custo da energia.

A Galp continua a implementar o sistema de *Reliability Centered Maintenance* (RCM) em ambas as refinarias. Pretende-se o reforço da cultura de fiabilidade, organização e implementação de ações RCM de modo a aumentar a disponibilidade das unidades e a eficiência da atividade de refinação. Neste âmbito, destaca-se que já durante o primeiro semestre de 2016 a Galp procedeu a uma paragem na refinaria de Sines, para a substituição do catalisador do hydrocracker.

A Empresa está também a aplicar a metodologia *lean six sigma*, com vista à melhoria contínua, controlo da variabilidade do processo, combate ao desperdício e gestão do pessoal.

Comercialização de produtos petrolíferos

A atividade de comercialização de produtos petrolíferos está concentrada em mercados com valor acrescentado, nomeadamente na Península Ibérica, onde a Empresa detém uma posição de relevo, mas também em alguns países africanos, onde o crescimento esperado do mercado é atrativo e onde é possível desenvolver sinergias com outros negócios da Galp na região.

Ao longo de 2015, foram vendidas um total de 18,6 milhões de toneladas (mt) de produtos petrolíferos, um aumento de 10% relativamente a 2014, ano que foi impactado pela paragem planeada para manutenção da refinaria de Sines que por sua vez teve impacto na disponibilidade de produtos petrolíferos. As vendas a clientes diretos representaram cerca de 49% do total dos volumes vendidos, enquanto que as exportações e as vendas a outros operadores constituíram 33% e 18%, respetivamente. A atividade de comercialização de produtos petrolíferos manteve assim o seu contributo positivo para os resultados, beneficiando da recuperação do mercado na Península Ibérica.

As principais atividades de comercialização são operadas sob a própria marca Galp, tanto através da rede de estações de serviço da Empresa, como através de vendas diretas a clientes wholesale.

A Galp tem vindo a proceder à reorganização da estrutura da atividade de comercialização em Portugal e em Espanha, potenciando sinergias adicionais ao nível ibérico de modo a aumentar a competitividade e a eficiência operacional, bem como maximizar o retorno sobre o capital investido.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PORTUGAL



Vendas a clientes diretos

Na atividade de comercialização de produtos petrolíferos, a Empresa mantém-se focada na Península Ibérica e em alguns mercados específicos em África. É nestes mercados que a Empresa considera ser capaz de criar mais valor, considerando a qualidade e a vantagem geográfica dos seus ativos de refinação e logística.

Em 2015, as vendas a clientes diretos estiveram em linha face ao registado em 2014, totalizando 9,1 mt. Os volumes vendidos em África representaram cerca de 8% das vendas a clientes diretos.

No segmento de retalho, os volumes de vendas de produtos petrolíferos aumentaram 1%, nomeadamente na sequência da retoma económica verificada na Península Ibérica.

VENDAS DO SEGMENTO DE RETALHO (KT)



No âmbito da proposta de lei aprovada em 2015, que obrigou todas as estações de serviço em Portugal a comercializarem combustível não aditivado, a Galp adaptou a sua oferta de mercado, passando também a disponibilizar este tipo de combustível. A Empresa continua a vender combustíveis aditivados, mantendo-se fiel à sua proposta de valor e ao compromisso de qualidade de produtos e serviços que tem para com os seus clientes. Salienta-se que os combustíveis aditivados continuaram a representar a maioria dos volumes vendidos.

No final de 2015, a Galp detinha em Portugal uma quota de mercado de 30%, em linha com o período homólogo, mantendo assim a liderança no mercado de retalho. Em Espanha, a quota foi de 5% em 2015. A quota de mercado ibérica situava-se então em cerca de 10%.

Os produtos *non-fuel* comercializados na rede de estações de serviço, representaram em média 3% do total das vendas.

A Galp mantém a parceria de sucesso com o maior grupo de retalho alimentar em Portugal, a Sonae, que impactou 1,35 milhões de clientes no ano de 2015, um aumento de 30% face a 2014. Para este incremento contribuiu o lançamento do cartão Universo, que visa potenciar as sinergias existentes nas ofertas de valor de ambas as empresas.

A Empresa reforçou também as suas ações de angariação e fidelização de clientes. Destaca-se o plano Energia³, a oferta integrada de combustíveis, gás natural, e eletricidade, associada a um plano de descontos, que em 2015 contribuiu para a angariação de mais de 40 mil clientes. Durante o ano, esta oferta pioneira no mercado português foi também alargada ao mercado espanhol.

NÚMERO DE ESTAÇÕES DE SERVIÇO



A gestão ativa e eficiente da rede de estações de serviço levou a que a Galp detivesse, no final de 2015, 1.435 estações de serviço, das quais 1.297 na Península Ibérica e 138 em África. A redução de estações de serviço verificada faz parte do plano de otimização da Empresa.

No segmento de *wholesale* verificou-se uma descida anual de 5% em 2015, na sequência da racionalização da carteira de clientes na Península Ibérica, nomeadamente industriais.

Importa, aliás, destacar o aumento dos volumes vendidos nos subsegmentos da marinha e da aviação, no mercado português e no mercado espanhol, o que reflete a competitividade da proposta de valor da Galp.

VENDAS DO SEGMENTO DE WHOLESALE (KT)



Vendas a outros operadores

Apesar de o foco da Empresa ser a venda a clientes diretos, a Galp assegura, com a produção das suas refinarias, o aprovisionamento a outros comercializadores na Península Ibérica, aumentando assim a colocação de produtos no mercado natural das refinarias.

Em 2015, as vendas a outros operadores atingiram as 3,4 mt.

Exportações

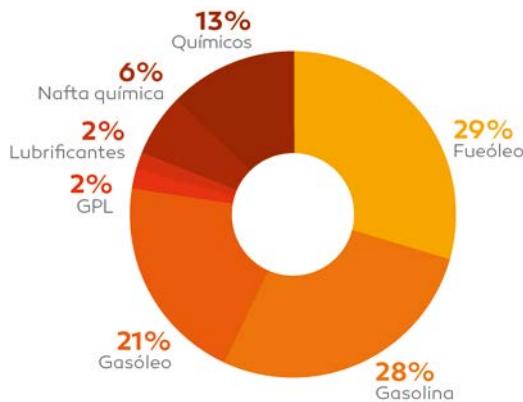
De modo a escoar a produção das suas refinarias, a Galp atua no mercado internacional de exportações. A Empresa prioriza a exportação para mercados próximos do aparelho refinador, não obstante a exploração de oportunidades em outros mercados.

Em 2015, as exportações para fora da Península Ibérica totalizaram 6,1 mt, um aumento de 46% face a 2014, quando a paragem para manutenção da refinaria de Sines impactou o volume de produtos disponível para exportação.

O fuelóleo, a gasolina e o gasóleo representaram 29%, 28% e 21% das exportações, respetivamente, que se destinaram maioritariamente aos EUA, França e Holanda.

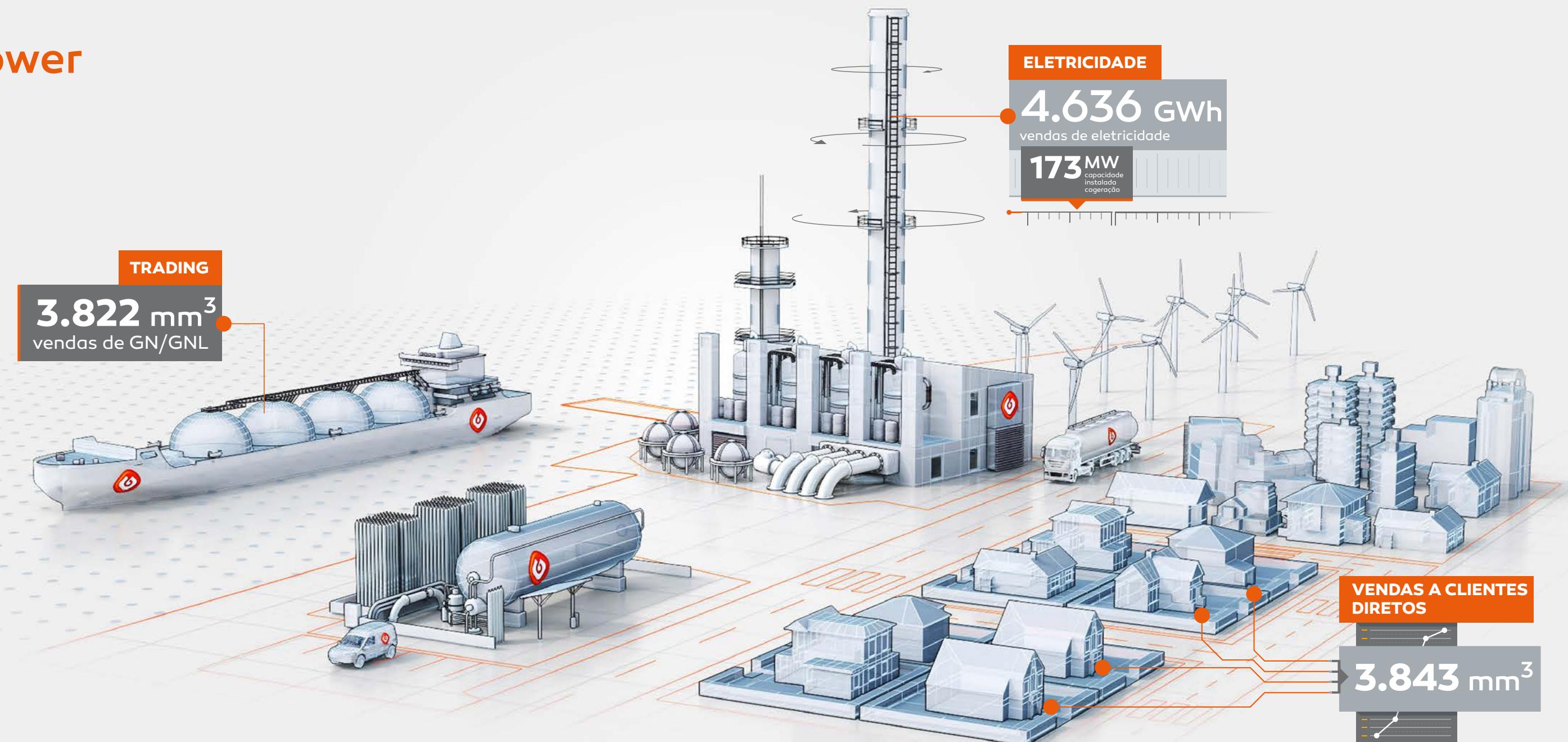
Apesar do aumento da produção de gasolina nos EUA, a Galp não experienciou nenhuma restrição na exportação deste produto para o país. O perfil de matérias-primas que a Empresa processa, com predominância dos crudes médios e pesados, aliado à vantagem que lhe confere a localização do aparelho refinador, permitem que a Galp coloque no mercado norte-americano, em particular na Costa Leste, componentes mais pesados da gasolina.

EXPORTAÇÕES POR PRODUTO EM 2015



3.3

Gas & Power



Objetivos estratégicos

- Garantir uma base relevante de procura de gás natural no mercado ibérico, e avaliar novos mercados de expansão.
- Assegurar o aprovisionamento de gás natural a longo prazo, acomodando o final dos contratos atuais e construindo um portefólio diversificado e flexível.
- Assegurar o acesso a infraestrutura de gás natural, nomeadamente capacidade de transporte e armazenagem, que suportem a atividade comercial.
- Consolidar a atividade de trading de GN/GNL no mercado internacional, garantindo contratos de venda de GNL de médio e longo prazo e explorando oportunidades de arbitragem nouros mercados.

Destaques em 2015

- Volumes comercializados de gás natural mantiveram-se estáveis em cerca de 7,7 mil milhões de metros cúbicos (bcm).
- Consolidação da atividade de trading de GN/GNL no mercado internacional e procura sustentada de novas oportunidades.
- Aumento das vendas a clientes diretos sustentado pelo aumento dos volumes vendidos no segmento eléctrico.
- A atividade de gestão de infraestruturas reguladas manteve uma contribuição estável para os resultados.
- Consolidação da integração das atividades de gás natural e eletricidade através da oferta combinada ao segmento de retalho.

PRINCIPAIS INDICADORES	2013	2014	2015
Vendas de gás natural a clientes diretos (mm ³)	4.056	3.759	3.843
Vendas de GN/GNL em trading (mm ³)	3.034	3.713	3.822
Extensão da rede de distribuição de GN (km)	12.159	12.348	12.533
Capacidade instalada cogerações (MW)	254	205	173
Vendas de eletricidade (GWh)	3.647	3.792	4.636
Ebitda RCA (€m)	416	438	382
Ebit RCA (€m)	338	363	303
Investimento (€m)	85	29	65

No negócio de G&P, a Galp agrupa as atividades de compra, distribuição e comercialização de gás natural, assim como a produção e a comercialização de eletricidade. Tendo como objetivo uma oferta competitiva no mercado, durante 2015, Empresa continuou a consolidar a integração das atividades de gás natural e de eletricidade.

A Galp desenvolve as suas atividades de distribuição e comercialização de gás natural sobretudo na Península Ibérica. A Empresa está também presente no mercado internacional de GN/GNL, onde tem vindo a consolidar a sua atividade de trading.

Na atividade de comercialização e trading, a Galp pretende garantir uma base relevante de procura no mercado ibérico, enquanto consolida as vendas de gás natural e GNL no mercado internacional. As atividades de power estão integradas com as atividades de gás natural, e complementam a oferta de produtos energéticos que a Empresa oferece à sua base de clientes ibérica. A gestão de infraestruturas reguladas de distribuição de gás natural contribui para a estabilidade dos resultados do negócio de G&P.

O cash flow positivo gerado por este negócio é alocado aos negócios em expansão da Empresa.

Gás natural

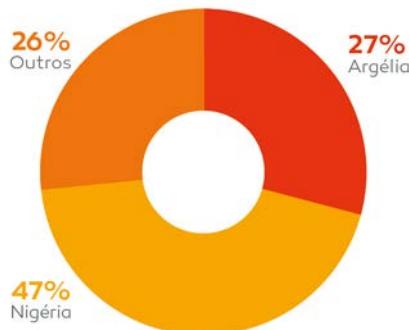
A Galp desenvolve atualmente atividades em toda a cadeia relacionada com o aprovisionamento e comercialização de gás natural, com cerca de 7,7 bcm vendidos em 2015, explorando ainda, em regime regulado, infraestruturas de distribuição.

Aprovisionamento

A Galp tem aprovisionados, através de contratos de longo prazo com maturidade a partir de 2019, um total de 5,7 bcm por ano. Estes contratos, firmados com a Nigeria LNG e com a Sonatrach, garantem o acesso a GNL produzido na Nigéria e a gás natural proveniente da Argélia, respetivamente.

A Empresa mantém uma política de gestão ativa e eficaz do seu cabaz de aprovisionamento, mantendo também uma presença ativa no mercado spot.

FONTES DE APROVISIONAMENTO DE GÁS NATURAL EM 2015



Em 2015, a Galp manteve as suas principais fontes de aprovisionamento, tendo 47% do gás natural origem na Nigéria e 27% na Argélia. O aprovisionamento de gás natural proveniente da Argélia é feito através dos gasodutos Europe Maghreb Pipeline (EMPL), Al-Andalus e Extremadura, nos quais a Galp detém uma participação. O aprovisionamento baseado em contratos estabelecidos no mercado espanhol e francês representou cerca de 2 bcm.

PARTICIPAÇÕES EM GASODUTOS INTERNACIONAIS

Gasodutos internacionais	País	Capacidade (bcm/ano)	Participação da Galp
EMPL	Argélia, Marrocos	12,0	22,80%
Al-Andalus	Espanha	7,8	33,04%
Extremadura	Espanha	6,1	49,00%

Comercialização e trading

A atividade de comercialização e trading da Galp assenta atualmente em dois eixos. O primeiro, o mercado ibérico, onde a Empresa mantém uma procura estável de cerca de 4 bcm por ano, estando a Empresa focada no aumento da rentabilidade das operações.

Relativamente ao segundo eixo, o mercado internacional de GN/GNL, a Galp visa consolidar as suas atividades, bem como procurar novas oportunidades de forma sustentável.

Em 2015, a Galp comercializou um total de 7.665 mm³ de gás natural, um aumento de 3% face ao ano anterior, suportado pelo incremento dos volumes vendidos no segmento elétrico e na atividade de trading e no segmento elétrico.

Vendas a clientes diretos

A Galp mantém uma base de clientes relevante na Península Ibérica, contando com cerca de 606 mil clientes no final de 2015.

Em 2015, as vendas de gás natural a clientes diretos aumentaram face ao ano anterior, totalizando 3.843 mm³, suportadas pelo aumento de procura do segmento elétrico e apesar da redução verificada nos segmentos de retalho e industrial.

VENDAS DE GÁS NATURAL A CLIENTES DIRETOS (MM³)



Durante 2015, o consumo de gás natural no segmento elétrico aumentou 355 mm³ para os 1.082 mm³, consequência do maior consumo de gás natural para produção de eletricidade em Portugal, em detrimento de outras fontes energéticas, nomeadamente a produção hidroelétrica.

No segmento industrial, os volumes de gás natural vendidos situaram-se nos 2.397 mm³, uma diminuição de 159 mm³ em relação ao ano anterior devido à menor procura por parte de grandes clientes industriais, nomeadamente em Portugal.

No segmento de retalho, os volumes de gás natural apresentaram uma redução de 112 mm³ face a 2014 para os 365 mm³. Este decréscimo deveu-se à intensificação da concorrência no mercado ibérico, e também à venda das atividades de comercialização de gás natural no segmento residencial na região de Madrid, em Espanha. Esta transação, realizada em 2015, enquadra-se no objetivo da Empresa de concentrar a sua atividade de comercialização em Espanha nos segmentos comercial e industrial.

Trading

Através da atividade de trading, a Galp tem vindo a ganhar acesso a mercados de GNL de referência, bem como tem vindo a expandir e a desenvolver competências relevantes à atividade, o que se revelará uma importante mais-valia no âmbito do desenvolvimento do projeto de E&P na bacia do Rovuma.

A Empresa consolidou a sua atividade de trading ao longo de 2015, procurando também explorar novas oportunidades no mercado internacional, com destaque para o trading de rede em Espanha e França. Em 2015, os volumes de trading de rede representaram 32% dos volumes transacionados, tendo atingido os 1.224 mm³ face a 570 mm³ do ano anterior. Este aumento compensou a redução no número de operações de trading de GNL no mercado internacional, dos quais totalizaram 33 em 2015 face a 40 no ano anterior. As cargas vendidas destinaram-se maioritariamente à América Latina e Ásia.

Assim, em 2015, a atividade de trading atingiu os 3.822 mm³, um aumento de 3% face ao ano anterior.

Infraestruturas reguladas de distribuição

A Galp opera infraestruturas para distribuição de gás natural em Portugal, sendo a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) o regulador português para o sector da energia.

Os proveitos permitidos, que servem de base ao cálculo das tarifas da atividade de distribuição de gás natural, resultam da função do custo de capital dos investimentos feitos e, da recuperação dos custos operacionais e de ajustamentos, nomeadamente o desvio tarifário. O custo de capital é calculado como o produto da base de ativos regulados pela taxa de remuneração fixada pelo regulador, acrescido das amortizações daqueles ativos. O desvio tarifário é definido como a diferença entre os proveitos permitidos estimados para o ano n-2 e os proveitos reais no mesmo período. O cálculo da taxa de remuneração é efetuado tendo em consideração a média da yield das obrigações a 10 anos emitidas pelo Estado português.

A taxa de remuneração estabelecida para o Ano Gás 2014-2015 foi revista de 8,41% para 7,94% atendendo às yields das obrigações de referência no período respetivo. No final de 2015, a base de ativos regulatórios afeta àquela atividade era de cerca de €1,1 bn. É expectável que, em junho de 2016, a ERSE defina novos parâmetros regulatórios para o período regulatório 2016-2019, nomeadamente em termos de metas de eficiência e taxa de remuneração.

A Galp participa em nove distribuidoras de gás natural em Portugal, cinco das quais operam ao abrigo de contratos de concessão com uma duração de 40 anos, enquanto as restantes operam ao abrigo de licenças com um período de exploração de 20 anos. A Empresa tem vindo a otimizar operações e a uniformizar processos, de modo a melhorar o nível de serviço e a experiência do consumidor final.

No final de 2015, a Galp operava uma rede de distribuição com 12.533 km, sendo que as empresas participadas distribuíram 1,4 bcm de gás natural durante o ano.

Durante 2015, a Galp aumentou a sua participação na Setgás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A. em 33,05% para 99,93%.

Power

O negócio de power, que engloba a geração e comercialização de eletricidade na Península Ibérica, está integrado com a atividade de gás natural por via do consumo nas cogerações, e uma vez que permite à Empresa a oferta de um serviço integrado de eletricidade e gás natural.

Cogerações

A Galp, através do portefólio de cogerações que possui em Portugal, tem atualmente uma capacidade instalada de 173 megawatts (MW), com destaque para as cogerações instaladas nas refinarias de Sines e de Matosinhos, as quais são uma importante fonte de consumo de gás natural para a Empresa e, também, uma importante fonte de energia térmica (vapor) para a operação das refinarias. A eletricidade produzida é vendida à rede a uma tarifa regulada.

PORTEFÓLIO DE COGERAÇÕES DA GALP EM 2015

	Capacidade instalada (MW)	Vendas de eletricidade à rede (GWh)	Consumo de gás natural (mm ³)
Sinecogeração	82	522	190
Portcogeração	82	658	238
Outras	9	88	22
Total	173	1.268	450

Trading e comercialização de eletricidade

A Galp está presente no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), onde adquire a eletricidade que vende através da sua atividade de comercialização. Esta atividade complementa o negócio de gás natural, através da oferta combinada no mercado português, nomeadamente para o segmento residencial.

No final do ano, a Galp contava com 267 mil clientes residenciais no segmento de power, em linha com o ano anterior.

O plano Energia³ lançado em 2014, que consiste na oferta de produtos petrolíferos, gás natural e eletricidade, associada a um programa de descontos, permitiu à Empresa ter um posicionamento diferenciador no mercado, tendo um impacte positivo na angariação e retenção de clientes.

Em 2015, as vendas de eletricidade totalizaram 3.336 gigawatts-hora (GWh) de eletricidade, um aumento de 52% face ao ano de 2014.

4

Desempenho financeiro



4.1

Sumário executivo

Em 2015, o desempenho operacional e financeiro beneficiou do perfil integrado da Galp, com destaque para os seguintes factos:

- O Ebitda RCA foi de €1.564 m, um aumento de 19% face ao período homólogo, influenciado principalmente pelo desempenho do negócio de R&D;
- O Ebitda RCA do negócio de E&P desceu para €356 m, na sequência da diminuição do preço médio de venda de petróleo e gás natural, e apesar do aumento de 50% da produção *working interest*, que atingiu uma média de 45,8 kboepd devido principalmente à maior contribuição do Brasil;
- No negócio de R&D, o Ebitda RCA atingiu os €800 m, devido principalmente à melhoria das margens de refinação no mercado internacional; a atividade de comercialização de produtos petrolíferos manteve o seu contributo positivo para os resultados, beneficiando da recuperação do mercado Ibérico;
- O Ebitda RCA do negócio de G&P desceu €55 m para os €382 m, devido principalmente aos menores resultados dos negócios de power e de infraestruturas reguladas, e apesar dos maiores volumes vendidos de gás natural, que atingiram os 7.665 mm³, refletindo as maiores vendas no segmento elétrico e no segmento de trading;
- O resultado líquido RCA atingiu os €639 m, sobretudo devido ao melhor desempenho operacional; o resultado líquido de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) foi de €123 m, incluindo um efeito *stock* negativo de €272 m e eventos não recorrentes de €244 m, sobretudo relacionados com imparidades no negócio de E&P;
- O investimento totalizou €1.283 m, 86% do qual foi alocado ao segmento de negócio de E&P, principalmente às atividades de desenvolvimento no campo Lula/Iracema, no Brasil;
- A 31 de dezembro de 2015, a dívida líquida situava-se em €2.422 m, ou €1.699 m considerando o empréstimo concedido à empresa Sinopec como caixa e equivalentes, sendo que neste caso o rácio de dívida líquida para Ebitda situava-se em 1,2x.

Nota: Salvo indicação em contrário, os valores referidos neste capítulo são RCA. Os montantes de investimento apresentados excluem juros capitalizados e incluem o investimento financeiro das empresas que não consolidam.

EBITDA E EBIT POR SEGMENTO DE NEGÓCIO EM 2015 (€M)

	Ebitda IFRS	Efeito Stock	Ebitda RC	Eventos não recorrentes	Ebitda RCA
Galp	1.200	357	1.557	7	1.564
E&P	351	-	351	5	356
R&D	466	330	797	4	800
G&P	357	27	384	(2)	382
Outros	25	-	25	0	26

	Ebit IFRS	Efeito Stock	Ebit RC	Eventos não recorrentes	Ebit RCA
Galp	449	357	806	189	995
E&P	(25)	-	(25)	170	145
R&D	177	330	508	18	526
G&P	276	27	302	1	303
Outros	21	-	21	0	21

4.2

Desempenho operacional

Exploração & Produção

Em 2015, o Ebitda RCA do negócio de E&P desceu €88 m face ao ano anterior, para €356 m, na sequência da diminuição do preço médio de venda de petróleo e gás natural verificado ao longo do ano, e apesar do aumento da produção *net entitlement* e da valorização do Dólar face ao Euro. O preço médio de venda foi de \$43,5/boe, face a \$88,7/boe no ano de 2014, na sequência da descida dos preços no mercado internacional.

Os custos de produção foram de €140 m, um aumento de €40 m face a 2014, na sequência do aumento da produção verificado nas FPSO Cidade de Paraty (FPSO#2) e Cidade de Mangaratiba (FPSO#3) no Brasil. Em termos unitários, os custos de produção desceram \$3,6/boe face ao ano anterior, para \$9,8/boe, por efeito de diluição da produção.

As amortizações aumentaram €62 m face a 2014, para €211 m, devido ao aumento da base de ativos e produção no Brasil. Numa base *net entitlement*, as amortizações diminuíram \$5,2/boe, para \$14,8/boe, no ano de 2015.

Assim, o Ebit RCA diminuiu €150 m relativamente a 2014, para €145 m. O Ebit IFRS diminuiu €216 m, e foi negativo em €25 m, considerando eventos não recorrentes de €170 m.

Refinação & Distribuição

Em 2015, o Ebitda RCA atingiu €800 m, devido essencialmente à melhoria dos resultados da atividade de refinação.

A margem de refinação da Galp atingiu um valor médio de \$6,0/boe em 2015, face a \$2,8/boe em 2014, no seguimento da recuperação das margens de refinação no mercado internacional.

Durante o ano, os custos *cash* operacionais das refinarias aumentaram €80 m para os €255 m, tendo sido afetados pela cobertura da margem de refinação. Em termos unitários, os custos *cash* foram de \$2,5/boe, ou \$1,7/boe excluindo o impacto da cobertura da margem.

A atividade de comercialização de produtos petrolíferos também contribuiu positivamente para a evolução dos resultados, beneficiando da recuperação do mercado Ibérico.

O Ebit RCA do negócio de R&D atingiu os €526 m no ano de 2015. O Ebit IFRS também registou um aumento, de €578 m, tendo atingido os €177 m, impactado por eventos não recorrentes de €18 m e um efeito *stock* de €330 m, que se deveu sobretudo à descida do preço de petróleo ao longo do ano.

Gas & Power

O Ebitda RCA em 2015 atingiu os €382 m, um decréscimo de €55 m, devido principalmente aos menores resultados dos negócios de power e de infraestruturas reguladas.

O Ebitda RCA do negócio de power decresceu €32 m para €2 m, tendo sido afetado pela operação sub-ótima da refinaria de Matosinhos e pelo desfasamento temporal no indexante do preço de compra do gás natural, face às fórmulas de venda da energia produzida, particularmente no primeiro semestre do ano.

Também o Ebitda RCA do segmento de infraestruturas diminuiu 14% para os €133 m, tendo sido afetado pela revisão em baixa da taxa de remuneração estipulada pelo regulador para os 7,94%, face a 8,41% no período homólogo de 2014.

O Ebitda RCA do negócio de gás natural foi de €248 m, em linha face a 2014, tendo o ligeiro aumento nos volumes vendidos compensado a descida dos preços.

As depreciações e amortizações foram de €58 m, face a €63 m em 2014. As provisões foram de €21 m, face a €12 m no período homólogo.

Assim, o Ebit RCA do negócio de G&P desceu €60 m face ao ano anterior, situando-se nos €303 m. O Ebit IFRS também diminuiu, em €95 m, atingindo os €276 m durante 2015.

4.3

Resultados consolidados

No ano 2015, as vendas e prestações de serviços RCA atingiram os €15.517 m, menos 13% do que no período homólogo de 2014, na sequência das menores cotações das commodities.

Os custos operacionais RCA foram de €13.952 m, menos 16% do que no ano anterior, na sequência da diminuição de 18% do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas. O aumento de 14% dos custos com fornecimentos e serviços externos deveu-se principalmente ao aumento da atividade de produção de petróleo e gás natural. Os custos com pessoal mantiveram-se em linha com o ano anterior, situando-se nos €330 m.

O Ebitda RCA em 2015 atingiu os €1.564 m, mais €250 m do que em 2014, o que se deveu principalmente ao contributo dos resultados do negócio de R&D. O Ebitda IFRS aumentou €376 m, atingindo os €1.200 m, incluindo um efeito stock de €357 m e eventos não recorrentes de €7 m.

O Ebit RCA aumentou €221 m, para os €995 m, enquanto que o Ebit IFRS aumentou €269 m para os €449 m.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RCA (€M)

	2014	2015	Var.	% Var.
Vendas e prestações de serviços	17.904	15.517	(2.387)	(13%)
Custo das mercadorias vendidas	(15.133)	(12.337)	(2.797)	(18%)
Fornecimentos e serviços externos	(1.158)	(1.316)	159	14%
Custos com pessoal	(333)	(330)	(3)	(1%)
Outros proveitos (custos) operacionais	35	31	(4)	(10%)
Ebitda	1.314	1.564	250	19%
Depreciações e amortizações	(504)	(544)	40	8%
Provisões	(36)	(25)	(11)	(30%)
Ebit	774	995	221	28%
Resultados de empresas associadas	60	83	23	39%
Resultados de investimentos	3	2	(O)	(11%)
Resultados financeiros	(145)	(98)	47	32%
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	693	983	290	42%
Impostos ¹	(253)	(291)	38	15%
Interesses que não controlam	(67)	(54)	(13)	(20%)
Resultado líquido	373	639	266	71%
Eventos não recorrentes	(203)	(244)	(41)	(20%)
Resultado líquido RC	170	395	225	s.s.
Efeito stock	(343)	(272)	71	21%
Resultado líquido IFRS	(173)	123	296	s.s.

¹Inclui Participação Especial a pagar no Brasil e IRP a pagar em Angola.

Os resultados RCA de empresas associadas aumentaram €23 m para os €83 m, devido ao contributo dos resultados da Tupi B.V.. Os resultados das participações em gasodutos internacionais contribuíram com €67 m.

No ano de 2015, os resultados financeiros RCA foram negativos em €98 m, uma evolução positiva de €47 m face ao ano anterior, sobretudo devido ao aumento dos juros capitalizados.

Os impostos RCA aumentaram €38 m para €291 m devido ao aumento dos resultados. Este montante inclui os impostos sobre a produção de petróleo e gás na atividade de E&P, que desceram para os €105 m.

Os interesses que não controlam foram de €54 m, atribuíveis principalmente à Sinopec.

Desta forma, o resultado líquido RCA atingiu os €639 m, um aumento anual de €266 m.

O resultado líquido IFRS foi de €123 m, incluindo um efeito stock negativo de €272 m e eventos não recorrentes de €244 m, os quais estiveram sobretudo relacionados com imparidades no negócio de E&P, com destaque para o projeto LNG II em Angola, no montante de €40 m, e para as imparidades relativas à atividade exploratória na bacia brasileira do Amazonas.

Os eventos não recorrentes englobam ainda cerca de €55 m relativos à contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE) em Portugal. A contabilização efetuada em relação à CESE decorre da estrita aplicação dos normativos contabilísticos, entendendo a Galp, com base na opinião dos mais reputados juriconsultos nacionais, que as disposições legislativas respeitantes à CESE são violadoras da lei, não sendo os montantes em causa exigíveis.

4.4

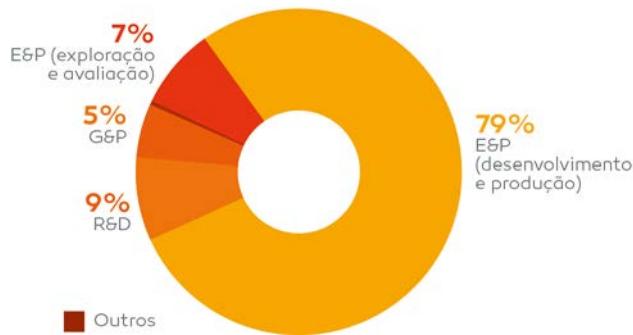
Investimento

Em 2015, o investimento foi de €1.283 m, tendo o investimento no negócio de E&P representado 86% do total.

A atividade de E&P absorveu €1.103 m, do qual cerca de 91% foi alocado a atividades de desenvolvimento, nomeadamente à construção de unidades FPSO e desenvolvimento dos campos Lula/Iracema, no Brasil, e bloco 32, em Angola.

O investimento nas atividades de downstream e gás atingiu os €176 m, incluindo a aquisição da participação adicional de 33,05% da empresa distribuidora de gás natural Setgás por um montante de €39 m. Excluindo este impacto, o investimento alocado às atividades de downstream e gás totalizou €137 m, destinado sobretudo a atividade de manutenção e segurança nas refinarias.

INVESTIMENTO POR SEGMENTO (%)



4.5

Cash flow

MAPA DE CASH FLOW - MÉTODO INDIRETO (€M, VALORES EM IFRS)

	2014	2015
Ebit IFRS	180	449
Dividendos de empresas associadas	74	73
Depreciações e amortizações	614	720
Variação de fundo de maneio	326	458
Cash flow gerado pelas atividades operacionais	1.193	1.700
Investimento líquido ¹	(1.142)	(1.190)
Juros pagos e recebidos	(130)	(124)
Impostos pagos	(159)	(127)
Dividendos pagos	(275)	(318)
Outros ²	165	157
Variação da dívida líquida	348	(98)

¹Inclui montante de €39 m relativo à aquisição de uma participação de 33% na Setgás, bem como desinvestimento das cavernas para armazenagem de gás natural no montante de €69 m e €35 m da venda das empresas Madrilenas nos doze meses de 2015.

²Inclui CTA (Cumulative Translation Adjustment) e reembolsos parciais do empréstimo concedido à Sinopec.

Em 2015, a dívida líquida diminuiu €98 m, influenciada positivamente pela geração de cash flow das atividades operacionais de €1.700 m e pelo recebimento de €261 m relativos ao empréstimo concedido à Sinopec.

O cash flow beneficiou da melhoria do fundo de maneio, que se situava em €510 m no final de 2015. O desinvestimento em fundo de maneio deveu-se sobretudo à redução da rubrica de clientes e de stocks.

4.6

Situação financeira

SITUAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA (€M)

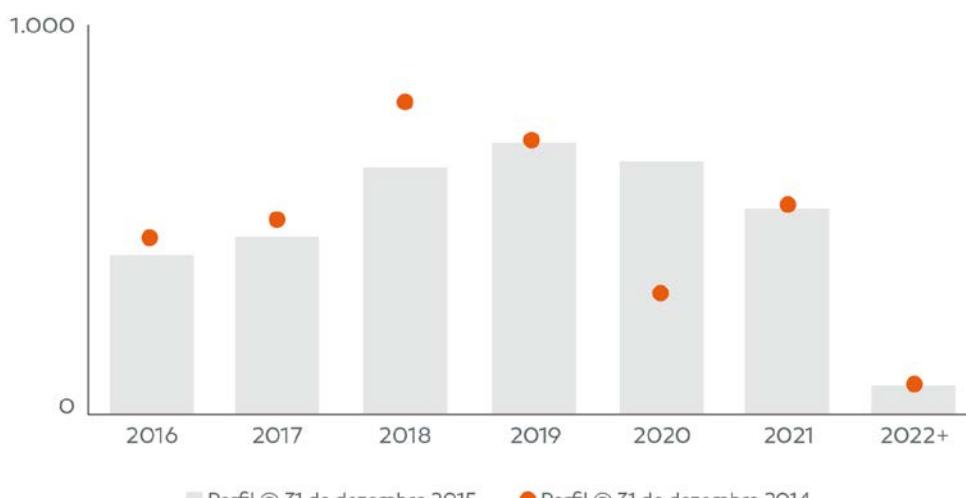
	31 dez. 2014	31 dez. 2015	Variação
Ativo fixo líquido	7.599	7.892	294
Fundo de maneio	968	510	(458)
Empréstimo à Sinopec	890	723	(167)
Outros ativos (passivos)	(512)	(515)	(4)
Capital empregue	8.945	8.610	(335)
Dívida de curto prazo	303	493	189
Dívida de médio longo-prazo	3.361	3.060	(302)
Dívida total	3.664	3.552	(112)
Caixa e equivalentes	1.144	1.130	(14)
Dívida líquida	2.520	2.422	(98)
Total do capital próprio	6.425	6.188	(237)
Total do capital próprio e da dívida líquida	8.945	8.610	(335)
Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec	1.630	1.699	69
Dívida líquida para Ebitda	1,9x	1,5x	(0,4x)
Dívida líquida para Ebitda incl. empréstimo à Sinopec	1,2x	1,2x	-

O ativo fixo líquido aumentou €294 m face ao final de 2014, atingindo os €7.892 m no final de 2015, dos quais €2.077 m correspondiam a investimento em curso, nomeadamente nos projetos de E&P.

O capital empregue no final do período era de €8.610 m, incluindo o empréstimo concedido à Sinopec, cujo montante, a 31 de dezembro, era de €723 m.

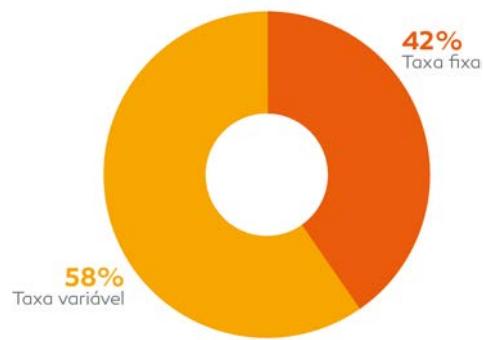
A 31 de dezembro de 2015, a dívida líquida situava-se em €2.422 m, menos €98 m face ao final do ano anterior. No entanto, considerando como caixa e equivalentes o saldo de €723 m do empréstimo concedido à Sinopec, a dívida líquida no final do ano situou-se em €1.699 m, resultando um rácio dívida líquida para Ebitda de 1,2x, considerando ainda o valor correspondente aos suprimentos da Sinopec na Petrogal Brasil, com saldo de €173 m no final de 2015.

PERFIL DE REEMBOLSO DA DÍVIDA (€ M)



No final de 2015, a taxa de juro média da dívida era de 3,75%, menos 45 b.p. que no final de 2014, com 42% do total da dívida contratada a taxa fixa.

DÍVIDA POR TAXA CONTRATADA (%)



O prazo médio da dívida era de 3,1 anos, sendo que a dívida de médio e longo prazo representava 86% do total.

A 31 de dezembro de 2015, cerca de 75% do total da dívida tinha vencimento a partir de 2018.

De referir ainda que, no final de 2015, a Galp detinha cerca de €1,1 bn de linhas de crédito contratadas, mas não utilizadas. Deste montante, cerca de 60% encontrava-se garantido contratualmente.

5

Compromisso com os *Stakeholders*



5.1

Governo corporativo

A Galp pauta a sua atuação por princípios de ética, transparéncia e consistência. Têm sido desenvolvidas e implementadas diversas ferramentas de controlo e monitorização, nomeadamente políticas, procedimentos e normas internas, seguindo as boas práticas nacionais e internacionais ao nível do governo corporativo.

Este capítulo apresenta os principais temas de governo corporativo da Galp, que estão desenvolvidos em maior detalhe no Relatório de Governo Societário 2015.

Modelo de governo

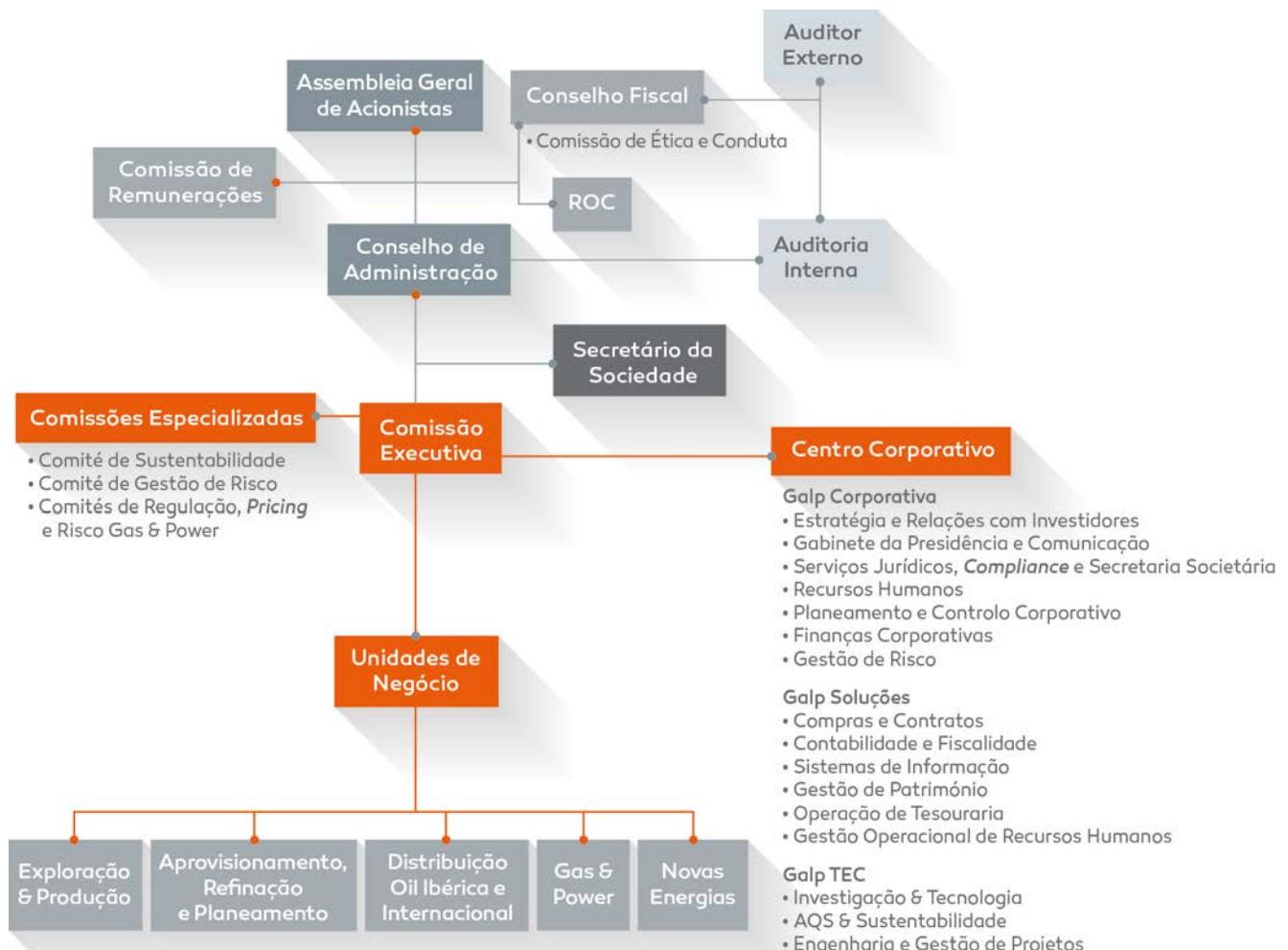
O modelo de governo societário em vigor na Galp comprehende uma estrutura de administração, constituída pelo Conselho de Administração e por uma Comissão Executiva com poderes delegados por aquele órgão para realizar a gestão corrente do Grupo, uma estrutura de fiscalização reforçada, que integra o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas (ROC), bem como um Secretário da Sociedade, encarregue do apoio especializado aos órgãos sociais.

Os órgãos sociais que compõem o modelo de governo da Galp são obrigatórios para as sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado

nas empresas que, como a Galp, adotam o modelo monista clássico, previsto no artigo 278.º, n.º 1, alínea a), artigo 413.º n.º 1 alínea b) e n.º 2, alínea a) e artigo 446º-A, n.º 1, todos do Código das Sociedades Comerciais (CSC) português.

O modelo de governo da Galp visa a transparéncia e a eficácia do funcionamento da Empresa, assente numa separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Enquanto o Conselho de Administração desempenha funções de supervisão, de controlo e de acompanhamento de questões estratégicas, acompanhamento da gestão e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais, as funções da Comissão Executiva – que lhe são delegadas pelo Conselho de Administração – são de natureza operacional e consistem na gestão corrente das unidades de negócio e do centro corporativo.

Ao Presidente do Conselho de Administração compete, sem prejuízo das demais competências previstas nas disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, coordenar e supervisionar a relação entre a Sociedade e os seus acionistas, designadamente os acionistas de referência, atendendo aos objetivos da Sociedade, aos interesses de longo prazo dos seus acionistas e ao desenvolvimento sustentável da atividade da Galp.



Conselho de Administração

Cabe à Assembleia Geral de acionistas eleger e substituir os membros do Conselho de Administração, incluindo o respetivo presidente.

Em caso de falta definitiva ou impedimento temporário de algum dos membros do Conselho de Administração, compete a este órgão proceder à respetiva substituição através de cooptação, devendo submetê-la a ratificação da Assembleia Geral seguinte.

Os estatutos da Galp estabelecem que os membros do Conselho de Administração são designados por períodos de quatro anos civis, renováveis, contando o ano civil da designação como um ano completo. Os membros deste órgão consideram-se empossados no momento da sua eleição e mantêm-se no exercício das respetivas funções até à eleição, cooptação ou designação de substituto, salvo os casos de renúncia ou destituição, em que o exercício de funções é mantido nos prazos previstos no CSC.

A eleição dos membros do Conselho de Administração é efetuada por listas, incidindo o voto apenas sobre estas, com indicação dos acionistas proponentes de acordo com a lei e os estatutos da Galp. A votação só é nominal em casos excepcionais previstos na lei (artigos 392.º a 394.º do CSC). Com efeito, pelo n.º 2 do artigo 14.º dos estatutos da Sociedade, é conferido a acionistas minoritários que, por si ou agrupados com outros para o efeito, sejam titulares de participação no capital social com direito de voto de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20%, o direito a proporem a eleição isolada de um administrador.

No final de 2015, o Conselho de Administração da Galp era composto por 19 administradores, dos quais sete eram executivos e 12 não executivos. Destes últimos, cinco são considerados independentes, tendo por base os critérios de independência da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o regulador do mercado de capitais em Portugal. Considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a) ter sido colaborador da Sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- b) ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial ativa com a Sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- c) ser beneficiário de remuneração paga pela Sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- d) viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares, direta ou indiretamente, de participação qualificada;
- e) ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

A Galp considera que a proporção de independentes entre os administradores não executivos, de 42%, é adequada, tendo em conta o modelo de governo adotado, a dimensão da sociedade, a sua estrutura acionista e o respetivo free float, cumprindo, assim, a recomendação da CMVM nessa matéria.

Os atuais administradores foram eleitos na Assembleia Geral de 16 de abril de 2015 para o quadriénio 2015-2018.

Apesar de os membros do Conselho de Administração serem eleitos para o mandato de quatro anos, a sua manutenção no cargo depende da apreciação anual positiva do seu desempenho, mediante voto de louvor e/ou de confiança pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, no âmbito da sua competência prevista no número um do artigo 376.º do CSC. A atribuição de um voto de desconfiança, conduz à destituição do administrador em causa, nos termos legalmente previstos.

Do mesmo modo, a Comissão de Remunerações procede anualmente à avaliação do desempenho dos administradores e consequente atribuição de correspondente compensação, nos termos definidos na Política de Remunerações aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

O número máximo de mandatos em empresas fora do Grupo para os administradores não executivos e no Grupo para os administradores executivos não está definido. A adequabilidade do nível de disponibilidade dos administradores, para o exercício das respetivas funções, é atestada anualmente por via da sua avaliação de desempenho realizada pela Comissão de Remunerações, por um lado, e pelos acionistas em Assembleia Geral, por outro.

O Conselho de Administração da Galp tem entendido não se justificar a constituição de comissões especializadas com competências em matéria de governo societário, avaliação de desempenho da administração, nomeações ou outras. Este entendimento deriva do modelo de governo societário implementado, que integra um Conselho de Administração que reflete sobre o funcionamento do sistema de governo societário e o qual é maioritariamente composto por membros não executivos (incluindo o Presidente), que acompanham a avaliação do desempenho global do Conselho de Administração e a análise do perfil adequado ao exercício das funções de administrador. Neste contexto, importa também salientar a existência de um Conselho Fiscal, que analisa a estrutura e as matérias de governo adotadas, no sentido de verificar a sua eficácia.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples dos votos emitidos, exceto no caso de assuntos específicos, previstos na lei e nos estatutos, aos quais é exigida uma maioria de dois terços dos votos.

Ao Conselho de Administração compete acompanhar a execução estratégica da Galp e avaliar o desempenho da Comissão Executiva no alcance das metas e dos objetivos traçados. Durante o ano de 2015, realizaram-se 10 reuniões do Conselho de Administração. O voto eletrónico foi utilizado em três dessas reuniões.

Os principais temas debatidos em Conselho de Administração durante o ano de 2015, estiveram relacionados, nomeadamente, com o acompanhamento da execução dos principais projetos de E&P da Galp, nomeadamente, no Brasil, e com a avaliação do impacte do atual contexto macroeconómico nos negócios da Empresa, nomeadamente o impacte da descida do preço do petróleo nos mercados

internacionais. Em Conselho de Administração, foi ainda discutida a execução da estratégia de otimização da rentabilidade dos negócios de *downstream* e gás, bem como a estratégia de financiamento da Empresa, com o intuito de manter uma estrutura de capital sólida e promover a disciplina financeira.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Cargo
Américo Ferreira de Amorim	Presidente, administrador não executivo
Paula Amorim	Vice-presidente, administradora não executiva
Carlos Gomes da Silva	Vice-presidente, presidente executivo (CEO)
Filipe Crisóstomo Silva	Administrador executivo
Thore E. Kristiansen	Administrador executivo
Sérgio Gabrielli de Azevedo	Administrador não executivo
Abdul Magid Osman	Administrador não executivo
Raquel Rute da Costa David Vunge	Administradora não executiva
Carlos Costa Pina	Administrador executivo
Francisco Vahia de Castro Teixeira Rêgo	Administrador não executivo
Miguel Athayde Marques	Administrador não executivo
Jorge Manuel Seabra de Freitas	Administrador não executivo
Carlos da Silva Costa	Administrador executivo
Pedro Carmona de Oliveira Ricardo	Administrador executivo
Tiago Câmara Pestana	Administrador executivo
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves	Administrador não executivo
Luís Todo Bom	Administrador não executivo
Diogo Mendonça Tavares	Administrador não executivo
Joaquim Borges Gouveia	Administrador não executivo

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta por sete membros do Conselho de Administração, sendo responsável pela gestão corrente da Empresa, ao abrigo dos poderes que lhe foram delegados por aquele órgão, de acordo com as linhas de orientação estratégica definidas pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva conduz o desempenho das várias unidades de negócio e do centro corporativo, supervisiona o conjunto destas unidades e estabelece políticas transversais a toda a Empresa.

Em 2015, a Comissão Executiva realizou 47 reuniões.

Os regulamentos que estabelecem a organização e o funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva estão disponíveis no sítio da Galp na Internet.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA**Carlos Gomes da Silva**

Presidente executivo (CEO) desde abril de 2015 e administrador da Galp desde abril de 2007.

Experiência

Mais de 20 anos de experiência no sector de Oil & Gas. Enquanto administrador da Galp, foi responsável pelo negócio de distribuição de produtos petrolíferos, e pelos negócios de G&P e Trading de Oil & Gas.

**Filipe Crisóstomo Silva**

Administrador executivo financeiro (CFO) da Galp, desde julho de 2012.

Experiência

Responsável pelas áreas de *investment banking*, desde 1999, e presidente da direção do Deutsche Bank em Portugal, desde 2008.

**Thore E. Kristiansen**

Administrador executivo da Galp desde outubro de 2014, sendo atualmente responsável pelo segmento de negócios de E&P.

Experiência

Experiência profissional de mais de 25 anos na Statoil, onde teve responsabilidades nas áreas de distribuição de produtos petrolíferos, *trading* e exploração e produção, com especial enfoque na Noruega e nos países da África Subsariana e da América do Sul.

**Carlos da Silva Costa**

Administrador executivo da Galp desde dezembro de 2012, sendo responsável pela unidade de Aprovisionamento, Refinação e Planeamento, bem como por diversos serviços corporativos, incluindo engenharia, compras e gestão do património.

Experiência

Percorso profissional com mais de 25 anos nas áreas de *procurement* e engenharia nas indústrias automóvel, de hotelaria e de Oil & Gas.

**Tiago Câmara Pestana**

Administrador executivo da Galp desde abril de 2015, sendo atualmente responsável pela unidade de Distribuição Oil Ibérica e Internacional.

Experiência

Percorso profissional na área de distribuição alimentar, tendo sido presidente executivo da Dia Portugal Supermercados, que explora 640 lojas em Portugal Continental.

**Pedro Carmona de Oliveira Ricardo**

Administrador executivo da Galp desde abril de 2015, sendo atualmente responsável pelo segmento de negócios de G&P.

Experiência

Mais de 20 anos de experiência no sector do Gás Natural. Percorso profissional na área de distribuição, comercialização e trading de gás natural.

**Carlos Manuel Costa Pina**

Administrador executivo da Galp desde abril de 2012, sendo responsável por diversos serviços corporativos, incluindo gestão de risco e sistemas de informação, bem como pelo negócio de Novas Energias.

Experiência

Ex-secretário de Estado do Tesouro e Finanças (2005-2011), assumiu funções em diversas instituições financeiras internacionais. Foi administrador da CMVM e membro do Conselho Consultivo do Instituto de Seguros de Portugal.

Órgão de fiscalização

De acordo com o modelo de governo adotado, o Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Sociedade.

Nos termos do artigo 413.º, n.º 1, alínea b) do CSC, a fiscalização da Galp, enquanto sociedade aberta, no que respeita ao exame das contas da Sociedade, integra ainda um Revisor Oficial de Contas, com as funções previstas no artigo 446.º do CSC, e que não é membro do Conselho Fiscal.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Nome	Cargo
Daniel Bessa Fernandes Coelho	Presidente
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	Vogal
Pedro Antunes de Almeida	Vogal
Amável Alberto Freixo Calhau	Suplente

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente e integra atualmente dois membros independentes, de acordo com os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º do CSC, Gracinda Raposo e Pedro Almeida.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos.

O Conselho Fiscal da Sociedade foi eleito para o mandato de 2015-2018, por deliberação aprovada na Assembleia Geral de 16 de abril de 2015.

Compete ao Conselho Fiscal acompanhar a elaboração e a divulgação da informação financeira da Galp, nomear, avaliar e destituir o auditor externo, cuja independência deverá fiscalizar, nomeadamente na prestação de serviços adicionais. Cabe ainda ao Conselho Fiscal fiscalizar a revisão dos documentos de prestação de contas e propor à Assembleia Geral, a nomeação de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) ou de um ROC, fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, bem como avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos, emitir parecer sobre a realização de negócios entre a Sociedade e partes relacionadas, bem como receber, através de uma comissão criada para o efeito, as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Empresa, seus clientes ou fornecedores.

O regulamento orientador da atividade do Conselho Fiscal pode ser consultado no sítio da Galp na Internet.

Em 2015, realizaram-se 15 reuniões do Conselho Fiscal. O relatório anual de atividades do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2015 encontra-se apenas a este relatório.

A Assembleia Geral aprovou, na reunião de 16 de abril de 2015, sob proposta do Conselho Fiscal, a eleição, para o mandato relativo ao quadriénio 2015/2018, da PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PwC) para o exercício das funções de ROC efetivo, e de José Manuel Henriques Bernardo para ROC suplente.

Remuneração dos órgãos sociais

A avaliação independente de desempenho dos administradores, executivos e não executivos, é assegurada, anualmente, pela Comissão de Remunerações, constituída por três acionistas eleitos pela Assembleia Geral.

Esta Comissão recorre à auscultação dos membros não executivos quanto ao desempenho dos executivos e baseia-se no cumprimento de objetivos económicos,

financeiros e operacionais, conforme definido anualmente pela política de remunerações dos órgãos sociais da Sociedade aprovada pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, o auditor externo verifica, no âmbito das suas funções, a aplicação das políticas e dos sistemas de remunerações dos órgãos sociais.

A política de remuneração da Galp reflete o objetivo da Empresa em reforçar os valores, competências, capacidades e condutas, tendo em vista o interesse, cultura e estratégia de longo prazo da Sociedade, considerando as recomendações da CMVM e as melhores práticas de governo societário, sendo revista anualmente e aprovada em Assembleia Geral. Esta política rege-se por três princípios, visando o interesse, a cultura e a estratégia de longo prazo da Empresa:

- Atrair e motivar os melhores profissionais para as funções a desempenhar na sociedade e garantir a estabilidade no exercício das respetivas funções dos membros dos órgãos sociais eleitos;
- Retribuir adequadamente, em condições de mercado, a atividade desenvolvida e resultados obtidos e o know-how do negócio, no quadro das respetivas competências e responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados pelos membros dos órgãos sociais;
- Premiar o aumento de eficiência e produtividade e a criação de valor a longo prazo para os acionistas, através da definição e implementação de um sistema de incentivos associado à obtenção de objetivos quantificáveis do ponto de vista económico, financeiro e operacional, definidos tendo em vista o crescimento sustentável de resultados e o desincentivo à assunção excessiva de riscos.

A política de remunerações dos órgãos sociais tem ainda subjacente a preocupação de atrair e motivar os melhores profissionais para as funções a desempenhar na Empresa e a estabilidade no exercício das respetivas funções.

No cálculo da remuneração dos administradores executivos, a Comissão de Remunerações considera a natureza das respetivas funções e as responsabilidades incumbidas aos mesmos, bem como as práticas observadas no mercado relativamente a posições equivalentes em grandes empresas nacionais e internacionais que operem no mesmo sector.

De forma a estimular e alinhar a atuação dos administradores executivos com os objetivos a longo prazo da Empresa, a Galp tem implementada uma política de definição de objetivos plurianuais, diferindo por períodos de três anos sucessivos e sobrepostos uma parte significativa da remuneração variável que, fica, assim, associada ao desempenho da Empresa nesses períodos.

Desta forma, os administradores executivos recebem uma remuneração mensal fixa, acrescida de uma remuneração variável, composta por uma componente anual e por uma componente trianual, ambas com um peso de 50% na remuneração variável total. A componente trianual, embora calculada anualmente, só será efetivamente paga no final do triénio se os objetivos propostos forem atingidos.

O cálculo da remuneração variável tem por base um conjunto de indicadores que consideram o desempenho operacional da Empresa, a disciplina financeira e o desempenho acionista comparativamente a um grupo de cinco empresas europeias comparáveis e ao índice de referência do mercado acionista português (PSI-20).

O primeiro triénio para o qual foram estabelecidos objetivos plurianuais foi o de 2013-2015, sendo a performance plurianual avaliada em ciclos de três anos sobrepostos.

Os membros executivos do Conselho de Administração têm ainda direito a um montante correspondente a 25% da remuneração fixa, a qual é paga 14 vezes por ano, para efeitos de constituição de um plano poupança reforma ou produto financeiro similar.

Em 2015, os administradores não executivos auferiram uma remuneração total, e exclusivamente fixa, de cerca de €598 mil (k), com base na política de remunerações definida pela Comissão de Remunerações e aprovada na reunião da Assembleia Geral de 16 de abril de 2015.

Pelos membros da Comissão Executiva da Galp foi auferida uma remuneração total de cerca de €6 m. Destes, cerca de €4 m foram relativos a remuneração fixa e cerca de €1 m corresponderam a remuneração variável recebida relativa ao ano de 2014. Da remuneração total, cerca de €803 k destinaram-se à constituição de um plano complementar de reforma e €350 k foram relativos a outros benefícios pecuniários.

Os membros do Conselho Fiscal auferiram uma remuneração total de cerca de €93 k, tal como definido pela Comissão de Remunerações.

Ética, conduta ética e política de combate à corrupção

A Galp orienta a sua atividade e as relações com os seus *stakeholders* por elevados padrões de ética e compliance. Para garantir diariamente o cumprimento deste compromisso, a Galp tem vindo a rever e melhorar os mecanismos de prevenção de riscos, a reforçar a componente de sistemas de deteção, e a melhorar a capacidade de resposta nestes domínios.

Para maior detalhe sobre estes temas, consulte o Código de Ética e Conduta, a política de combate à corrupção e o procedimento para a comunicação de irregularidades no sítio da Galp na internet.

Código de Ética e Conduta

Em 2015 foi revisto o Código de Ética e Conduta, com vista a atualizar a abordagem global da Empresa nestes domínios, adequando o tratamento das questões de ética e conduta aos novos contextos e desafios decorrentes da expansão geográfica e diversificação dos seus negócios.

Construídos com base nos valores que caracterizam a identidade da Empresa, os princípios e compromissos do Código integram-se na definição de uma cultura corporativa orientada para o mérito, exigência e responsabilidade de desempenho, para o reforço da transparência e para o desenvolvimento da confiança nos relacionamentos com os seus *stakeholders*.

Este Código será submetido durante o ano de 2016 à acreditação por parte de um órgão externo, em linha com as melhores práticas internacionais.

Procedimento para a comunicação de irregularidades e Comissão de Ética e Conduta

Em face do novo Código de Ética e Conduta e da concomitante criação da Comissão de Ética e Conduta (CEC) da Galp pelo respetivo Conselho Fiscal, sob proposta da Comissão Executiva, tornou-se necessário atualizar a Política de Comunicação de Irregularidades do grupo Galp, redenominada para Procedimento de Comunicação de Irregularidades - Linha de Ética.

O Procedimento de Comunicação de Irregularidades - Linha de Ética do Grupo, destina-se a concretizar as disposições do Código de Ética e Conduta, em linha com as recomendações do código de governo societário da CMVM quanto às atribuições de controlo interno do órgão de fiscalização, tendo como figura central a Comissão de Ética e Conduta constituída no seio daquele órgão.

Desta forma, qualquer *stakeholder* da Galp, nomeadamente os seus colaboradores, membros de órgãos sociais, acionistas, investidores, clientes, fornecedores ou parceiros de negócio podem comunicar ao Conselho Fiscal, através de comunicação dirigida à Comissão de Ética e Conduta, o conhecimento ou fundadas suspeitas da ocorrência de quaisquer irregularidades ou situações de incumprimento do Código de Ética e Conduta, ou de normas que o desenvolvam ou que versem sobre os temas nele elencados, nos domínios da contabilidade, dos controlos contabilísticos internos, da auditoria, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro.

As denúncias apresentadas no âmbito da linha de ética são recebidas e tratadas pela CEC da Galp, a qual foi constituída e reporta ao Conselho Fiscal, órgão social responsável pela fiscalização da Sociedade.

A segurança da informação recebida acerca de irregularidades e dos respetivos registos encontra-se assegurada por normas internas da Galp, em conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados e segurança de informação ou legislação que a venha a substituir.

A comunicação de irregularidades por qualquer parte interessada deve ser efetuada por escrito, através de correio eletrónico (opentalk@galpenergia.com) ou carta dirigidos à CEC, para o seguinte endereço:

Comissão de Ética e Conduta da Galp Energia, SGPS, S.A.
 Edifício Galp, Torre A
 Rua Tomás da Fonseca
 1600-209 Lisboa, Portugal

Política de combate à corrupção

A política de combate à corrupção encontra-se em vigor desde 2011. Assenta num sistema de gestão de referência, desdobrado em procedimentos auxiliares de implementação e execução. A política é aplicável ao Grupo, órgãos sociais, colaboradores, clientes e fornecedores. São qualificadas e consideradas interditas todas as práticas de corrupção, em todas as suas formas ativas e passivas, incluindo a tentativa da sua prática.

A Galp executa também tarefas de controlo e suporte à decisão no estabelecimento de relações comerciais com terceiros (KYC – Know Your Counterparty) bem como nas transações em que seja parte (KYT – Know Your Transaction), de modo a mitigar o risco de ser associada, inadvertidamente, a processos de corrupção. Com efeito, dispõe de um sistema informático agregador de informação que a auxilia nesse processo de tomada de decisão. Complementarmente desenvolveu também um questionário (destinado a fornecedores e parceiros) em linha com as guidelines da International Chamber of Commerce.

5.2

Capital humano

A estratégia de capital humano da Galp está assente em três pilares: promover uma cultura de autonomia, responsabilização e meritocracia, reforçar a reputação da Empresa enquanto empregadora e promover o desenvolvimento estratégico de competências críticas.

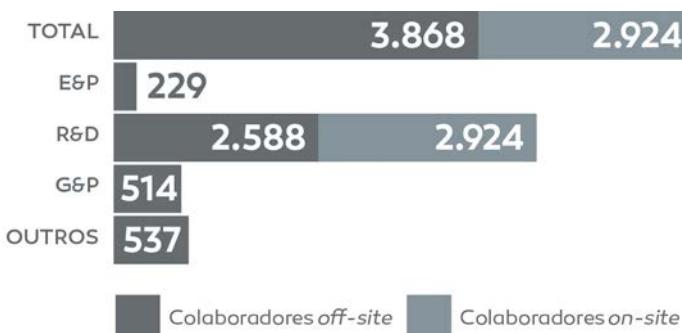
A Galp considera fundamental para o sucesso da implementação da sua estratégia, o desenvolvimento diferenciador do capital humano. Nesse sentido, a Empresa está empenhada não só na atração de talento, como na retenção e desenvolvimento sustentado do mesmo.

Para mais informação sobre o recrutamento e desenvolvimento do capital humano da Empresa, consulte o Relatório de Sustentabilidade de 2015.

Caracterização dos colaboradores

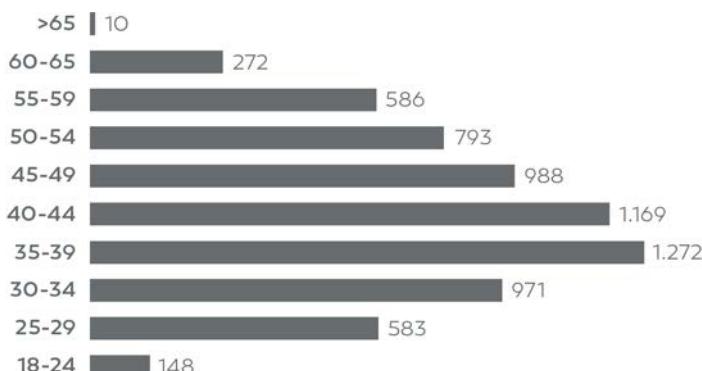
No final de 2015, a Galp contava com um total de 6.792 colaboradores, dos quais 2.924 estavam alocados *on-site*, ou seja, a estações de serviço na Península Ibérica e em África. Importa destacar o contínuo reforço da equipa de E&P, que no final do ano contava já com 229 colaboradores, dos quais cerca de 90 baseados no Brasil.

COLABORADORES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO EM 2015



A Galp tem como objetivo promover uma cultura de diversidade e equidade, assim como o contacto intergeracional, que permita desenvolver um ambiente organizacional propício à transferência de conhecimento e à criação de valor. No final de 2015, a Empresa tinha nos seus quadros colaboradores de 48 nacionalidades e o género feminino representava cerca de 40% do total.

DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR FAIXA ETÁRIA EM 2015



Captar talento num ambiente competitivo

Para ultrapassar os desafios que se colocam numa indústria altamente competitiva como a do Oil & Gas, é fundamental atrair o talento adequado à execução estratégica da Empresa.

A Galp tem no programa Generation Galp a sua principal ferramenta de recrutamento externo, com o objetivo de atrair e recrutar jovens de elevado potencial, com formação em universidades de referência e de modo a contribuir para o rejuvenescimento dos seus quadros.

Durante um ano, os participantes do programa são integrados na Empresa, alavancando o desenvolvimento de competências técnicas e *soft skills*, ao mesmo tempo que adquirem conhecimento diversificado sobre a Organização e sobre a indústria.

O programa de 2014/2015 terminou com uma taxa de retenção de 92%, o que reflete a capacidade da Empresa em atrair talento. Para o programa de 2015/2016 foram admitidos 42 participantes, de um total de cerca de 9 mil candidaturas e dos quais, 13 foram alocados exclusivamente à área de E&P, onde o desenvolvimento e a retenção de capital humano assumem particular relevância, considerando a atual fase da Empresa.

O programa Generation Galp teve início em 1998 e desde então foram admitidos 505 colaboradores, com uma taxa de retenção de 76%, reflexo da proposta de valor apresentada pela Empresa.

Desenvolvimento diferenciador do capital humano

A Galp reconhece a importância de valorizar o capital humano. A Academia Galp, atualmente a principal iniciativa de desenvolvimento diferenciador do capital humano, apresenta-se como um *training & assessment centre*, que promove projetos de formação integrados, orientados para o desenvolvimento de competências de gestão, técnicas e comportamentais. A Academia trabalha em parceria com prestigiadas instituições de ensino superior, nacionais e internacionais, permitindo alinhar o desenvolvimento dos colaboradores com as necessidades da Empresa e da sua estratégia.

Atualmente, a Academia Galp disponibiliza seis cursos: o Curso de Formação Avançada em Gestão (FormAG); o Programa de Doutoramento em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química (EngIQ); o Programa de Estudos Avançados em Geoengenharia de Reservatórios (GeoER); o Mestrado em Engenharia do Petróleo (MScEP); o Curso de Formação Avançada em Competências Comerciais (CompeC); e o CFO Simulator, lançado em 2015. Encontra-se ainda em desenvolvimento a Academia AQSS, que visa promover uma cultura de sustentabilidade, assegurando a capacitação dos colaboradores e da gestão.

Em 2015, no âmbito do curso de formação avançada em Gestão, foram ministradas 16.472 horas a 336 formandos.

O FormAG tem como objetivo proporcionar formação complementar aos quadros superiores e aos jovens de elevado potencial da Empresa, nos domínios da gestão avançada, da energia e dos comportamentos, visando a sua preparação para o exercício de funções de liderança.

O EngIQ pretende formar profissionais altamente qualificados na área da Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química, através de três modalidades: doutoramento em meio empresarial, formação avançada e módulos à medida. Durante o ano de 2015, foram ministradas 4.980 horas de formação a 36 formandos.

O CompeC visa formar comerciais, especializados no processo de venda e que pensem no ciclo completo até à pós-venda, com destaque para objetivos de vendas rentáveis, para a fidelização e para a construção de relações sustentáveis com os clientes. Ao longo de 2015, o curso abrangeu um total de 162 comerciais, num total de 9.038 horas de formação.

O CFO Simulator é focado nos domínios financeiros, oferecendo a oportunidade de avaliar de forma integrada o efeito das decisões financeiras na criação de valor. A primeira edição do curso contou com 25 colaboradores, num total de 500 horas de formação.

Também com vista a investir no seu capital humano, a Galp proporcionou 16 conferências durante 2015, sobre um conjunto alargado de temas, desde os desafios que se colocam à indústria do Oil & Gas ao desenvolvimento pessoal e equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Desenvolver a equipa de E&P para entregar valor sustentável

A Galp tem vindo a desenvolver as competências da sua equipa de E&P dada a importância estratégica deste negócio. Desta forma, a Academia Galp tem dois cursos focados nesta área.

O MScEP, que teve em 2015 a sua segunda edição, resulta de uma parceria entre o Instituto do Petróleo e Gás (IsPG) e a Heriot-Watt University. O programa oferece uma experiência de aprendizagem baseada no desenvolvimento de atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) aplicada, respondendo às necessidades específicas da indústria de Oil & Gas. Desde o seu lançamento, foi ministrado um total de 65.216 horas, das quais 28.670 em 2015. O curso contou com a participação de 53 alunos durante o ano, de um total de 516 candidaturas nacionais e internacionais e tendo sido selecionados 4 candidatos de origem brasileira. Do total de alunos, 32 são colaboradores da Empresa.

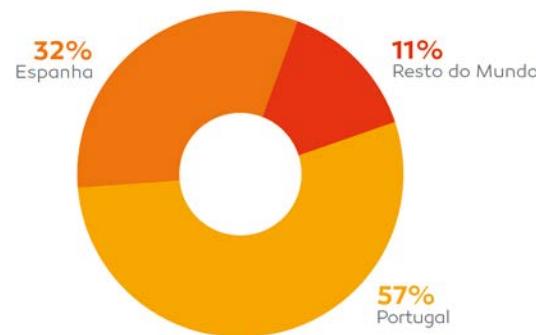
O Instituto de Petróleo e Gás, uma parceria entre a Galp e seis universidades portuguesas, é uma organização nacional que visa promover a formação avançada de quadros técnicos, o desenvolvimento de projetos que criem valor acrescentado para os consórcios onde a Galp participa e a criação de uma rede de cooperação entre consórcios, universidades e outros organismos de investigação do sector.

A Heriot-Watt University, localizada na Escócia, é um dos centros de excelência mundial no domínio do ensino, formação e investigação em Engenharia do Petróleo.

O segundo curso lecionado nesta área, o GeoER, propõe-se a capacitar geólogos, geocientistas e engenheiros na área de E&P, em competências técnicas diferenciadoras, aptidões e métodos de investigação no domínio da geoengenharia de reservatórios. Em 2015 deu-se continuidade à segunda edição deste programa, criado em parceria com a Petrobras, e em que participaram cinco colaboradores da Galp, num total de 3.000 horas de formação.

Importa realçar o protocolo de desenvolvimento de competências técnicas entre a Galp e a ENH, no âmbito do qual a Galp acolheu 24 formandos durante um ano.

DISPERSÃO GEOGRÁFICA DOS COLABORADORES EM 2015



5.3

Investigação & Tecnologia

Considerando o contexto atual do sector de Oil & Gas, marcado pela descida do preço do petróleo, a competitividade e sustentabilidade da Empresa dependerá em grande parte da eficiência do seu portefólio de projetos, particularmente no negócio de E&P. A inovação e o desenvolvimento tecnológico podem levar à redução do custo marginal de produção, bem como podem conduzir ao aumento dos recursos recuperáveis.

A Galp considera o investimento em I&T de grande importância estratégica, conduzindo atualmente projetos relevantes nesta vertente, mesmo no âmbito de projetos de E&P em desenvolvimento nos quais não é operadora. Desta forma, a Empresa será capaz de manter vantagens competitivas de forma sustentada, diferenciando-se dos seus pares, e criando valor para os seus stakeholders.

Os projetos de inovação são desenvolvidos tanto *in-house* como em parceria com outras empresas ou entidades do meio científico e tecnológico. Em 2015, destaca-se a continuidade de projetos de I&T no Brasil, com vista a otimizar o desenvolvimento dos projetos no pólo do pré-sal.

Aposta em I&T para otimizar os projetos de E&P

A Galp e os seus parceiros continuam a desenvolver projetos que visam estudar o potencial de aplicação de novas soluções tecnológicas, com o objetivo de aumentar a eficiência e maximizar a extração de valor. Para mais informações sobre estes projetos, consulte o capítulo 3.1 Exploração & Produção deste relatório.

Sendo as parcerias com o meio científico uma das principais fontes de inovação para a Galp, importa destacar a atividade do IsPG, criado em 2013, que visa fornecer soluções tecnológicas para os desafios colocados pela atividade de exploração e produção de petróleo e gás, em particular aquela desenvolvida pela Galp.

No âmbito do IsPG, foram definidos quatro programas tecnológicos de I&T no Brasil, os quais estão sumarizados na tabela abaixo.

Programas de I&T	Descrição
1. Produção de petróleo em reservatórios carbonáticos portadores de fluidos com elevada percentagem de CO ₂	<ul style="list-style-type: none"> Fixação de CO₂ através de reforma a seco de gás natural. Avaliação dos efeitos da injeção de CO₂ na estabilidade <i>in-situ</i> dos asfaltenos. Processo de reação de formação de hidratos.
2. Modelação de reservatórios carbonáticos	<ul style="list-style-type: none"> O desenvolvimento de um <i>workflow</i> para modelagem geomecânica de reservatórios a partir de dados sísmicos e de poço.
3. Garantia de escoamento	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de simuladores de escoamentos. Redução de atrito por aditivos no transporte de petróleo.
4. Instalações de produção e equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas <i>subsea</i>. Revestimentos para anéis de vedação e brocas de perfuração. Durabilidade de componentes para uso em águas profundas. Estudo sistemático da corrosão de materiais utilizados nas instalações nos campos de pré-sal.

Dos 18 projetos apresentados à ANP, 10 foram iniciados antes do final de 2015, com uma duração prevista de três anos. Destes, sete estão focados na extração e reutilização de CO₂.

Durante o ano de 2015, a Galp deu ainda início a um projeto que tem como objetivo a captura e a conversão de CO₂ em hidratos de metano, e que está a ser desenvolvido no âmbito da KIC Innoenergy, do European Institute of Technology. A tecnologia em desenvolvimento poderá vir a ser utilizada no âmbito de E&P e G&P e permitirá reduzir os custos e os riscos do transporte de CO₂, quer por via de gasodutos, transporte terrestre ou marítimo.

I&T para promover a otimização de recursos e maior eficiência energética

A Galp procura uma otimização contínua dos seus recursos, sobretudo no consumo de energia devido ao peso que este tem nos custos da Empresa, nomeadamente na atividade de refinação.

Neste âmbito da atividade de refinação, destaca-se a aplicação da filosofia *Lean Six Sigma*, que pretende controlar o consumo de recursos. O objetivo é a melhoria contínua, através de controlo e consequente combate ao desperdício existente nos processos produtivos e na gestão de pessoal. Neste sentido destaca-se a implementação de controlo avançado para a variabilidade do processo, projetos de minimização de custos com perdas, nomeadamente no combustível, aproveitamento de correntes de gás, redução do tempo de paragens, melhoramento do tratamento de efluentes e redução do trabalho suplementar.

Em 2015, a Galp continuou a desenvolver soluções tecnológicas para a atividade de comercialização de produtos petrolíferos, nomeadamente nas estações de serviço, onde a Empresa investiu na automatização da manutenção de equipamentos das estações de serviço. O objetivo é prosseguir

com a inovação no processo de monitorização e sistemas de gestão de recursos energéticos e fornecimento de energia, mas também desenvolver soluções tecnológicas que continuem a satisfazer as expectativas dos clientes.

A Galp promove ainda vários projetos através de programas que visam a transferência de conhecimento e de inovação entre a realidade empresarial e o panorama académico português.

Neste contexto, foi dada continuidade ao projeto TOP-REF, lançado em 2014 pela Galp em parceria com outras nove entidades, com o objetivo de aumentar o potencial de eficiência energética, nomeadamente na refinaria de Sines. Foram desenvolvidos *key resources indicators* (KRI) que visam normalizar a ecoeficiência dos processos industriais, minimizando os impactes ambientais da refinaria.

Em 2015, realizou-se também a 9.ª edição do Programa Galp 20-20-20, o maior programa português de investigação e eficiência energética. Esta iniciativa promove a colocação de 21 bolseiros em clientes da Galp, com cerca de 30% dos estudos desenvolvidos a materializarem-se nas empresas participantes. Dos projetos implementados ao abrigo deste programa, desde o seu início em 2007, resultaram reduções médias de 9-12% do consumo de energia primária e de 12-15% das emissões de CO₂, com o tempo de retorno de investimento médio de quatro anos.

5.4

Segurança, saúde e ambiente

Para o sucesso da execução estratégica, a Galp considera fundamental garantir a proteção do ambiente, das pessoas e dos ativos, ao mesmo tempo que contribui para a satisfação das necessidades energéticas futuras e minimiza a intensidade carbónica da atividade. Estes desafios são endereçados pelos compromissos de sustentabilidade assumidos pela Empresa, que podem ser consultados em detalhe no Relatório de Sustentabilidade de 2015.

A Galp assume assim o desafio de ser uma empresa de referência em matéria de segurança, saúde e ambiente (SSA) e qualidade no sector energético, promovendo a transparência na comunicação do seu desempenho, permitindo a todas as partes interessadas acompanhar o respetivo progresso. Com esse objetivo, a Galp mantém o seu website atualizado em matérias de sustentabilidade, publicando anualmente um Relatório de Sustentabilidade.

Os objetivos definidos pela Empresa no âmbito de SSA são operacionalizados e controlados através do Sistema G+, compatível com os standards ISO e OHSAS e aplicável a todas as operações e atividades sob a responsabilidade da Empresa. Este sistema permite identificar, gerir e minimizar riscos inerentes à operação em todas as fases do ciclo de vida das atividades, produtos e serviços da Galp.

A melhoria contínua nas vertentes da segurança, da saúde, do ambiente e qualidade é promovida através de uma constante monitorização e da realização de auditorias, visando a identificação e posterior implementação de formas inovadoras de reduzir riscos.

As auditorias de ambiente, qualidade, segurança e energia (AQSE) continuam a ser um instrumento de gestão de extrema relevância ao nível do controlo do risco e dos impactes da nossa atividade.

Durante 2015, foram realizadas 42 auditorias de AQSE, envolvendo 81 auditores internos e 16 auditores externos. Das auditorias internas realizadas, resultaram 383 constatações, das quais 144 são não-conformidades e 239 oportunidades de melhoria.

Em 2015, a Empresa continuou a tomar medidas para agilizar o processo de *follow-up* de ações decorrentes da realização de auditorias, tendo neste sentido constatado uma evolução ao nível do envolvimento da gestão e a inclusão de indicadores nos *Balanced Score Cards* das suas atividades.

A Galp manteve em 2015 as 35 qualificações dos seus sistemas de gestão, nas vertentes de Ambiente (ISO 14001), Qualidade (ISO 9001), Segurança (OHSAS 18001), Energia (ISO 50001) e de acreditação dos Laboratórios (ISO/IEC 17025). A Empresa valoriza, também, que os seus fornecedores estejam certificados, como garantia do seu compromisso.

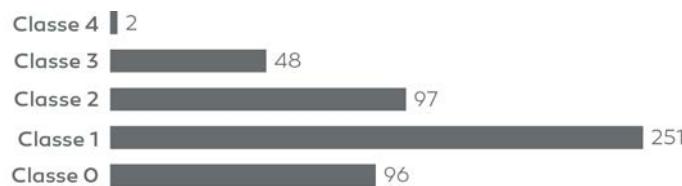
Segurança e saúde prioritárias na execução estratégica

A segurança e saúde são vistos como objetivos fundamentais, tendo a Empresa estabelecido como meta alcançar zero acidentes pessoais, materiais e ambientais com impacte significativo no decurso das suas atividades. A Galp promove a formação e garante a capacitação de todos os colaboradores e parceiros em questões de segurança, saúde e ambiente, assegurando a análise e implementação de medidas que visam a mitigação de riscos.

Em 2015, foram implementadas novas campanhas para a prevenção de acidentes. No âmbito do reporte de quase-acidentes, desenvolveu-se uma aplicação móvel para colaboradores que permite reportar de forma simples a ocorrência.

Decorreu também ao longo do ano uma campanha de sensibilização para a importância da ergonomia, entre outras matérias de saúde ocupacional.

TOTAL DE ACIDENTES EM 2015 POR CLASSE CRESCENTE DE GRAVIDADE



O registo de incidentes inclui também aqueles que envolvem clientes e prestadores de serviços, quando dos mesmos tenham resultado danos no património ou que tenham envolvido bens ou serviços prestados pela Galp, ainda que não tenham decorrido da regular atividade da Empresa.

Em 2015, é de lamentar o registo de dois acidentes de Classe 4, que foram devidamente investigados. De destacar, no entanto, que ao nível de acidentes de Classe 3 e 4, registou-se uma diminuição do número de ocorrências face ao ano anterior, reflexo da cultura de prevenção implementada.

A Empresa tem envidado esforços para reduzir o número de acidentes pessoais com baixa de colaboradores. Em 2015, o índice de frequência de acidentes com baixa (IFACB) por milhão de horas trabalhadas ficou, contudo, acima dos valores de referência da Conservation of Clean Air and Water in Europe (CONCAWE), prevendo-se que as medidas implementadas contribuam para uma diminuição significativa de acidentes no futuro.

ÍNDICE DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES COM BAIXA POR MILHÃO DE HORAS TRABALHADAS

COLABORADORES



PRESTADORES DE SERVIÇOS



COLABORADORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS



Minimização do impacte ambiental

Como operador integrado do sector energético, a Galp está ciente da sua responsabilidade perante a sociedade, nomeadamente no que respeita à proteção do ambiente e à minimização do impacte das suas atividades.

Atendendo à sua estratégia de expansão no negócio de E&P, a Empresa assume o compromisso de satisfazer as necessidades energéticas futuras e minimizar a intensidade carbónica da sua atividade. Este compromisso, substanciado na política da Galp para as alterações climáticas, traduz-se em seis objetivos concretos, que abrangem toda a cadeia de valor da Empresa:

- promover um crescimento responsável no segmento de E&P, assente na eficiência operacional e energética, procurando a minimização da intensidade das emissões de CO₂;
- promover a eficiência energética e minimizar a intensidade de emissões nas operações;
- acompanhar as tendências de mercado e promover a inovação, investigação e desenvolvimento na área da eficiência energética e ambiental;
- avaliar os riscos e desenvolver planos para garantir a mitigação e adaptação dos riscos relacionados com as alterações climáticas com impacte significativo nas atividades da Galp;
- acompanhar e antecipar os desenvolvimentos legislativos e as tendências no âmbito das políticas de energia e clima;
- acompanhar as expectativas dos stakeholders relevantes e garantir uma comunicação transparente.

Redução da intensidade carbónica

Atendendo à fase de crescimento da Empresa, e à necessidade de assegurar a entrega de valor sustentável, a Galp mantém-se focada na redução da intensidade carbónica da sua atividade, nomeadamente através de eficiência energética, com o intuito de gerar valor para os vários stakeholders e em particular para o acionista.

PEGADA DE CARBONO - EMISSÕES DE CO₂ (tCO₂e)

	A1	A2	A3	Total	% Com uso produtos	% Sem uso produtos
Total sem uso de produtos	3.758.365	273.458	395.464	4.427.288	-	100%
Total com uso de produtos	3.758.365	273.458	36.201.444	40.233.267	100%	-
E&P (operados)	2.562	0	0	2.562	0%	0%
Refinação	3.459.768	232.948	0	3.692.716	9%	83%
Power	28.049	525	0	28.574	0%	1%
Aprovisionamento e logística Oil	4.352	12.276	337.859	354.487	1%	8%
Comercialização de produtos petrolíferos	0	24.069	54.945	79.015	0%	2%
Distribuição e comercialização de gás natural	252.021	354	0	252.375	1%	6%
Outros	7.362	1.872	2.660	11.894	0%	0%
Biocombustíveis	4.252	1.413	0	5.665	0%	0%
Uso de produtos	0	0	35.805.980	35.805.980	89%	-
E&P (não-operados)	366.800	0	0	366.800	-	-

Nota: classificação dos âmbitos 1,2 e 3 descrita no ponto 7.5 Glossário

Considerando as operações da responsabilidade da Galp (âmbito 1) e os âmbitos 2 e 3 (em que o âmbito 3 inclui o uso dos seus produtos), o valor da pegada de carbono da Empresa em 2015 de 40.233.267 toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e), 23% superior ao registado em 2014, devido ao aumento da atividade de produção de petróleo e gás.

No âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), as refinarias e cogerações da Galp não necessitaram de adquirir Licenças de Emissão (LE), uma vez que as emissões corresponderam à alocação gratuita de LE em 2015, consequência das medidas de eficiência energética implementadas.

Uma atividade de exploração e produção sustentável

A aposta da Empresa na atividade de E&P está baseada num crescimento sustentável, garantindo a segurança das pessoas, dos ativos e do meio ambiente. Neste sentido, a Galp monitoriza regularmente o desempenho dos projetos de E&P nas diferentes geografias em que está presente.

Nos projetos em que detém participações minoritárias, a Empresa assume-se como um parceiro ativo, promovendo a realização de auditorias e a comunicação permanente com os operadores dos projetos. São considerados os potenciais impactes a nível de SSA desde a fase de exploração até ao descomissionamento e abandono. As atividades em curso e planeadas são monitorizadas, certificando-se de que as campanhas sísmicas, os programas de perfuração, os planos de desenvolvimento e restantes atividades cumprem os melhores standards internacionais.

Em 2015 a Galp aderiu à iniciativa do World Bank de *Zero Routine Flaring by 2030*, reforçando o compromisso já estabelecido pela Empresa de atingir a meta de zero flaring na atividade de E&P. A Galp, em conjunto com o operador, monitoriza e controla os volumes flared de gás de forma a minimizar o impacte ambiental que advém deste processo. Em 2015, os níveis de gas flaring em blocos operados totalizaram 967.854 m³, uma redução de 29% face ao ano anterior.

Minimização do risco ambiental com foco na prevenção

Além de se reger pelos mais elevados standards éticos e de responsabilidade, a Galp cumpre as normativas de segurança com vista à prevenção de acidentes com impacte negativo no ambiente.

Ainda assim, em 2015, registou-se um volume total de perdas de contenção de aproximadamente 124 mil litros, com cerca de 99 mil litros a atingir o ambiente. Os incidentes registados foram investigados, tendo sido apuradas as causas e delineadas medidas que visam a prevenção deste tipo de ocorrências.

Neste âmbito, a Galp dispõe, junto dos seus colaboradores e prestadores de serviços, de planos de ação para aumentar a eficácia de resposta em situações de emergência, reduzir o potencial impacte ambiental e os custos associados à gestão de áreas afetadas, sendo no entanto a prevenção o princípio base de atuação. Estão estabelecidas diretrizes para garantir a adequada análise de riscos, a implementação das medidas que permitem a sua mitigação e a garantia da segurança das operações. A Galp aposta também na comunicação interna, que visa a formação e sensibilização para os riscos e adequada preparação em caso de incidente.

Na ocorrência de um evento de derrame, a Empresa dispõe de pessoas e equipamentos que são mobilizados para mitigar os impactes da ocorrência. Está também estabelecida uma política de responsabilização e a existência de garantias financeiras para dar resposta a uma eventual responsabilidade por danos ambientais.

Com vista à gestão sustentável dos solos e recursos hídricos, e à preservação da biodiversidade nas áreas em que a Galp desenvolve as suas atividades, são seguidos standards e procedimentos internos alinhando a atuação da Empresa com as boas práticas reconhecidas internacionalmente e com as expectativas das autoridades competentes e restantes stakeholders.

Em 2015, deu-se continuidade ao reforço da integração da biodiversidade como aspeto relevante nos processos de seleção de projetos de upstream e de avaliação do respetivo impacte ambiental em conformidade com o Guia de Boas Práticas para a Gestão da Biodiversidade da Galp e com os referenciais complementares.

No sentido de promover a transparência associada a estes temas, a Empresa tem disponível no seu sítio de Internet um mapa interativo baseado em duas ferramentas internacionalmente reconhecidas: a Integrated Biodiversity Assessment Tool (IBAT) e a Global Water Tool for Oil & Gas (GWT), onde se pode relacionar as atividades da Empresa com áreas protegidas, espécies ameaçadas e com áreas com escassez ou stress hídrico.

Projetos de energias renováveis

No sentido de acompanhar as tendências das fontes de energia complementares ao sector de Oil & Gas, e considerando a importância de diversificação do seu portefólio, a Galp está presente em projetos de energias renováveis, principalmente na área dos biocombustíveis, mas também na geração de energia por via eólica.

Relativamente às atividades na área dos biocombustíveis, a Galp está presente em toda a cadeia de valor, incluindo atividades de produção de matérias-primas e produção de biocombustível.

A Empresa conta com um projeto de plantação de óleo vegetal de palma no Brasil, tendo concluído o processo produtivo de fruto, atingindo em 2015 um volume de produção de 50 kt, face a cerca de 19 kt em 2014.

A nível do downstream, a Galp opera uma unidade de produção em Sines, dedicada à transformação de óleos usados e gorduras animais residuais em biodiesel, tendo durante o ano produzido cerca de 17 kt de biodiesel de segunda geração.

A Galp continuará a cumprir a introdução de biocombustíveis na Península Ibérica de acordo com os objetivos estabelecidos pela Comissão Europeia e os respetivos Estados-Membros, no intuito de atingir a meta de incorporação de 10% em 2020, utilizando os diversos complementos renováveis ao seu dispor, tanto em gasolinhas como em gasóleos.

No que diz respeito à energia eólica, a Galp, através do consórcio da Ventinveste, S.A. (Ventinveste), tem atualmente um parque eólico em Portugal com uma capacidade instalada de 12 MW, que produziu, em 2015, cerca de 32 GWh. O consórcio tem também uma participação de 50% no projeto Âncora Wind, com 176,1 MW em construção.

Seleção criteriosa de fornecedores

A Galp gere as suas relações com fornecedores de uma forma responsável suportada em políticas e procedimentos que regulam a sua atuação. Os fornecedores da Empresa são selecionados através de uma cuidadosa análise, que envolve a conformidade dos mesmos com os valores da Galp a nível de segurança, saúde e ambiente e responsabilidade social corporativa. São realizadas regularmente auditorias aos prestadores de serviço.

5.5

Desenvolvimento das comunidades locais

A Galp considera fundamental envolver a comunidade e demais partes interessadas, promovendo a criação de valor partilhado. Desta forma, a Empresa potencia a sua competitividade, bem como é melhor capaz de antecipar e gerir oportunidades e riscos, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento sustentável das comunidades junto das quais opera.

A Galp aprovou em 2014 a sua política de direitos humanos, assumindo o compromisso de promover, respeitar e cumprir com os direitos humanos reconhecidos internacionalmente. De forma a assegurar a implementação efetiva desta política nos vários países em que opera, a Galp desenvolve regularmente um processo de due diligence que assegura a avaliação dos impactes da Empresa nos direitos humanos e, posteriormente, a integração desses resultados nos procedimentos internos assegurando, assim, a sua prevenção e mitigação em situações futuras.

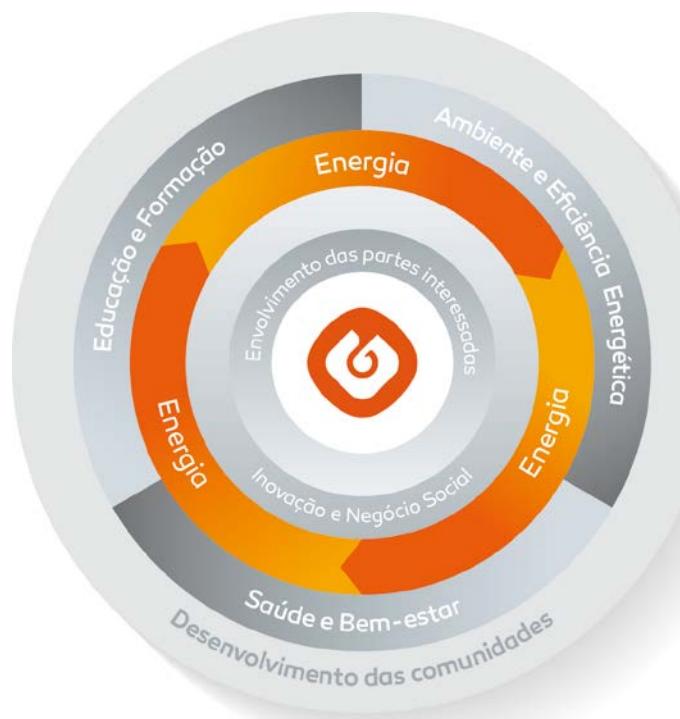
Também os fornecedores e parceiros da Galp estão abrangidos pela política de direitos humanos, que procura promover o seu alinhamento com os princípios aplicados pela Empresa. Estas práticas são verificadas através das auditorias realizadas aos fornecedores, que abrangem aspetos de responsabilidade social corporativa.

De destacar que após a adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2013, que visa alinhar a implementação de estratégias e operações das empresas participantes em princípios universalmente aceites nas áreas de direitos humanos, do trabalho, do meio ambiente e do combate à corrupção, a Galp publicou, em 2015, a sua primeira Comunicação de Progresso que a qualificou no nível ativo na qual descreve as ações realizadas neste sentido.

A Empresa tem ainda implementada uma política de investimento na comunidade focada no desenvolvimento e suporte das comunidades locais. Esta política foi definida com base nos sistemas normativos português, espanhol e brasileiro e atendendo às recomendações da norma internacional ISO 26000:2011.

Neste âmbito, a Galp desenvolve a sua atividade com base em três domínios de ação: a educação e formação; a saúde e bem-estar; e o ambiente e eficiência energética. De salientar que o principal vetor de atuação é a promoção da inovação de ações sociais inclusivas, nomeadamente através da disponibilização de soluções de energia. Estas ações podem ser desenvolvidas através de apoios a projetos de entidades representativas da comunidade ou através da conceção e implementação de projetos próprios nos quais envolve as entidades representativas da comunidade.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO NA COMUNIDADE



Reconhecendo a sua responsabilidade e demonstrando sempre um papel ativo na promoção do desenvolvimento económico e social dos países em vias de desenvolvimento, a Galp continuou a promover atividades de cariz social,

educativo e relacionados com a saúde, com enfoque especial no Brasil e países africanos em que opera.

No que respeita às ações do âmbito da saúde e bem-estar destacam-se diversas iniciativas. Na Suazilândia, a Galp foi uma das principais patrocinadoras do evento "Walk for Hunger" cujo principal objetivo é a sensibilização para o problema da fome infantil, assim como distribuiu alimentos a cerca de 12 populações. Em Moçambique salienta-se o apoio às vítimas das cheias, que afetam severamente a comunidade local, através da entrega de mais de 20 toneladas de alimentos que permitiram apoiar cerca de 2 mil pessoas por um período de dois meses. Em Cabo Verde destaca-se a iniciativa de fornecimento de gás butano a mais de 400 escolas, assim como a parceria realizada com a Cruz Vermelha, em que foi lançada a campanha Abastecimento Solidário com o objetivo de apoiar as vítimas da erupção na Ilha do Fogo.

No plano das iniciativas relacionadas com o ambiente e eficiência energética, a Galp promoveu, no Brasil, um evento cujo principal objetivo era alertar o público para a importância da preservação da água, evitando o seu desperdício com a adoção de boas práticas. Na Guiné-Bissau foi desenvolvida uma ação de apoio à luta contra a seca e a desertificação com o objetivo de aumentar a consciencialização sobre o tema da desflorestação no país.

Em Portugal foram igualmente desenvolvidas diversas atividades de caráter educativo e social.

No âmbito das iniciativas relacionadas com o ambiente e eficiência energética, destaca-se o projeto Missão UP|Unidos pelo Planeta que a Galp tem mantido desde 2010. Este projeto educativo consiste na sensibilização da comunidade escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico assim como os seus Professores e Encarregados de Educação para questões de eficiência energética através de sessões informativas sobre energia nas escolas. Em 2015, aderiram 2.052 escolas, com uma abrangência total de cerca de 192.171 alunos e foram realizadas cerca de 600 sessões. Neste plano, salienta-se também o projeto Missão Power UP que resulta de uma evolução do projeto Missão UP|Unidos pelo Planeta, tendo sido alargado aos 2º e 3º ciclos, e que recorre a uma plataforma pedagógica web e mobile.

Ainda em Portugal, e no eixo das atividades de saúde e bem-estar, destaca-se a distribuição de verbas a 17 instituições das áreas de responsabilidade social, cultura e desporto.

A Empresa continuou também a promover uma cultura de voluntariado empresarial. Ao longo do ano, a Galp Voluntária realizou 14 ações, que resultaram num total de cerca de 34.000 horas de voluntariado, contando com cerca de 1.800 voluntários no final do ano.

Em 2015, o investimento global nesta área atingiu cerca de €3,9 m, dos quais 51% se referem a ações de caráter social; 22% dizem respeito a ações no âmbito da educação; 9% a ações no âmbito da saúde e bem-estar; e os restantes 18% a ações relacionadas com a cultura, proteção do ambiente, desenvolvimento económico e ações de emergência.



6

Gestão de Risco

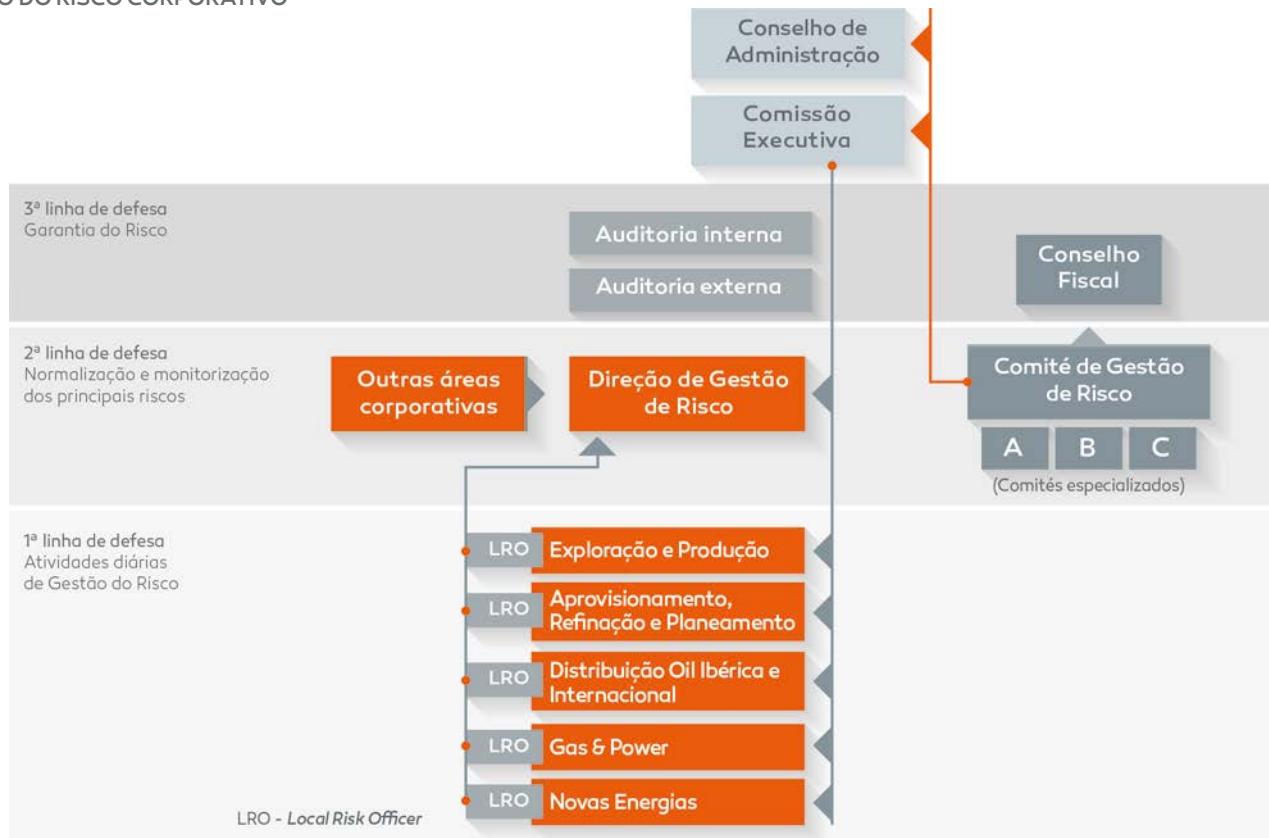
6.1

Modelo de gestão de risco

A existência de um quadro regulamentar interno robusto e de uma abordagem disciplinada do risco são elementos importantes numa empresa no sector de Oil & Gas, com uma grande diversificação geográfica. Este quadro regulamentar assegura que a execução é realizada de acordo com os objetivos estratégicos, que os riscos aceites são devidamente recompensados e que é criado valor a longo prazo para os acionistas.

A organização e a estrutura de governance da gestão do risco assenta no modelo das três linhas de defesa, em conformidade com as melhores práticas geralmente aceites, tal como esquematizado no organograma abaixo. A gestão diária do risco, a normalização e a monitorização dos principais riscos, e a garantia do risco, correspondem à primeira, segunda e terceira linhas de defesa, respetivamente.

GESTÃO DO RISCO CORPORATIVO



A Gestão do Risco Corporativo da Galp é abordada na política de gestão do risco. Esta abordagem possibilita um relacionamento consistente entre as atividades de gestão do risco, supervisão do risco e garantia de governance, que permite:

- Identificar e compreender o ambiente de risco, avaliar e comunicar o valor potencial de exposição ao risco, determinar e implementar a melhor forma de mitigar a referida exposição ao risco - 1^a linha de defesa.
- Monitorizar o risco a nível corporativo, definir padrões de risco e comunicar periodicamente o risco e o status dos planos de ação ao Comité de Gestão do Risco, à Comissão Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração - 2^a linha de defesa.
- Supervisionar e avaliar, por recurso a entidades internas e externas independentes, a eficácia da gestão do risco e do processo de controlo interno - 3^a linha de defesa.

Com base na estratégia e nos valores da Empresa, o **Conselho de Administração** é o responsável por estabelecer o nível de risco que a Galp está disposta a aceitar - o apetite ao risco e a tolerância ao risco - e por garantir o alinhamento da estratégia com esse nível de risco. Embora estas sejam responsabilidades do Conselho de Administração, este pode delegar poderes na Comissão Executiva.

Cabe à **Comissão Executiva** supervisionar a gestão do risco com foco nos principais riscos que o grupo Galp enfrenta, incluindo riscos estratégicos, operacionais, financeiros e regulatórios, identificados e descritos neste relatório.

Suportada no Comité de Risco, a Comissão Executiva acompanha os riscos mais relevantes, bem como a execução dos projetos críticos sob o ponto de vista do risco.

O administrador executivo com o pelouro da **Direção de Gestão de Risco** da Galp (*Chief Risk Officer*) é presidente do Comité de Gestão de Risco, assegurando, assim, que as discussões dos temas de risco são consistentes e efetivas a todos os níveis. O *Chief Risk Officer* é responsável pela supervisão e coordenação dos processos de avaliação de risco e respetivas ações de mitigação em toda a Organização, bem como pela gestão adequada dos mesmos, garantindo que as linhas de orientação do Conselho de Administração e da Comissão Executiva são cumpridas e que são refletidas em políticas e procedimentos.

A **Direção de Auditoria Interna** avalia, de forma independente e sistemática, o adequado funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos do Grupo, assim como a efetividade e a eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação, informando e alertando regularmente o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes e identificação de oportunidades de melhoria, promovendo a sua realização.

Este processo visa assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos através do acompanhamento contínuo da respetiva adequação e eficácia das medidas corretivas de eventuais deficiências do sistema. Este processo também permite a monitorização permanente dos níveis de risco e implementação dos mecanismos de controlo relativos aos diversos riscos a que a Galp está sujeita.

A Direção de Auditoria Interna define anualmente um plano de auditorias, baseado nos resultados da avaliação do risco dos diferentes processos e das várias unidades de negócio e nas prioridades estratégicas da Galp. O plano de auditorias aprovado pelo Presidente da Comissão Executiva e pelo Conselho Fiscal.

Apesar de depender hierarquicamente do Presidente do Conselho de Administração, a Auditoria Interna reporta funcionalmente ao Conselho Fiscal.

Ao **Conselho Fiscal** cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno e de auditoria interna, bem como o de avaliar o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos, reforçando, assim, o controlo interno.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal acompanha os planos de trabalho e os recursos afetos à Direção de Auditoria Interna e à área de *Compliance*, sendo destinatário de relatórios periódicos realizados por estes serviços, assim como de informações sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

As funções de gestão de risco são acompanhadas pelo **Comité de Gestão de Risco**, criado pela Comissão Executiva em março de 2013, que tem como missão apoiar e monitorizar a definição e execução da estratégia e política de gestão de risco da Galp, em articulação com a Direção de Gestão de Risco e os responsáveis pelas unidades de gestão da Empresa. O comité é composto pelo *Chief Risk Officer*, pelo administrador executivo com o pelouro financeiro (*Chief Financial Officer*), pelo diretor da Direção de Gestão de Risco e pelo diretor da Direção de Auditoria Interna.

No âmbito do Comité de Gestão de Risco funciona um grupo de trabalho focado em temas relacionados com Ambiente, Qualidade e Segurança (AQS), e alterações regulatórias. Garante-se deste modo que estas matérias são devidamente integradas no sistema de gestão de risco da Empresa.

O modelo de relacionamento entre os órgãos, sociais, direções e comissões responsáveis pela implementação de sistemas de controlo interno privilegia a gestão centralizada dos riscos, ao nível da Direção de Gestão de Risco corporativa.

Esta área é responsável por definir, monitorizar e avaliar riscos e medidas de mitigação, garantindo o alinhamento com as políticas e estratégias aprovadas, por garantir a consistência dos princípios, dos conceitos, das metodologias e das ferramentas de avaliação e gestão de risco de todas as unidades de negócio e empresas do Grupo.

A Direção de Gestão de Risco tem como missão assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, através do relacionamento com a Comissão Executiva, Comité de Gestão de Risco e *focal points* das unidades de negócio e empresas do Grupo. Compete-lhe:

- Promover a implementação e coordenação da política de risco e dos níveis aceitáveis de risco (apetite e tolerância ao risco);
- Propor e garantir a aplicação da estratégia de gestão de risco adequada ao perfil de risco aprovado;
- Desenvolver metodologias de avaliação de risco e garantir a sua consistência transversal a toda a Organização;
- Liderar o processo de avaliação, monitorização e mitigação de riscos em colaboração com as unidades de negócio;
- Suportar o Comité de Gestão de Risco, a Comissão Executiva e o Conselho de Administração na definição da estratégia e das políticas de risco, na supervisão dos riscos e respetivas medidas de mitigação ao nível do Grupo;
- Monitorizar o perfil de risco e reportar ao Comité de Risco, à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.

A Direção de Serviços Jurídicos, *Compliance* e Secretaria Societária tem como missão definir, implementar e monitorizar políticas de controlo interno, assessorar os responsáveis de empresas do grupo Galp, elaborar e conduzir ações de formação, e realizar ou gerir averiguações internas, no âmbito de matérias de *compliance* no Grupo, quer a partir do centro corporativo quer através de *focal points* Galp das unidades de negócio.

Salienta-se ainda a contribuição da Direção de AQS e Sustentabilidade e da Direção de Sistemas de Informação que, em conjunto com a Direção de Gestão de Risco, e em articulação com as unidades de negócio, asseguram a definição e programação de ações com vista à eliminação ou minimização de riscos nas suas respetivas áreas. Com efeito, à Direção de AQS e Sustentabilidade foram atribuídas competências pela gestão corporativa do risco ambiental, *safety* e *security*, em particular, por definir e propor metodologias de avaliação de risco ambiental e de segurança das atividades do Grupo e de qualidade dos produtos.

À área de *cyber-security* da Direção de Sistemas de Informação cabe definir e gerir a política de *cyber-security* do sistema de informação do Grupo e apoiar as unidades de negócio na gestão do risco e *business continuity*.

Os **Local Risk Officers** (LROs) são responsáveis pela identificação, avaliação e gestão dos riscos nas respetivas unidades de negócio, tendo em consideração as normas

6.2

Sistema de Controlo Interno

O sistema de controlo interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos adotados com a finalidade de assegurar, com uma probabilidade razoável de êxito, o cumprimento dos objetivos da Empresa em matéria de:

- condução das atividades de forma ordenada e eficiente;
- salvaguarda dos ativos;
- prevenção e deteção de fraudes e erros;
- cumprimento das leis e regulamentos; e
- fiabilidade do reporte financeiro.

Este sistema é baseado na orientação do *Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission* (COSO) no que se refere aos principais aspectos do controlo interno da Galp: Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação, e Monitorização.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS DO GRUPO GALP



de gestão de risco definidas. São ainda responsáveis por incorporar a informação de risco no seu processo de decisão, garantindo o cumprimento das políticas e procedimentos da gestão de risco aprovadas. Adicionalmente devem elaborar, reportar e publicar informação sobre a exposição ao risco na sua unidade de negócio.

O ambiente de controlo constitui a base do sistema de controlo interno. Influencia a forma como a estratégia e os objetivos da empresa são definidos, como as atividades operacionais são estruturadas e como a cultura de risco da Empresa é assumida. É composto por vários elementos, incluindo os valores, a atitude geral e o estilo de gestão.

O ambiente de controlo da Galp é baseado num conjunto de códigos, políticas, normas e procedimentos internos, que definem princípios de conduta ética e asseguram o escrutínio dos diferentes atos de gestão, em linha com as melhores práticas internacionais e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios. Foram adotados com a finalidade de assegurar, com razoável probabilidade, o cumprimento das metas da Empresa e das expectativas e exigências dos stakeholders internos e externos do Grupo.

A definição ou revisão dos objetivos da Empresa é o fator que desencadeia o processo de gestão do risco.

Uma atempada identificação dos fatores e a consequente avaliação de riscos permite que a Empresa identifique os potenciais eventos que podem afetar a prossecução dos objetivos corporativos. Assim, a Galp promove a contínua identificação de fatores e uma avaliação sistemática dos principais riscos que poderiam comprometer os objetivos das unidades de negócios. Este é um processo *bottom up*, da responsabilidade das diversas unidades de negócio (“dona” do risco).

Através de um processo que envolve a Gestão do Risco Corporativo e as unidades de negócio, as opções adequadas para mitigação do risco são identificadas e selecionadas, considerando tanto o efeito dessas opções sobre a probabilidade e impacte de eventos, face ao apetite de risco corporativo, como o custo de cada opção em relação aos respetivos benefícios. Após selecionada a opção, a unidade de negócio prepara um plano de ação de resposta para mitigar, transferir, evitar ou aceitar o risco.

As atividades de controlo destinadas a garantir que as respostas ao risco são eficazes, permitindo alcançar os objetivos comerciais, são da responsabilidade de cada unidade de negócio. No entanto, a equipa de Gestão do Risco Corporativo e os Comités criados com essa finalidade são também intervenientes. Os riscos residuais são avaliados e os desvios face ao nível de risco assumido no plano de negócios da unidade de negócio são identificados. Isto garante a monitorização e comunicação do plano de mitigação.

Este processo está em conformidade com o que é recomendado pela COSO e está ilustrado no gráfico anterior, que mostra também a sequência e dependências das diversas atividades.

Para assegurar um sistema de controlo interno efetivo, a Galp promove o intercâmbio de informação de relevo, mantendo uma comunicação permanente com os vários intervenientes, tanto internos como externos.

Atendendo a que os riscos inerentes e a eficácia dos controlos internos dependem de variáveis internas e externas, este processo não é estático. Por essa razão, é uma boa prática fazer uma reavaliação periódica do risco das atividades principais da Galp, com o objetivo de garantir que existe um alinhamento entre o perfil do risco, decidido pelo Conselho de Administração, e o plano de mitigação implementado pelas unidades de negócio.

Finalmente, são conduzidas auditorias operacionais, de compliance e financeiras, assim como revisões aos sistemas de informação, com a finalidade de testar a efetividade dos mecanismos de controlo interno implementados.

6.3

Principais riscos

A Galp identificou os seguintes riscos (por ordem alfabética) como sendo prioritários para supervisão pelo Conselho de Administração e respetivas comissões para o ano de 2016:

- Eventos disruptivos
- Execução de projetos
- Falhas de sistemas de informação e Cyber-Security
- Geopolíticos
- Incertezas regulatórias (incluindo *climate change*) e de compliance

Os principais riscos e incertezas da Galp são geridos, monitorizados e comunicados ao nível de contraparte, projeto, sector industrial e geográfico, de acordo com o caso.

Os riscos identificados através do nosso processo de gestão do risco da Galp são ordenados de acordo com o seu grau de prioridade e, dependendo da respetiva probabilidade, gravidade e detetabilidade, são comunicados ao Chief Risk Officer. Os referidos riscos são discutidos na unidade de negócio responsável por eles ("dona" do risco) e o seu alinhamento com os níveis aceitáveis da Galp é verificado em conjunto com a equipa de Gestão do Risco Corporativo.

A responsabilidade da gestão dos riscos, e a respetiva análise periódica, é atribuída à empresa ou ao líder funcional. A empresa dispõe de estratégias de gestão de riscos que classificam os mesmos por categorias de resposta, conforme seja decidido evitar, transferir, reduzir ou aceitar o risco. As referidas estratégias de resposta são definidas de forma a assegurar que os riscos se encontram dentro das orientações gerais aceitáveis pela Galp.

Dependendo da natureza do risco envolvido e da empresa ou função específica afetada, é utilizada uma vasta gama

Informação e Comunicação

O processo de divulgação de informação financeira obrigatória é acompanhado tanto pelos órgãos de administração e fiscalização como pelas unidades de negócio e pelos serviços corporativos. Os documentos de apresentação de informação financeira ao mercado de capitais são elaborados pela Direção de Estratégia e Relações com Investidores (DERI), com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio, pela Direção de Contabilidade e Fiscalidade e pela Direção de Planeamento e Controlo Corporativo.

Em particular, relativamente à prestação de contas anuais e semestrais, os documentos são enviados aos órgãos de administração e de fiscalização, que procedem à sua aprovação antes de serem divulgados.

de estratégias de mitigação, incluindo delegação de obrigações e poderes, revisões de planeamento estratégico, organização de processos, análise do risco operacional, seguros e respetiva cobertura.

A incorporação da atividade de seguros na Gestão do Risco Corporativo levada a cabo, permite otimizar a transferência do risco, sempre que isso se revele ser a melhor ação de mitigação para o Grupo.

As operações comerciais da Galp têm uma natureza de longo prazo, o que implica que muitos dos riscos a que está exposta sejam permanentes. No entanto, os fatores desencadeadores dos riscos, internos ou externos, são mutáveis e podem desenvolver-se e evoluir com o tempo, podendo variar em probabilidade, gravidade e detetabilidade.

Estão identificados abaixo os riscos com elevada prioridade no que se refere à supervisão específica que deverá ser levada a cabo, durante o próximo ano, pelo Conselho de Administração e pelas suas várias comissões. No entanto, os mesmos poderão sofrer atualizações ao longo do ano, em resposta a alterações provocadas por fatores exógenos ou endógenos.

Importa salientar que não pode haver qualquer certeza quanto ao facto das atividades de gestão do risco da Galp conseguirem mitigar ou evitar o aparecimento desses ou qualquer outro risco.

Risco principal	Descrição e impacte	Formas de mitigação
Eventos disruptivos (incluindo qualquer avaria nas operações da unidade industrial, que origine impactes catastróficos ao nível de SSA)	<p>A variedade e complexidade das operações da Galp - nomeadamente na exploração e produção em águas ultraprofundas ou no processo de refinação - acarreta riscos potenciais consideráveis. Esses riscos incluem incidentes importantes que envolvem a segurança dos processos e instalações, o não cumprimento das políticas aprovadas, catástrofes naturais, agitação civil, guerra civil e terrorismo. Está ainda incluída a exposição a riscos genéricos operacionais, de saúde e de segurança pessoal, bem como os relativos a atividades criminais.</p> <p>Um incidente importante deste tipo poderá causar ferimentos, perda de vidas, danos ambientais ou destruição de instalações. Dependendo da causa e gravidade, qualquer um desses incidentes pode afetar a reputação, o desempenho operacional e a posição financeira da Galp.</p>	<p>A Galp entende que o ambiente, a saúde e a segurança dos seus colaboradores, clientes e comunidade, em combinação com a proteção dos ativos, é fundamental para assegurar que a Empresa é sustentável. Consequentemente, a Empresa estabeleceu um compromisso no sentido de integrar os aspectos mais importantes de SSA na estratégia e nas suas atividades, bem como assegurar uma melhoria contínua do seu desempenho.</p> <p>É também importante destacar o sistema de gestão de SSA. Ao implementar as diretrizes deste sistema nas suas operações diárias, as unidades de negócio podem identificar e gerir os próprios riscos operacionais, através do ciclo total dos diferentes projetos, equipamentos e ativos.</p> <p>A Galp tem também um programa de seguros, que inclui responsabilidade civil, para minimizar o impacte de quaisquer potenciais incidentes.</p>
Execução de Projetos	<p>O crescimento orgânico da Empresa depende da criação de uma carteira de ativos de alta qualidade e da concretização de investimento nas melhores opções. Se a Galp não fizer uma seleção eficiente e não desenvolver os seus investimentos, o resultado pode ser uma perda de valor e/ou de custos de investimento mais elevados, pondo em risco a implementação do seu plano estratégico.</p> <p>O sucesso dos projetos de grande dimensão é, pois, essencial para o crescimento futuro da Galp. A não execução destes projetos dentro do orçamento e prazos estabelecidos, e em conformidade com as especificações previamente definidas, pode ter influência na execução da estratégia da Galp, bem como nos seus resultados, reputação e situação financeira.</p> <p>No entanto, a execução de projetos está exposta a uma diversidade de riscos, designadamente no âmbito da saúde, segurança e ambiente, económicos, técnicos, comerciais, legais e regulatórios.</p> <p>Adicionalmente, a atividade da Galp depende do desempenho dos seus parceiros, de vários prestadores de serviços e de outras partes contratadas, pelo que a Empresa está exposta ao risco de execução através destas entidades.</p>	<p>Na Galp, a decisão final de investimento num projeto é tomada após a revisão detalhada de estudos de viabilidade, bem como a avaliação de variáveis-chave na fase de implementação da definição do conceito de desenvolvimento e das medidas de mitigação que podem proteger a execução futura do projeto.</p> <p>Além das equipas que analisam detalhadamente a viabilidade de cada projeto, a Galp tem uma equipa que analisa a carteira de projetos/ativos e a forma como a mesma se ajusta à estratégia da Empresa. O objetivo consiste em assegurar que a Galp escolhe os seus investimentos de forma a proteger o valor acionista e garantir a sustentabilidade da Empresa.</p> <p>Na fase de execução, a Empresa monitoriza constantemente os fatores críticos de forma a identificar potenciais riscos o mais rapidamente possível, de forma a garantir uma atempada implementação de medidas corretivas. Também no que se refere aos projetos em que não é operadora a Empresa procede à monitorização das atividades e participa nas várias fases do projeto, com equipas multidisciplinares internas.</p> <p>É ainda importante a informação recolhida em cada projeto, a qual é posteriormente utilizada em outros projetos, permitindo à Empresa beneficiar da curva de experiência e aprendizagem.</p> <p>A Galp está presente em numerosos projetos a nível mundial, o que lhe permite tirar proveito da experiência e conhecimento diversificados que possui, aplicando diversas técnicas e curvas de experiência de uma região para outra.</p> <p>No que se refere ao risco que advém de contratar fornecedores, prestadores de serviços e outros terceiros, a Galp analisa e implementa um processo de seleção e contratação, que combina vários critérios no âmbito operacional e de SSA.</p>

Risco principal	Descrição e impacte	Formas de mitigação
Falhas de Sistemas de Informação e Cyber-Security	<p>As falhas do sistema, quer sejam acidentais, quer resultem de ações intencionais, tais como ataques informáticos ou outros, incluindo as que são provocadas por falhas de rede, de hardware ou de software, podem ter impactes nefastos a vários níveis.</p> <p>Essas falhas podem, nomeadamente, afetar a qualidade da atividade da Galp ou causar a interrupção da mesma, podem conduzir a perda, utilização indevida ou abusiva de informação sensível, perda de vidas, danos no ambiente ou em ativos e incumprimentos de âmbito legal ou regulatório, com possibilidade de aplicação de multas ou de qualquer outro tipo de medidas impostas pelas autoridades regulatórias.</p> <p>Estes acontecimentos podem ter consequências para a reputação da Empresa, comprometer gravemente as operações da Galp e resultar em custos significativos.</p>	<p>A Galp mitiga estes riscos através de um conjunto de medidas, incluindo procedimentos de controlo, sistemas de backup, bem como sistemas de proteção, tais como firewalls, antivírus e segurança de edifícios.</p> <p>Adicionalmente, a Galp implementou políticas de segurança de informação e realiza regularmente auditorias, complementando-as com avaliações de risco informático no que se refere aos ativos mais importantes.</p>
Geopolítico	<p>A Galp desenvolve os seus projetos de E&P mais relevantes em países que não integram a região da Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Económico (OCDE), o que pode levantar algumas questões no que se refere a falhas de segurança, perturbação civil, expropriação de ativos ou alterações no enquadramento legal, regulatório ou fiscal, e consequentemente comprometer e afetar de forma negativa os resultados das operações e a situação financeira da Galp, colocando em risco a implementação da estratégia da Empresa.</p> <p>Neste âmbito, destaca-se o projeto Lula/Iracema no Brasil, que é atualmente o maior contribuidor para a base de reservas de petróleo e gás natural da Empresa. Embora, até à data, a Galp não tenha tido quaisquer problemas materiais com as suas operações naquele país, incluindo, mas não se limitando a, eventos envolvendo falhas de segurança, perturbação civil, expropriação de ativos ou alterações no enquadramento legal, regulatório ou fiscal, não existem garantias de que esses eventos não possam ocorrer no futuro. Assim, apesar de as autoridades e o governo brasileiro terem vindo a cooperar em termos de desenvolvimento das reservas de petróleo e gás natural do país, qualquer circunstância adversa que possa surgir durante a fase de desenvolvimento dos projetos de E&P pode pôr em risco as operações desenvolvidas naquele país. Assim, as metas de produção estabelecidas pela Empresa podem estar comprometidas e afetar negativamente os resultados das operações e a sua situação financeira.</p>	<p>A Galp está permanentemente atenta a todos os eventos que ocorram nos países em que desenvolve a sua atividade e que possam ter implicações na atividade da Empresa, nomeadamente no Brasil.</p> <p>No caso do Brasil, a presença da Empresa e as relações que construiu com a empresa petrolífera de referência, a Petrobras, facilitam a existência de um canal de comunicação aberto e permitem-lhe reagir de forma atempada, designadamente no que se refere ao processo de tomada de decisão e à sua subsequente capacidade de influenciar as partes interessadas a nível local, incluindo a empresa sua parceira.</p> <p>Face à dimensão dos projetos em desenvolvimento no Brasil e à importância que os mesmos têm para a economia do país, é expectável que as autoridades regulatórias e o governo brasileiro facilitem a sua execução, reduzindo assim o risco associado.</p>
Incógnitas regulatórias e Compliance	<p>Os principais projetos de E&P da Galp estão localizados em países não pertencentes à OCDE, cujas economias em vias de desenvolvimento ou a conjuntura política e regulatória têm um historial de instabilidade.</p> <p>Adicionalmente, a Galp abastece-se de gás natural para a sua atividade de comercialização e trading na Argélia e na Nigéria e vende produtos petrolíferos em outros países africanos. Por conseguinte, uma parcela dos proveitos da Galp provém, e provirá cada vez mais, ou estará dependente, de países com maior risco económico e político.</p> <p>Estes incluem a possível expropriação e nacionalização de bens, aumentos significativos de impostos e royalties sobre a produção de petróleo e gás natural, entre outros.</p> <p>Além disso, alterações políticas podem levar a alterações no contexto em que a Empresa desenvolve as suas atividades, tais como alterações regulatórias sobre matérias como a atribuição de licenças de exploração e produção, e a imposição de obrigações específicas sobre as atividades de perfuração e exploração.</p>	<p>Em relação aos riscos de âmbito regulatório e de compliance a que a Empresa possa estar exposta nas suas atividades de E&P, a Galp atua em duas frentes distintas.</p> <p>Em primeiro lugar, a Empresa tem vindo a constituir uma carteira de projetos equilibrada com a entrada num conjunto alargado de novas geografias, o que ajudou a diminuir a sua exposição ao risco relativo a um qualquer país.</p> <p>O nível de exposição aos riscos regulatórios é analisado no processo de entrada em novas áreas, e potenciais alterações introduzidas pelos legisladores ou reguladores desses países são periodicamente monitorizadas.</p>

Risco principal	Descrição e impacte	Formas de mitigação
Incertezas regulatórias e Compliance (cont.)	<p>Embora a Galp não tenha expercienciado, até à data, perturbações de relevo resultantes de instabilidade económica ou política, possíveis perturbações futuras podem afetar negativamente a sua atividade, resultados operacionais e situação financeira.</p> <p>A Galp considera que atua de acordo com os padrões internacionais aplicáveis em todos os países em que desenvolve a sua atividade. No entanto, quaisquer irregularidades (reais ou alegadas) podem ter um efeito adverso muito importante na capacidade da Galp em desenvolver a sua atividade.</p> <p>As atividades de <i>downstream</i> e gás na Península Ibérica estão também sujeitas a riscos de natureza política, legal e regulatória. De facto, quaisquer alterações a estes níveis podem ter impacte no contexto do negócio em que a Empresa opera, afetando potencialmente a atividade da Galp e os seus resultados operacionais.</p> <p>Alterações significativas aos regimes fiscais em vigor nos países onde a Galp desenvolve as suas atividades de <i>downstream</i> e gás podem ter também um impacte materialmente adverso nos resultados operacionais e na situação financeira da Empresa.</p> <p>As atividades de <i>downstream</i> e gás estão ainda sujeitas a leis e regulação sobre matérias de concorrência, nomeadamente em Portugal e em Espanha, e a Empresa pode vir a incorrer em perdas significativas no âmbito de processos instaurados nesse contexto, incluindo aqueles em que sejam exigidas compensações por eventuais danos alegados. A ocorrência de tais eventos poderá ter um impacte adverso no negócio da Galp, nos resultados de operações e na situação financeira da Empresa.</p>	<p>Como segunda frente, a Galp implementou um procedimento em que a decisão de entrada em novas transações envolve as novas contrapartes a serem submetidas a uma <i>due diligence</i>.</p> <p>Simultaneamente a Galp tem um Código de Ética e Conduta e uma política anti-corrupção que têm por objetivo a promoção pública do seu compromisso em garantir permanentemente o total cumprimento das melhores práticas e legislação internacionais.</p> <p>De acordo com a atualização do seu Código de Ética e Conduta, a Galp implementou ainda uma nova versão do seu procedimento de comunicação de irregularidades que ocorram em empresas do Grupo. Este procedimento está em conformidade com as melhores práticas de governance corporativa e com as normas e regulamentos aplicáveis dos mercados de capital, estando ainda em linha com os princípios de lealdade, retidão, honestidade, transparéncia e integridade, nos quais se baseia a atividade da Galp, com a finalidade de promover uma cultura ética e responsável e evitar ou proibir práticas impróprias ou ilegais.</p>

Outros riscos relevantes (por ordem alfabética)	Descrição e impacte	Formas de mitigação
Captação e retenção de capital humano qualificado	<p>A execução bem-sucedida da estratégia empresarial da Galp depende da competência e dos esforços das suas equipas de colaboradores e gestores. No sector do petróleo e do gás, em particular, a concorrência por capital humano com qualificações e experiência é muito forte.</p> <p>Se a Galp não conseguir, no futuro, atrair, reter e motivar o capital humano certo, isso pode comprometer o sucesso da Empresa e, consequentemente, os seus resultados operacionais e situação financeira.</p>	<p>A Galp promove uma estratégia de capital humano baseada numa política de remunerações competitiva, numa forte política de formação, em sistemas de avaliação individual e de desempenho organizacional, com o objetivo de recrutar e reter talento.</p> <p>A formação dos colaboradores da Empresa, em que a Empresa tem vindo a investir nos últimos anos, é bastante importante, particularmente no que se refere aos seus programas de formação avançada em gestão, refinação e exploração e produção de hidrocarbonetos.</p> <p>Mais especificamente no negócio de E&P, a estratégia no que se refere a manter e atrair talentos centra-se na posição competitiva que a Empresa ocupa no sector a nível internacional.</p>

Outros riscos relevantes (por ordem alfabética)	Descrição e impacte	Formas de mitigação
Concorrência	<p>A indústria do petróleo e do gás é extremamente competitiva.</p> <p>A concorrência pressiona os preços das matérias-primas e produtos, afeta nomeadamente as atividades de distribuição de produtos petrolíferos, e exige um enfoque constante no controlo de custos e reforço da eficiência, ao mesmo tempo que se garante a segurança das operações.</p> <p>Neste contexto, a implementação da estratégia da Empresa requer esforços consideráveis, no sentido da inovação e dos constantes progressos tecnológicos, incluindo os progressos obtidos no âmbito da exploração, produção, refinação e eficiência energética.</p> <p>O desempenho da Empresa pode ser afetado se os seus concorrentes desenvolverem ou adquirirem direitos de propriedade intelectual ou tecnologia de que a Empresa necessite, ou se a Empresa não for capaz de acompanhar o sector em termos de inovação.</p> <p>Alguns concorrentes da Galp são operadores bem implantados no mercado, com uma dimensão maior e que têm acesso a um maior número de recursos. O peso destas empresas no mercado deve-se a uma combinação de fatores, incluindo: risco diversificado e reduzido; capacidade financeira necessária para os desenvolvimentos que requerem elevados níveis de investimento; capacidade de beneficiar de economias de escala em termos de tecnologia e organização; e uma dimensão que lhes permite beneficiar de vantagens relacionadas com as competências adquiridas, infraestruturas estabelecidas e reservas. Dessa forma, essas empresas podem adquirir mais, ou pagar mais pelos prospectos exploratórios e podem ainda investir mais no desenvolvimento de tecnologias do que a Galp.</p> <p>A concorrência intensa a que a Empresa está sujeita pode afetar de forma adversa a sua atividade, resultados operacionais e situação financeira.</p>	<p>Em face da concorrência existente na indústria do petróleo e do gás, e para reduzir a exposição aos riscos associados ao elevado nível de complexidade operacional no sector, a Galp aplica, de forma sistemática, as melhores práticas do sector.</p> <p>A Empresa tem implementada uma sólida cultura de I&T, numa tentativa de fazer o acompanhamento constante dos progressos mais recentes na indústria do petróleo e do gás natural, estando comprometida com o desenvolvimento de competências, quer internamente, quer através de parcerias, que lhe permitam criar, estudar e implementar novas e melhores soluções técnicas e tecnológicas.</p> <p>Em relação ao facto de alguns concorrentes da Galp serem operadores de maior dimensão, com uma potencial maior capacidade financeira e com a possibilidade de acesso a um maior número de recursos, salienta-se que a Empresa está envolvida em dois dos mais importantes projetos de desenvolvimento à escala mundial - o pólo do pré-sal na bacia de Santos, no Brasil, e o projeto de GNL na bacia do Rovuma, em Moçambique, o que favorece a competitividade da Galp, em relação a outras empresas do sector.</p> <p>Além disso, a Galp tem uma série de vantagens competitivas e mantém uma sólida estrutura de capital, que suportam as suas atividades de E&P.</p> <p>Em relação aos negócios de downstream e gás, a Galp tem também evidenciado esforços para se destacar dos seus concorrentes. Um exemplo disso é o projeto de conversão do aparelho refinador, que permitiu que ambas as refinarias operem de forma integrada desde 2013, aumentando o nível de competitividade das refinarias no contexto europeu. Refinarias mais complexas e flexíveis, têm capacidade para melhor lidar com o desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura de produtos petrolíferos na Europa.</p> <p>No âmbito do negócio de G&P, destacam-se as iniciativas para manter a atividade de trading no mercado internacional, em que atuam diversos players, incluindo empresas de referência no mercado de GNL. Para além dos esforços para manter um conjunto diversificado e flexível de produtos, aquelas iniciativas incluem ainda o reforço das competências técnicas e soft skills da equipa de trading da Empresa.</p>

Outros riscos relevantes (por ordem alfabética)	Descrição e impacte	Formas de mitigação
Crédito	<p>O risco decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, o que significa que o nível de risco depende da sua credibilidade.</p> <p>O risco inclui tanto a possibilidade de uma das partes poder não cumprir as obrigações de pagamento assumidas através da celebração de contratos para aplicações financeiras e instrumentos de cobertura (relacionados com taxa de câmbio, taxa de juro ou outras), como os riscos provenientes de relações comerciais entre a Empresa e os seus clientes. O aumento da exposição ao risco pode, de forma relevante e adversa, afetar os resultados operacionais e a situação financeira da Galp.</p>	<p>O risco de crédito é gerido ao nível das unidades de negócio, de acordo com as diretrizes da Comissão Executiva, designadamente no que se refere aos limites de crédito e ações para minimizar ou eliminar o risco. As referidas ações incluem: avaliação e análise do crédito do cliente (manual de gestão do crédito, limite e rating); gestão de coberturas através de garantias bancárias e seguros de crédito; monitorização de crédito vencido; adequados esforços de cobrança de dívidas e eficiente gestão de contencioso; cuidadosa elaboração de contratos, com a inclusão de condições comerciais adequadas; monitorização da rentabilidade do cliente, incluindo potenciais reembolsos; otimização dos canais de vendas/distribuição.</p>
Dependência de parceiros	<p>Muitos dos principais projetos da Galp são realizados através de parcerias, podendo ser operados por terceiros, e geridos por acordos de <i>joint ventures</i>. Nesses acordos de parceria, a Empresa pode ficar vulnerável a eventos que impactem sobre os seus parceiros, embora não estejam relacionados com a Galp. Os parceiros da Empresa podem também aprovar determinadas matérias sem o consentimento da Empresa.</p> <p>Os parceiros podem não ter capacidade para cumprir as suas obrigações em determinados projetos ou perante terceiros e, dessa forma, afetar a viabilidade dos projetos.</p> <p>Todos estes riscos associados a uma situação de parceria podem colocar em perigo a execução de projetos e, em último caso, condicionar e interferir com a implementação da estratégia da Galp, podendo ter um impacte negativo nos resultados operacionais e na sua situação financeira</p>	<p>Apesar de a Galp não ter o papel de operadora na maioria dos projetos de E&P em que participa, está ativamente envolvida na respetiva implementação. A Empresa monitoriza diariamente a atividade de cada projeto, utilizando equipas multidisciplinares internas, e mantém contacto direto com os operadores, que são essencialmente constituídos por empresas internacionais com uma vasta experiência no sector e de elevada reputação.</p> <p>A Galp utiliza um processo decisório de triagem prévia em relação à seleção dos parceiros estratégicos, utilizando ainda processos de <i>due diligence</i>. A Empresa desenvolve também um longo processo de negociações, que inclui redação, análise e assinatura dos Acordos de Operação Conjunta, por forma a assegurar os direitos e poderes da Galp nas estruturas de governance em regime de <i>joint venture</i>. A Empresa pode ainda exercer eventuais direitos de voto no âmbito de determinados processos de decisão em consórcio.</p>
Descoberta e desenvolvimento de recursos e reservas de petróleo e gás natural	<p>A futura produção de petróleo e de gás natural da Galp depende do seu sucesso na aquisição, descoberta e desenvolvimento, de forma consistente e rentável, de novas reservas para substituição das reservas já produzidas. No entanto, a capacidade da Empresa em adquirir e descobrir novos recursos e reservas está sujeita a diversos riscos.</p>	<p>A Galp possui um conjunto de ativos excepcionais, nomeadamente no negócio de E&P. Todos os projetos realizados pela Empresa são rigorosamente analisados e submetidos à equipa de gestão para aprovação, a qual só é dada quando o valor esperado for superior ao custo do capital estimado.</p> <p>A Empresa tem uma equipa multidisciplinar, sob a responsabilidade do administrador da área de E&P, dedicada à identificação e avaliação de novas áreas que contribuam para a expansão da sua base de recursos.</p>

Outros riscos relevantes (por ordem alfabética)	Descrição e impacte	Formas de mitigação
<p>Descoberta e desenvolvimento de recursos e reservas de petróleo e gás natural (cont.)</p>	<p>As estimativas relativas às reservas e recursos de petróleo e gás natural baseiam-se nos dados geológicos, tecnológicos e económicos disponíveis, estando, por isso, sujeitas a um grande número de incertezas. O rigor dessas estimativas depende de numerosos fatores, pressupostos e variáveis, alguns dos quais estão para além do controlo da Empresa. Estes fatores incluem alteração nos preços do petróleo e do gás natural, o que pode ter impacte na quantidade de reservas provadas (visto que as reservas são calculadas com base nas condições económicas vigentes à data do respetivo cálculo); alterações no regime fiscal aplicável ou outros regulamentos e condições contratuais, que ocorram após a data de cálculo das reservas (o que pode ter impacte na viabilidade económica do desenvolvimento dessas reservas); e determinadas ações de terceiros, incluindo os operadores que atuam em áreas em que a Galp está envolvida.</p> <p>As atividades de E&P são normalmente desenvolvidas em ambientes extremamente desafiadores, com riscos potenciais de falhas técnicas e catástrofes naturais. Um determinado número de fatores, tais como condições inesperadas de perfuração, de pressão ou irregularidades nas formações geológicas, avaria de equipamentos ou acidentes, condições climatéricas adversas, incumprimento dos requisitos impostos por entidades governamentais, bem como falhas ou atrasos na disponibilização de plataformas de perfuração e no fornecimento de equipamento, poderão conduzir a custos mais elevados ou a <i>downsizing</i> (redução de efetivos) e a atraso ou suspensão das atividades de perfuração.</p> <p>Além disso, os blocos de exploração e produção de petróleo e gás natural são normalmente disponibilizados pelas autoridades governamentais. A Galp está sujeita a uma forte concorrência na licitação desses blocos, particularmente no que se refere aos que são considerados potencialmente mais atrativos em termos de recursos. Devido a essa concorrência, a Galp pode não ser capaz de obter os blocos pretendidos, ou pode ter que pagar um preço mais elevado para os obter, o que pode afetar a viabilidade económica da produção subsequente.</p> <p>Os projetos podem ser sancionados com base em pressupostos incorretos ou informação inadequada. Os projetos poderão ser executados com atraso, ultrapassar o orçamento ou ter níveis inferiores aos padrões de fiabilidade operacional. Se não tiver êxito no <i>de-risk</i> dos recursos e no desenvolvimento de reservas, o total das reservas provadas da Empresa pode diminuir e a Galp pode correr o risco de não alcançar os seus objetivos de produção. Isso poderá afetar de forma negativa, os resultados e a posição financeira da Empresa.</p>	<p>A Galp tem vindo a envidar esforços no sentido de alargar a sua base de conhecimentos e reforçar a competência técnica das suas equipas, ajudando a proporcionar um melhor domínio e controlo sobre as diferentes áreas das atividades de exploração e produção, incluindo a estimativa das suas reservas e recursos.</p> <p>Todos os anos, a Galp utiliza uma empresa de auditoria externa e independente para proceder à certificação das reservas e recursos que possui.</p> <p>De referir ainda que a Galp aplica aos seus projetos-chave um mecanismo de aprovação por etapas que considera a maturidade e o risco do projeto em questão. Este processo permite a avaliação do perfil de risco do projeto ao longo de várias etapas, dando suporte a uma decisão que o optimiza.</p> <p>Neste momento, e considerando as formas de mitigação existentes, a Galp dispõe de uma base considerável de recursos contingentes que lhe proporciona uma posição confortável e sustentável no que se refere ao desenvolvimento futuro dos seus ativos.</p>
<p>Necessidades de financiamento e liquidez</p>	<p>Devido à sua estratégia e plano de investimentos, espera-se que a Galp venha a necessitar de fundos significativos. A Galp espera financiar uma parte substancial do seu plano de investimentos com a utilização do <i>cash flow</i> operacional, da caixa e equivalentes e outras linhas de crédito disponíveis.</p> <p>No entanto, se as suas operações não gerarem suficiente <i>cash flow</i>, a Empresa poderá ter que recorrer a outras fontes de financiamento externo, para além das que tinha originalmente planeado, incluindo empréstimos bancários, colocação de dívida e capital próprio no mercado de capitais ou estabelecendo parcerias.</p>	<p>Um dos pilares estratégicos da Galp é a manutenção de uma sólida estrutura de capital, designadamente através de uma forte disciplina financeira, o que deverá facilitar o acesso a diversas fontes de financiamento a custos competitivos.</p> <p>A sólida estrutura de capital, o <i>cash flow</i> resiliente gerado pelos negócios de <i>downstream</i> e gás, juntamente com a geração de <i>cash flow</i> esperada com o aumento de produção no Brasil, será essencial tanto para uma melhoria das condições de crédito, prorrogando maturidades e negociando taxas competitivas, bem como para uma diversificação das fontes de financiamento.</p>

Outros riscos relevantes (por ordem alfabética)	Descrição e impacte	Formas de mitigação
Necessidades de financiamento e liquidez (cont.)	<p>Não há qualquer garantia de que a Galp consiga satisfazer todas as suas necessidades financeiras para executar o seu plano de investimentos em condições comercialmente aceitáveis.</p> <p>Se a Empresa não for capaz de lidar com as suas necessidades de financiamento e liquidez, poderá ter de reduzir o seu plano de investimentos, o que pode ter um impacte negativo no plano estratégico da Empresa, na sua atividade e, consequentemente, nos seus resultados operacionais.</p>	<p>Além disso, a Galp tem mantido linhas de crédito num nível considerado adequado, o que lhe dá flexibilidade em termos de necessidades de tesouraria.</p>
Perdas resultantes de atividades de trading	<p>No decorrer da sua atividade, a Galp está sujeita a riscos operacionais inerentes às atividades de gestão de tesouraria e de <i>trading</i>.</p> <p>A Galp opera no mercado de derivados, dispondo de procedimentos destinados a limitar a exposição aos riscos que as referidas transações envolvem, realizados periodicamente.</p> <p>Em relação ao mercado físico de matérias-primas ligado à atividade da Galp, não há qualquer garantia de que, no futuro, a Empresa não venha a sofrer perdas devido à tendência para descida dos preços das referidas matérias-primas ou a outros fatores que possam influenciar as posições comerciais da Empresa. O controlo eficaz destas atividades depende da capacidade da Galp para processar, gerir e monitorizar um grande número de transações complexas, em diferentes mercados e moedas. Em relação a isso, qualquer evento que resulte em perdas pode ter um impacte negativo na atividade, resultados operacionais e situação financeira da Galp.</p>	<p>A Galp tem implementado um conjunto de procedimentos que têm por objetivo a redução do risco das atividades de <i>trading</i>.</p> <p>Em primeiro lugar, a Empresa tem vindo a reforçar as suas competências nesta área e a desenvolver as <i>soft skills</i> para facilitar a atividade de <i>trading</i>, nomeadamente no que se refere ao estabelecimento de relações em mercados de valor acrescentado.</p> <p>Para uma atividade de <i>trading</i> bem-sucedida é também essencial assegurar uma oferta suficiente de produtos derivados do petróleo e matérias-primas, tais como petróleo e gás natural. Assim, a Galp desenvolve todos os esforços para gerir um cabaz diversificado e flexível de aprovisionamento de crude, gás natural e GNL.</p> <p>Em relação ao <i>trading</i> de produtos petrolíferos, embora a prioridade da Empresa seja colocá-los nos mercados de valor acrescentado, como por exemplo, a Península Ibérica e mercados selecionados africanos, a Galp planeia a sua produção de forma adequada, analisando os melhores mercados para colocar os produtos disponíveis para <i>trading</i>.</p> <p>Em relação ao <i>trading</i> de GNL, para além de assegurar um cabaz de aprovisionamento diversificado e flexível, a Galp procura manter uma base estável de procura de gás natural na Península Ibérica, o que, por sua vez, irá permitir a tomada de risco de aprovisionamento e a gestão eficaz do portefólio.</p> <p>Além disso, a Galp tem procedimentos que são realizados periodicamente no sentido de limitar a exposição a riscos que envolvam operações de <i>trading</i>.</p>

Outros riscos relevantes (por ordem alfabética)	Descrição e impacte	Formas de mitigação
Volatilidade de preços e mercados	<p>Os preços do petróleo, gás natural, GNL e produtos derivados do petróleo são afetados, pelas dinâmicas da oferta e da procura do mercado. Por seu turno, estas são influenciadas por diferentes fatores, tais como as circunstâncias económicas ou operacionais, catástrofes naturais, condições climatéricas, instabilidade política, conflitos armados ou constrangimentos na oferta por parte de países exportadores de petróleo. Assim, no decurso das operações e atividades de <i>trading</i>, os resultados da Galp estão expostos à volatilidade dos preços do petróleo, gás natural e produtos derivados.</p> <p>Embora, a longo prazo, os custos operacionais tendam a estar alinhados com os aumentos e diminuições de preços das matérias-primas e produtos, não há garantias de que isso ocorra no curto prazo. Consequentemente, a diminuição no preço do petróleo ou do gás natural pode comprometer os planos de investimento, incluindo as atividades de exploração e desenvolvimento.</p> <p>Por outro lado, o aumento dos preços do petróleo ou do gás natural pode afetar o valor e a rentabilidade dos ativos da Galp. Embora os preços que a Empresa cobra aos seus clientes refletem os preços de mercado, os mesmos podem não ser ajustados de imediato, podendo não refletir totalmente as alterações nos preços de mercado.</p> <p>Adicionalmente, as alterações significativas de preço que ocorram entre a compra das matérias-primas e a venda de produtos refinados podem afetar de forma negativa os resultados operacionais e a situação financeira da Galp.</p> <p>A Galp está ainda exposta às flutuações das taxas de câmbio devido ao facto de os resultados e o <i>cash flow</i> gerados pela venda do petróleo, gás natural produtos refinados serem normalmente expressos em Dólares dos Estados Unidos e em Reais do Brasil, e serem afetados pelas taxas de câmbio associadas a estas moedas.</p> <p>Nos países em que a Galp desenvolve, direta ou indiretamente, atividades comerciais, os resultados operacionais estão também expostos às flutuações das taxas de câmbio relevantes.</p> <p>A Galp está também exposta ao risco de câmbio no que se refere ao valor dos ativos financeiros e dos investimentos, principalmente os que são denominados em Dólares dos Estados Unidos e em Reais do Brasil, que pode ter impacte no balanço e contas da Empresa, dado que as demonstrações financeiras são expressas em euros.</p> <p>Apesar da capacidade de acesso aos instrumentos de mercado destinados a cobrir o risco de taxa de juro, os custos de financiamento da Galp podem ser afetados pela volatilidade das taxas do mercado, que podem influenciar de forma negativa os seus resultados.</p>	<p>A presença da Galp simultaneamente nos negócios <i>upstream</i> e <i>downstream</i> tem permitido uma cobertura natural das suas atividades.</p> <p>Novos projetos e investimentos são avaliados internamente, tendo em consideração a análise de sensibilidade às variáveis-chave, designadamente dos preços das commodities.</p> <p>O risco associado à volatilidade dos preços das matérias-primas, nomeadamente a margem de refinação, é gerido ao nível das unidades de negócios através da monitorização da posição global líquida de matérias-primas da Empresa, equilibrando as obrigações de aquisição e fornecimento.</p> <p>O referido risco é gerido através do instrumento disponibilizado pelos mercados <i>over-the-counter</i> (OTC) ou <i>Intercontinental Exchange</i> (ICE).</p> <p>A taxa de juro, a taxa de câmbio e outros riscos financeiros, incluindo investimentos financeiros e dívida, são geridos de forma centralizada. A gestão do risco da taxa de juro visa reduzir a volatilidade dos encargos com juros através da utilização de instrumentos derivados simples, como por exemplo, os swaps. Com o objetivo de mitigar o risco da taxa de câmbio, a Galp pode, quando o considere necessário, cobrir a sua posição através da utilização de derivados, para os quais existe um mercado líquido.</p>

7

Anexos



7.1. Proposta de aplicação de resultados

As participações sociais do grupo Galp são detidas pela empresa Galp Energia, SGPS, S.A.

A Galp Energia SGPS, S.A. numa base individual, encerrou o exercício de 2015 com um resultado líquido positivo de €378.654.378,04, apurado em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (IFRS).

O Conselho de Administração propõe, nos termos legais, que o resultado líquido do exercício de 2015, no montante de €378.654.378,04 seja aplicado da seguinte forma: €34.747.554,70 para resultados acumulados e €343.906.823,34 para distribuição de dividendos.

O montante a pagar aos acionistas no ano 2016, relativo ao exercício de 2015, será de €171.953.411,67 (€0,20736/ação), uma vez que no passado mês de setembro já foram pagos €171.953.411,67, sob a forma de adiantamento por conta de lucros do exercício, o que corresponde a um dividendo total de €0,41472 por ação.

7.2. Informação adicional

Declarações e menções obrigatórias

ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS DIRETAS E INDIRETAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (DETERMINADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CVM)

Acionistas	N.º ações	% de direitos de voto
Amorim Energia, B.V.		
Titularidade	317.934.693	38,34%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	317.934.693	38,34%
Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.		
Titularidade	58.079.514	7,00%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	58.079.514	7,00%
BlackRock, Inc.		
Titularidade	20.307.726	2,45%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	20.307.726	2,45%
Standard Life Investments (Holdings) Limited		
Titularidade	17.512.906	2,11%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	17.512.906	2,11%
Black Creek Investment Management Inc.		
Titularidade	-	-
Outras situações de imputação ¹	16.966.453	2,05%
Total imputável	16.966.453	2,05%
Templeton Global Advisors Limited		
Titularidade	16.870.865	2,03%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	16.870.865	2,03%
Schroders plc		
Titularidade	16.715.797	2,02%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	16.715.797	2,02%
The Bank of New York Mellon Corporation		
Titularidade	-	-
Outras situações de imputação ²	16.665.319	2,01%
Total imputável	16.665.319	2,01%
CI Investments Inc.		
Titularidade ³	16.693.913	2,01%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	16.693.913	2,01%

¹ Através da gestão de ações detidas por 13 fundos que delegaram poderes de representação à Black Creek para exercício discricionário dos direitos de voto.

² Através da gestão de ações detidas por fundos pertencentes ao grupo The Bank of New York Mellon Corporation.

³ Titular de ações detidas por 27 fundos, incluindo 14.944.013 ações sob gestão da Black Creek à qual a CI Investments conferiu o exercício discricionário dos correspondentes direitos de voto.

AÇÕES PRÓPRIAS

A Galp Energia, SGPS, S.A. não é detentora de ações próprias.

Durante o exercício de 2015, a Galp Energia, SGPS, S.A. não adquiriu, nem alienou ações próprias.

INFORMAÇÃO SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Nos termos do artigo 447º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2015, os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Galp Energia, SGPS, S.A. detinham as seguintes participações no capital da sociedade:

	AQUISIÇÃO				ALIENAÇÃO				TOTAL DE AÇÕES A 31.12.2015		
	PERÍODO 1 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015				DATA	N.º AÇÕES	VALOR (€/AÇÃO)	DATA	N.º AÇÕES	VALOR (€/AÇÃO)	
	TOTAL DE AÇÕES A 30.06.2015	DATA	N.º AÇÕES	VALOR (€/AÇÃO)							
Membros do Conselho de Administração											
Américo Amorim ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Paula Amorim ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Carlos Gomes da Silva	2.410	-	-	-	-	-	-	-	2.410		
Filipe Crisóstomo Silva	5.000	11.09.2015	5.000	8,6	-	-	-	-	10.000		
Thore Ernst Kristiansen	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Sérgio Gabrielli de Azevedo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Abdul Magid Osman	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Raquel Rute da Costa David Vunge	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Carlos Costa Pina	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Francisco Vahia de Castro Teixeira Rêgo	17.680	-	-	-	-	-	-	-	17.680		
Miguel Athayde Marques	1.800								1.800		
Jorge Manuel Seabra de Freitas ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
José Carlos da Silva Costa	275	-	-	-	-	-	-	-	275		
Pedro Carmona de Oliveira Ricardo	5.230	-	-	-	-	-	-	-	5.230		
João Tiago Cunha Belém da Câmara Pestana	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Rui Paulo Gonçalves ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Luís Manuel Todo Bom	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Diogo Mendonça Tavares	2.940	-	-	-	-	-	-	-	2.940		
Joaquim José Borges Gouveia	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Membros do Conselho Fiscal											
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Pedro Antunes de Almeida	5	-	-	-	-	-	-	-	5		
Amável Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Revisor oficial de contas											
PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
José Manuel Henrique Bernardo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

¹ Para os efeitos do art.º 447º, n.º 2, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais, declara-se ainda que a Amorim Energia B.V., na qual o administrador indicado exerce igualmente funções de administração, é titular de 317.934.693 ações da Galp.

Em 31 de dezembro de 2015, nenhum dos membros do órgão de administração era titular de obrigações emitidas pela Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2015, o presidente do Conselho Fiscal era titular de Obrigações Galp Energia, SGPS, SA, com uma taxa de 4,125% e maturidade em 25.01.2019, não tendo realizado qualquer transação durante o ano 2015.

NEGÓCIOS DOS ADMINISTRADORES COM A SOCIEDADE

Durante o exercício de 2015, não foram solicitadas quaisquer autorizações pelos membros do Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. para a realização de negócios com a Sociedade ou com sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

EXERCÍCIO DE OUTRAS ATIVIDADES PELOS ADMINISTRADORES

Nenhum dos administradores da Galp Energia, SGPS, S.A. exerceu, durante o exercício de 2015, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

O administrador José Carlos da Silva Costa mantém suspenso o contrato de trabalho com a Galp Energia, S.A., sociedade do Grupo, desde a sua primeira designação para membro do Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A., ocorrida em 23 de novembro de 2012.

Na data da sua designação ocorrida em 16 de abril de 2015, o administrador Pedro Ricardo suspendeu o contrato de trabalho que celebrou com a Galp Gás Natural, S.A., sociedade em relação de domínio ou de grupo com a Galp Energia, SGPS, S.A.

POSIÇÕES CREDORAS SOBRE SOCIEDADES PARTICIPADAS

Ver Nota 28 do anexo às demonstrações financeiras das contas individuais da Galp Energia, SGPS, S.A.

Órgãos e corpos sociais

A composição dos órgãos sociais da Galp Energia, SGPS, S.A. para o mandato em curso de 2015-2018, é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente:

Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Maria Helena Claro Goldschmidt

Conselho de Administração

Presidente:

Américo Ferreira de Amorim

Vice-presidente:

Paula Fernanda Ramos Amorim

Vice-presidente:

Carlos Nuno Gomes da Silva

Vogais:

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Raquel Rute da Costa David Vunge

Carlos Manuel Costa Pina

Francisco Vahia de Castro Teixeira Rêgo

Miguel Athayde Marques

Jorge Manuel Seabra de Freitas

José Carlos da Silva Costa

Pedro Carmona de Oliveira Ricardo

João Tiago Cunha Belém da Câmara Pestana

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Luís Manuel Pego Todo Bom

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

Comissão Executiva

Presidente:

Carlos Gomes da Silva (CEO)

Vogais:

Filipe Crisóstomo Silva (CFO)

Thore E. Kristiansen

Carlos da Silva Costa

Tiago Câmara Pestana

Pedro Carmona de Oliveira Ricardo

Carlos Costa Pina

Secretário da Sociedade

Efetivo:

Rui de Oliveira Neves

Suplente:

Maria Helena Claro Goldschmidt

Conselho Fiscal

Presidente:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal:

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Vogal:

Pedro Antunes de Almeida

Suplente:

Amável Alberto Freixo Calhau

Revisor Oficial de Contas

Efetivo: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada por António Joaquim Brochado Correia, ou por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão

Suplente:

José Manuel Henriques Bernardo

Comissão de Remunerações

Presidente:

Amorim Energia, B.V.

Vogal:

Jorge Armindo Carvalho Teixeira

Vogal:

Joaquim Alberto Hierro Lopes

7.3. Contas consolidadas**Demonstração da posição financeira consolidada****GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS****DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Montantes expressos em milhares de Euros - € K)

ATIVO	Notas	dezembro de 2015	dezembro de 2014
Ativo não corrente:			
Ativos tangíveis.	12	5.215.723	5.052.356
<i>Goodwill</i>	11	137.035	225.361
Ativos intangíveis	12	1.402.977	1.446.906
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	4	1.113.576	786.702
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	2.487	2.512
Cientes	15	24.162	24.242
Empréstimos à Sinopec	14	-	170.954
Outras contas a receber	14	298.149	187.796
Ativos por impostos diferidos	9	462.134	363.973
Outros investimentos financeiros	17	24.430	21.378
Total de ativos não correntes:		8.680.673	8.282.180
Ativo corrente:			
Inventários	16	872.518	1.210.374
Cientes	15	804.880	1.115.287
Empréstimos à Sinopec	14	722.936	718.904
Outras contas a receber	14	576.960	667.281
Outros investimentos financeiros	17	4.458	10.136
Ativos não correntes disponíveis para venda		-	67.273
Caixa e seus equivalentes	18	1.130.606	1.143.982
Total dos ativos correntes:		4.112.358	4.933.237
Total do ativo:		12.793.031	13.215.417
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	dezembro de 2015	dezembro de 2014
Capital próprio:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas	20	2.682.394	2.701.339
Resultados acumulados		1.055.861	1.565.335
Resultado líquido consolidado do exercício	10	122.566	(173.394)
Total do capital próprio atribuível aos acionistas:		4.772.078	5.004.537
Interesses que não controlam	21	1.416.046	1.420.184
Total do capital próprio:		6.188.124	6.424.721
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	22	1.151.416	1.113.578
Empréstimos obrigacionistas	22	1.908.109	2.247.541
Outras contas a pagar	24	551.287	555.840
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	23	421.540	410.591
Passivos por impostos diferidos	9	109.384	121.188
Outros instrumentos financeiros	27	2.498	838
Provisões	25	428.762	184.540
Total do passivo não corrente:		4.572.996	4.634.116
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	246.791	303.245
Empréstimos obrigacionistas	22	245.756	-
Fornecedores	26	656.346	898.047
Outras contas a pagar	24	844.333	921.059
Outros instrumentos financeiros	27	29.471	15.144
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	9.214	19.085
Total do passivo corrente:		2.031.911	2.156.580
Total do passivo:		6.604.907	6.790.696
Total do capital próprio e do passivo:		12.793.031	13.215.417

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2015.

Demonstração dos resultados consolidados

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros - € K)

	Notas	dezembro de 2015	dezembro de 2014
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	14.883.581	17.478.599
Prestação de serviços	5	632.920	542.395
Outros proveitos operacionais	5	100.181	105.477
		15.616.682	18.126.471
Custos operacionais:			
Custo das vendas	6	12.693.354	15.701.372
Fornecimentos e serviços externos	6	1.316.406	1.157.704
Custos com o pessoal	6	343.304	369.554
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	6	719.635	613.598
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	31.125	30.710
Outros custos operacionais	6	63.491	73.304
		15.167.315	17.946.242
Resultados operacionais:			
Proveitos financeiros	8	32.387	51.899
Custos financeiros	8	(79.700)	(152.052)
Ganhos (perdas) cambiais		(35.196)	(26.604)
Resultados relativos a participações financeiras e perdas por imparidades de Goodwill	4 e 11	19.308	30.342
Rendimento de instrumentos financeiros	27	(12.776)	(17.819)
		373.390	65.995
Resultado antes de impostos:			
Imposto sobre o rendimento	9	(152.170)	(154.073)
Contribuição extraordinária sector energético	9	(67.002)	(30.453)
		154.218	(118.531)
Resultado líquido atribuível a:			
Interesses que não controlam	21	31.652	54.863
Acionistas da Galp Energia SGPS, S.A.	10	122.566	(173.394)
		154.218	(118.531)
Resultado por ação (valor em Euros)	10	0,15	(0,21)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Demonstração consolidada do rendimento integral

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros - € K)

			dezembro de 2015	dezembro de 2014	
	Notas	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam (Nota 21)	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam (Nota 21)
Resultado líquido consolidado do exercício	10	122.566	31.652	(173.394)	58.863
Outro rendimento integral do exercício que no futuro não será reciclado por resultados do exercício:					
Ganhos e perdas atuariais - fundo pensões					
Ganhos e perdas atuariais - fundo pensões	23	(22.699)	-	(36.116)	-
Imposto relacionado com a componente de Ganhos e perdas atuariais - fundo pensões	9	1.867	1	9.421	(2)
		(20.832)	1	(26.695)	(2)
Outro rendimento integral do exercício que no futuro será reciclado por resultados do exercício:					
Diferenças de conversão cambial:					
Diferenças de conversão cambial (Empresas do Grupo)	20	75.202	64.196	272.450	134.991
Diferenças de conversão cambial (Empresas Associadas/Empreendimentos conjuntos)	4 e 20	58.212	-	68.273	-
Diferenças de conversão cambial - Goodwill	11 e 20	2.157	-	1.158	-
Diferenças de conversão cambial - Dotações financeiras ("quasi capital")	20	(232.534)	(99.657)	(60.504)	(25.930)
Imposto diferido relacionado com as componentes de diferenças de conversão cambial - Dotações financeiras ("quasi capital")	9 e 20	79.061	33.884	20.410	8.788
		(17.902)	(1.577)	301.787	117.849
Reservas de cobertura:					
Aumentos / diminuições reservas de cobertura (Empresas do Grupo)	27 e 20	(1.134)	-	1.282	-
Imposto diferido relacionado com as componentes de reservas de cobertura (Empresas do Grupo)	9 e 20	265	-	(324)	-
Aumentos / diminuições reservas de cobertura (Empresas Associadas/Conjuntamente Controladas)	27 e 20	(42)	-	(283)	-
Imposto diferido relacionado com as componentes de reservas de cobertura (Empresas Associadas/Conjuntamente Controladas)	9 e 20	(11)	-	(11)	-
		(922)	-	664	-
Outros aumentos/diminuições					
Alterações, da participação detida no capital de subsidiárias (Nota 3 e 21):					
Aumentos da participação no capital de subsidiárias (Nota 3 e 21):		-	(17.921)	-	-
Dissolução de subsidiárias		-	-	-	1.210
		-	(17.921)	-	1.210
Outros aumentos/diminuições		-	(4)	-	(496)
		-	(17.925)	-	714
Outro Rendimento integral do exercício líquido de imposto		(39.656)	(19.501)	275.756	118.561
Rendimento integral do exercício atribuível a acionistas		82.910		102.362	
Rendimento integral do exercício atribuível a interesses que não controlam	21		12.151		173.424
Total do rendimento integral do exercício		82.910	12.151	102.362	173.424

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Demonstração consolidada das alterações no capital

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros - € K)

Movimentos do exercício	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Reservas de conversão cambial (Nota 20)	Outras reservas (Nota 20)	Reservas de cobertura (Nota 20)	Resultados acumulados - ganhos e perdas atuariais-fundo de pensões (Nota 23)	Resultados acumulados	Resultado líquido consolidado do exercício	Sub-Total	Interesses que não controlam (Nota 21)	Total	
Saldo em 1 de janeiro de 2014		829.251	82.006	(284.118)	2.680.439	(1.408)	(72.875)	1.738.950	188.661	5.160.906	1.254.894	6.415.800	
Resultado líquido consolidado do exercício	10	-	-	-	-	-	-	-	(173.394)	(173.394)	54.863	(118.531)	
Varição do perímetro de consolidação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	301.787	-	664	(26.695)	-	-	275.756	118.561	394.317	
Rendimento integral do exercício		-	-	301.787	-	664	(26.695)	-	(173.394)	102.362	173.424	275.786	
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	-	(262.706)	-	(262.706)	(14.779)	(277.485)	
Incremento de capital em subsidiárias		-	-	-	3.975	-	-	-	-	3.975	6.645	10.620	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	188.661	(188.661)	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2014		829.251	82.006	17.669	2.684.414	(744)	(99.570)	1.664.905	(173.394)	5.004.537	1.420.184	6.424.721	
Saldo em 1 de janeiro de 2015		829.251	82.006	17.669	2.684.414	(744)	(99.570)	1.664.905	(173.394)	5.004.537	1.420.184	6.424.721	
Resultado líquido consolidado do exercício	10	-	-	-	-	-	-	-	-	122.566	122.566	31.652	154.218
Varição do perímetro de consolidação	3 e 21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	(17.902)	-	(922)	(20.832)	-	-	(39.656)	(19.501)	(59.157)	
Rendimento integral do exercício		-	-	(17.902)	-	(922)	(20.832)	-	122.566	82.910	12.151	95.061	
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	30	-	-	-	-	-	-	(315.248)	-	(315.248)	(7.722)	(322.970)	
Incremento de capital em subsidiárias	3 e 20	-	-	-	(121)	-	-	-	-	(121)	(8.567)	(8.688)	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	(173.394)	173.394	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2015		829.251	82.006	(233)	2.684.293	(1.666)	(120.402)	1.176.263	122.566	4.772.078	1.416.046	6.188.124	

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros - € K)

	Notas	dezembro de 2015	dezembro de 2014
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		17.665.676	20.475.148
(Pagamentos) a fornecedores		(11.420.662)	(14.610.738)
(Pagamento) de imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)		(2.632.665)	(2.489.107)
(Pagamento) de imposto sobre o consumo (IVA)		(1.624.430)	(1.928.005)
(Pagamento) de Royalties, taxas, PIS e Cofins, e outros		(50.022)	(91.898)
Margem bruta operacional		1.937.897	1.355.400
(Pagamento) de Remunerações, contribuições para o fundo de pensões e outros benefícios		(209.348)	(198.372)
(Pagamentos) de retenções efetuadas a terceiros		(85.246)	(83.658)
Contribuições para a Segurança Social (TSU)		(76.389)	(76.006)
Pagamentos relacionados com pessoal		(370.983)	(358.036)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(46.074)	(58.275)
Fluxo gerado pelas operações		1.520.840	939.089
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento (IRC, IRP e participação especial)		(127.016)	(159.342)
		Fluxos das atividades operacionais (1)	1.393.824
			779.747
Atividades de investimento:			
Recebimentos por alienações de ativos tangíveis e intangíveis		68.893	2.126
(Pagamentos) por aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		(989.812)	(831.834)
Recebimentos de investimentos financeiros		35.370	800
(Pagamentos) de investimentos financeiros		(308.346)	(231.288)
Investimento financeiro líquido		(1.193.895)	(1.060.196)
Recebimentos de empréstimos concedidos		260.784	101.404
(Pagamentos) de empréstimos concedidos		(400)	(976)
Recebimento de juros e proveitos similares		21.855	39.244
Recebimento de dividendos	4	72.901	73.805
		Fluxos das atividades de investimento (2)	(838.755)
			(846.719)
Atividades de financiamento:			
Recebimento de empréstimos obtidos		1.282.504	750.767
(Pagamento) de empréstimos obtidos		(1.407.753)	(819.656)
Recebimento/(Pagamento) de juros e custos similares		(132.411)	(157.516)
Dividendos pagos	30	(318.211)	(274.857)
Outras operações de financiamento		1.904	2.566
		Fluxos das atividades de financiamento (3)	(573.967)
			(498.696)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(18.898)	(565.668)
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		41.393	182.892
Variação de caixa por variações no perímetro de consolidação	3	(1.040)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	18	1.023.396	1.406.172
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	18	1.044.851	1.023.396

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Índice

1. Nota introdutória.....	102
2. Principais políticas contabilísticas.....	103
2.1. Bases de apresentação.....	103
2.2. Princípios de consolidação.....	107
2.3. Ativos tangíveis.....	110
2.4. Ativos intangíveis.....	111
2.5. Imparidade de ativos não correntes, exceto <i>goodwill</i>	111
2.6. Locações.....	113
2.7. Inventários.....	113
2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas.....	114
2.9. Provisões.....	114
2.10. Responsabilidades com pensões.....	114
2.11. Outros benefícios de reforma.....	115
2.12. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira.....	115
2.13. Proveitos e especialização de exercícios.....	115
2.14. Encargos financeiros com empréstimos obtidos.....	116
2.15. Imposto sobre o rendimento.....	116
2.16. Instrumentos financeiros.....	117
2.17. Licenças de emissão de CO ₂	119
2.18. Classificação na demonstração da posição financeira consolidada.....	119
2.19. Eventos subsequentes.....	119
2.20. Informação por segmentos.....	119
2.21. Estimativas e julgamentos.....	119
2.22. Política de gestão do capital.....	120
2.23. Política de gestão de riscos e respetivas coberturas.....	120
3. Empresas incluídas na consolidação.....	121
4. Participações financeiras em empresas.....	130
4.1. Participações financeiras em empreendimentos conjuntos.....	130
4.2. Participações financeiras em empresas associadas.....	135
4.3. Ativos financeiros disponíveis para venda.....	139
4.4. Resultados relativos a participações financeiras.....	140
4.5. Dividendos relativos a participações financeiras.....	140
4.6. Operações conjuntas.....	141
5. Proveitos operacionais.....	142
6. Custos operacionais.....	144
7. Informação por segmentos.....	145
8. Proveitos e custos financeiros.....	149
9. Imposto sobre o rendimento.....	149
10. Resultados por ação.....	153
11. <i>Goodwill</i>	153
12. Ativos tangíveis e intangíveis.....	156
13. Subsídios.....	165
14. Outras contas a receber.....	166
15. Clientes.....	171
16. Inventários.....	172
17. Outros investimentos financeiros.....	173
18. Caixa e seus equivalentes.....	174
19. Capital social.....	174
20. Reservas.....	175
21. Interesses que não controlam.....	177
22. Empréstimos.....	178
23. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios.....	180
24. Outras contas a pagar.....	192
25. Provisões.....	194
26. Fornecedores.....	196
27. Outros instrumentos financeiros – derivados financeiros.....	196
28. Entidades relacionadas.....	199
29. Remunerações dos órgãos sociais.....	206
30. Dividendos.....	208
31. Reservas petrolíferas e de gás.....	208
32. Gestão de riscos financeiros.....	208
33. Ativos e responsabilidades contingentes.....	211
34. Ativos e passivos financeiros ao valor escriturado e ao justo valor.....	213
35. Informação sobre matérias ambientais.....	214
36. Eventos subsequentes.....	215
37. Aprovação das demonstrações financeiras.....	215

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015

NEGÓCIOS DOS ADMINISTRADORES COM A SOCIEDADE

Durante o exercício de 2015, não foram solicitadas quaisquer autorizações pelos membros do Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. para a realização de negócios com a Sociedade ou com sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

EXERCÍCIO DE OUTRAS ATIVIDADES PELOS ADMINISTRADORES

1. NOTA INTRODUTÓRIA

a) Empresa-mãe:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), tem a sua sede na Rua Tomás da Fonseca em Lisboa, Portugal e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades.

A estrutura acionista da Empresa em 31 de dezembro de 2015 é evidenciada na Nota 19.

A Empresa encontra-se cotada em bolsa, na Euronext Lisbon.

b) O Grupo:

Em 31 de dezembro de 2015 o grupo Galp ("Grupo") é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem, entre outras: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. ("Petrogal") e respetivas subsidiárias que desenvolvem as suas atividades na área da refinação de petróleo bruto e distribuição de seus derivados; (ii) a Galp Gas & Power SGPS, S.A. e respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade na área do gás natural, no sector da eletricidade e das energias renováveis; (iv) a Galp Energia E&P BV e respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade na exploração e produção de petróleo e gás e biocombustíveis; e (v) a Galp Energia, S.A., empresa que integra os serviços corporativos.

b1) Atividade de Upstream

O segmento de negócio de Exploração & Produção é responsável pela presença da Galp no sector upstream da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as atividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil e Moçambique.

b2) Atividade de Midstream e Downstream

O segmento de negócio de Refinação & Distribuição detém duas refinarias em Portugal e inclui ainda todas as atividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação & Distribuição engloba igualmente infraestruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal e Espanha, quer para a exportação e importação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta atividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Angola, Cabo-Verde, Espanha, Gâmbia, Guiné-Bissau, Moçambique e Suazilândia com subsidiárias detidas pelo Grupo.

b3) Atividade de Gás Natural e Produção e Comercialização de Energia

O segmento de negócio de Gás Natural & Power abrange as áreas de Aprovisionamento, Comercialização, Distribuição e Armazenagem de Gás Natural e Geração de Energia Elétrica e Térmica.

O negócio de gás natural do grupo Galp engloba um conjunto de atividades reguladas e liberalizadas, nomeadamente o aprovisionamento em regime liberalizado, a exploração de infraestruturas em regime regulado e a comercialização a clientes finais na Península Ibérica em regime livre e regulado.

A área de gás natural subdivide-se nas áreas de (i) Aprovisionamento e Comercialização e (ii) Distribuição e Comercialização.

A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³; a empresas produtoras de eletricidade, às empresas comercializadoras de gás natural e às UAG's ("Unidades Autónomas de Gás"). A Galp mantém contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, de forma a satisfazer a procura dos seus clientes.

A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural em Portugal, integra as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural. Tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m³;

As empresas subsidiárias do grupo Galp que têm atividade de armazenagem e distribuição de gás natural em Portugal operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português. Fendo o prazo das concessões ou licenças, os bens afetos serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, comparticipações financeiras e subsídios a fundo perdido.

Nos termos cobertos pela regulamentação sectorial aplicável em Portugal, aprovada pelo respectivo regulador (ERSE – www.erne.pt), descritas nos respectivos regulamentos em maior pormenor, temos:

Operadores de Rede de Distribuição

- Atividade de Acesso à Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN) e à Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural (RNDGN) exercida pelos operadores das redes de distribuição.
- Atividade de Distribuição de gás natural exercida pelos operadores das redes de distribuição.

Comercializador de último recurso grossista

- Atividade de Compra e Venda de gás natural no âmbito da gestão dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de Take or Pay (ToP) celebrados em data anterior à publicação da Diretiva 2003/55/CE, de 26 de junho exercida pelo comercializador do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN).

Para cobrir as necessidades previstas de gás natural em Portugal, foi assinado um contrato de compra de gás natural de 2,3 bcm, por um período de 23 anos, com a Sonatrach, sociedade detida pelo Estado argelino. A entrada em vigor deste contrato, bem como as primeiras entregas de gás natural, tiveram início em janeiro de 1997, em simultâneo com a ligação do gasoduto Europa-Magreb à rede de transporte e distribuição em Portugal.

Foram também assinados três contratos, por um período de 20 anos, com a NLNG, uma empresa nigeriana, para a aquisição de um total de 3,5 bcm de GNL. O fornecimento nos termos destes contratos iniciou-se em 2000, 2003 e 2006, respectivamente.

Contratos de aquisição de gás natural e LNG:

Contratos	País	Quantidade (mm³/ano)	Duração (anos)	Início
NLNG I	Nigéria	420	20	2000
NLNG II	Nigéria	1.000	20	2003
NLNG +	Nigéria	2.000	20	2006
Sonatrach	Argélia	3.000	23	1997

O preço de compra do gás natural no âmbito dos contratos de aquisição de longo prazo é geralmente calculado segundo uma fórmula de preço estabelecida com base no preço de combustíveis alternativos, como os *benchmarks* do preço do crude e outros elementos, nomeadamente a inflação e as taxas de câmbio. Tipicamente, a fórmula de preço destes contratos prevê o seu ajustamento periódico com base nas variações do *benchmark* escolhido.

Por norma os contratos de compra de gás natural a longo prazo definem uma quantidade mínima anual a adquirir e uma margem de flexibilidade para cada ano. Estes contratos costumam estabelecer uma obrigação de *take or pay*, que obriga a comprar as quantidades acordadas de gás natural, independentemente de a respetiva necessidade ocorrer ou não. Estes contratos permitem transferir quantidades de um ano para o outro, dentro de determinados limites, se a procura for inferior aos níveis mínimos anuais estabelecidos.

Aquando da dispersão do capital da Galp em Bolsa, foi efetuada uma análise destes contratos no âmbito de deteção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudesse ser entendidas como derivados financeiros. Da análise conjunta efetuada por consultores externos e o Grupo, não se detetaram derivados financeiros susceptíveis de serem valorizados ao justo valor, já que as características destes contratos são intrínsecas à atividade do gás.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Embora sejam de duração igual ou superior a 20 anos, os contratos de aprovisionamento de longo prazo preveem a possibilidade de renegociação ao longo da vigência do contrato de acordo com regras contratualmente definidas.

- A Atividade de Compra e Venda de gás natural para fornecimento aos comercializadores de último recurso, exercida pelo comercializador de último recurso grossista, inclui as seguintes funções:

- Função de Compra e Venda de gás natural, resultantes da aquisição de gás natural, diretamente ou através de leilões, no âmbito dos contratos de aprovisionamento de longo prazo, do comercializador de SNGN.

- Função de Compra e Venda de gás natural em mercados organizados ou através de contratos bilaterais (não aplicável na Galp para o ano em análise).

Comercializadores de último recurso-retalhistas

- A Atividade de Comercialização de gás natural, exercida pelos comercializadores de último recurso-retalhistas, inclui as seguintes funções:

- Compra e Venda de gás natural.

- Compra e Venda do Acesso à RNTGN e à RNDGN.

- Comercialização de gás natural.

O negócio Power do Grupo engloba a geração de energia através do portefólio de cogerações localizadas em Portugal e a comercialização de eletricidade a clientes finais. Este negócio revela-se complementar ao negócio de gás natural, por via dos autoconsumos de gás natural nas cogerações e da oferta combinada de eletricidade e gás.

- A atividade do sub-segmento Power, consiste atualmente na operação de centrais de cogeração e de energia eólica.

Identificam-se infra os mercados geográficos por atividades desenvolvidas:

- Aprovisionamento de gás natural;

- Distribuição de gás natural: Portugal;

- Venda de gás natural e eletricidade: Portugal e Espanha;

- Produção de eletricidade: Portugal.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas para o Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, expressas no ponto 2.23, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior. Não existem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros, exceto se expresso em contrário.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor (Nota 2.16), a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 3 e 4) de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2015. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS - International Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo Standing Interpretation Committee (SIC) e International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As Normas IFRS publicadas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício de 2015 e com aplicação prevista contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas nos quadros abaixo:

NORMAS E INTERPRETAÇÕES PUBLICADAS PELO IASB MAS AINDA NÃO APROVADAS PELA UE

Normas IAS	Data da publicação no IASB	Data prevista de aprovação da UE	Exercício económico em que se aplica	Observações
IFRS 14 Desvios tarifários	30 de janeiro de 2014	sem data prevista	2016	Não aplicável.
Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de investimento: aplicação da isenção de consolidar	18 de dezembro de 2014	2º trimestre de 2016	2016	Impacto, ainda por determinar, da aplicação da norma.
Emendas à IAS 12 Impostos sobre o rendimento	19 de janeiro de 2016	4º trimestre de 2016	2017	Sem impacto previsível.
IFRS 9 Instrumentos Financeiros	24 de julho de 2014	2º semestre de 2016	2018	Impacto nos derivados financeiros classificados contabilisticamente como de cobertura e no cálculo das perdas de imparidade de contas a receber.
IFRS 15 Rédito de contratos com clientes	28 de maio de 2014 e 11 de setembro de 2015	2º trimestre de 2016	2018	Impacto, ainda por determinar, no reconhecimento do rédito.
IFRS 16 Locações	13 de janeiro de 2016	sem data prevista	2019	Impacto, ainda por determinar, da aplicação da norma.
IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa	29 de janeiro de 2016	4º trimestre de 2016	2017	Impacto nas divulgações do anexo às contas.

NORMAS E INTERPRETAÇÕES A APLICAR EM EXERCÍCIOS POSTERIORES, SE APLICÁVEIS

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Emendas à IAS 27 Demonstrações financeiras individuais	23 de dezembro de 2015	01 de janeiro de 2016	2016	Impacto, ainda por determinar, da aplicação da emenda.
Emendas à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras	19 de dezembro de 2015	01 de janeiro de 2016	2016	Com impacto na apresentação das demonstrações financeiras das respetivas divulgações.
Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2012-2014	16 de dezembro de 2015	01 de janeiro de 2016	2016	Sem impacto previsível.
Emendas à IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 Ativos Intangíveis	03 de dezembro de 2015	01 de janeiro de 2016	2016	Não aplicável.
Emendas à IFRS 11 Acordos conjuntos	25 de novembro de 2015	01 de janeiro de 2016	2016	Impacto previsível em novas aquisições de operações conjuntas.
Emendas à IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis e IAS 41 Agricultura	24 de novembro de 2015	01 de janeiro de 2016	2016	Não aplicável.
Emendas à IAS 19: Plano de Benefícios definidos: Contribuições dos empregados	9 de janeiro de 2015	após 1 de fevereiro de 2015	2016	Sem impactos contabilísticos relevantes.
Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2010-2012	9 de janeiro de 2015	após 1 de fevereiro de 2015	2016	Sem impactos contabilísticos relevantes.

NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOPTADAS, SE APLICÁVEIS:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
IFRIC 21 Taxas	14 de junho de 2014	após 17 de junho de 2014	2015	Sem impactos contabilísticos relevantes.
Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2011-2013	19 de dezembro de 2014	após 1 de janeiro de 2015	2015	Sem impactos contabilísticos relevantes.

Normas e Interpretações que foram publicadas pelo IASB, mas que ainda não se encontram aprovadas e publicadas pela União Europeia:

IFRS 14 – Desvios Tarifários

A norma permite que uma entidade que adota pela primeira vez as IFRS contabilize, com algumas alterações limitadas, os saldos com diferimentos regulatórios em conformidade com os normativos contabilísticos anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras subsequentes. Os saldos das contas de diferimento regulatório, e os respetivos movimentos são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira, na demonstração de resultados e no rendimento integral, e são exigidas divulgações específicas.

Como a Galp não é primeira adotante das IFRS não irá aplicar a norma. Para além disso, é esperado que a União Europeia não endosse esta norma.

Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento – aplicação da isenção de consolidar

Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa-mãe intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, clarifica que a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial é extensível a uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma entidade de investimento. Está em análise o impacto desta emenda relativamente à entidade Fundo de Investimento Vera Cruz.

Emendas à IAS 12 – Impostos sobre o rendimento

A emenda à norma IAS 12 refere-se ao reconhecimento de Imposto diferido ativo para prejuízos fiscais não realizados, e clarifica os seguintes aspectos:

(i) Prejuízos não realizados em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor ou ao custo para fins fiscais dão azo a uma diferença temporária dedutível independentemente se o detentor do instrumento de dívida pretende recuperar o seu valor escriturado pela venda ou pelo uso.

(ii) O valor escriturado de um ativo não limita a estimativa de resultados fiscais futuros.

(iii) As estimativas de lucros tributáveis futuros excluem deduções fiscais que resultam da reversão de diferenças temporárias dedutíveis.

(iv) Uma entidade estima um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos. Quando a lei fiscal restringe a utilização de prejuízos fiscais, a entidade deverá estimar o imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos do mesmo tipo.

Não se espera que esta clarificação da norma IAS 12 tenha impactos nos cálculos e registos dos impostos diferidos efetuados pela Galp.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 substitui a IAS 39 – ‘Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração’ e introduz alterações no que se refere:

(i) à classificação e mensuração dos ativos financeiros, introduzindo uma simplificação na classificação com base no modelo de negócio definido pela gestão.

(ii) ao reconhecimento da componente de *own credit risk* na mensuração do justo valor de passivos classificados como mensurados voluntariamente ao justo valor.

(iii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas em substituição do modelo de perdas incorridas.

(iv) às regras da contabilidade de cobertura, que se pretende que estejam mais alinhadas com o racional económico da cobertura de riscos definido pela Gestão.

A Galp considera que a IFRS 9 irá alterar a forma de reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, a classificação e mensuração de ativos financeiros, bem como poderá afetar a contabilidade de cobertura, já que a mesma ficará mais alinhada com a cobertura económica. A Galp ainda se encontra a determinar os impactos desta norma.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme metodologia expressa na norma.

A Galp está analisar o futuro impacto da referida norma nomeadamente no reconhecimento do rédito nas diversas atividades que exerce.

IFRS 16 – Locações

A norma específica como se deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar leasings. Esta norma prevê um único modelo de contabilização para o locatário, exigindo o reconhecimento de ativos e passivos para todos os leasings, exceto para leasings com maturidades inferiores a um ano ou que sejam de valor imaterial. Os locadores irão continuar a classificar os leasings como operacionais ou financeiros, em semelhança ao que já era prescrito na norma IAS 17.

A Galp ainda está a determinar o impacto desta nova norma nas suas atividades. Contudo crê que não deverá ter relevância em leasings relacionados com a sua atividade de E&P, já que a norma não se aplica (IFRS 16 p.3).

IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa: Divulgações

A entidade necessita de divulgar informação sobre alterações dos passivos relacionados com atividades de financiamento, nomeadamente:

(i) Alterações dos fluxos de caixa de financiamento;

(ii) Alterações resultantes de obtenção ou perda de controlo de subsidiárias ou outros negócios;

(iii) O efeito de alterações nas taxas de câmbio;

(iv) Alterações de justo valor;

(v) Outras alterações.

Esta emenda terá impactos nas futuras divulgações a constar do anexo às contas.

Normas e Interpretações que foram aprovadas e publicadas pela União Europeia para aplicação em exercícios posteriores a 2015:

Emendas à IAS 27 Demonstrações financeiras individuais

Esta alteração permite que uma entidade aplique retrospectivamente o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas.

A Galp ainda está a ponderar se irá ou não alterar o critério de mensuração das suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e entidades associadas nas suas contas individuais. Esta emenda não tem impacto em contas consolidadas da Galp, por não ser aplicável.

Emendas à IAS 1 Apresentação de Demonstrações financeiras

Esta alteração à IAS 1 resulta de um projeto de revisão às divulgações das IFRS e refere-se à materialidade e agregação de rubricas e à apresentação de subtotais nas demonstrações financeiras IFRS.

Esta emenda terá impacto na forma como a Galp apresenta a informação nas suas demonstrações financeiras.

Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2012-2014

- IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

A melhoria à IFRS 5 clarifica que quando um ativo (ou grupo para alienação) é reclassificado de “detido para venda” para “detido para distribuição aos acionistas” ou vice-versa, tal não constitui uma alteração ao plano de vender ou distribuir.

- IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações’

A melhoria à IFRS 7 inclui informação adicional sobre o significado de envolvimento continuado na transferência (desreconhecimento) de ativos financeiros, para efeitos de divulgação.

- IAS 19 – Benefícios dos empregados

A melhoria clarifica que na determinação da taxa de desconto das responsabilidades com planos de benefícios definidos pós-emprego, esta tem de corresponder a obrigações de elevada qualidade, na mesma moeda em que as responsabilidades são calculadas.

- IAS 34 – Relato financeiro intercalar

Esta melhoria clarifica o significado de “informação divulgada em outra área das demonstrações financeiras intercalares”, e exige a inclusão de referências cruzadas para essa informação, bem como a sua disponibilização em simultâneo.

A Galp considera que as emendas em questão clarificam as normas existentes, não tendo efeitos relevantes nas divulgações e valores apresentados.

Emendas à IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 Ativos Intangíveis

Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de ativos com base no crédito obtido, não são, regra geral, consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

A Galp considera esta emenda como não aplicável, dado que não tem a prática de depreciar/amortizar os seus ativos com base no crédito obtido, mas sim no desgaste técnico dos mesmos.

Emendas à IFRS 11 Acordos conjuntos

Esta alteração introduz uma orientação sobre a contabilização a efetuar na aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais, com exceção quanto à remensuração ao justo valor de qualquer interesse detido anteriormente.

Esta emenda à norma IFRS 11 é aplicável a futuras aquisições pela Galp de Acordos conjuntos.

Emendas à IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis e IAS 41 Agricultura

A alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura, para a IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos consumíveis produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura.

Esta emenda não é aplicável às subsidiárias do grupo Galp e portanto não tem relevância na mensuração ou apresentação das contas.

Emendas à IAS 19 Plano de benefício definido: Contribuições dos empregados

Esta alteração à IAS 19 refere-se à contabilização de contribuições de empregados e entidades terceiras para planos de benefícios definidos atribuídos aos empregados, e pretende simplificar a contabilização destas contribuições, nos casos em que estas sejam independentes dos anos de serviço dos empregados (dependência de outros fatores).

A Galp considera que esta emenda não tem impactos contabilísticos relevantes.

Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2010-2012

IFRS 2 – Pagamento com base em ações

A melhoria à IFRS 2 altera a definição de “condições de aquisição” *vesting conditions*, passando a prever apenas dois tipos de condições de aquisição: “condições de serviço” e “condições de performance”. A nova definição de “condições de performance” prevê que apenas condições relacionadas com a entidade são consideradas.

IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais

A melhoria à IFRS 3 clarifica que uma obrigação por pagamentos contingentes é classificada de acordo com a IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação, com um passivo, ou como um instrumentos de capital, caso cumpra com a definição de instrumento financeiro. Os pagamentos contingentes classificados como passivos são mensurados inicial, e subsequentemente, ao justo valor através de resultados. Os pagamentos contingentes classificados como instrumentos de capital apenas são mensurados ao justo valor no reconhecimento inicial.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

Esta melhoria altera a IFRS 8, que passa a exigir a divulgação dos julgamentos efetuados pela Gestão para a agregação de segmentos operacionais, passando ainda a ser exigida a reconciliação entre os ativos por segmentos e os ativos globais da empresa, quando esta informação é reportada.

IFRS 13 – Justo valor: mensuração e divulgação

A melhoria efetuada à IFRS 13 clarifica que a norma possibilita a mensuração de contas a receber e a pagar correntes com base nos valores faturados, quando o efeito de desconto é imaterial.

A Galp considera que estas emendas às normas não têm impacto relevante nas suas políticas contabilísticas.

Normas e Interpretações que foram publicadas pelo IASB, e endossadas pela União Europeia para aplicação no ano de 2015:**IFRIC 21 - Taxas**

No exercício anterior, a Galp considerou que a interpretação IFRIC 21 Taxas não teria grandes impactos relevantes na sua aplicação. No entanto, e em consequência de uma interpretação contabilística da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no ano de 2015 relativamente ao tratamento da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético ("CESE") instituída pela Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro, tendo em vista a uniformização das políticas contabilísticas entre os vários operadores do mercado, a Galp passou a reconhecer a totalidade do custo e o passivo respetivo no dia 1 de janeiro, em vez de efetuar o diferimento desse custo ao longo do ano. Esta alteração contabilística somente teve impacto em contas interinas sem relevância em contas anuais (vide Anexo às contas de setembro de 2015).

Além desta situação, a Galp foi sujeita a um imposto extraordinário (Contribuição Extraordinária para o Sector Energético "CESE II"), ao abrigo da Lei 33/2015 de 27 de abril e da Portaria n.º 157-B/2015 de 28 de maio, à qual foi aplicado a IFRIC 21 – Taxas cujo impacto está descrito na nota 24. Provisões.

Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2011-2013**IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das IFRS**

A melhoria à IFRS 1 clarifica que quem adotar as IFRS pela primeira vez pode usar quer a versão anterior, quer a nova versão de um normativo que, apesar de ainda não ser obrigatoriamente aplicável, está disponível para adoção antecipada.

IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais

A melhoria à IFRS 3 clarifica que este normativo não se aplica à contabilização inicial de um acordo conjunto, constituindo no âmbito da IFRS 11 – Acordos conjuntos, nas Demonstrações financeiras do próprio Acordo conjunto.

IFRS 13 – Justo valor: mensuração e divulgação

A melhoria clarifica que a exceção à mensuração ao justo valor de um portefólio numa base líquida, é aplicável a todos os géneros de contratos (incluindo contratos não-financeiros) no âmbito da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.

IAS 40 – Propriedades de investimento

Esta melhoria clarifica que é necessário recorrer à IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais, sempre que uma propriedade de investimento é adquirida, para determinar se a aquisição corresponde, ou não, a uma concentração de atividades empresariais.

A Galp considera que estas clarificações não tiveram impacto nas contas do exercício de 2015.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

O grupo Galp, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os seguintes:

a) Participações financeiras em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detém o controlo, nomeadamente se este tiver cumulativamente:

- Poder sobre a investida;
- Exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida;
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afectar o valor dos resultados para os investidores.

Foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 3.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidados, respetivamente na rubrica interesses que não controlam. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses que não controlam são imputados aos mesmos.

Os ativos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição tal como previsto na IFRS 3, e podem ser revistos durante um período de 12 meses após aquela data. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Quando à data de aquisição de controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do Goodwill ou Goodwill negativo.

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidos nos resultados.

Os interesses que não controlam incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a cem porcento, na aplicação do método de compra os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados consolidados desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controlo até à data da sua venda.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações financeiras de interesses que não controlam, que não implicam alteração de controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *Goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor de transação e o valor contabilístico de participação transacionado reconhecido no Capital Próprio.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações (incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades estruturadas, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, estão incluídas na Nota 3.

b) Interesses em Acordos Conjuntos (Empreendimentos Conjuntos e Operações Conjuntas)

A Galp tem Interesses em Acordos Conjuntos em que o controlo conjunto consiste na partilha contratualmente acordada do controlo sobre um Acordo, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo.

A classificação de um acordo conjunto como uma operação conjunta ou um empreendimento conjunto depende dos direitos e obrigações das partes no Acordo.

Uma operação conjunta é um acordo conjunto pelo qual as partes que detêm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados com esse Acordo. Estas partes são denominadas operadores conjuntos.

Um empreendimento conjunto é um acordo conjunto pelo qual as partes que detêm o controlo conjunto do Acordo têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo. Estas partes são denominadas empreendedores conjuntos.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos ou de operações conjuntas é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto. Assim sendo, a Galp quando classifica uma participação ou consórcio como sendo um acordo conjunto considera vários aspectos legais, contratuais e exigências dos normativos contabilísticos para a sua classificação contabilística apropriada.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo conjunto é exercido. Os empreendimentos conjuntos reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial encontram-se detalhados na Nota 4. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos na data de aquisição é reconhecido como *Goodwill* e mantido no valor do investimento financeiro na rubrica de participações financeiras em associadas e em empreendimentos conjuntos. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados do empreendimento conjunto excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com o empreendimento conjunto. Nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto do empreendimento conjunto.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo no empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As operações conjuntas em consórcios de exploração petrolífera são reconhecidas contabilisticamente em conformidade com os contratos estabelecidos. Assim sendo, essas operações conjuntas são reconhecidas na contabilidade pela quota-parte detida *working interest* no consórcio petrolífero.

A atividade de E&P do Grupo desenvolve-se essencialmente através de consórcios com outras entidades, refletindo-se na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados a percentagem detida pelo Grupo nesses consórcios.

c) Participações financeiras em empresas associadas e participadas

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas, normalmente quando detém entre 20% e 50% do capital de uma empresa), são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o Grupo não tem influência significativa nem controlo, normalmente quando detém menos de 20%), são registadas ao justo valor ou ao custo de aquisição nos casos em que não têm capital cotado e o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

As Participações financeiras em empresas participadas são classificadas como Ativos disponíveis para venda em conformidade com a classificação da IAS 39 e estão classificadas como Ativos não correntes.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, bem como de dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (*Goodwill*) e mantida no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a associada, e nesse caso o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da associada.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a

perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas e ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhadas na Nota 4.

d) Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de *Goodwill* (caso respeite a empresas do Grupo) (Nota 11) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas). Se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em entidades sediadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas entidades à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), encontram-se registadas na moeda funcional das mesmas, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de reservas de conversão, no capital próprio.

O *Goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de janeiro de 2004) foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (*deemed cost*) àquela data, e foi objeto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O *Goodwill* deixou de ser amortizado a partir daquela data, sendo contudo sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na demonstração de resultados na rubrica de Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e perdas por imparidade de *Goodwill* em Resultados financeiros.

Se a contabilização inicial de uma concentração de atividades empresariais puder ser determinada apenas provisoriamente no final do período em que a concentração for efetuada (porque os justos valores a atribuir aos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida ou o custo da concentração apenas podem ser determinados provisoriamente), o grupo Galp contabiliza a concentração usando a informação disponível. Esses valores determinados provisoriamente serão ajustados quando da determinação final dos justos valores dos Ativos e Passivos a ocorrer até um período máximo de doze meses após a data de aquisição. Durante esse período, o *Goodwill* ou qualquer ganho reconhecido será ajustado desde a data da aquisição por uma quantia igual ao ajustamento no justo valor à data de aquisição dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis a serem reconhecidos ou ajustados e a informação comparativa apresentada para os períodos anteriores à conclusão da contabilização inicial da concentração. Isto inclui qualquer depreciação, amortização ou outro efeito de lucro ou perda adicional reconhecido como resultado de concluir a contabilização inicial.

Na análise da imparidade do *Goodwill*, o mesmo é alocado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor recuperável do *Goodwill* é estimado com base no valor de uso, o qual é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC Weighted Average Cost of Capital do grupo Galp para o segmento de negócio e país a que a unidade geradora de caixa pertence.

e) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

São tratadas como entidades estrangeiras: aquelas que operando no estrangeiro que são uma subsidiária, associada, acordo conjunto ou sucursal da entidade reportante, cuja atividade é baseada ou conduzida num país ou moeda diferente dessa entidade reportante.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das demonstrações financeiras e os custos e proveitos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), é registada no capital próprio na rubrica de "Reservas de conversão cambial". As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados acumulados (Nota 20).

O *Goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é transferida da rubrica de reservas de conversão cambial do capital próprio para a rubrica de outros ganhos ou perdas da demonstração de resultados.

Os suprimentos em moeda diferente da moeda funcional de reporte da empresa mãe e que não tenham prazo estipulado de reembolso são vistos como investimentos líquidos nessas entidades estrangeiras. As diferenças cambiais geradas, mas não anuladas no processo de consolidação, na transposição dos saldos dos suprimentos para a moeda funcional de reporte da empresa são reciclados na rubrica de "Reservas de conversão cambial" constante dos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram convertidas para Euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

Divisa	Vigente no final do ano		Média do ano	
	2015	2014	2015	2014
Dalasi da Gâmbia	42,19	51,30	44,57	52,19
Dirhams de Marrocos	10,75	10,94	11,57	11,12
Dólares dos Estados Unidos da América	1,09	1,21	1,11	1,33
Escudos de Cabo Verde	110,27	110,27	110,27	110,27
Francos CFA	655,96	655,96	655,96	655,96
Lilangeni da Suazilândia	16,78	13,97	14,23	14,40
Meticais de Moçambique	50,50	40,36	43,14	41,13
Kwanza de Angola	147,11	125,11	132,89	129,88
Reais do Brasil	4,31	3,22	3,70	3,12

2.3. ATIVOS TANGÍVEIS

Geral

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados à luz da opção prevista pela IFRS 1 pelo seu custo considerado *deemed cost*, o qual corresponde ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, de acordo com as disposições legais até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de fatura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados pela empresa durante o período de construção.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciables a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam substancialmente concluídos ou prontos para uso.

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de janeiro de 2004) ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão. Utiliza-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, o período de concessão.

As taxas de depreciação anuais médias efetivas podem resumir-se como segue:

	Taxas 2015	Taxas 2014
Terrenos e recursos naturais	0,10%	0,10%
Edifícios e outras construções	4,41%	4,61%
Equipamento básico	9,04%	9,62%
Equipamento de transporte	16,97%	15,61%
Ferramentas e utensílios	17,63%	16,20%
Equipamento administrativo	19,39%	22,93%
Taras e vasilhame	13,12%	12,84%
Outros ativos tangíveis	8,40%	7,94%

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais, respetivamente.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciables às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos principais.

Atividade de exploração e produção petrolífera

A atividade de E&P é dividida em três fases: a de Exploração, a de Desenvolvimento e a de Produção.

O que distingue estas três fases é essencialmente o estágio dos trabalhos e a descoberta ou não de reservas comercialmente fiáveis. Assim sendo, na fase de exploração a empresa efetua dispêndios com pesquisa (i.e. Sísmica, Perfurações, estudos geológicos e geofísicos). Nesta fase aplica-se a norma IFRS 6, sendo que a Galp adoptou o critério contabilístico permitido pelo normativo de manutenção da sua política contabilística anterior, que neste caso é de capitalização dessas despesas de exploração. Nesta fase, existem recursos contingentes e prospectivos, sendo que a empresa efetua análises de imparidade periódicas, bem como reconhece poços secos (i.e. sem reservas provadas ou sem utilidade posterior) como custo do exercício.

A empresa pode incorrer em algumas despesas anteriores à aquisição de direitos sobre os minérios, que reconhece em custos do exercício.

Na fase de desenvolvimento já há reservas comercialmente fiáveis que não se encontram desenvolvidas. Assim, a Galp começa a efetuar investimentos para a extração dessas reservas, que passam por plataformas, tubagens e despesas com mão-de-obra técnica contratada e interna. A Galp capitaliza os custos de mão-de-obra interna técnica com engenheiros e geólogos contratados pela Galp para o desenvolvimento de recursos e reservas com a finalidade extrativa desses minerais.

Por fim a fase de Produção é aquela em que existem reservas provadas desenvolvidas, sendo que se começa a extraer e a vender esses minerais.

Em qualquer destas fases, incluindo a de Produção, a empresa efetua testes de imparidade periódicos com vista a despistar quaisquer indícios de não recuperabilidade do seu investimento.

Os ativos tangíveis relacionados com a atividade de E&P encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração, adicionadas dos custos de estrutura incorridos até à data do início da produção, os quais são contabilizados em ativos tangíveis em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de ativos tangíveis em curso para ativos fixos tangíveis, e são depreciables com base na taxa de depreciação calculada de acordo com o método da unidade de produção ("UOP"), tendo em consideração a natureza das despesas.

As operações conjuntas em consórcios de exploração petrolífera são reconhecidos contabilisticamente em conformidade com os contratos estabelecidos. Assim sendo, essas operações conjuntas são reconhecidas na contabilidade pela quota-parte detida *working interest* no consórcio petrolífero.

As despesas de desenvolvimento são depreciables de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de depreciação sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas *proved developed reserves* determinadas no final desse período, adicionadas da produção daquele período (Método "U.O.P.").

As despesas de pesquisa são amortizadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificado em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas proved developed reserves determinadas no final desse período adicionadas à produção do período.

As reservas provadas desenvolvidas utilizadas pelo Grupo no apuramento da taxa de depreciação de acordo com o método ("UOP"), foram determinadas por uma entidade especializada e independente.

As despesas de pesquisa afetas a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento, encontram-se classificadas em ativos tangíveis em curso na rubrica de ativos tangíveis.

2.4. ATIVOS INTANGÍVEIS

Geral

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advinham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como ativos intangíveis se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio, e demonstre igualmente, a probabilidade do ativo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

As despesas com pesquisa não relacionadas com a atividade de E&P são reconhecidas como custo do exercício.

Os ativos intangíveis incluem despesas incorridas com projetos de desenvolvimento informático e prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados durante o período de duração dos respetivos contratos (o qual varia entre dez e vinte anos).

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível.

Atividade de exploração e produção petrolífera

Os ativos intangíveis reconhecidos com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas de aquisição da licença de exploração e produção petrolífera (bónus de assinatura) e são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da licença após o início da produção.

Atividade de Gás Natural

Com a aplicação da IFRIC 12, a Galp classifica os ativos do Gás Natural alvo da concessão, e cuja remuneração é controlada pela ERSE, em conformidade com o Modelo de Ativo Intangível. Assim, os Ativos tangíveis dessas empresas com atividade regulada estão classificados como Ativos intangíveis, na rubrica de Acordos de Serviços de Concessão, sendo amortizados pela sua vida útil económica e de acordo com o modelo que melhor se adeque aos benefícios económicos deles resultantes, nomeadamente os decretados pelo regulador (ERSE) para efeito do apuramento das tarifas e consequente regulação de proveitos permitidos do grupo Galp.

Os direitos de uso sobre as infraestruturas afetas ao gás natural, nomeadamente as redes de distribuição de gás encontram-se a ser amortizadas pelo prazo de concessão (45 anos) ou da licença de exploração (20 anos).

O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás natural que se consubstanciem na adaptação de instalações. O Grupo considera que consegue controlar os benefícios económicos futuros dessas reconversões através da venda continuada de gás aos fogos conforme previsto no Decreto-lei 140/2006 de 26 de julho. Estas despesas são amortizadas em quotas constantes até ao final do período de concessão atribuído às empresas distribuidoras de gás natural.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda.

2.5. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES, EXCETO GOODWILL

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo em apreço. Nos casos em que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração de resultados na rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC Weighted Average Cost of Capital do grupo Galp utilizado para o segmento de negócio e País a que o ativo pertence. A unidade geradora de caixa alvo de análise para deteção de imparidade depende do segmento de negócio: no segmento da refinação e distribuição, a unidade geradora de caixa é a rede de postos de abastecimento por país; no segmento da Exploração, a unidade geradora de caixa é o bloco ou o país, consoante a fase do investimento; e no segmento do Gás & Power, a unidade geradora de caixa é determinada pelo conjunto de ativos geradores de benefícios económicos.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica de amortizações, depreciações e perdas de imparidade de ativos. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Ativos do segmento de Refinação & Distribuição

Na data da demonstração da posição financeira, o Grupo procede à realização de testes anuais de imparidade, considerando fontes internas e externas de informação, para os ativos tangíveis e intangíveis que se encontram afetos à atividade de refinação e distribuição de produtos petrolíferos, nomeadamente no que respeita à rede de estações de serviço que o Grupo opera no mercado português e espanhol. A Galp considera como Unidade Geradora de Caixa (UGC) a rede de postos, tendo sido este critério aplicado de forma consistente dada a relevância da interdependência das receitas resultante da existência dos cartões de fidelização e frotistas que a empresa faculta aos seus clientes. Assim, a gestão interna baseia-se nas operações da rede de cada país, sendo as decisões operacionais e de investimento tomadas com base nesse pressuposto.

O teste de imparidade efetuado pelo Grupo tem por base a estimativa da quantia recuperável de cada estação de serviço em comparação com o seu valor líquido contabilístico na data da Demonstração da posição financeira. A quantia recuperável (valor de uso) determinada pelo Grupo, resulta da atualização para o momento presente dos fluxos de caixa futuros determinados com base em orçamentos anuais e planos de negócio plurianuais para cada estação de serviço na sua condição atual, utilizando-se como taxa de desconto a taxa do custo médio ponderado do capital (WACC) para este segmento de negócio em função do risco específico inerente a este segmento.

São ainda efetuados testes de imparidade a outros ativos do segmento de refinação e distribuição, nomeadamente as refinarias e aos ativos tangíveis associados às atividades de logística e armazenagem.

O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

Ativos do segmento Gas & Power

Sempre que existem indícios de imparidade nos Ativos do segmento do Gas & Power a empresa efetua testes de imparidade. A UGC do negócio do gás está definida como sendo as redes de gás e respetivas concessões. Quanto ao negócio do Power, as UGCs definidas são as próprias unidades de cogerações.

Ativos do segmento de atividade de Exploração & Produção

As perdas por imparidade dos ativos na atividade de E&P são determinadas quando:

- Não sejam encontradas reservas economicamente viáveis.
- O período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração.
- Uma área adquirida for entregue ou abandonada.
- Os benefícios económicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efetuado.

A Empresa efetua uma avaliação periódica (anual e revisões trimestrais ou quando existem indícios) quanto à existência de imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis afetos à atividade de E&P, sendo selecionada a unidade geradora de caixa país ou bloco dependendo da fase de maturidade em que se encontram os investimentos. Em algumas situações, como o caso do campo Lula/Iracema, a Galp efetuou teste de imparidade ao campo, dado cumprir com a definição de Unidade Geradora de Caixa em conformidade com a norma IAS 36.

A avaliação de imparidade por Bloco ou País é efetuada pelo modelo EMV *Expected Monetary Value* através da comparação do valor líquido contabilístico dos investimentos efetuados com o valor atual esperado do retorno do investimento que resulta da atualização dos fluxos de caixa futuros, através da taxa de desconto que representa o custo médio ponderado do capital (WACC), calculados atendendo estimativas de:

- i) Reservas prováveis;
- ii) Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar as reservas prováveis;
- iii) Recursos contingentes, corrigidos por um fator de probabilidade de sucesso;
- iv) Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar os recursos contingentes;
- v) Preço de referência do Barril de Brent;
- vi) Taxa de câmbio Euro/US Dólar;
- vii) Mecanismos de tributação do Bloco/País;
- viii) Nível de produção estimado e período de concessão;
- ix) Custos de abandono e recuperação ambiental.

O modelo EMV toma em consideração no seu cálculo a P.O.S. *Probability of Geological Success* ou somente *Probability of Success* que é uma probabilidade condicional estatística (probabilidade bayesiana). Esta probabilidade utilizada na ciência da Geologia segue uma matriz probabilística tendo por base informação sísmica e outra de G&G *Geological & Geophysical*. Assim essa informação é medida tendo em consideração a quantidade, qualidade e certeza *data control* da mesma.

O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável.

A informação constante nas alíneas:

- (i) É determinada por especialistas independentes para a quantificação das reservas petrolíferas estimadas.
- (ii), (iii), (iv) e (vii) É determinada internamente pela Galp ou, sempre que disponível, através de informação facultada pelo Operador de cada bloco, nomeadamente, a que decorre dos planos de desenvolvimento aprovados, ajustados de acordo com a expectativa da Empresa e da informação legal disponibilizada.
- (v), (vi), (viii) e (ix) É a que consta do orçamento e plano a cinco anos do grupo Galp e constante após esse período.

A avaliação de imparidade por país é semelhante ao descrito por Bloco, todavia os fluxos de caixa são estimados atendendo apenas o referido nas alíneas (iii) a (vii) acima em virtude de ainda não se ter determinado a existência de reservas prováveis.

A Galp efetua testes de imparidade em qualquer fase da atividade de E&P, isto é, na fase Exploração, de Desenvolvimento e Produção.

No fase de Exploração, a UGC (Unidade Geradora de Caixa) depende das características de investimento em cada país onde se investe. Numa fase inicial de investimento num determinado país a UGC é o país, dado que o investimento comprehende o investimento em bónus de assinatura e a eventual pesquisa genérica à área(s) totais. Quando as áreas totais são repartidas pelo organismo oficial do país em blocos, a Galp passa a definir a sua UGC como sendo o bloco, descendo assim de nível de avaliação nos testes de imparidade. Nesta fase dado que ainda não existem reservas, a Galp utiliza nos

testes de imparidade os recursos prospectivos e contingentes com P.O.S. (*Probability of Success*) muito baixas. Assim, se houver descoberta de reservas, o investimento passa para a fase seguinte, a de desenvolvimento, tendo sido previamente sujeito a testes de imparidade.

Na fase de desenvolvimento e de produção, a Galp considera como UGC o Bloco. Também, nestas fases o modelo considera P.O.S., mas mais elevadas que na primeira fase, dado já haver reservas comercialmente viáveis. Os testes de imparidade são realizados tendo por base reservas 2P (reservas provadas e prováveis), já que são estas as utilizadas pela Galp e parceiros nos consórcios nas decisões de realizar ou não investimento.

2.6. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse;
- Locações operacionais, nas situações em que tal não se verifique.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância sobre a forma e não da forma legal do respetivo contrato.

Locações em que o Grupo age como locatário

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis. A correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.3, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, respetivamente. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica Fornecimentos e serviços externos, da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

O Grupo não tem contratos de locações operacionais ou financeiras materialmente relevantes, além das mencionadas na nota 24.

As rendas dos FPSO (*Floating production storage and offloading*) que estão a ser utilizados no negócio de E&P decorrem de contratos estabelecidos no âmbito dos consórcios existentes e são debitadas ao Grupo na proporção da quota detida em cada um dos consórcios.

2.7. INVENTÁRIOS

Os inventários (mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal, deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de custo das vendas.

O custo dos inventários utilizados/vendidos é determinado de acordo com os seguintes critérios:

c) Matérias-primas e subsidiárias

Petróleo bruto – O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas de inventário o Custo Médio Ponderado, aplicado a uma família única, a qual inclui a totalidade das ramas.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) – O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado, aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das diversas matérias.

Materiais gerais - O custo de aquisição inclui o preço de fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como método de custeio das saídas.

d) Produtos e trabalhos em curso

O custo de produção inclui materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

e) Produtos acabados e intermédios

Petróleo bruto – corresponde ao petróleo bruto produzido na atividade de E&P e que se encontra em stock em 31 de dezembro de cada ano, correspondente à quota-parte no total do stock de cada uma das áreas de desenvolvimento. Estas existências encontram-se valorizadas ao seu custo de produção, que inclui os custos diretos de produção adicionados das imputações de amortizações do exercício e provisão para custos de abandono, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Contudo, o petróleo bruto extraído, nomeadamente do Brasil encontra-se valorizado na posição financeira (Balanço) ao Valor Realizável Líquido (VRL) dado existir um contrato firmado com o operador para venda do crude e por ser igualmente comum os produtores petrolíferos avaliarem o stock de Crude ao VRL conforme a norma IAS 2.3 al. a) e IAS 2.4.

Produtos derivados do petróleo – as entradas de produtos acabados e intermédios são valorizados com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias-primas e outras, pelos encargos com mão-de-obra direta e pelos gastos gerais de fabrico. No caso de produtos adquiridos a terceiros, estes são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas.

O Grupo Petrogal inclui na rubrica de produtos acabados e intermédios o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto, o qual se encontra valorizado ao custo de aquisição (por ser similar a um direito aduaneiro), utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado. Este imposto é reflectido em Custo da Venda aquando da venda dos produtos acabados e por sua vez igualmente reflectido no preço de venda dos produtos em igual valor. A Galp detalha o montante reconhecido como Custo da Venda na nota 6.

Outros produtos acabados e intermédios - o custo de produção, inclui matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado.

f) Mercadorias

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, como método de custeio das saídas.

No caso do gás natural importado, o seu custo de aquisição engloba igualmente os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

Como anteriormente referido o Grupo Petrogal inclui igualmente o ISP na rubrica de existências relativo a mercadorias já despachadas sujeitas àquele imposto.

As matérias-primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregadas das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

g) Under/Over Lifting

É prática da indústria efetuar *Under* ou *Overliftings* da sua quota-parte no crude. Com ela pretende-se optimizar os custos de transporte entre os parceiros. No caso do *Underlifting*, o parceiro efetuou uma venda por conta da empresa. Assim, a Galp regista uma conta a receber (Nota 14) por contrapartida de Vendas. Essa conta a receber é testada por imparidades. Isto é, caso o preço de mercado do crude no final de cada período de reporte seja inferior ao preço considerado na valorização da conta a receber (especialização) é registado uma imparidade na demonstração de resultados (margem bruta) por contrapartida da conta a receber. No caso do *Overlifting* a empresa regista uma venda e anula-a por contrapartida de "Outras contas a pagar". O *Underlifting* é de facto, numa perspetiva de prevalência da substância sobre a forma, uma Venda efetuada pelo parceiro de stock que por direito é da Galp, obedecendo portanto à norma IAS 18.14. O *Overlifting* é uma venda efetuada pela Galp de stock que por direito é do parceiro. Assim, o princípio de reconhecimento do crédito não é satisfeito e por esse motivo a venda é anulada por contrapartida de outras contas a pagar (Nota 24). O recebimento e pagamento dos saldos de *Under* e *Overlifting* são compensados em data posterior por barris de crude como definido no contrato de partilha. A Empresa considera que na substância sobre a forma do PSA *Production Sharing Agreement* não está sujeita ao risco de preço, dado a operação ser para uso próprio dos Grupos empreiteiros petrolíferos e a liquidação dos saldos de *Under* e *Overlifting* ser efetuada em produto físico (Barris de Petróleo Bruto).

Assim, a conta a receber e conta a pagar não são abrangidos pela norma IAS 39, isto é, pela avaliação ao justo valor, sendo excluídos pelo parágrafo 5 (*own use exemption*).

h) Adiantamentos de Terceiros por conta de constituição de reservas estratégicas

A Galp efetua, nos termos da lei, as reservas estratégicas de algumas entidades a isso obrigadas e que são clientes da GALP. As reservas estratégicas, tal como o restante stock na demonstração da posição financeira, são valorizadas ao mais baixo entre o valor contabilístico (Custo Médio Ponderado - CMP) e o preço de mercado. Os adiantamentos são valorizados ao valor do mercado, em função das condições contratuais de cada cliente/operador e são atualizados mensalmente. Os preços de mercado em questão são os dos produtos refinados que constituem as reservas estratégicas. Sobre o stock estratégico armazenado para terceiros a Galp cobra um fee de armazenagem.

2.8. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis (reconversões) são registados no passivo, como Proveitos diferidos, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como outros proveitos operacionais, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

2.9. PROVISÕES

Geral

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

A Galp mensura as posições fiscais incertas, nomeadamente as provisões com impostos pelo valor da estimativa de imposto e não por probabilidades.

Atividade de Exploração & Produção (Abandono de blocos)

As provisões de custos de abandono destinam-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Empresa no final da vida útil de produção das áreas petrolíferas.

O cálculo é efetuado com base numa estimativa de custos totais de abandono enviada pelo operador. A empresa começa a reconhecer proporcionalmente as provisões de abandono assim que constrói cada poço produtor, de modo a fazer face às suas obrigações de desmantelamento dos mesmos. O valor do dispêndio previsto com o abandono é atualizado a uma taxa de juro sem risco e capitalizado no Ativo tangível. A provisão de abandono é posteriormente incrementada pela taxa de juro sem risco e incrementada ou reduzida pelas alterações de estimativas que possam ser comunicadas pelo operador. Por sua vez, as alterações de estimativa afetam igualmente o Ativo.

Os dispêndios previstos com o abandono capitalizados como Ativo tangível são depreciados pelo Método U.O.P. (*Unit of Production Method*), no qual se aplica o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas no final desse período adicionadas da produção daquele período.

2.10. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Algumas empresas do grupo Galp assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma. Estas prestações, com exceção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem num valor, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma correspondem essencialmente a uma percentagem do valor do vencimento do empregado. Incluem-se nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da Segurança Social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades foram constituídos fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas ("Fundo de Pensões Petrogal", "Fundo de Pensões Sacor Marítima", "Fundo de Pensão Galp Energia Espanha" e "Fundo de Pensões GDP"), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no ativo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados. Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas na demonstração da posição financeira na rubrica responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23).

Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela GDL em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afetos à GDL, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas na demonstração da posição financeira na

rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23).

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm estudos atuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada, calculados de acordo com o método das unidades de crédito projetadas (*Projected Unit Credit Method*) e comparam o montante das suas responsabilidades com serviços passados com o valor de mercado do fundo e com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registrar.

Os ganhos e perdas atuariais apurados em cada exercício, e para cada plano de benefícios atribuído, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos demográficos, ajustamentos de experiência, são registados na demonstração do rendimento integral com reflexo na posição financeira.

O juro líquido referente às responsabilidades com pensões é refletido na rubrica de "Juros" com benefícios de reforma e outros benefícios em Resultados financeiros.

Os planos de benefícios atribuídos que foram identificados pelo Subgrupo Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Reformas antecipadas;
- Prémio de reforma;
- Seguro social voluntário;
- Benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo Subgrupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Reformas antecipadas;
- Pré-reformas;
- Benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, SGPS, S.A., criou um Fundo de Pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do Grupo. A Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., a Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e a Galp eNova, S.A. (em 17 de dezembro de 2003, a Galp Energia, S.A. incorporou esta empresa por fusão), como associadas deste Fundo, deram a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. No caso de opção pelo novo plano, as empresas do grupo contribuem com um valor definido anualmente para este fundo, correspondente a uma percentagem do salário de cada empregado, o qual é reconhecido como custo desse exercício.

2.11. OUTROS BENEFÍCIOS DE REFORMA - CUIDADOS DE SAÚDE, SEGURO DE VIDA E BENEFÍCIO MÍNIMO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Os encargos a suportar pelo Grupo com a prestação de cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida, são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respetivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23). Os pagamentos efetuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta rubrica.

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm os estudos atuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada de acordo com o método das unidades de crédito projetadas (*Projected Unit Credit Method*) e comparam o montante das suas responsabilidades com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registrar.

Os ganhos e perdas atuariais apurados em cada exercício são registados contabilisticamente conforme descrito na alínea 2.10 acima.

2.12. SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados consolidados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

As diferenças de câmbio resultantes de empréstimos intra-grupo e que façam parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira são registadas, em contas consolidadas, diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados (Nota 2.16.f)).

2.13. PROVEITOS E ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos com exceção do imposto sobre produtos petrolíferos na atividade de distribuição de combustíveis, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros ativos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa a reconhecer o respetivo montante.

Atividade de Gás Natural

O preço de venda do gás natural a empresas produtoras de eletricidade em regime livre é estabelecido tendo por base acordos comerciais efetuados.

As tarifas reguladas, aplicadas na faturação do gás natural vendido no sistema nacional de gás natural, são estabelecidas pela Entidade Reguladora do Sector Energético (ERSE), de modo a que as mesmas permitam a recuperação dos proveitos permitidos estimados para cada ano gás calculados para cada atividade regulada. Os proveitos permitidos incluem, para além dos custos de exploração incorridos por cada atividade, a seguinte remuneração: (i) para a atividade de comercialização, a remuneração da compra e venda de gás natural, a qual corresponde ao custo efetivo do gás natural e a remuneração dos custos operacionais de comercialização acrescidos de uma margem de comercialização, (ii) para as atividades de receção, transporte e armazenagem de gás natural uma remuneração sobre os ativos fixos líquidos de amortizações e subsídios afetos àquelas atividades, (iii) para a atividade de distribuição de gás natural uma remuneração sobre os ativos fixos líquidos de amortizações e subsídios afetos àquela atividade. Os proveitos permitidos para as atividades/funções de *pass-through* pressupõem a recuperação dos custos reais incorridos. Consequentemente, cada atividade é compensada pelos custos incorridos acrescidos da sua própria remuneração, nos casos em que esta exista.

Em resultado do acima exposto e pelo facto de deter o risco de crédito da recuperação das tarifas faturadas aos clientes finais, as Empresas reguladas do Grupo, como comercializadoras a clientes finais, têm incluído nos seus proveitos as tarifas que incorporam a remuneração/recuperação de todas as atividades.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor, as diferenças para os proveitos permitidos apurados em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, remuneração de ativo financeiro, direito à sua recuperação e transmissibilidade dos mesmos, etc.) que suportam o seu reconhecimento como proveito, e como ativo no ano em que são apurados, nomeadamente por serem mensuráveis com fiabilidade e por ser certo que os benefícios económicos associados fluem para a Empresa. Os Regulamentos tarifários publicados no primeiro e segundo período regulatório incluem na fórmula de cálculo do proveito permitido de cada "Ano gás n" uma componente relativa ao ajustamento do "Ano gás n-2". Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios negativos para os proveitos permitidos, os quais são configuráveis como passivos e como custos.

Em anos anteriores, todas as diferenças para os proveitos permitidos reconhecidos pelo Grupo foram, de acordo com os mecanismos previstos, integralmente incorporados no cálculo das tarifas respetivas.

Nas atividades de armazenagem, distribuição e comercialização de último recurso retalhista, o Grupo reflete nas suas demonstrações financeiras, nas rubricas de acréscimos e diferimentos correntes, a diferença entre a faturação real emitida pela aplicação das tarifas reguladas ao gás natural vendido e os proveitos permitidos estimados definidos pela ERSE para cada ano gás, alocados a cada semestre de acordo com os coeficientes de sazonalidade acordados entre as empresas do sistema nacional de gás natural para o mecanismo de compensação – Proveito Permitido (Nota 14 e 24).

Na atividade de comercialização de último recurso grossista, o Grupo reconhece nas rubricas de acréscimos e diferimentos a diferença entre a faturação real emitida pela aplicação das tarifas reguladas ao gás natural vendido e o custo efetivo do gás natural adquirido - Desvio Tarifário (Nota 14).

Dado que o sistema de regulação do gás natural pretende uma uniformidade tarifária (aplicável a todas as regiões do país), e dados os vários níveis de eficiência das empresas no mercado regulado, a ERSE publicou o mecanismo de compensação a praticar entre as empresas do sector, de forma a permitir a aproximação dos proveitos recuperados por aplicação das tarifas reguladas aos proveitos permitidos dessas empresas. Deste modo, a ERSE nos seus documentos - Tarifas e Preços de Gás Natural para cada o Ano Gás, indicou os montantes previstos das compensações a liquidar entre as empresas do Sistema Nacional de Gás Natural, no âmbito das suas atividades de comercialização de último recurso retalhista e distribuição de Gás Natural. De forma a garantir um procedimento prático, objetivo e transparente para a referida liquidação, as empresas com estas atividades acordaram voluntariamente nos coeficientes de sazonalidade a aplicar na emissão das faturas relativas à uniformidade tarifária. Foi estabelecida uma sazonalidade única para todo o Sistema Nacional de Gás Natural, que pretendeu enquadrar os diferentes mercados regionais. As diferenças de sazonalidade existentes entre as atividades de Comercialização e Distribuição repercutem a diferença dos prazos de pagamento existentes.

As leituras, faturação e respetivas cobranças relacionadas com a atividade de distribuição e comercialização do gás são feitas pelas próprias empresas ou, no caso das leituras e cobranças, com recurso a parceiros externos.

As vendas de gás não faturadas são registadas mensalmente na rubrica de outras contas a receber com base na faturação esperada de acordo com informação histórica real ou leituras efetuadas consoante o tipo de cliente e corrigidas em resultados no período em que é efetuada a faturação (Nota 14).

No que diz respeito aos contratos de construção enquadráveis na IFRIC12, a construção dos Ativos concessionados é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção, sendo reconhecidos proveitos e custos associados à construção destes ativos (Nota 5 e 6).

2.14. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento (Nota 2.8), até à entrada em funcionamento dos mesmos (Nota 2.3 e 2.4), sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício (Nota 8). Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

2.15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Geral

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do grupo Galp.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar,

ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura (Nota 9).

Os impostos diferidos são registados na demonstração de resultados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

Atividade de Exploração & Produção

Imposto sobre o Rendimento do Petróleo – Angola

O Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (“IRP”) encontra-se regulado pela Lei n.º 13/04, de 24 de dezembro (“Lei sobre a Tributação das Atividades Petrolíferas”), em Angola. Conforme referido no artigo 18.º da referida Lei, trata-se de um imposto que “incide sobre o rendimento tributável apurado nos termos desta lei”. A taxa aplicável aos contratos de Partilha de Produção é de 50%, incidindo sobre *profit oil* da companhia. O *profit oil* da companhia é dado pela diferença entre o petróleo vendido, acrescido de eventuais rendimentos acessórios das atividades petrolíferas (incluindo as mais-valias resultantes da alienação de interesses participativos), deduzido do petróleo para recuperação de custos (ou *cost-oil*), que inclui o valor dos custos considerados recuperáveis. O valor do *profit oil* não inclui, por sua vez, a parcela do *profit oil* que deverá ser partilhado com a Concessionária Nacional (Sonangol), no âmbito do contrato de Partilha de Produção. O apuramento do imposto é em tudo semelhante a um imposto sobre o rendimento (ex. do tipo IRC). Assim, as empresas petrolíferas sujeitas a este imposto deixam de estar sujeitas a outros impostos sobre o rendimento em Angola.

Sempre que se realiza uma venda, há lugar ao pagamento de Imposto de Rendimento do Petróleo – IRP ao Governo Angolano, registando o montante efetivamente pago na rubrica de imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, nem todo o imposto pago deverá ser custo do exercício, dado que o Grupo recorre a empréstimo de barris aos parceiros no consórcio de modo a poder realizar as vendas no seguimento do acordo de levantamento conjunto assinado entre os parceiros do bloco 14, ficando numa situação de *Overlifting* (Nota 9).

Assim, e de modo a ter uma margem que esteja diretamente associada à rubrica de imposto sobre o rendimento, contabiliza-se um imposto diferido ativo no equivalente aos barris que torna de empréstimo e que se encontram sujeitos a pagamento de IRP, ficando apenas refletido o imposto sobre os barris que efetivamente tinha disponíveis para venda. O imposto diferido ativo reverte na direta proporção do reconhecimento da margem, através da produção que o Grupo vai tendo.

Quando o Grupo, concede empréstimos (*Underlifting*), é calculado IRP sobre os barris concedidos, sendo estes registados na rubrica de imposto corrente sobre o rendimento a pagar.

Participação Especial - Brasil

Nos termos do Decreto n.º 2.705, de 3 de agosto de 1998, da Agência Nacional Do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Participação Especial constitui uma compensação financeira, com carácter trimestral, devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural. Para efeitos do apuramento da Participação Especial, calcula-se um determinado rendimento (resultante da multiplicação dos volumes de produção pelos preços de referência utilizados na venda do petróleo/gás), ao qual se deduz um conjunto de encargos operacionais relacionados com a produção de hidrocarbonetos.

A Galp considera que estes impostos estão no âmbito da IAS 12.

2.16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. O grupo Galp não tem Investimentos detidos até ao vencimento a 31 de dezembro de 2015.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes, no caso das Participações financeiras em empresas participadas.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade não reversíveis.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber.

Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

e) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são mensuradas inicialmente ao justo valor e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado através do método da taxa efetiva. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados**Contabilidade de cobertura**

Por vezes, o Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para cobertura de riscos financeiros com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa incluem instrumentos de cobertura de preço da volatilidade dos preços de *commodities* (eletricidade). Os indexantes são os mais idênticos possíveis às compras realizadas. Os instrumentos derivados utilizados como cobertura de justo valor respeitam a instrumentos de cobertura de volatilidade dos preços de *commodities* (Gás Natural). Os indexantes são idênticos aos contratos celebrados com clientes.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa e cobertura de justo valor são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto (*cash flow hedge*) ou variação do justo valor no caso da cobertura de justo valor (*fair value hedge*);
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os derivados financeiros são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de *Discounted Cash-flows*, modelo de Black-Scholes, modelo Binomial e Trinomial, e Simulações de Monte-Carlo, entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios geralmente aceites e variáveis observáveis no mercado.

As alterações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxo de caixa são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

Na cobertura de justo valor, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, contratos de negociação de *commodities*), a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixa de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração de resultados.

É efetuada uma análise dos contratos existentes no grupo Galp, no âmbito de deteção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detetado derivados financeiros suscetíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Instrumentos de negociação

O Grupo utiliza na cobertura do risco de flutuação da margem de refinação instrumentos financeiros derivados, essencialmente *swaps* sobre petróleo bruto e produtos acabados. Estes instrumentos financeiros, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão do risco do Grupo, por não cumprirem todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, apresentam as respetivas variações no justo valor na demonstração de resultados do período em que ocorrem. Estes instrumentos encontram-se registados pelo seu justo valor.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, na demonstração da posição financeira.

2.17. LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO₂

As emissões de CO₂ realizadas pelas instalações industriais do Grupo e as “licenças de CO₂” que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças CO₂, não dão origem a qualquer reconhecimento patrimonial, desde que: (i) não se estime como provável a existência de custos a incorrer pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado, situação em que é reconhecida uma especialização de custo ou (ii) se estime que as mesmas não sejam alienadas. Em caso de excedentes e venda dos mesmos é reconhecido um proveito.

2.18. CLASSIFICAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras consolidadas são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos (Nota 35).

2.20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmento de negócio é um grupo de ativos e operações do Grupo que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos de negócio, sendo reportados de forma consistente com o *reporting* interno para a gestão.

As políticas contabilísticas no relato por segmentos são utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são a preços de mercado e são eliminados na consolidação.

A informação financeira relativa aos proveitos dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 7, onde estes se encontram identificados e caracterizados.

2.21. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) reservas provadas de petróleo bruto relacionadas com a atividade de exploração petrolífera; (ii) teste de imparidade de *goodwill*, ativos tangíveis, ativos intangíveis e participações financeiras (iii) provisões para contingências e passivos ambientais; (iv) pressupostos demográficos e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma, (v) imparidade para contas a receber, (vi) vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis e intangíveis, (vii) impostos diferidos e (viii) provisões para abandono.

Reservas de petróleo bruto

As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos ativos da atividade de pesquisa e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando adicionalmente o desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afetos à atividade de E&P de acordo com o método da UOP, sendo que o volume de reservas prováveis e recursos contingentes e prospektivos são utilizados, dependendo da fase de prospeção que se encontram, nas avaliações de imparidade nos investimentos em ativos associados a essa atividade. A estimativa das reservas provadas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos com o abandono de áreas de desenvolvimento.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos ativos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos ativos e reforçando a provisão para custos de abandono, respetivamente, em função da produção futura prevista.

Ver Nota 31 e consultar “Informação suplementar sobre petróleo e gás (não auditado)” para a quantidade e tipo de reservas petrolíferas utilizadas para fins contabilísticos.

Imparidade do Goodwill

O Grupo efeta testes anuais de imparidade ao *goodwill*, conforme indicado na Nota 2.2 d). Os montantes recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados baseando-se no valor de uso. Para o cálculo do valor de uso, o Grupo estimou os fluxos de caixa futuros que se esperam obter das unidades geradoras de caixa, bem como a taxa de desconto apropriada para calcular o valor presente destes fluxos. O valor do *goodwill* encontra-se expresso na Nota 11.

Imparidade de ativos tangíveis, intangíveis e participações financeiras

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

Passivos ambientais

A Galp efetua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais tais como o CO₂. Para esta situação ambiental a Galp recebe anualmente licenças gratuitas (EUA – *Emission Unit Allowances*) da Agência Portuguesa do Ambiente para fazer face aos gases com efeito de estufa emitidos. Caso as licenças gratuitas sejam insuficientes para fazerem face às emissões de gases com efeitos de estufa, a Galp pode adquirir em Bolsa, os EUA ou títulos alternativos/complementares denominados como certificados verdes (ERU - *Emission Reduction Units*) assumindo um custo que é registado na rubrica de Outros custos operacionais. Porém, se as emissões com gases com efeito de estufa forem superiores às licenças e certificados verdes em carteira no final do exercício económico, é especializado um custo pela melhor estimativa do dispêndio a efetuar à cotação spot das licenças e/ou certificados em Bolsa. As quantidades de títulos detidos em carteira encontram-se expressas na nota 34.

A Galp efetua igualmente juízos e estimativas para cálculo das suas obrigações conhecidas com a descontaminação de solos, estas baseadas na informação atual relativa a custos e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações em legislação e regulamentos, alterações das condições de um determinado lugar, bem como variação nas tecnologias de saneamento. Desse modo, qualquer alteração nos fatores circunstanciais a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estes assuntos. A provisão para matérias ambientais é revista anualmente.

O montante de provisões para fazer face a passivos ambientais encontra-se expresso na Nota 25.

Pressupostos demográficos e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma

Ver Nota 23.

Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão, dos riscos estimados de cobrança existentes à data da demonstração da posição financeira, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada período. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

Ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe convicção de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expetável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período tendo em atenção a expetativa de performance da Empresa no futuro.

Provisões para abandono

Ver Nota 2.9

2.22. POLÍTICA DE GESTÃO DO CAPITAL

O grupo Galp tem capitais próprios a 31 de dezembro de 2015 no montante de €6,2 bn e fixou na sua política de gestão do capital um limite de endividamento em montante igual ou inferior a 2x Net Debt/EBITDA, apesar de os contratos com os bancos permitirem a fixação de um rácio entre 3,5 e 3,75.

A Organização do Grupo está suportada em três *Sub-holdings*, uma para o negócio do E&P, outra para o negócio de R&D e outra para o G&P.

A Galp Energia E&P BV cobre todo o negócio do E&P, em dólares, e financia as suas subsidiárias prioritariamente com capital próprio e empréstimos internos. O capital empregue afeto ao negócio reside essencialmente na Galp E&P BV e na Galp Sinopec Brazil Services BV e ascende aproximadamente a €3,8 bn.

O negócio da R&D, é desenvolvido pela Petrogal, S.A. e suas subsidiárias, que apresenta um capital empregue de €3,6 bn. A Petrogal tem sido financiada com prestações acessórias, no montante de €2,3 bn, em obediência a um rácio razoável de Net Debt/EBITDA. Em 2015, decorrente de desinvestimentos e de uma melhoria significativa das margens de refinação, que permitiu uma melhoria acentuada da sua tesouraria, a Petrogal S.A. procedeu ao reembolso de prestações acessórias no montante de cerca de €1 bn.

O negócio do G&P é basicamente suportado pela Galp Gás Natural, S.A. e pela Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A., com um capital empregue de €1,2 bn. O rácio de endividamento está em cerca de 5x Net Debt/EBITDA da GGND, em linha com as empresas de infraestruturas.

2.23. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E RESPECTIVAS COBERTURAS

As atividades do Grupo levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços do petróleo e gás natural e seus derivados, das taxas de câmbio e das taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da atividade comercial; (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo pode encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

O Grupo dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada. A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e atividades principais detidas são as seguintes:

Empresas	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal atividade	
	Localidade	País	2015	2014		
Empresas do Grupo:						
Empresa-Mãe:						
Galp Energia, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	-	-	Gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.	
Subsidiárias:						
Galp Energia, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial.	
Next Priority, SGPS, S.A.	C)	Lisboa	Portugal	-	100% Gestão de participações sociais.	
Subgrupo Galp Energia E&P:						
Galp Energia E&P, B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Subsidiárias:						
Galp Sinopec Brazil Services B.V. e subsidiária:	Roterdão	Holanda	70%	70%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus), Limited	Nicosia	Chipre	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp E&P Brazil B.V. e subsidiária:	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Energia Brasil, S.A.	Recife	Brasil	100%	100%	Pesquisa, exploração, desenvolvimento e produção de petróleo bruto, de gás natural e biocombustíveis; importação, exportação, refinação, comercialização, distribuição, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados; comercialização de gás natural e de biocombustíveis produzidos; bem como quaisquer outras atividades conexas à atividade principal, podendo ainda, participar de consórcios de empresas que venham a ser necessários para o desenvolvimento de seus objetivos.	
Petrogal Brasil B.V. e subsidiária:	Roterdão	Holanda	100%	100%	Gestão de participações sociais e financiamento de negócios e empresas que se dedicam à exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos.	
Petrogal Brasil, S.A. e subsidiária:	Recife	Brasil	70%	70%	Refinaria de petróleo bruto e seus derivados, o seu transporte, distribuição e comercialização e ainda, a pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural.	
Fundo Vera Cruz	Recife	Brasil	100%	100%	Fundo exclusivo de investimento aberto.	
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.	Recife	Brasil	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.	
Galp East Africa B.V. e subsidiária:	e4)	Roterdão	Holanda	100%	Gestão de participações sociais e financiamento de negócios e empresas que se dedicam à exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos.	
Galp Energia Rovuma B.V.	e4)	Amesterdão	Holanda	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Energia Rovuma B.V. (Sucursal em Moçambique)	e4)	Maputo	Moçambique	-	- Exploração e produção de petróleo e gás natural.	
Galp Exploração e Produção Petrolifera, SGPS, S.A.	e1) e2)	Lisboa	Portugal	100%	100% Gestão de participações sociais em outras sociedades como forma indireta do exercício de atividade económica	

Empresas	Sede Social			Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2015	2014		
Galp Energia Overseas B.V. e subsidiárias:	e2)	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas Block 14 B.V.	e2)	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas Block 14 B.V. (Sucursal de Angola)	e2)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas Block 32 B.V.	e2)	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas Block 32 B.V. (Sucursal de Angola)	e2)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas Block 33 B.V.	e2)	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas Block 33 B.V. (Sucursal de Angola)	e2)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas LNG B.V.	e2)	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas LNG B.V. (Sucursal de Angola)	e2)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Bioenergy B.V.		Amesterdão	Holanda	100%	100%	"Exercício de atividades relacionadas com projetos de biocombustíveis, incluindo mas não limitado à pesquisa, produção, transformação logística, comercialização de grãos, óleo vegetal, produtos de biocombustíveis e seus derivados; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Tarfaya B.V.		Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Tarfaya B.V. (Sucursal em Marrocos)		Rabat	Marrocos	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como o comércio de petróleo, gás natural e produtos à base de óleo, e desenvolvimento de actividades comerciais relacionadas com a exploração e produção de petróleo e gás natural.
Windhoek PEL 23 B.V.		Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Windhoek PEL 23 B.V. (Sucursal em Namíbia)		Windhoek	Namíbia	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Windhoek PEL 24 B.V.		Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Windhoek PEL 24 B.V. (Sucursal em Namíbia)		Windhoek	Namíbia	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.

Empresas	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2015	2014	
Windhoek PEL 28 B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Windhoek PEL 28 B.V. (Sucursal em Namíbia)	Windhoek	Namíbia	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Trading, S.A.	Genebra	Suiça	100%	100%	Desenvolvimento da atividade de trading de petróleo bruto, de produtos petrolíferos, de produtos petroquímicos e de gás natural; atividade de afretamento de navios para o transporte marítimo dos produtos objeto da atividade de trading.
Tagus Re, S.A.	Luxemburgo	Luxemburgo	100%	100%	Operações de resseguro em todos os ramos, com exclusão das operações de seguro diretas.
Galp Alentejo E&P, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Pesquisa e exploração de petróleo, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo.
ISPG - Centro Tecnológico, S.A.	Rio de Janeiro	Brasil	100%	100%	Gestão de participações sociais
Subgrupo Petrogal:					
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (Sucursal na Venezuela)	Município Chacao	Venezuela	-	-	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (Sucursal em Espanha) e subsidiárias:	Madrid	Espanha	-	-	Gestão de participações sociais de sociedades do setor da distribuição de produtos refinados na península ibérica.
Madrileña Suministro de Gas SUR, S.L.	d)	Madrid	Espanha	-	Atividades relacionadas com a comercialização de gás natural, eletricidade e outras fontes de energia, serviços energéticos e atividades complementares.
Galp Energia España, S.A. e subsidiárias:	Madrid	Espanha	100%	100%	Obtenção, representação e comercialização de produtos petrolíferos, de produtos químicos e tudo o que lhes seja conexo.
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.	Madrid	Espanha	100%	100%	Gestão e exploração de estações de serviço.
Madrileña Suministro de Gas, S.L.	d)	Madrid	Espanha	-	Atividades relacionadas com a comercialização de gás natural, eletricidade e outras fontes de energia, serviços energéticos e atividades complementares.
Multiservicios Galp Barcelona	(*)	Barcelona	Espanha	50%	Gerir o abastecimento do negócio da aviação no Aeroporto de Barcelona.
Galp Açores - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. e subsidiária:	Ponta Delgada	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados do petróleo.
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	Ponta Delgada	Portugal	67,65%	67,65%	Construção e/ou exploração de estações de enchimento e respetivos parques de armazenagem de GPL e de outros combustíveis na Região Autónoma dos Açores.
Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. e subsidiárias:	Funchal	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos lubrificantes e outros derivados do petróleo.

Empresas	Sede Social			Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2015	2014		
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Funchal	Portugal	75%	75%		Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respetivas estruturas de transporte, receção, movimentação, enchiamento e expedição; e outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas atividades.
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.	Funchal	Portugal	100%	100%		A sociedade tem por objeto principal a distribuição, armazenagem, transporte, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração direta ou indireta de postos de abastecimento de combustíveis e de áreas de serviço e atividades complementares, nomeadamente estações de serviço e oficinas de reparação e manutenção automóvel, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelarias.
Sacor Marítima, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%		Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
C.L.T. - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.	Matosinhos	Portugal	100%	100%		Exploração de terminais marítimos e atividades conexas.
Galp Energia Portugal Holdings B.V. <small>e1) e4)</small>	Amesterdão	Holanda	100%	100%		Gestão de participações sociais de outras sociedades do setor energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	Lisboa	Portugal	75%	75%		Comércio retalhista de produtos alimentares, utilidades domésticas, presentes e artigos vários onde se incluem: jornais, revistas, discos, vídeos, brinquedos, bebidas, tabacos, cosméticos, artigos de higiene, de viagem e acessórios para veículos.
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	Setúbal	Portugal	100%	100%		Desenvolvimento e exploração de terminais marítimos.
Galp Exploração e Produção (Timor Leste), S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%		Comércio e a indústria de petróleo, incluindo a prospeção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos em Timor Leste.
Galpreste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%		Exploração ou gestão, direta ou indireta, áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis e atividades conexas ou complementares, tais como estações de serviço e oficinas, venda de lubrificantes, peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. <small>(*)</small>	Sines	Portugal	60%	60%		Conceção e construção de caverna subterrânea de armazenagem de GPL, das instalações de superfície complementares necessárias à movimentação de produtos. Gestão e exploração operacional de caverna incluindo instalações de superfície, tanques e esferas de GPL.
Enerfuel, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%		Estudos, projetos, instalação, produção e comercialização de biocombustíveis, tratamento, valorização e recuperação de resíduos, compra e venda de equipamentos.
Portcogeração, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%		Produção, transporte e distribuição de energia elétrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis.
Galp Marketing Internacional, S.A. <small>e3)</small>	Lisboa	Portugal	100%	100%		Pesquisa e exploração de petróleo, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração de postos de abastecimento e de estações de serviços de assistência a automóveis, bem como quaisquer atividades industriais, comerciais, de marketing, de investigação ou de prestação de serviços conexos com este objeto.
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. e subsidiárias: <small>e3)</small>	Bissau	Guiné-Bissau	100%	100%		Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e exploração de postos de abastecimento e de estações de serviço de assistência a automóveis.
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda. <small>e3)</small>	Bissau	Guiné-Bissau	80%	80%		Comércio de bancas marítimas.
Petrogás - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. <small>e3)</small>	Bissau	Guiné-Bissau	65%	65%		Importação, armazenagem e distribuição de GPL.

Empresas	Sede Social			Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2015	2014		
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L e subsídiárias:	(**)	Mindelo	Cabo Verde	48%	48%	Importação, processamento, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização e reexportação de hidrocarbonetos e seus derivados, incluindo betumes, óleos base e lubrificantes, a exploração de parques de armazenagem, bem como das respetivas estruturas de transporte primário intra e inter-ilhas, receção, movimentação, enchimento e expedição de combustíveis líquidos e gasosos, a exploração de postos de abastecimento e áreas de serviço, de assistência a automóveis, a produção, distribuição e comercialização de outras formas de energia não fóssil, designadamente solar, eólica, hídrica e outras de fontes renováveis, a exploração das respetivas instalações, bem como outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com este objeto principal.
Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A.	(**)	Mindelo	Cabo Verde	100%	100%	Transportes marítimos e atividades relacionadas.
EnacolGest, Lda.	(**)	Mindelo	Cabo Verde	100%	100%	Importação e comercialização, gestão do aprovisionamento, exploração de áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis, elaboração e gestão de projetos de manutenção e construção das instalações e postos de abastecimento.
Galp Gambia, Limited		Banjul	Gambia	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos e exploração de postos de abastecimento.
Petrogal Moçambique, Lda.		Maputo	Moçambique	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento.
Galp Moçambique, Lda.		Maputo	Moçambique	100%	100%	Armazenagem, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados. Bem como de todo o tipo de óleos, sejam de origem animal, vegetal ou mineral.
Galp Moçambique, Lda. (Sucursal no Malawi)		Blantyre	Malawi	-	-	Armazenagem, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados. Bem como de todo o tipo de óleos, sejam de origem animal, vegetal ou mineral.
Galp Swaziland (PTY) Limited		Matsapha	Suazilândia	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento.
Petrogal Angola, Lda.		Luanda	Angola	100%	100%	Produção, distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Galp Energia São Tomé e Príncipe Unipessoal, Limitada	a)	São Tomé	São Tomé e Príncipe	100%	-	Desenvolvimento de todas e quaisquer atividades relacionadas com a pesquisa e exploração de recursos naturais
Subgrupo GDP:						
Galp Gás e Power, SGPS, S.A.	e5) f)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
Subsidiárias:						
GDP Gás de Portugal, S.A.	f)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Lisboagás Comercialização, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Lusitanigás Comercialização, S.A.		Aveiro	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Setgás Comercialização, S.A.	b)	Setúbal	Portugal	100%	66,95%	Produção e distribuição de gás natural e dos seus gases de substituição.
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.		Lisboa	Portugal	65%	65%	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia elétrica e térmica.

Empresas	Sede Social			Percentagem de capital detido		Principal atividade	
	Localidade	País	2015	2014			
Galp Power, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exercício da compra e venda de energia, bem como a prestação de serviços e o exercício de atividades direta ou indiretamente relacionados com energia.		
Agroger - Sociedade de Cogeração do Oeste, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Produção sob a forma de cogeração, e a venda de energia elétrica e térmica, incluindo a conceção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as atividades e a prestação de serviços conexos.		
Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A. e subsidiárias:	e5)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.	
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	Viseu	Portugal	59,51%	59,51%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural.		
Dianágás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.		
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	Vila Real	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.		
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Obtenção, armazenagem e distribuição de gás combustível canalizado.		
Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	e5)	Aveiro	Portugal	96,84%	96,84%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.	
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.		
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.		
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	b)	Setúbal	Portugal	99,93%	66,88%	Distribuição de gás natural em média e baixa pressão, exercida em regime de serviço público nos termos da regulamentação aplicável, na área geográfica da concessão, abrangendo designadamente a construção e operação de infraestruturas que integrem a Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural, a promoção da construção, conversão ou adequação de instalações de utilização de gás natural, e ainda outras atividades relacionadas com o objeto principal, incluindo a exploração da capacidade excedentária da rede de telecomunicações instalada.	
Galp Gás Natural, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	100%	100%	Importação de gás natural, armazenagem, distribuição através de rede de alta pressão, construção e manutenção de redes.		
Transgás Armazenagem - Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Armazenagem de gás natural em regime de subconcessão de serviço público, incluindo a construção, manutenção, reparação e exploração de todas as infraestruturas e equipamentos conexos.		
Transgás, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso grossista de gás natural.		

(*) Com a aplicação da IFRS 11 - Acordos conjuntos, a partir de 1 de janeiro de 2014, o Grupo identificou as entidades Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. e Multiservicios Galp Barcelona, como sendo entidades em que os acionistas têm controlo operacional e financeiro sobre os Ativos e Passivos da sociedade. Assim sendo, os Ativos, Passivos, Ganhos e Perdas foram incorporados nas contas consolidadas pela percentagem detida nessas entidades, ou seja, 60% e 50% respectivamente.

(**) Embora o grupo Galp detenha através da sua subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. apenas 48,29% do capital da Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol S.A.R.L, o Grupo controla, com expetável permanência, as políticas financeiras e operacionais desta por via de uma maioria representativa de votos nas reuniões do Conselho de Administração. Assim, a Galp tem em conformidade com a norma IFRS 10 (a) poder sobre a investida (b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e (c) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores, deste modo, a subsidiária é consolidada pelo método de consolidação integral.

As subsidiárias com interesses que não controlam têm como local (i.e. país) de atividade o mesmo que o indicado no quadro acima.

A Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol S.A.R.L. detém participação nas subsidiárias: i) Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A. (100%); ii) EnacolGest, Ld.^a (100%); e iii) Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. (44%).

As participações detidas na Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A. e na EnacolGest, Ld.^a são consolidadas pelo método integral e a Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. é incluída na rubrica de Participações financeiras em empresas associadas (Nota 4.2).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o perímetro foi alterado face ao exercício precedente conforme segue:

a) Empresas constituídas:

A subsidiária Petróleo de Portugal - Petrogal, S.A., subscreveu e realizou 100% do capital da Galp Energia São Tomé e Príncipe Unipessoal, Limitada., a qual foi constituída em 12 de outubro de 2015.

b) Empresas adquiridas:

Em 21 de dezembro de 2015, o Grupo adquiriu à Enagás – SGPS, S.A., 33,05427% do capital da subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (Setgás ORD) através da subsidiária Galp Gás Natural Distribuição SGPS, S.A., e 33,0541% do capital da Setgás Comercialização, S.A.(Setgás CUR) através da subsidiária Galp Gás & Power, SGPS, S.A., pelo montante de €30.239 k. Adicionalmente ocorreu uma cessão de créditos da Enagás – SGPS, S.A. à subsidiária Galp Gás Natural Distribuição SGPS, S.A. relativos a empréstimos da subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. no montante de €9.428 k. Desta forma o montante considerado na rubrica de pagamentos respeitantes a participações financeiras ascendeu a €39.667 k.

As subsidiárias Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e Setgás Comercialização, S.A. já eram anteriormente controladas pelo Grupo e consolidavam pelo método integral (detidas a 66,87906% e 66,946% respectivamente). A diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecida em capital próprio na rubrica "Reservas" pelo montante €121 k, sendo €571 k negativos relativos a subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e €450 k relativos Setgás Comercialização, S.A. (Nota 20).

	Capital próprio à data de aquisição	% adquirida	Valor de aquisição	(€ k) Outras Reservas (Nota 20)
Setgás Comercialização, S.A.	3.363	33,05410%	661	450
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	87.755	33,05427%	29.578	(571)
			30.239	(121)

Resultante desta aquisição o Grupo passou a deter 99,93333% da subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e 100% da Setgás Comercialização, S.A.

c) Empresas dissolvidas e liquidadas:

Em 29 de maio de 2015 a subsidiária Next Priority, SGPS, S.A., detida a 100% pela Galp Energia, SGPS, S.A., foi dissolvida. Resultante desta operação o Grupo reconheceu na demonstração dos resultados consolidados uma perda no montante €1 k (Nota 4.4).

d) Alienação:

Em 30 de junho de 2015 a Galp Energia, SGPS, S.A. chegou a acordo com a Endesa S.A. ("Endesa") para a venda das atividades de comercialização de gás natural na região de Madrid, em Espanha. A transação incluiu a venda de gás natural, eletricidade e outros serviços ao segmento residencial, na área que abrange diversos municípios adjacentes à cidade de Madrid.

Estas atividades eram asseguradas maioritariamente pelas subsidiárias Madrileña Suministro de Gas, S.L. e Madrileña Suministro de Gas SUR, S.L., detidas respectivamente, a 100%, pela Galp Energia Espanha, S.A. e pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (Sucursal em Espanha).

A operação recebeu a aprovação por parte das autoridades competentes, e foi concluída em 31 de outubro de 2015 pelo montante €34.723k.

Decorrente desta operação o Grupo reconheceu em resultados na rubrica Resultados relativos a participações financeiras uma menos-valia líquida no montante de €12.595 k (Nota 4.4).

As alterações no perímetro de consolidação ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2015 tiveram o seguinte impacto na demonstração da posição financeira consolidada do grupo Galp:

Demonstração da posição financeira		(€ k)		
ATIVO	Total	Madrileña Suministro de Gas S.L. (Nota 3b))	Madrileña Suministro de Gas SUR S.L. (Nota 3b))	Next Priority, SGPS, S.A. (Nota 3a))
Ativo não corrente:				
Ativos intangíveis	835	342	493	-
Outras contas a receber	83	83	-	-
Ativos por impostos diferidos	1.420	521	899	-
Total de ativos não correntes:	2.338	946	1.392	-
Ativo corrente:				
Clientes	19.560	13.904	5.656	-
Outras contas a receber	20.842	16.074	4.767	1
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	3.076	932	2.144	-
Caixa e seus equivalentes	1.040	436	604	-
Total dos ativos correntes:	44.518	31.346	13.171	1
Total do ativo:	46.856	32.292	14.563	1
Passivo:				
Passivo não corrente:				
Outras contas a pagar	11	11	-	-
Provisões	60	60	-	-
Total do passivo não corrente:	71	71	-	-
Passivo corrente:				
Fornecedores	29.868	20.668	9.200	-
Outras contas a pagar	5.986	1.641	4.345	-
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	2.064	2.039	25	-
Total do passivo corrente:	37.918	24.348	13.570	-
Total do passivo:	37.989	24.419	13.570	-
Total do capital próprio e do passivo:	46.856	32.292	14.563	1
% detida		100%	100%	100%
Valor da participação financeira	8.867	7.873	993	1
Goodwill (Nota 11)	38.452	29.766	8.686	-
Valor contabilístico da participação financeira	47.319	37.639	9.679	1
Preço de venda	24.100	16.150	7.950	-
Working capital	4.833	2.449	2.384	-
Ajuste working capital	5.790	6.126	(336)	
Valor de venda	34.723	24.725	9.998	-
Resultados relativos a participações financeiras e perdas por imparidade de Goodwill (Nota 4.4)	(12.596)	(12.914)	319	(1)

e) Reestruturação societária:

O Grupo está organizado em três segmentos de negócio os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados, com as seguintes unidades de negócio: E&P, R&D, G&P e Outros. De forma a obter uma estrutura mais simplificada o Grupo pretende que as empresas sejam reunidas por negócio sob uma mesma *sub-holding*.

e1) Em dezembro de 2014 a Galp Energia Portugal Holding B.V. detinha 100% da participação na subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A..

Decorrentes da reestruturação orgânica do Grupo, face à atividade das empresas e à moeda em que se realizam as operações e o seu modelo de funcionamento, o Grupo considera mais adequado o posicionamento da subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. junto das empresas de *upstream*. Assim, em 17 de junho de 2015, a Galp Energia Portugal Holding B.V. alienou à subsidiária Galp Energia E&P B.V., 100% do capital detido na subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A. e respetivas subsidiárias.

e2) Em 21 de dezembro de 2015 através de aumento de capital realizado pela Galp Energia E&P, B.V. a subsidiaria Galp Energia Overseas B.V. passou a ser detida a 53,33333% pela subsidiaria Galp Energia E&P, B.V. e a 46,66667% pela Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.

e3) A subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., é detentora de participações em empresas sediadas no continente Africano que operam na área da distribuição Oil. No âmbito de reestruturação orgânica do Grupo, pretende-se alocar essas participações numa nova sociedade detida a 100% pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.. Para esse efeito a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., subscreveu e realizou 100% do capital da Galp Marketing Internacional, S.A., a qual foi constituída em fevereiro de 2014. Em 23 de julho de 2015 a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. alienou à Galp Marketing Internacional, S.A e à Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. 94,44% e 1,4%, respectivamente, das quotas detidas na subsidiaria Petrogal Guiné-Bissau, Lda. que detém participações nas subsidiárias i) Petrogás Guiné-Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda. (65%) e ii) Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.(80%). Com esta operação a Petrogal Guiné-Bissau, Lda. passou a ser detida em 94,44444% pela Galp Marketing Internacional, S.A e 5,55556% pela Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., respectivamente.

e4) Tendo em conta a estrutura organizacional do Grupo para o negócio do E&P, foi constituída em 2014 a Galp East Africa B.V. subsidiária da Galp Energia E&P B.V., com vista a deter os investimentos efetuados em Moçambique (Area 4). No período findo em 31 de dezembro de 2015 através de aumento de capital realizado pela Galp East Africa B.V. a subsidiaria Galp Energia Rovuma B.V. passou a ser detida a 80% pela subsidiaria Galp East Africa B.V. e a 20% pela Galp Energia Portugal Holding B.V..

e5) Tendo em conta a estrutura organizacional do Grupo para o negócio de distribuição de gás natural, o Grupo entende ser mais apropriado que a subsidiária Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A., reúna as participações nas operadoras de rede de distribuição. Para esse efeito em 30 de março de 2015 a subsidiária Galp Gás & Power, SGPS, S.A. alienou à subsidiária Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A., 10,59122% do capital detido na Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A..

Visto tratarem-se de operações entre empresas do Grupo, não se verificou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Outras operações:

Em 12 de fevereiro 2015 GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. foi redenominada para Galp Gas & Power, SGPS, S.A.

Em 12 de fevereiro 2015 GDP – Gás Serviços S.A. foi redenominada para GDP Gás de Portugal S.A.

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

4.1. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são as seguintes:

Empresas	Sede Social		Percentagem de capital detido	Valor Contabilístico			Principal atividade	(€ k)
	Localidade	País		2015	2014	2015		
Tupi B.V.	(e)(j)	Roterdão	Holanda	10,00%	10,00%	890.515	591.859	Gestão, Construção, Compra, Venda e Aluguer de materiais e equipamentos destinados à exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos, incluindo plataformas, navios FPSOs (floating-production-storage e off-loading), navios de transporte de crude, navios de abastecimento e outros tipos de navios.
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	(d)	Belém	Brasil	50,00%	50,00%	57.599	45.838	Produção, logística e comercialização de óleo vegetal, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades afins; pesquisa e desenvolvimento em processos agroindustriais, matérias-primas, insumos, produtos, subprodutos e aplicações; produção, logística, processamento e comercialização de matérias-primas e insumos, incluindo mas não se limitando a cachaça de fruto fresco, sementes e mudas; geração e comercialização de energia elétrica associada às suas operações.
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	(b)(i)	Aveiras de Cima	Portugal	65,00%	65,00%	20.157	23.412	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respectivas estruturas de transporte. Outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas atividades.
Galp Disa Aviacion, S.A.	(f)	Santa Cruz de Tenerife	Espanha	50,00%	50,00%	7.184	8.891	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico, de forma direta ou via participação em Empresas com a mesma atividade.
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(a)	Oeiras	Portugal	50,00%	50,00%	1.600	1.628	Produção de energia elétrica e eólica
Moçamgpalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	(g)(h)	Maputo	Moçambique	50,00%	50,00%	456	315	O exercício da agricultura e atividades conexas, incluindo a transformação de sementes de oleaginosas em óleos vegetais que constituam matérias-primas ou produtos semiacabados para utilização em outras indústrias, designadamente para o fabrico de biodiesel, e a comercialização dos mesmos tanto a nível nacional como internacional, incluindo consequentemente o respetivo transporte, bem como qualquer prestação de serviços e assistência técnica no âmbito da atividade referida.
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	(b)	Lisboa	Portugal	50,00%	50,00%	28	23	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico.
Ventinveste, S.A.	(a)(i)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	-	-	Construção e exploração de unidades industriais para fabrico e montagem de componentes de turbinas eólicas e a construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	(i)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	-	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	(i)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	-	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	(i)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	-	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	(i)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	-	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	(i)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	-	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Planalto, S.A.	(i)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	-	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Âncora Wind-Energia Eólica,S.A	(k)	Lisboa	Portugal	17,00%	17,00%	-	-	A produção, distribuição e venda de energia elétrica com recurso a fontes eólicas, através da construção e exploração de parques eólicos e de linhas de transporte de energia elétrica, bem como a realização de qualquer outra atividade relacionada com a utilização de fontes renováveis de energia eólica.
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	(k)	Lisboa	Portugal	17,00%	17,00%	-	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	(k)	Lisboa	Portugal	17,00%	17,00%	-	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	(c)	Elvas	Portugal	50,00%	50,00%	-	-	Gestão e exploração de duas áreas de serviço localizadas na zona do Caiã, incluindo o exercício de quaisquer atividades e a prestação de quaisquer serviços conexionados com tais estabelecimentos ou instalações, nomeadamente: o abastecimento de combustíveis e lubrificantes, a comercialização de produtos e artigos dos ramos da conveniência e dos supermercados, a gestão e a exploração de restaurantes e outras unidades de natureza hoteleira ou similar, estações de serviço e pontos de venda de lembranças e utilidades.
menos: Provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 25)				977.539	671.966			
				(1.631)	(1.467)			
				975.908	670.499			

- (a) Participação detida pela Galp Power, SGPS, S.A.
- (b) Participação detida pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
- (c) Participação detida pela Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A.
- (d) Participação detida pela Galp Bioenergy B.V.
- (e) Participação detida pela Galp Sinopec Brazil Services B.V.
- (f) Participação detida pela Galp Energia Espanha, S.A.
- (g) Participação detida Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.G.P.S., S.A.
- (h) O controlo da Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A., é partilhado entre: a Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.G.P.S., S.A., a Ecomoz – Energias Alternativas Renováveis, Lda. e a Petromoc SARL, que detêm respetivamente 50%, 49% e 1% do seu capital social.
- (i) Apesar do Grupo deter mais de 50% das participações, a entidade é classificada como empreendimento conjunto uma vez que existem Acordos Parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeira da empresa.
- (j) Apesar do Grupo deter menos de 50% da participação, a entidade é classificada como empreendimento conjunto uma vez que existem Acordos Parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeira das empresas.
- (k) Grupo Galp, através do empreendimento conjunto Ventinveste, S.A., e no âmbito do projeto eólico já existente, estabeleceu um conjunto de acordos com fornecedores e entidades financeiras para a construção de quatro parques eólicos. O projeto, denominado “Âncora”, será desenvolvido no âmbito de uma parceria entre a Ventinveste e a Ferrostaal GmbH e será financiado em regime de *project finance*.

O controlo da Âncora Wind-Energia Eólica, S.A. é partilhado entre a Ventinveste, S.A. e a Ferrostaal GmbH, que detêm cada uma 50% do seu capital social.

- (l) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a provisão para participações financeiras em empreendimentos conjuntos, representa o compromisso solidário do Grupo junto dos empreendimentos conjuntos que apresentavam capitais próprios negativos.

Apresenta-se síntese das demonstrações financeiras dos empreendimentos conjuntos referente a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Informação financeira dos empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2015 (*)

Empresas	Ativos não correntes	Ativos correntes-Caixa e Equivalentes	Ativos correntes-restantes	Total dos Ativos	Passivos financeiros não correntes	Passivos não correntes-restantes	Passivos financeiros correntes	Passivos correntes-restantes	Total dos Passivos	Capital próprio	Proveitos Operacionais	Custos operacionais-Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos	Custos Operacionais-restantes	Resultados operacionais	Proveitos Financeiros-Juros	Custos Financeiros-Juros	Proveitos Financeiros-Restantes	Custos Financeiros-Restantes	Resultados financeiros	Imposto sobre o rendimento	Contribuição extraordinária sector energético	Resultado líquido do exercício	(€ k)	
Tupi B.V.	8.547.851	322.924	434.516	9.305.291	-	-	-	-	(400.141)	(400.141)	8.905.150	748.862	-	(593.494)	155.368	1.342	(3.852)	-	-	(2.510)	(26.740)	-	126.118	
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	137.482	1.844	6.860	146.186	(21.899)	(183)	(2.322)	(6.584)	(30.988)	115.198	3.092	-	(1.401)	(15.493)	(13.802)	6.770	(4.083)	2.140	(7.581)	(2.754)	-	-	(16.556)	
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	28.194	6.171	102.011	136.376	-	(2.042)	-	(103.323)	(105.365)	31.011	25.346	-	(7.773)	(10.732)	6.841	213	(24)	3	(18)	253	(1.799)	(284)	5.011	
Galp Disa Aviacion, S.A.	13.547	820	3	14.370	-	-	(2)	-	(2)	14.368	-	-	(6)	1	(5)	-	-	-	-	-	2.466	5	-	2.466
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	939	29	71	1.039	(1.722)	-	-	(28)	(1.750)	(711)	-	-	-	52	52	-	(52)	-	-	(52)	-	-	-	-
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	15	115	95	225	-	(548)	-	1.235	687	912	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	-	235	196	431	-	-	-	(375)	(375)	56	2.112	-	(2.097)	15	-	(1)	1	-	-	(3)	-	-	12	
Ventinveste, S.A.	38.858	3.120	(379)	41.599	(42.943)	(3.738)	-	(15.983)	(62.664)	(21.065)	463	-	250	713	(32)	(625)	32	(60)	(672)	(9)	-	32	-	
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	2.405	3	24	2.432	(2.044)	-	-	(536)	(2.580)	(148)	-	-	(9)	(17)	(26)	-	-	-	-	-	5	-	(21)	
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	863	32	21	916	(272)	(3)	-	(618)	(893)	23	-	-	(4)	(1)	(5)	-	-	-	-	-	1	-	(4)	
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	567	40	31	638	(416)	-	-	(511)	(927)	(289)	-	-	-	(1)	(1)	-	(13)	-	-	(13)	3	-	(11)	
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	15.865	1.024	409	17.298	(15.490)	(852)	(1.594)	(1.112)	(19.048)	(1.750)	2.339	-	(978)	(647)	714	-	(878)	-	(74)	(952)	109	-	(129)	
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	1.161	-	458	1.619	(2.906)	-	-	(149)	(3.055)	(1.436)	-	-	(2)	(30)	(32)	-	(59)	-	-	(59)	19	-	(72)	
Parque Eólico do Planalto, S.A.	1.307	-	11	1.318	(1.179)	-	-	(253)	(1.432)	(114)	-	-	-	(10)	(10)	-	-	-	-	-	(7)	-	(17)	
Âncora Wind-Energia Eólica, S.A.	53	103	1	157	-	-	-	(16)	(16)	141	-	-	(61)	(61)	-	-	-	-	-	(2)	-	-	(63)	
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	81.979	9.359	1.000	92.338	(50.695)	(1.944)	(4)	(5.673)	58.316	34.022	-	-	(21)	(378)	(399)	-	1.478	-	(1.479)	(1)	83	-	(317)	
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	25.201	2.298	40	27.539	(19.569)	(365)	-	(184)	(20.118)	7.421	3	-	(5)	(130)	(132)	-	274	-	(274)	-	28	-	(104)	
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	-	16	79	95	-	-	-	(149)	(149)	(54)	1.217	-	(1.271)	(54)	-	(1)	-	-	(1)	(1)	-	(1)	(56)	

Informação financeira dos empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2014 (*)

Empresas	Ativos não correntes	Ativos correntes-Caixa e Equivalentes	Ativos correntes-restantes	Total dos Ativos	Passivos financeiros não correntes	Passivos não correntes-restantes	Passivos financeiros correntes	Passivos correntes-restantes	Total dos Passivos	Capital próprio	Proveitos Operacionais	Custos operacionais-Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos	Custos Operacionais-restantes	Resultados operacionais	Proveitos Financeiros-Juros	Custos Financeiros-Juros	Proveitos Financeiros-Restantes	Custos Financeiros-Restantes	Resultados financeiros	Imposto sobre o rendimento	Contribuição extraordinária sector energético	Resultado líquido do exercício	(€ k)
Tupi B.V.	4.401.266	215.384	1.655.269	6.271.919	-	-	-	-	(353.331)	(353.331)	5.918.588	423.317	-	(533.163)	(109.846)	-	(16.916)	-	-	(16.916)	(11.137)	-	(137.899)
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	141.374	23.619	6.735	171.728	(28.897)	(245)	(43.640)	(7.270)	(80.052)	91.676	2.233	-	(7.703)	(6.037)	2.749	(4.044)	79	(2.734)	(3.950)	-	-	-	(9.987)
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	35.355	3.793	79.571	118.719	-	(1.958)	-	(80.740															

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empreendimentos conjuntos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que se encontram refletidas pelo método da equivalência patrimonial foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Aumento participação	Ganhos / Perdas (Nota 4.4)	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Dividendos (Nota 4.5)	(€ k)
							Saldo final
Participações financeiras							
Tupi B.V. (a)	591.859	211.326	16.246	71.084	-	-	890.515
Belem Bioenergia Brasil, S.A. (b)	45.838	31.664	(8.669)	(11.234)	-	-	57.599
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	23.412	-	3.258	-	-	(6.513)	20.157
Galp Disa Aviacion, S.A.	8.891	-	1.367	-	-	(3.074)	7.184
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	1.628	-	(28)	-	-	-	1.600
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	315	-	21	120	-	-	456
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	23	-	5	-	-	-	28
	671.966	242.990	12.200	59.790	-	(9.587)	977.539
Provisões para partes de capital em empresas conjuntamente controladas (Nota 25)							
Ventinveste, S.A.	(1.452)	-	(160)	-	8	-	(1.604)
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. (c)	(15)	16	(28)	-	-	-	(27)
	(1.467)	16	(188)	-	-	-	(1.631)
	670.499	243.006	12.012	59.970	8	(9.587)	975.908

(a) €211.326 k corresponde ao aumento de capital efetuado pela Galp Sinopec Brazil Services, B.V.. O controlo da Tupi, B.V. é partilhado entre: a Galp Sinopec Brazil Services, B.V., a Petrobras Netherlands, B.V. e a BG Overseas Holding Ltd, que detêm respetivamente 10%, 65% e 25% do seu capital social.

(b) €31.664 k corresponde ao aumento de capital efetuado na Belém Bioenergia Brasil, S.A.. O controlo da Belém Bioenergia Brasil, S.A. é partilhado entre: Galp Bioenergy B.V. e a Petrobrás Biocombustíveis SA., detendo cada uma 50% do seu capital social.

(c) €16 k corresponde a prestações suplementares efetuadas pela Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A.. O controlo da Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. é partilhado entre: a Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A. e a Gespost - Gestão e Administração de Postos de Abastecimento, Unipessoal, Lda. detendo cada uma 50% do seu capital social.

4.2. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

As participações financeiras em empresas associadas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são as seguintes:

Empresas	Sede Social		2015	Percentagem de capital		2014	2015	2014	(€ k)	Principal atividade
	Localidade	País		2014	2015					
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	(a)	Madrid	Espanha	22,80%	22,80%	61.579	52.668			Construção e operação de gasodutos para transporte de gás natural entre Marrocos e Espanha.
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	(a)	Madrid	Espanha	33,04%	33,04%	20.706	18.354			Construção e exploração do gasoduto Tarifa-Córdoba.
Gasoduto Extremadura, S.A.	(a)	Madrid	Espanha	49,00%	49,00%	17.456	15.278			Construção e exploração do gasoduto Córdoba-Campo Maior.
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	(b)	Santarém	Portugal	41,33%	41,33%	14.169	12.941			Produção e distribuição de gás natural, e outros gases combustíveis canalizados.
Sonangpalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	(e)	Luanda	Angola	49,00%	49,00%	10.807	10.875			Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, lubrificantes e outros derivados de petróleo e exploração de postos de abastecimento e estações de serviço, de assistência a automóveis e outras conexas.
Metragaz, S.A.	(a)	Tânger	Marrocos	22,64%	22,64%	1.347	1.124			Construção, manutenção e exploração do gasoduto Magreb-Europa.
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	(d)	Angra do Heroísmo	Portugal	23,50%	23,50%	546	795			Construção e/ou a exploração de parques de armazenagem de combustíveis.
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	(c)	Bissau	Guiné-Bissau	45,00%	45,00%	943	811			Gestão e exploração do parque de Armazenagem de Combustíveis Líquidos e do Terminal Petrolífero de Bandim.
IPG Galp Beira Terminal Lda	(f)	Maputo	Moçambique	45,00%	45,00%	4.094	1.011			Desenvolver e operar um terminal de armazenamento de produtos petrolíferos, Incluindo sem limitação, hidrocarbonetos, químicos, petróleo líquido gaseificado e betume.
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L	(g)	Mindelo	Cabo-Verde	44,00%	30,00%	516	197			Produção e comercialização de oxigénio, acetileno, azoto e demais gases industriais.
Galp IPG Matola Terminal Lda	(f)	Maputo	Moçambique	45,00%	45,00%	3.874	682			Desenvolver e operar um terminal de armazenamento de produtos petrolíferos, Incluindo sem limitação, hidrocarbonetos, químicos, petróleo líquido gaseificado e betume.
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	(c)	Bissau	Guiné-Bissau	50,00%	50,00%	-	-			A prestação de serviços relacionados com armazenagem e abastecimento de derivados do petróleo e aeronaves e prática de outras actividades acessórias, conexas ou complementares.
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	(h)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	-	-			Produção sob a forma de cogeração e venda de energia eléctrica e térmica.
						136.037	114.736			
menos: Provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 25)	(i)					(2.483)	(2.487)			
						133.554	112.249			

(a) Participação detida pela Galp Gás Natural, S.A.

(b) Participação detida pela Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A.

(c) Participação detida pela Petrogal Guiné-Bissau, Lda.

(d) Participação detida pela Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.

(e) Participação detida pela Petrogal Angola, Lda.

(f) Participação detida pela Petrogal Moçambique, Lda.

(g) Participação detida pela Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L

(h) Participação detida pela Galp Gás & Power, SGPS, S.A.

(i) Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para partes de capital das empresas associadas é, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos.

Apresenta-se uma síntese das demonstrações financeiras das empresas associadas referente a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Informação financeira de empresas associadas em 31 de dezembro de 2015 (*)

Empresas	Ativos não correntes	Ativos correntes-Caixa e Equivalentes	Ativos correntes-restantes	Total dos Ativos	Passivos financeiros não correntes	Passivos não correntes-restantes	Passivos financeiros correntes	Passivos correntes-restantes	Total dos Passivos	Capital próprio	Proveitos Operacionais	Custos operacionais-Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos	Custos Operacionais-restantes	Resultados operacionais	Proveitos Financeiros-Juros	Custos Financeiros-Juros	Proveitos Financeiros-Restantes	Custos Financeiros-Restantes	Resultados financeiros	Imposto sobre o rendimento	Resultado líquido do exercício	
	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	-	6.786	277.775	284.561	-	(14.477)	-	-	(14.477)	270.084	297.463	(35.801)	(20.991)	240.671	-	-	261	(238)	23	(9)	240.685	
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	36.743	28.176	3.765	68.684	-	-	-	(6.015)	(6.015)	62.669	42.599	(7.380)	(9.041)	26.178	-	-	12	-	12	(7.333)	18.857	
Gasoduto Extremadura, S.A.	15.804	20.489	2.323	38.616	-	-	-	-	(2.991)	(2.991)	35.625	26.833	(3.303)	(6.014)	17.516	-	-	10	-	10	(4.907)	12.619
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	83.506	5.611	4.814	93.931	(20.226)	(24.378)	(4.650)	(10.395)	(59.649)	34.282	2.802	-	-	2.802	-	-	-	-	-	-	2.802	
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	33.103.	14.319	5.566	52.988	(1.583)	(10.268)	-	(19.082)	(30.933)	22.055	185.368	(3.067)	(178.892)	4.840	131	(449)	1.086	(573)	195	(1.876)	3.159	
Metragaz, S.A.	1.934	1.855	7.988	11.777	-	(61)	-	(5.767)	(5.828)	5.949	15.238	(381)	(13.498)	1.359	18	-	134	(151)	1	-	1.360	
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	8.535	2.919	1.928	13.382	(8.067)	-	(985)	(2.005)	(11.057)	2.325	2.725	(1.779)	(1.124)	(32)	16	(48)	-	-	(32)	4	(241)	
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	2.524	419	361	3.304	-	-	(809)	(399)	(1.208)	2.096	1.109	(369)	(280)	493	-	(86)	-	(15)	(101)	(98)	294	
IPG Galp Beira Terminal Lda	11.530	2.246	1.681	15.457	-	-	-	(6.359)	(6.359)	7.449	-	(2)	4	2	-	-	812	(813)	(1)	-	1	
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L	376	481	578	1.435	-	-	-	(441)	(441)	994	558	(44)	(507)	7	14	-	5	(1)	18	(41)	(16)	
Galp IPG Matola Terminal Lda	6.735	1.064	1.065	8.864	-	-	-	(255)	(255)	8.609	-	(2)	4	2	-	-	459	(460)	(1)	-		
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	6	13	904	923	-	(2)	-	(1.055)	(1.057)	(134)	150	(10)	(84)	62	-	-	(1)	(1)	(15)	46		
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	298	523	464	1.285	-	(2.115)	(661)	(5.411)	(8.187)	(6.902)	62	-	9	71	2	(129)	-	-	(127)	-	(56)	

Informação financeira dos empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2015 (*)

Empresas	Ativos não correntes	Ativos correntes-Caixa e Equivalentes	Ativos correntes-restantes	Total dos Ativos	Passivos financeiros não correntes	Passivos não correntes-restantes	Passivos financeiros correntes	Passivos correntes-restantes	Total dos Passivos	Capital próprio	Proveitos Operacionais	Custos operacionais-Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos	Custos Operacionais-restantes	Resultados operacionais	Proveitos Financeiros-Juros	Custos Financeiros-Juros	Proveitos Financeiros-Restantes	Custos Financeiros-Restantes	Resultados financeiros	Imposto sobre o rendimento	Resultado líquido do exercício
	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)	(€ k)
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	246.136	1.809	29.020	276.965	(32.946)	(1.362)	(22)	(11.637)	(45.967)	230.998	241.354	(31.029)	(19.682)	190.643	-	-	464	(310)	154	(14)	190.783
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	44.346	1.255	18.286	63.887	-	-	-	(8.336)	(8.336)	55.551	30.781	(7.380)	(6.617)	16.784	-	-	18	-	18	(5.065)	11.737
Gasoduto Extremadura, S.A.	19.250	1.247	16.115	36.612	-	-	-	(5.430)	(5.430)	31.182	20.335	(3.303)	(5.381)	11.651	-	-	28	-	28	(3.504)	8.175
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	82.666	8.904	3.057	94.627	(30.661)	(17.582)	(3.487)	(11.577)	(63.307)	31.320	24.664	(2.369)	(15.717)	6.578	64	(1.759)	-	(154)	(1.849)	(1.029)	3.085
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	51.191	7.096	18.755	77.042	(2.945)	(15.389)	-	(30.185)	(48.519)	28.523	189.503	(3.658)	(185.936)	(91)	-	-	608	(79)	529	(347)	91
Metragaz, S.A.	1.655	1.272	8.590	11.517	-	-	-	(6.557)	(6.557)	4.960	15.738	(277)	(14.906)	555	22	-	48	(100)	(30)	-	525
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	-	-	20.317	20.317	-	-	-	(11.977)	(11.977)	8.340	3.647	-	(3.479)	168	-	-	-	-	-	-	168
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	-	-	3.141	3.141	-	-	-	(1.338)	(1.338)	1.803	766	-	(739)	27	-	-	-	-	-	-	27
IPG Galp Beira Terminal Lda	-	-	2.293	2.293	-	-	-	(1.041)	(1.041)	1.252	1.552	-	(3.339)	(1.787)	-	-	-	-	-	-	(1.787)
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L	-	-	1.135	1.135	-	-	-	(478)	(478)	657	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Galp IPG Matola Terminal Lda	-	-	2.828	2.828	-	-	-	(993)	(993)	1.835	717	-	(4.969)	(4.252)	-	-	-	-	-	-	(4.252)
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	-	-	864	864	-	-	-	(1.046)	(1.046)	(182)	85	-	(125)	(40)	-	-	-	-	-	-	(40)

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Aumento participação	Ganhos / Perdas (Nota 4.4)	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Ganhos e Perdas Atuariais	Dividendos (Nota 4.5)	Saldo final
Participações financeiras								
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	52.668	-	54.876	921	-	-	(46.886)	61.579
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	18.354	-	6.208	-	-	-	(3.856)	20.706
Gasoduto Extremadura, S.A.	15.278	-	6.143	-	-	-	(3.965)	17.456
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	12.941	-	1.175	-	50	3	-	14.169
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	10.875	-	2.310	(2.378)	-	-	-	10.807
Metragaz, S.A.	1.124	-	307	39	-	-	(123)	1.347
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	795	-	(61)	-	-	-	(188)	546
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	811	-	132	-	-	-	-	943
IPG Galp Beira Terminal Lda	a) 1.011	3.286	-	(203)	-	-	-	4.094
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L	197	112	242	-	-	-	(35)	516
Galp IPG Matola Terminal Lda	a) 682	3.329	-	(137)	-	-	-	3.874
	114.736	6.727	71.332	(1.758)	50	3	(55.053)	136.037
Provisões para partes de capital em empresas associadas (Nota 25)								
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	(2.397)	-	(19)	-	-	-	-	(2.416)
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	(90)	-	23	-	-	-	-	(67)
	(2.487)	-	4	-	-	-	-	(2.483)
	112.249	6.727	71.336	(1.758)	50	3	(55.053)	133.554

a) Os montantes €3.286 k e €3.329 k registados em aumento de participação correspondem a prestações suplementares efetuadas pela subsidiária Petrogal Moçambique, Lda..

A rubrica de Participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, inclui o *Goodwill* positivo relativo a empresas associadas, que foi objeto de teste de imparidade e efetuado por unidade geradora de caixa cujo detalhe em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era o seguinte:

	dezembro 2015	dezembro 2014
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	1.939	1.939
	1.939	1.939

4.3. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

As participações financeiras em empresas participadas, apresentadas na Demonstração da posição financeira como Ativos financeiros disponíveis para venda, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

Empresas	Sede Social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
	Localidade	País	2015	2014	2015	2014
Corporación de Reservas Estratégicas de Productos Petrolíferos	Madrid	Espanha	n.d.	n.d.	1.808	1.808
Portugal Ventures	Porto	Portugal	1,25%	1,25%	505	505
Adene - Agência para a Energia, S.A.	Amadora	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
Omegás - Soc. D'Étude du Gazoduc Magreb Europe	Tânger	Marrocos	5,00%	5,00%	35	35
Clube Financeiro de Vigo	Vigo	Espanha	-	-	19	19
P.I.M.-Parque Industrial da Matola, SARL	Maputo	Moçambique	1,50%	1,50%	13	16
ADEPORTO Agência de Energia do Porto	Porto	Portugal	-	-	13	13
Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda.	Maputo	Moçambique	15,38%	15,38%	8	10
OIL Insurance Limited	Hamilton	Bermuda	1,00%	1,00%	9	8
Ressa - Red Española de Servicios, S.A. <i>a)</i>	Barcelona	Espanha	-	n.d.	-	23
<i>Outras Empresas Participadas</i>			n.d.	n.d.	28	29
					2.552	2.580
Imparidades de ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal Ventures	Portugal	Porto	1,82%	1,82%	(52)	(52)
P.I.M.-Parque Industrial da Matola, SARL	Moçambique	Maputo	1,50%	1,50%	(13)	(16)
					(65)	(68)
					2.487	2.512

a) A empresa Ressa - Red Española de Servicios, S.A. foi alienada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 tendo sido reconhecida uma mais valia no montante €584 k, na rubrica de resultados relativos a participações financeiras registadas nas demonstrações consolidadas (Nota 4.4).

Os ativos financeiros disponíveis para venda foram refletidos contabilisticamente ao custo de aquisição tal como descrito na Nota 2.2 alínea c). O valor líquido contabilístico dessas participações a 31 de dezembro de 2015 ascende a €2.487 k.

4.4. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias (i.e. Goodwill e alterações no Capital Próprio), associadas e empreendimentos conjuntos registadas nas demonstrações consolidadas dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 tem a seguinte composição:

	(€ k)	dezembro 2015	dezembro 2014
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial:			
Empresas associadas (Nota 4.2)		71.336	52.183
Empreendimentos conjuntos (Nota 4.1)		12.012	(8.919)
Efeito da alienação de partes de capital de empresas do Grupo e associadas:			
Menos-valia na alienação 100% da participação da Madrileña Suministro de Gas S.L. (Nota 3).		(12.914)	-
Mais-valia na alienação de 100% da participação da Madrileña Suministro de Gas SUR S.L. (Nota 3).		319	-
Mais-valia na alienação da participação da Compañía Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.		2	-
Efeito da alienação de Ativos disponíveis para venda /Participações financeiras em empresas participadas:			
Mais-valia na alienação da participação da PME Ventures		-	446
Mais-valia na alienação da participação da Ressa - Red Española de Servicios, S.A.(nota 4.3).		584	-
Diferenças de aquisição de partes de capital de empresas do Grupo e associadas :			
Aquisição de 0,032% da participação da Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.		-	2
Aquisição de 1% da participação da Ventinveste, S.A.		-	(52)
Efeito da liquidação de empresas do Grupo:			
Liquidão da subsidiária Next Priority, SGPS, S.A. (Nota 3).		(1)	-
Anulação das diferenças cambiais referentes a conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira da subsidiária Petrogal Trading Limited, que se encontravam registadas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura.		-	(260)
Anulação das reservas relativas ao aumento de 40% na participação do capital da subsidiária Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A., que se encontravam registadas em capital próprio na rubrica outras reservas.		-	(4.648)
Efeito das imparidades do Goodwill de empresas do Grupo:			
Imparidade do Goodwill da subsidiária Galp Gambia, Limited, que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11).		-	(4.754)
Imparidade do Goodwill da subsidiária Galp Distribución Oil España, S.A.U., que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11).		(35.731)	(2.388)
Imparidade do Goodwill da subsidiária Galp Comercialización Oil España, S.L., que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11).		(8.541)	(1.183)
Imparidade do Goodwill da subsidiária Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal, que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11).		(7.759)	(79)
Outros		1	(6)
		19.308	30.342

4.5. DIVIDENDOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Foi refletido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 4.1 e 4.2), o montante total de €64.640 k relativos a dividendos correspondentes aos montantes aprovados em Assembleia Geral das respetivas empresas. O valor recebido de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de €72.901 k.

A diferença entre o valor recebido e o valor reconhecido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos no montante de €8.261 k referem-se a: i) €5.269 k diferenças cambiais desfavoráveis que ocorrem no momento do pagamento e que foram refletidas na rubrica de ganhos (perdas) cambiais, na demonstração de resultados; ii) €482 k a dividendos recebidos referentes a montantes aprovados em Assembleia Geral em anos anteriores; e (iii) €2.510 k a dividendos recebidos de Ativos disponíveis para venda.

4.6. OPERAÇÕES CONJUNTAS

As Operações conjuntas, por zona geográfica e percentagens detidas em 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

País	CONSÓRCIO	AQUISIÇÃO	COMPANHIAS PARTICIPANTES E PERCENTAGENS DE PARTICIPAÇÃO
	BM-S-8		Petróleo Brasileiro S.A. (66%); Shell Brasil S.A. (20%); Petrogal Brasil S.A. (14%)
	BM-S-11	setembro/2000	Petróleo Brasileiro S.A. (65%); BG E&P Brasil S.A. (25%); Petrogal Brasil S.A. (10%)
	BM-S-21		Petróleo Brasileiro S.A. (80%); Petrogal Brasil S.A. (20%)
	BM-S-24	agosto/2001	Petróleo Brasileiro S.A. (80%); Petrogal Brasil S.A. (20%)
	BT-POT-28	novembro/2004	Petrogal Brasil S.A. (50%); Petróleo Brasileiro S.A. (50%)
	BT-POT-29		Petrogal Brasil S.A. (50%); Petróleo Brasileiro S.A. (50%)
			Petróleo Brasileiro S.A. (50%); Petrogal Brasil S.A. (50%)
	BT-POT-32	novembro/2004	Petróleo Brasileiro S.A. (50%); Petrogal Brasil S.A. (50%)
			Petróleo Brasileiro S.A. (50%); Petrogal Brasil S.A. (50%)
	BT-POT-36	novembro/2004	Petrogal Brasil S.A. (50%); Petróleo Brasileiro S.A. (50%)
	BT-POT-51	janeiro/2006	Petrogal Brasil S.A. (50%); Petróleo Brasileiro S.A. (50%)
Brasil	BT-SEAL-13	janeiro/2006	Petrogal Brasil S.A. (50%); Petróleo Brasileiro S.A. (50%)
			Petrogal Brasil S.A. (50%); Petróleo Brasileiro S.A. (50%)
	BM-POT-17	janeiro/2006	Petróleo Brasileiro S.A. (80%); Petrogal Brasil S.A. (20%)
			Petróleo Brasileiro S.A. (80%); Petrogal Brasil S.A. (20%)
	BM-POT-16	janeiro/2006	Petróleo Brasileiro S.A. (60%); Petrogal Brasil S.A. (20%); Encana Brasil S.A. (20%)
			Petróleo Brasileiro S.A. (60%); Petrogal Brasil S.A. (20%); Encana Brasil S.A. (20%)
	PEPB-M-783	março/2008	Petróleo Brasileiro S.A. (80%); Petrogal Brasil S.A. (20%)
	PEPB-M-839		Petróleo Brasileiro S.A. (80%); Petrogal Brasil S.A. (20%)
	AM-T-62		Petróleo Brasileiro S.A. (60%); Petrogal Brasil S.A. (40%)
	AM-T-84	abril/2009	Petróleo Brasileiro S.A. (60%); Petrogal Brasil S.A. (40%)
	AM-T-85		Petróleo Brasileiro S.A. (60%); Petrogal Brasil S.A. (40%)
	Bloco 14	dezembro/1999	Galp (9%); CABGOG (31%); SONANGOL (20%); ENI (20%); ANGOLA BLOCO 14 B.V. (20%)
	Bloco 14K	dezembro/2002	Galp (4,5%); CHEVRON OVERSEAS CONGO LTD (15,75%); CABGOG (15,5%); SONANGOL (10%); SNPC (7,5%); TFE (10%); TEPC (26,75%); ENI (10%)
Angola	Bloco 32	maio/2007	Galp (5%); Total (30%); Sonangol (30%); SSI Limited (20%); Esso (15%)
	Bloco 33	maio/2007	Galp (5,33%); Total (58,67%); Sonangol (20%); Falcon (16%)
	Sonagas	dezembro/2007	Galp (10%); Sonagas (40%); ENI (20%); GAS NATURAL (20%); EXEM (10%)
Moçambique	Área 4	dezembro/2007	Galp (10%); KOGAS (10%); ENI (70%); ENH (10%)
Timor - Leste	Bloco (E) S06-04	dezembro/2007	Galp (10%); KOGAS (10%); ENI (80%)
Marrocos	Tarfaya Offshore 1	dezembro/2012	Galp (50%); ONHYM (25%); Tangiers (25%)
	PEL23		
Namíbia	PEL24	2013	GALP (14%); HRT (86%)
	PEL28		
	BACIA DE PENICHE	maio/2014	Galp (30%); Repsol (34%); Kosmos (31%); Partex (5%)
Portugal	BACIA DO ALENTEJO	dezembro/2014	Galp (50%); ENI (50%)
	ALJUBARROTA	2012	Galp (50%); PORTO ENERGY (50%)
Uruguai	Área 3		
	Área 4	2009	Galp (20%); PETROBRAS (40%); YPF (40%)
São Tomé e Príncipe	Bloco 6	2015	Galp (45%); KOSMOS (45%); ANP-STP (10%)

Estas operações conjuntas são alvo de acordos conjuntos denominados como JOA (*Joint Operating Agreement*). Estes JOA's definem as decisões conjuntas entre os parceiros dos consórcios petrolíferos. Além dos JOA's podem existir os contratos de partilha de produção denominados internacionalmente como PSA (*Production Sharing Agreements*) que são usados essencialmente para se determinar qual a quota-parte da produção petrolífera de uma determinada área que cabe ao consorciado. Nos PSAs a empresa petrolífera nacional remunera a execução, pela empresa petrolífera internacional (*contractor*), da atividade de E&P. O *contractor* assume o risco mineral e financeiro da iniciativa e, se houver sucesso, recupera as despesas de capital despendidas e custos incorridos no ano (*cost oil*) por meio da quota-parte da produção. Em Angola, a variabilidade dos preços internacionais de petróleo afeta igualmente a quota-parte de produção (*net entitlement*) pelo qual o *contractor* tem direito de remunerar o seu capital investido (*profit oil*) após custos incorridos pagos pelo *cost oil*. Assim, os Investimentos e Stock são reconhecidos na quota-parte detida dos Ativos, enquanto que as Vendas e Custos são reconhecidas na Demonstração de Resultados.

O petróleo lucro (*Profit Oil*) consiste numa forma de remuneração do Estado própria da modalidade de contrato de partilha de produção em Angola. O *Profit Oil* traduz a diferença entre (i) a totalidade de petróleo, produzido e arrecadado a partir de cada área de desenvolvimento e não utilizado nas operações petrolíferas, e (ii) o petróleo para a recuperação de custos (*Cost Oil*) da mesma área de desenvolvimento. Anualmente são efetuadas auditorias às contas apresentadas pelo consórcio por auditores independentes, nas quais é aferida a aceitação destes custos o que dá origem a acertos por excesso ou insuficiência de *Profit Oil*.

5. PROVEITOS OPERACIONAIS

O detalhe dos proveitos operacionais do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

Rubricas		(€ k)	2015	2014
Vendas:				
de mercadorias			6.719.955	7.909.892
de produtos			8.163.626	9.568.707
			14.883.581	17.478.599
Prestação de serviços			632.920	542.395
Outros proveitos operacionais:				
Proveitos suplementares			49.080	48.901
Proveitos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12			19.827	25.896
Subsídios à exploração			305	66
Subsídios ao investimento (Nota 13)			12.618	10.631
Ganhos em ativos tangíveis e intangíveis			8.527	2.286
Outros			9.824	17.697
			100.181	105.477
			15.616.682	18.126.471

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

O detalhe da rubrica de Vendas de mercadorias e produtos por tipo de produto é apresentado da seguinte forma:

Detalhe das vendas por tipo de produto	dezembro 2015	dezembro 2014
Crudes	749.966	699.719
Gasolinás	2.196.672	2.261.524
Gásoleos	6.127.811	7.425.210
Jets	832.274	1.106.957
Fuel	657.172	1.010.523
GPL (gas petrolífero)	350.764	393.149
Oleos base e lubrificantes	136.141	115.319
Químicos, solventes e aromáticos	255.970	320.466
Naftas	472.066	468.254
GN (gás natural)	2.268.858	2.726.278
Electricidade	277.568	248.062
Produtos loja	100.758	95.614
Produtos Petrolíferos basket	413.058	546.554
Outros	44.503	60.970
Total das vendas	14.883.581	17.478.599

A variação na rubrica de Vendas deve-se essencialmente a uma redução dos preços de venda sendo que as quantidades vendidas subiram face ao ano anterior.

A rubrica de prestação de serviços e vendas inclui o montante de €24.579 k negativos relativos à atividade de comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural relacionados com (Nota 14):

- €3.026 k negativos relativos ao ajuste entre os proveitos permitidos estimados e o valor dos proveitos faturados relativamente à atividade de distribuição, comercialização e armazenagem (Nota 14);
- €1.017 k negativos relativos ao ajuste efetuado pela ERSE na fixação dos desvios tarifários – proveitos permitidos das Empresas (Nota 14);
- €15.789 k negativos relativos à respetiva amortização do proveito permitido referente a 2012 (Nota 14);
- €7.747 k negativos relativos à respetiva amortização do proveito permitido referente a 2013 (Nota 14).

Conforme referido na Nota 2.13 o montante total a recuperar foi incluído pela ERSE nos proveitos permitidos a devolver no Ano Gás 2015-2016 pelo que o Grupo se encontra a reconhecer nas demonstrações dos resultados, a reversão do montante do desvio tarifário aprovado.

O montante de €8.527 k na rubrica de Ganhos em Ativos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 inclui o montante de €1.750 k proveniente da alienação de ativos não correntes detidos para venda, correspondente à parte da concessão de armazenagem subterrânea de gás natural em Pombal detida pela associada Transgás Armazenagem – Sociedade Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A. e adquirida pela Rede Energética Nacional.

No que diz respeito aos contratos de construção enquadráveis na IFRIC12, a construção dos Ativos concessionados, é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção. Os proveitos e custos associados à construção destes ativos são de montantes iguais e imateriais face ao volume total dos proveitos e custos operacionais e desdobram-se como segue:

Rubricas		(€ k)	2015	2014
Custos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12 (Nota 6)			(19.827)	(25.896)
Proveitos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12			19.827	25.896
Margem			-	-

6. CUSTOS OPERACIONAIS

Os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram afetados pelas seguintes rubricas de custos operacionais:

(€k)

Rubricas	2015	2014
Custo das Vendas:		
Matérias-primas e subsidiárias	5.985.308	8.887.841
Mercadorias	4.067.561	3.936.672
Imposto sobre produtos petrolíferos	2.598.385	2.551.153
Variação da produção	67.908	207.765
Imparidade de inventários (Nota 16)	(85.080)	102.385
Derivados financeiros (Nota 27)	59.272	15.556
	12.693.354	15.701.372
Fornecimento e serviços externos:		
Subcontratos - utilização de redes	382.849	328.644
Subcontratos	8.176	11.834
Transporte de mercadorias	197.231	168.901
Armazenagem e enchimento	56.776	66.997
Rendas e alugueres	84.986	84.020
Custos de produção de blocos	139.495	99.695
Conservação e reparação	52.523	57.134
Seguros	47.197	43.212
Royalties	49.950	48.571
Serviços informáticos	25.339	24.717
Comissões	13.027	17.670
Publicidade	11.571	13.362
Eletricidade, água, vapor e comunicações	62.675	19.422
Serviços de assistência técnica e inspeção	7.844	12.876
Serviços e taxas portuárias	9.100	8.263
Outros serviços especializados	67.571	64.868
Outros fornecimentos e serviços externos	25.066	25.289
Outros custos	75.030	62.229
	1.316.406	1.157.704
Custos com pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	9.480	9.157
Remunerações do pessoal	240.996	236.815
Encargos sociais	53.855	54.892
Benefícios de reforma - pensões e seguros (Nota 23)	35.369	52.858
Outros seguros	8.895	9.507
Capitalização de custos com pessoal	(12.228)	(9.357)
Outros gastos	6.937	15.682
	343.304	369.554
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Depreciações e imparidades de ativos tangíveis (Nota 12)	634.826	537.235
Amortizações e imparidades de ativos intangíveis (Nota 12)	43.598	34.358
Amortizações e imparidades de acordos de concessão (Nota 12)	41.211	42.005
	719.635	613.598

	(€ k)	
Rubricas	2015	2014
Provisões e imparidade de contas a receber		
Provisões e reversões (Nota 25)	16.682	(3.887)
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 15)	13.467	34.224
Perdas e ganhos de imparidade de outras contas a receber (Nota 14)	976	373
	31.125	30.710
Outros custos operacionais		
Outros impostos	15.146	14.195
Custos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12 (Nota 5)	19.827	25.896
Perdas em Ativos tangíveis e intangíveis	6.236	5.592
Donativos	1.692	2.491
Licenças de CO ₂ (Nota 35)	7.597	5.394
Outros custos operacionais	12.993	19.736
	63.491	73.304
	15.167.315	17.946.242

A variação na rubrica de Custo das vendas deve-se essencialmente a uma redução dos preços dos produtos adquiridos.

A rubrica de Subcontratos - utilização de redes refere-se às tarifas:

- de utilização da rede de distribuição (URD);
- de utilização da rede de transporte (URT);
- de utilização global de sistema (UGS).

A rubrica de subcontratos, inclui o efeito das tarifas reguladas do uso global do sistema (UGS) e do uso da rede de transporte (URT), debitadas pelo operador de rede de transporte (REN) às Operadoras de Distribuição que, por sua vez, através do mecanismo das compensações de acesso às redes pela uniformidade tarifária, faturam (pass-through) às comercializadoras (Nota 14).

O montante de €382.849 k registado nesta rubrica inclui essencialmente o montante de €37.798 k debitados pela Madrileña Red de Gas, €173.921 k debitados pela EDP Distribuição Energia e €42.429 k debitado pela Ren Gasodutos.

O montante €49.950 k de royalties registado em FSE's diz essencialmente respeito à atividade de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil.

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmentos de negócio

O Grupo está organizado em três segmentos de negócio os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados, com as seguintes unidades de negócio:

- Exploração & Produção;
- Refinaria & Distribuição;
- Gas & Power;
- Outros.

Relativamente a "outros", o Grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S.A., e empresas com atividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A., tratando-se de uma resseguradora e de uma prestadora de serviços ao nível corporativo, respetivamente.

Na Nota 1 é apresentada uma descrição das atividades de cada um dos segmentos de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

(€ k)

	Exploração & Produção		Refinação & Distribuição		Gas & Power		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Proveitos												
Vendas e Prestações Serviços	617.443	695.578	12.109.783	14.124.749	3.230.125	3.676.194	124.219	121.347	(565.069)	(596.874)	15.516.501	18.020.994
Inter-segmentais	251.214	216.677	1.873	2.273	213.871	277.232	98.111	100.692	(565.069)	(596.874)	-	-
Externas	366.229	478.901	12.107.910	14.122.476	3.016.254	3.398.962	26.108	20.655	-	-	15.516.501	18.020.994
Custo Venda	6.800	(36.332)	(10.758.128)	(13.269.105)	(2.334.670)	(2.803.947)	-	-	392.641	408.012	(12.693.357)	(15.701.371)
Custo Venda Mat. Vendidos e Consumidos	(1.314)	(495)	(10.662.863)	(13.079.374)	(2.353.913)	(2.801.516)	-	-	392.641	408.012	(12.625.449)	(15.473.373)
Variação Produção	8.114	(35.837)	(95.265)	(189.731)	19.243	(2.431)	-	-	-	-	(67.908)	(227.999)
EBITDA (1)	351.341	443.427	466.282	(82.426)	357.319	444.629	25.187	18.907	(2)	-	1.200.127	824.537
Gastos não Desembolsáveis												
Amortizações, depreciações e imparidades	(374.916)	(251.845)	(279.715)	(294.297)	(60.610)	(63.864)	(4.394)	(3.592)	-	-	(719.635)	(613.598)
Depreciações e Amortizações	(210.915)	(148.544)	(270.571)	(289.282)	(58.220)	(62.548)	(4.394)	(3.592)	-	-	(544.100)	(503.967)
Imparidades	(164.001)	(103.301)	(9.144)	(5.015)	(2.390)	(1.316)	-	-	-	-	(175.535)	(109.632)
Provisões e imparidades	(1.129)	(129)	(9.065)	(23.495)	(20.931)	(10.316)	-	3.230	-	-	(31.125)	(30.710)
Provisões	-	(363)	(7.556)	(2.071)	(10.625)	(852)	-	-	-	-	(18.181)	(3.286)
Imparidades	(1.129)	(286)	(18.517)	(31.293)	(12.898)	(11.977)	-	-	-	-	(32.544)	(43.557)
Provisões - Reversões	-	520	1.241	952	255	2.485	-	3.230	-	-	1.496	7.187
Imparidades - Reversões	-	-	15.767	8.918	2.337	29	-	-	-	-	18.104	8.946
EBIT	(24.704)	191.453	177.502	(400.218)	275.778	370.449	20.793	18.545	(2)	-	449.367	180.229
Resultados relativos Participações Financeiras	12.994	(11.958)	(49.275)	(9.375)	55.588	51.675	(1)	-	2	-	19.308	30.342
Outros Resultados Financeiros	99.276	63.850	(127.179)	(160.724)	(18.853)	(44.174)	(48.529)	(3.528)	-	-	(95.285)	(144.576)
Gastos de juros	66.144	20.013	(75.594)	(116.504)	(36.546)	(34.107)	(114.063)	(130.243)	107.621	147.548	(52.438)	(113.293)
Réido de juros	52.115	56.520	4.590	1.903	2.793	5.952	75.664	131.243	(106.723)	(147.540)	28.439	48.077
Encargos Financeiros	(18.983)	(12.683)	(56.175)	(46.123)	14.900	(16.019)	(10.130)	(4.527)	(898)	(8)	(71.286)	(79.360)
Imposto sobre o Rendimento	(96.213)	(181.639)	(7.069)	94.914	(58.088)	(69.952)	9.200	2.604	-	-	(152.170)	(154.073)
Imposto Contribuição sobre Setor Energético	-	-	(29.006)	(18.386)	(37.996)	(12.067)	-	-	-	-	(67.002)	(30.453)
Interesses que não controlam	(27.969)	(48.866)	(1.801)	(2.192)	(1.882)	(3.805)	-	-	-	-	(31.652)	(54.863)
Resultado Líquido consolidado do exercício	(36.616)	12.840	(36.828)	(495.981)	214.547	292.126	(18.537)	17.621	-	-	122.566	(173.394)

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

OUTRAS INFORMAÇÕES

Ativos do Segmento (2)

Participações Financeiras (3)	890.971	592.173	108.055	94.870	116.866	102.001	171	170	-	-	1.116.063	789.214
Outros Ativos	4.977.938	5.099.522	4.935.698	5.954.129	2.647.550	2.722.801	2.113.399	2.168.099	(2.997.617)	(3.518.348)	11.676.968	12.426.203
Ativos Totais Consolidados	5.868.909	5.691.695	5.043.753	6.048.999	2.764.416	2.824.802	2.113.570	2.168.269	(2.997.617)	(3.518.348)	12.793.031	13.215.417
Passivos Totais Consolidados	930.460	870.045	2.962.612	3.713.456	2.108.828	2.065.143	3.600.624	3.660.400	(2.997.617)	(3.518.348)	6.604.907	6.790.696
Investimento Ativos Tangíveis e Intangíveis	966.901	817.801	67.886	102.994	28.406	29.481	4.192	7.294	-	-	1.067.384	957.570

(1) EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões.

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

Vendas e Prestações de Serviços Inter-segmentais

(€ k)

Segmentos	Exploração & Produção	Refinação & Distribuição	Gas & Power	Outros	TOTAL
Gas & Power	-	452	-	28.593	29.045
Refinaria & Distribuição	251.214	-	213.868	55.910	520.992
Exploração & Produção	-	1.116	-	13.607	14.723
Outros	-	305	3	1	309
	251.214	1.873	213.871	98.111	565.069

As principais transações inter-segmentais de vendas e prestações de serviços referem-se essencialmente a:

- Gas & Power: venda de gás natural para o processo produtivo das refinarias de Matosinhos e Sines (Refinaria & Distribuição);
- Refinaria & Distribuição: abastecimento de viaturas de todas as Empresas do Grupo;
- Exploração & Produção: venda de crude ao segmento de Refinaria & Distribuição;
- Outros: serviços de *back-office* e de gestão.

Num contexto de partes relacionadas, à semelhança do que acontece entre empresas independentes que efetuam operações entre si, as condições em que assentam as suas relações comerciais e financeiras são regidas pelos mecanismos de mercado.

Os pressupostos subjacentes à determinação dos preços nas transações entre as Empresas do Grupo assentam na consideração das realidades e características económicas das situações em apreço, ou seja, na comparação das características das operações ou das empresas suscetíveis de terem impacto sobre as condições inerentes às transações comerciais em análise. Neste contexto, são analisados, entre outros, os bens e serviços transacionados, as funções exercidas pelas partes (incluindo os ativos utilizados e os riscos assumidos), as cláusulas contratuais, a situação económica dos intervenientes bem como as respetivas estratégias negociais.

A remuneração, num contexto de partes relacionadas, corresponde assim à que é adequada, por regra, às funções exercidas por cada empresa interveniente, tendo em atenção os ativos utilizados e os riscos assumidos. Assim, e para determinação desta remuneração, são identificadas as atividades desenvolvidas e riscos assumidos pelas empresas no âmbito da cadeia de valor dos bens/serviços que transacionam, de acordo com o seu perfil funcional, designadamente, no que concerne às funções que levam a cabo - importação, fábrico, distribuição, retalho.

Em suma, os preços de mercado são determinados não apenas com recurso à análise das funções que são desempenhadas, dos ativos utilizados e riscos incorridos por uma entidade, mas também tendo presente o contributo desses elementos para a rentabilidade da empresa. Esta análise passa por verificar se os indicadores de rentabilidade das empresas envolvidas se enquadram dentro dos intervalos calculados com base na avaliação de um painel de empresas funcionalmente comparáveis, mas independentes, permitindo assim que os preços sejam fixados com vista a que se respeite o princípio de plena concorrência.

Apresenta-se informação detalhada sobre as vendas e prestação de serviços, ativos tangíveis e intangíveis e investimentos financeiros por cada região geográfica onde a Galp opera:

	Vendas e prestação de serviços		Ativo tangível e intangível		Ativo tangível e intangível	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
África	412.832	483.007	1.183.091	931.454	20.240	13.585
América Latina	366.376	502.594	1.534.150	1.404.756	0	0
Europa	14.737.293	17.035.393	4.038.495	4.455.687	1.095.824	775.629
	15.516.501	18.020.994	6.755.736	6.791.897	1.116.064	789.214

8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

Rubricas	dezembro 2015	dezembro 2014	(€ k)
Juros de depósitos bancários:			
Juros de depósitos bancários	23.294	32.863	
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas (Nota 28)	5.169	15.216	
Outros proveitos financeiros	3.924	3.820	
	32.387	51.899	
Custos financeiros:			
Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros	(122.361)	(140.575)	
Juros suportados relativos a empresas relacionadas (Nota 28)	(7.898)	(7.103)	
Juros capitalizados nos ativos fixos (Nota 12)	88.522	46.192	
Juros líquidos com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23)	(10.140)	(11.691)	
Encargos relacionados com empréstimos	(17.019)	(23.318)	
Outros custos financeiros	(10.804)	(15.557)	
	(79.700)	(152.052)	
	(47.313)	(100.153)	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de ativos tangíveis em curso, o montante de €88.522 k, relacionado com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em ativos tangíveis e intangíveis durante o seu período de construção (Nota 12).

Durante 2015, o montante capitalizado corresponde a 72% do total do juros suportados pelo Grupo no montante de €122.361 k. O montante de juros capitalizados é rateado pelos investimentos em curso.

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo com sede em Portugal e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é igual ou superior a 75%, desde que tal participação lhe confira mais de 50% do direito de voto, são tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S.A..

As empresas com sede fiscal em Espanha, e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 75% passaram a partir do exercício de 2005 a ser tributadas numa ótica consolidada. Neste momento, a referida consolidação fiscal é efetuada pela Galp Energia Espanha S.A. em representação da sociedade Galp Energia SGPS, S.A.

Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias é registada com base nos seus resultados fiscais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi registado na rubrica imposto sobre o rendimento o montante €152.170 k.

As seguintes situações podem afetar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

i) De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

ii) Durante os exercícios de 2001 a 2015, a subsidiária Petrogal, S.A. foi objeto de diversas inspeções por parte das autoridades fiscais com incidência sobre os exercícios de 1997 a 2011 e que se encontram a seguir o seu curso normal tendo em consideração a avaliação da empresa. Nos pontos (v) a (xiii) abaixo detalham-se os procedimentos em aberto.

iii) Durante o exercício de 2009, foi concluída uma ação de inspeção ao exercício de 2005 e de 2006 da Galp Energia, SGPS, S.A. e da subsidiária Galp Gás & Power SGPS, S.A., cujas correções são resumidas no ponto (vii) abaixo.

iv) As declarações fiscais da Galp relativas aos exercícios de 2012 a 2015 poderão ainda ser sujeitas a revisão. Todavia, a Administração da Galp considera que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àsquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

v) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2004, uma inspeção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da qual resultaram liquidações adicionais à matéria coletável comunicada à Petrogal nos montantes de €740 k, €10.806 k e €2.479 k, respetivamente, que se encontram parcialmente pagas no montante de €11.865 k. Adicionalmente, e com referência ao exercício de 2001 a Petrogal procedeu à impugnação judicial da liquidação emitida. Nessa medida, e atendendo à expectativa do montante adicional a incorrer com aquelas liquidações, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de €7.394 k (Nota 25).

vi) Conforme mencionado no ponto (ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2006, uma inspeção das autoridades fiscais à declaração de IRC do exercício de 2003 da qual resultou uma correção à matéria coletável comunicada à Petrogal no montante de €12.098 k a que corresponde uma liquidação de €5.265 k, que foi contestada e parcialmente paga no decurso do exercício de 2008 no montante de €2.568 k tendo sido reconhecida como custo nas demonstrações dos resultados daquele exercício.

vii) Conforme mencionado nos pontos (ii) e (iii) acima, ocorreu durante o exercício de 2009, uma inspeção fiscal à declaração de IRC do exercício de 2005 da Galp Energia, SGPS, S.A. e das subsidiárias Petrogal, S.A. e GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.. Desta, resultaram correções às matérias coletáveis comunicadas às Empresas e que conduzem a uma liquidação adicional de €23.587 k, tendo sido prestada uma garantia bancária em janeiro de 2010 no montante de €27.010 k. Por não concordar com a correção efetuada, a qual respeita essencialmente à tributação de mais-valias fiscais reinvestidas na aquisição de participações financeiras por ser entendimento da Administração Fiscal que a venda de parte das participações financeiras onde foi efetuado o reinvestimento é condição de tributação da totalidade da mais-valia diferida, a Empresa, apresentou uma reclamação graciosa e ainda a respetiva impugnação judicial onde contesta a fundamentação da liquidação em apreço, tendo a Galp Energia SGPS, S.A. constituído em exercícios anteriores uma provisão pelo montante de €3.230 k e a sua subsidiária GDP, SGPS, S.A. pelo montante de €2.092 k para esse efeito. Atendendo aos desenvolvimentos favoráveis verificados em 2014, a empresa anulou integralmente nesse ano a provisão anteriormente constituída.

viii) Adicionalmente e em consequência de processos inspetivos ocorridos no decurso do ano de 2010 sobre os exercícios de 2006 e 2007, as declarações da Petrogal S.A foram objeto de correções que originam montantes de imposto a pagar de €479 k e €190 k, respetivamente. Por discordar parcialmente das correções efetuadas, a empresa não procedeu ao pagamento do montante de €304 k relativamente ao exercício de 2006 e de €87 k relativamente ao exercício de 2007. Dos montantes não pagos, a empresa apresentou as respetivas Reclamações Graciosas, tendo procedido a impugnação judicial do indeferimento das mesmas.

ix) No decurso do exercício de 2011, a subsidiária Petrogal, S.A. foi alvo de uma inspeção incidente sobre o exercício de 2008, tendo desta resultado correções ao Lucro Tributável a que corresponde um imposto a pagar de €492 k. Por discordar de parte das correções antes referidas, a empresa apresentou a respetiva contestação na via administrativa e que ainda se encontra em apreciação.

x) Em resultado da inspeção efetuada sobre o exercício de 2009 da subsidiária Petrogal, S.A., resultaram correções em sede de IRC que correspondem a um imposto a pagar do qual a empresa optou por contestar o montante de €375 k, através da apresentação de reclamação graciosa e que se encontra no seu normal trânsito na via administrativa.

xi) No exercício de 2014 foi concluída a inspeção fiscal incidente sobre o exercício de 2010 da subsidiária Petrogal, S.A, bem como das outras empresas integrantes do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades do qual resultaram correções a favor do Grupo que originaram um reembolso de imposto ao Grupo de €1 k.

xii) No exercício de 2015 foi concluída a inspeção fiscal sobre o exercício de 2011 da subsidiária Petrogal S.A. e ainda do Grupo de consolidação fiscal liderado pela Galp Energia SGPS, S.A.. Das referidas inspeções não resultaram quaisquer correções que correspondam a um imposto a pagar com referência ao exercício em apreço.

xiii) Será ainda de referir que a subsidiária Petrogal, S.A. em consequência de processo inspetivo ocorrido no decurso do exercício de 2009, foi objeto de uma correção em sede de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) pelo montante de €4.577 k. Atendendo ao facto da referida correção respeitar a um aspeto meramente formal, a Empresa entende que o supracitado montante não será devido, desde que a formalidade exigida esteja cumprida, o que já se verificou. Neste sentido, a Empresa apresentou reclamação graciosa e subsequente Recurso Hierárquico onde contesta a antedita correção, tendo ambos sido indeferidos. A empresa por manter a convicção da sua razão apresentou impugnação judicial das decisões antes referidas, não tendo considerado qualquer provisão para esse efeito.

xiv) Derivado das operações de pesquisa e produção petrolífera em Angola, o Grupo encontra-se ainda sujeito ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (“IRP”) determinado com base no regime fiscal Angolano, aplicado aos contratos de partilha de produção onde o Grupo participa. Em 31 de dezembro de 2015, encontram-se em discussão com o Ministério das Finanças de Angola os resultados preliminares das auditorias fiscais ao cálculo de IRP relativo aos exercícios de 2003 a 2010, tendo o Grupo entendido proceder à constituição de uma provisão para fazer face a eventuais correções daí resultantes. Assim, a 31 de dezembro de 2015, a provisão constituída ascende a €21.769 k (Nota 25 e 33).

xv) Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais em Portugal são reportáveis e passíveis de utilização em períodos futuros pelo prazo de 6, 4, 5 e 12 exercícios, consoante sejam gerados em exercícios anteriores a 2010, nos exercícios de 2010 e 2011, no exercício de 2012 e 2013 ou no exercício de 2014 em diante, respetivamente.

xvi) No que se refere aos prejuízos fiscais das empresas do Grupo com sede em território brasileiro e espanhol, não existe qualquer limitação temporal à sua utilização futura. O Grupo entendeu registar impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis apenas para as subsidiárias em que existem perspetivas de recuperação.

Os impostos sobre o rendimento e a contribuição extraordinária sobre o setor energético, reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são detalhados como segue:

Rubricas		(€ k)
	dezembro 2015	dezembro 2014
Imposto corrente	72.454	72.064
IRP - Imposto s/ rendimento Petróleo	23.764	40.905
PE - Participação Especial	82.920	70.006
(Excesso) / insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior	(10.296)	20.039
Imposto diferido	(16.672)	(48.941)
Imposto sobre o rendimento	152.170	152.170
Contribuição Extraordinária sobre o setor energético	67.002	30.453
	219.172	184.526

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo tem registado em Imposto corrente sobre o rendimento a pagar o montante de €9.214 k e €19.085 k respetivamente.

Seguidamente, apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e o detalhe dos impostos diferidos:

	dezembro 2015	Taxa	Imposto sobre o rendimento	dezembro 2014	Taxa	Imposto sobre o rendimento	(€ k)
Resultado Antes de Impostos:	373.390	27,00%	100.815	65.995	27,00%	17.819	
Ajustamentos ao Imposto sobre o rendimento:							
Equivalência patrimonial		-1,60%	(5.975)		-12,35%	(8.153)	
Benefícios fiscais		-0,71%	(2.653)		-1,09%	(718)	
Realizações de utilidade social		0,09%	330		0,00%	-	
Diferenças de taxa de imposto		4,18%	15.660		20,47%	13.507	
Excesso/Insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior		-2,54%	(10.296)		30,37%	20.039	
Tributação autónoma		0,83%	3.123		5,05%	3.333	
PE - Participação Especial e IRP - Imposto s/ rendimento Petróleo		17,32%	64.823		147,04%	97.040	
Outros acréscimos e deduções		-3,79%	(13.657)		16,98%	11.208	
Taxa e Imposto sobre o rendimento efetivo sobre os lucros	40,80%		152.170		233,46%	154.073	

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo suportou, através da Galp Energia Overseas Block 14 B.V., em nome da sua sucursal em Angola, o montante de USD 14.702 k a título de Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP), determinado com base no regime fiscal Angolano aplicado aos Contratos de Partilha de Produção ("CPP"), em que o Grupo participa.

Impostos diferidos

As taxas de imposto utilizadas pelo grupo Galp têm em consideração o risco de taxas de imposto substantivamente decretadas não se tornarem efetivas, o que depende essencialmente da fiabilidade associada à segurança jurídica da produção legislativa.

Essa análise tem em conta a jurisdição associada, o risco político da mesma e o seu histórico legislativo.

Quanto às alterações de taxa verificadas em Portugal para os exercícios de 2014 e 2015 em decorrência das Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro e Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, as mesmas foram consideradas pela empresa como substantivamente decretadas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014 respetivamente, pelo que foram consideradas na mensuração dos impostos diferidos nessas datas.

O impacto nos resultados decorrente das alterações da taxa de imposto verificadas em Portugal para o ano de 2014 ascendeu €13.507 k . No exercício de 2015 não se verificou qualquer alteração de taxa.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de impostos diferidos ativos e passivos é composto como segue:

							(€ k)
Impostos Diferidos dezembro 2015 - Ativos							
Rubricas	Saldo Inicial	Efeito em Resultados	Efeito em Capital próprio	Efeito da variação cambial	Outros ajustamentos	Saldo Final	
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	8.284	(1.814)	-	-	42	6.512	
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	25.033	134	-	4.037	12.010	41.214	
Ajustamentos em inventários	742	(111)	-	-	-	631	
Ajustamentos Overlifting	147	749	-	31	-	927	
Benefícios de reforma e outros benefícios	100.847	(353)	1.867	-	41	102.402	
Dupla tributação económica	3.522	(771)	-	-	1	2.752	
Instrumentos financeiros	-	-	254	-	-	254	
Prejuízos fiscais reportáveis	65.950	40.061	-	(4.302)	721	102.430	
Proveitos Permitidos	14.083	(5.542)	-	-	-	8.541	
Provisões não aceites fiscalmente	27.374	8.489	-	(2.790)	(37)	33.036	
Diferenças de câmbio potenciais Brasil	79.523	(31.661)	112.945	(16.876)	(10.739)	133.192	
Outros	38.468	(17.138)	-	(171)	9.084	30.243	
	363.973	(7.957)	115.066	(20.071)	11.123	462.134	

(€ k)

Impostos Diferidos dezembro 2015 - Passivos					
Rubricas	Saldo Inicial	Efeito em Resultados	Efeito da variação cambial	Outros ajustamentos	Saldo Final
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	(53)	2	38	-	(13)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	(20.019)	(8.526)	1.149	(12.736)	(40.132)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis - Justo Valor	(16.496)	2.626	-	(1.211)	(15.081)
Ajustamentos em inventários	(181)	-	-	-	(181)
Ajustamentos Underlifting	(1.113)	836	(112)	-	(389)
Dividendos	(39.973)	12.361	-	-	(27.612)
Proveitos Permitidos	(39.828)	17.206	-	-	(22.622)
Reavaliações contabilísticas	(2.605)	219	-	-	(2.386)
Outros	(920)	(95)	8	39	(968)
	(121.188)	24.629	1.083	(13.908)	(109.384)

A variação do imposto diferido refletido no Capital Próprio é repartido da seguinte forma:

- €1.867 k, que inclui €1.866 k de impostos diferidos relacionados com a componente de Ganhos e Perdas atuariais e €1 k relativos a interesses que não controlam (Nota 21);
- €254 k de variações dos impostos diferidos relacionados com as componentes de reservas de cobertura;
- €112.945 k que inclui €79.061 k relativo aos impostos diferidos de diferenças cambiais resultantes das dotações financeiras que são assemelhadas a "quasi capital" (Nota 20) e €33.884 k relativos a interesses que não controlam.

As diferenças de câmbio potenciais do Brasil resultam de um opção fiscal de tributar as diferenças de câmbio potenciais apenas quando estas se realizam.

No que respeita aos prejuízos fiscais para os quais se encontram constituídos impostos diferidos ativos, os mesmos tem o seguinte detalhe:

Ano	Prejuízos Fiscais Reportáveis	Ano limite utilização	Imposto diferido ativo	Taxa nominal
Portugal:				
2014	47.979	2026		
	47.979		10.076	21,00%
Espanha :				
2012 e anteriores	33.182	Sem limite		
2013	-	Sem limite		
2014	89.462	Sem limite		
2015	140.305	Sem limite		
	262.949		65.737	25,00%
Brasil:				
2013	1.777	Sem limite		
2015	76.511	Sem limite		
	78.288		26.617	34,00%

Relativamente aos pressupostos que suportam a existência de lucros tributáveis futuros suficientes à realização dos impostos diferidos ativos, a Galp segue o plano a médio e longo prazo elaborado para as empresas.

Será ainda de referir que no caso das jurisdições em que existem regimes de consolidação fiscal a Galp simula a realização dessas consolidações. Deve-se ainda referir que é considerado como período para recuperação dos impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais, os prazos legalmente fixados para que essa recuperação possa ocorrer.

Nas situações em que o período legal para recuperação excede os períodos para os quais o Grupo procede a preparação de Orçamentos e Planos, são efetuadas previsões para esses períodos com base nos valores apurados para os exercícios dos Orçamentos e Planos.

As perdas fiscais não utilizadas relativamente às quais não tenha sido constituído ativo por imposto diferido respeitam na sua essência a prejuízos fiscais reportáveis de sociedades com sede na Holanda.

10. RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	(€ k)	dezembro 2015	dezembro 2014
Resultados			
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (resultado líquido consolidado do exercício)	122.566	(173.394)	
Número de ações			
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (Nota 19)	829.250.635	829.250.635	
Resultado por ação básico e diluído (valores em Euros):	0,15	(0,21)	

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

11. GOODWILL

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do Grupo e o justo valor dos capitais próprios das empresas adquiridas era, em 31 de dezembro de 2015, conforme segue:

Subsidiárias	Ano de Aquisição	Custo de Aquisição	% Montante	2014	Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição			Movimento do Goodwill	
					Diferenças cambiais (d)	Alienação da subsidiária (e)	Imparidades (f)		
Galp Energia Espanha, S.A.									
Galp Comercialización Oil España, S.L.	a)	2008	176.920	100,00%	129.471	46.266	-	-	(8.541) 37.725
Galp Distribución Oil España, S.A.U.	b)	2008	172.822	100,00%	123.611	46.823	-	-	(35.731) 11.092
Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal	a)	2005	13.937	100,00%	6.099	7.759	-	-	(7.759) -
					100.848		-	-	(52.031) 48.817
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.									
Galp Comercialização Portugal, S.A.	c)	2008	146.000	100,00%	69.027	50.556	-	-	- 50.556
					50.556		-	-	- 50.556
Galp Swaziland (PTY) Limited		2008	18.117	100,00%	651	18.754	2.160	-	- 20.914
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.		2003	6.938	100,00%	1.370	5.568	-	-	- 5.568
Galp Gambia, Limited		2008	6.447	100,00%	1.693	405	(405)	-	- -
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L		2007 e 2008	8.360	15,77%	4.031	4.329	-	-	- 4.329
Galp Moçambique, Lda.		2008	5.943	100,00%	2.978	3.491	402	-	- 3.893
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.		2006	3.094	25,00%	1.454	1.640	-	-	- 1.640
Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A.		2002/3 e 2007/8/9	1.440	1,543%	856	584	-	-	- 584
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.		2005	50	100,00%	(353)	403	-	-	- 403
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.		2005	858	67,65%	580	278	-	-	- 278
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.		2003/6 e 2007	152	0,94%	107	51	-	-	- 51
Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus)		2012	3	100,00%	1	2	-	-	- 2
Madriña Suministro de Gas SUR S.L.		2010	12.523	100,00%	3.573	8.686	-	(8.686)	- -
Madriña Suministro de Gas S.L.		2010	43.356	100,00%	12.641	29.766	-	(29.766)	- -
					225.361	2.157	(38.452)	(52.031)	137.035

(a) As subsidiárias Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal e Galp Comercializacion Oil España, S.L. foram integradas na Galp Energia España, S.A., através de um processo de fusão por incorporação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(b) A subsidiária Galp Distribución Oil España, S.A.U., foi integrada na Galp Energia España, S.A. através de um processo de fusão por incorporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(c) A subsidiária Galp Comercialização Portugal, S.A., foi integrada na Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. através de um processo de fusão por incorporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(d) As diferenças cambiais resultam da conversão do *Goodwill* registado na moeda funcional das empresas, para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras (Notas 2.2 d) e 20).

(e) As subsidiárias foram alienadas (Nota 3d) e 4.4).

(f) Valores apurados na sequência dos testes de imparidade do *Goodwill* (Nota 4.4).

Análise de imparidade do *Goodwill*

Na análise da imparidade do *Goodwill*, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que esta possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) do grupo Galp para o segmento de negócio e país a que a unidade geradora de caixa pertence.

Pressupostos				
Unidade geradora de caixa	Modelo de avaliação	Fluxos de caixa	Fator de crescimento	Taxas de desconto
Participação Financeira (compreendida em segmentos de negócios)	DCF (Discounted Cash Flow)	Conforme plano de negócios corporativo	Modelo de Gordon com fator de crescimento para a perpetuidade de 2%	WACC entre: R&D [7,2%-10%] E&P [9,8%-12,2%] G&P [6,2%-6,8%]
E&P - Exploração & Produção				
R&D - Refinação & Distribuição				
G&P - Gas & Power				

As participações ex- Eso (Galp Comercialização Portugal e Espanha) e ex- Agip (Galp Distribucion Espanha) foram fusionadas na Galp Energia Espanha, as respeitantes a Espanha e na Petrogal as respeitantes a Portugal. Assim, o *Goodwill* é testado por imparidades juntamente com esses ativos (i.e. a rede de postos) com as respetivas análises de sensibilidade (vide nota 12).

Com efeito na data de aquisição da ex-Eso e ex-Agip o Grupo tinha a expectativa de que com estas aquisições conseguia duplicar a quota de mercado da Galp em Espanha. Apesar dos esforços que foram levados a cabo, estas expectativas não se têm vindo a concretizar devendo traduzir-se na redução do número de estações de serviço em operação começando progressivamente pelas que têm uma performance menos positiva. Nestas circunstâncias, ao abrigo do disposto na IAS 36.104 al. a), foi registada uma imparidade ao *Goodwill* contabilizado no momento da compra.

Quanto à imparidade respeitante ao *Goodwill* da Petróleos de Valência no valor de €7.759 k deve-se essencialmente à redução de atividade do negócio e incerteza sobre a extensão da concessão portuária concedida pela autoridade de Valência.

De acordo com os pressupostos definidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 verificaram-se perdas por imparidades na rubrica do *Goodwill* no montante €52.031 k (Nota 4.4).

Página intencionalmente deixada em branco.

12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Movimento em ativos tangíveis a 31 de dezembro de 2015:

Ativos tangíveis:	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento Administrativo	Tara e vasilhame	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos tangíveis	(€ k)	2014
											2015	
Custo de aquisição:												
Saldo em 01 de janeiro de 2015	286.994	940.163	7.142.059	31.060	4.469	174.666	158.791	91.740	1.907.460	28	10.737.430	9.660.942
Adições	61	765	41.600	210	22	1.399	508	685	907.565	-	952.815	885.181
Adições por capitalização de encargos financeiros (nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	88.522	-	88.522	46.192
Abates/vendas	(1.676)	(1.698)	(25.749)	(787)	(63)	(849)	(4.177)	(775)	(86.885)	-	(122.659)	(84.091)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	(64)	1.167	(28)	1.075	90.354
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	(35)	(2.474)	(4.745)	(94)	(3)	(228)	(917)	(432)	(173.347)	-	(182.275)	151.591
Transferências	91	5.753	345.084	85	248	2.532	5.008	566	(366.708)	-	(7.341)	(12.739)
Custo de aquisição bruto em 31 de dezembro	285.435	942.509	7.498.249	30.474	4.673	177.520	159.213	91.720	2.277.774	-	11.467.567	10.737.430
Saldo de imparidades em 01 de janeiro	(8.667)	(20.849)	(39.263)	-	(61)	(1.182)	(1)	(2.384)	(158.063)	-	(230.470)	(133.655)
Aumento de imparidades	(1.297)	(313)	(4.756)	-	-	-	-	-	(155.732)	-	(162.098)	(134.076)
Reversões de imparidades	-	-	(149)	-	-	-	-	-	590	-	441	7.930
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.877)	-	(4.877)	(5.888)
Utilização/transferências de imparidades	244	(4)	19.844	-	-	-	-	-	87.896	-	107.980	35.219
Saldo de imparidades em 31 de dezembro	(9.720)	(21.166)	(24.324)	-	(61)	(1.182)	(1)	(2.384)	(230.186)	-	(289.024)	(230.470)
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas:												
Saldo em 01 de janeiro	(2.005)	(654.368)	(4.382.246)	(27.308)	(3.915)	(159.688)	(146.060)	(79.014)	-	-	(5.454.604)	(4.954.588)
Depreciação do exercício	(288)	(23.383)	(433.370)	(1.171)	(206)	(8.385)	(4.072)	(2.294)	-	-	(473.169)	(411.089)
Abates/venda	-	1.284	21.427	674	48	778	4.176	667	-	-	29.054	55.670
Regularizações	45	72	(1.740)	42	-	18	56	13	-	-	(1.494)	(58.448)
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	64	631	(64.415)	68	3	137	629	281	-	-	(62.602)	(86.149)
Transferências	237	(91)	(144)	(10)	-	(6)	-	10	-	-	(4)	-
Saldo em 31 de dezembro	(1.947)	(675.855)	(4.860.488)	(27.705)	(4.070)	(167.146)	(145.271)	(80.337)	-	-	(5.962.819)	(5.454.604)
Valor líquido:												
em 31 de dezembro	273.768	245.488	2.613.437	2.769	542	9.192	13.941	8.999	2.047.588	-	5.215.724	5.052.356

Os ativos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As taxas de depreciação que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota.

As regularizações por diferenças de câmbio de ativos tangíveis dizem respeito à revalorização dos saldos iniciais em moeda externa face ao Euro dos ativos tangíveis das subsidiárias expressos em moeda estrangeira.

Movimento em ativos intangíveis a 31 de dezembro de 2015:

Ativos intangíveis:	2015					2015				(€ k)	
	Despesas de investigação e de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespasses	Reconversão de consumos para gás natural		Outros ativos intangíveis	Acordos de concessão	Ativos em curso	Ativos em curso acordos concessão	Total de ativos intangíveis	Total de ativos intangíveis
Custo de aquisição:											
Saldo em 01 de janeiro	285	601.734	19.668	551		498	1.718.566	35.533	3.199	2.380.034	2.395.482
Adições	-	4.125	-	-		-	-	15.135	19.816	39.076	46.961
Abates/vendas	-	(2.734)	-	-		-	(1.523)	-	-	(4.257)	(9.942)
Regularizações	-	2	-	-		-	5.284	26	-	5.312	(69)
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	4.479	-	-		-	-	(3.729)	-	750	6.595
Transferências	-	14.394	-	-		-	21.314	(14.302)	(21.314)	92	12.739
Transferência para investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-		-	-	-	-	-	(71.732)
Variações de perímetro	-	(22.479)	-	-		-	-	-	-	(22.479)	-
Custo de aquisição bruto em 31 de dezembro	285	599.521	19.668	551		498	1.743.641	32.663	1.701	2.398.528	2.380.034
Saldo de imparidades em 01 de janeiro	(5)	(39.962)	(2.483)	-		-	-	(3.316)	-	(45.766)	(26.458)
Aumento de imparidades	-	(8.818)	(5.327)	-		-	-	(114)	-	(14.259)	(1.459)
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	(3.933)	-	-		-	-	-	-	(3.933)	(2.519)
Utilização/transferências de imparidades	-	1.952	-	-		-	-	(1)	-	1.951	(15.330)
Saldo de imparidades em 31 de dezembro	(5)	(50.761)	(7.810)	-		-	-	(3.431)	-	(62.007)	(45.766)
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas:											
Saldo em 01 de janeiro	(271)	(299.391)	(10.205)	(431)		(498)	(576.566)	-	-	(887.362)	(823.656)
Amortizações do exercício	(9)	(29.322)	-	(8)		-	(41.211)	-	-	(70.550)	(74.904)
Abates/venda	-	1.039	-	-		-	1.323	-	-	2.362	6.748
Regularizações	1	86	(1)	-		-	(113)	-	-	(27)	88
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	385	-	-		-	-	-	-	385	(97)
Transferências	-	4	-	-		-	-	-	-	4	-
Transferência para investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-		-	-	-	-	-	4.459
Variações de perímetro	-	21.644	-	-		-	-	-	-	21.644	-
Saldo em 31 de dezembro	(279)	(305.555)	(10.206)	(439)		(498)	(616.567)	-	-	(933.544)	(887.362)
Valor líquido em 31 de dezembro	1	243.205	1.652	112		-	1.127.074	29.232	1.701	1.402.977	1.446.906

Os ativos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.4. As amortizações são apuradas conforme definidas na mesma nota.

As rubricas de regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial dizem respeito à revalorização dos saldos iniciais em moeda externa face ao Euro dos ativos intangíveis das subsidiárias expressos em moeda estrangeira.

As amortizações e depreciações do exercício de 2015 e 2014 decompõem-se da seguinte forma:

(€ k)

	dezembro 2015			dezembro 2014		
	Tangíveis	Intangíveis	Total	Tangíveis	Intangíveis	Total
Amortizações / depreciações do exercício	473.169	29.340	502.509	411.089	32.899	443.988
Amortizações do exercício acordos concessão	-	41.211	41.211	-	42.005	42.005
Imparidades	161.657	14.258	175.915	126.146	1.459	127.605
Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 6)	634.826	84.809	719.635	537.235	76.363	613.598

O montante líquido de €835 k na rubrica de variação de perímetro corresponde à alienação das subsidiárias Madrileña Suministro de Gas S.L. e Madrileña Suministro de Gas SUR S.L. (Nota 3.d).

Principais incidências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

i) Segmento de E&P

- €632.106 k relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento em blocos no Brasil;
- €161.952 k relativos a despesas de pesquisa do Bloco 32 em Angola;
- €95.601 k relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento no Bloco 14 em Angola ;
- €61.739 k relativos a despesas de pesquisa do Bloco 4 em Moçambique;
- €5.470 k relativos a despesas de pesquisa de petróleo na costa portuguesa – bacia Peniche; e
- €2.063 k relativos a despesas de pesquisa de petróleo na costa portuguesa – bacia Alentejana.

ii) Segmento de G&P

- €22.391 k relativos à construção de infraestruturas (redes, ramais, lotes e outras infraestruturas) de gás natural dos quais o montante de €19.827 k é abrangido pela IFRIC 12 (Nota 5 e 6).

iii) Segmento de R&D

- As Refinarias de Sines e Porto efetuaram investimentos industriais no montante de €11.809 k; e
- €25.015 k relativos à Unidade de Negócio do Retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de atividades e desenvolvimento dos sistemas de informação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram alienados e abatidos bens de natureza tangível e intangível no montante líquido de €95.500 k, como resultado da atualização do cadastro de imobilizado que foi levada a cabo neste período e incluem:

- i) €62.815 k relativos ao abate de equipamentos, despesas e direitos de blocos no Brasil sem viabilidade económica;
- ii) €24.376 k relativos ao abate de equipamentos, despesas e direitos do FNLG no Brasil sem viabilidade económica;
- iii) €6.769 k relativos a abates relativos à Unidade de Negócio do Retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de atividades e desenvolvimento dos sistemas de informação que na sua maioria se encontravam totalmente amortizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, encontram-se constituídas imparidades de ativos tangíveis e intangíveis no montante de €351.031 k, os quais incluem essencialmente:

- €88.662 k para fazer face à imparidade na pesquisa em Marrocos;
- €76.477 k para fazer face à imparidade de blocos na Namíbia;
- €66.930 k para fazer face à imparidade na rede de retalho em Portugal e Espanha;
- €45.936 k para fazer face à imparidade de blocos operados e não operados e outros ativos no Brasil e Angola;
- €40.812 k para fazer face à imparidade no projecto Angola LNG/Sonagás exploração de gás em Angola;
- €8.753 k para fazer face à imparidade na pesquisa em Aljubarrota;
- €7.170 k para fazer face à imparidade na Pesquisa em Moçambique; e
- €4.590 k para fazer face à imparidade de blocos em Timor Leste.

A repartição dos ativos tangíveis e intangíveis em curso (incluindo adiantamentos por conta de ativos tangíveis e intangíveis, deduzido de perdas de imparidade), no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é composto como se segue:

	Ativos em curso	Imparidades	Líquido	(€ k)
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	1.122.287	(16.830)	1.105.457	
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola e Congo	575.312	(28.580)	546.732	
Pesquisa em Moçambique	275.792	(7.170)	268.622	
Pesquisa em Portugal	68.184	(8.753)	59.431	
Investimentos industriais afectos às Refinarias	41.287	-	41.287	
Renovação e expansão da rede	31.274	(231)	31.043	
Transporte e logística	4.002	-	4.002	
Projetos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	968	-	968	
Pesquisa de gás em Angola	637	-	637	
Pesquisa na Namíbia	39.751	(39.368)	383	
Armazenagem subterrânea de gás natural	217	-	217	
Produção de energia e vapor	55	-	55	
Pesquisa em Marrocos	81.773	(81.773)	-	
LNG Bloco Gás-Angola	40.646	(40.646)	-	
Pesquisa de petróleo nos Blocos 3 e 4 no Uruguai	7.670	(7.670)	-	
Pesquisa em Timor Leste	2.596	(2.596)	-	
Outros projetos	19.687	-	19.687	
	2.312.138	(233.617)	2.078.521	

O segmento de E&P é dividido em três fases: a de Exploração, a de Desenvolvimento e a de Produção.

A passagem da fase de Exploração para a de Desenvolvimento está estreitamente relacionada com a descoberta de reservas comercialmente viáveis e a passagem para a fase de Produção está relacionada com o início do processo produtivo.

Como referido nas políticas contabilísticas a Galp capitaliza como Investimento as despesas que efetua nessas três fases, sujeitando as mesmas a testes de imparidade periódicos.

O quadro dos ativos do segmento de E&P que se encontram em Imobilizado em curso e em firme apresenta-se como segue:

2015

(€k)

	IMOBILIZADO EM CURSO										IMOBILIZADO FIRME									
	Bónus de assinatura		Ativos em pesquisa		Ativos em desenvolvimento		Juros financeiros		Outros		Bónus de assinatura		Ativos em pesquisa		Ativos em desenvolvimento		Juros financeiros		Outros	
	Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento		Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento	TOTAL
Angola	2	-	249.312	(51.682)	361.202	(17.544)	5.348	-	-		22.516	(549)	74.921	-	1.270.886	-	1.669	-	279	1.915.651
Brasil	8.779	-	382.867	(14.189)	643.241	(2.609)	77.976	(33)	2.964		4.722	(142)	69.840	-	526.482	-	39.438	-	4.342	1.743.678
Timor Leste	-	-	2.597	(2.597)	-	-	-	-	-		1.993	(1.993)	-	-	-	-	-	-	-	-
Marrocos	115	(115)	81.658	(81.658)	-	-	-	-	-		6.889	(6.889)	-	-	-	-	-	-	-	-
Namíbia	-	-	39.751	(39.751)	-	-	-	-	-		37.108	(37.108)	-	-	-	-	-	-	-	-
Moçambique	2.040	-	253.447	(7.184)	-	-	20.318	-	-		4.304	-	-	-	-	-	-	-	54	272.980
Portugal	-	-	68.184	(8.753)	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.430
Uruguai	-	-	7.670	(7.670)	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.935	(115)	1.085.485	(213.484)	1.004.443	(20.153)	103.642	(33)	2.964		77.532	(46.682)	144.761	-	1.797.368	-	41.107	-	4.674	3.992.445

2014

(€k)

	IMOBILIZADO EM CURSO										IMOBILIZADO FIRME									
	Bónus de assinatura		Ativos em pesquisa		Ativos em desenvolvimento		Juros financeiros		Outros		Bónus de assinatura		Ativos em pesquisa		Ativos em desenvolvimento		Juros financeiros		Outros	
	Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento		Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento	Imparidade	Investimento	TOTAL
Angola			223.445	(11.169)	204.859	-	-	-	-		20.189	(343)	52.918	-	1.051.113	-	1.497	-	250	1.543.089
Brasil	11.752	-	476.549	(28.279)	496.296	(3.497)	52.343	(939)	-		8.578	(270)	85.461	-	415.003	-	18.805	-	9.157	1.540.959
Timor Leste	-	-	2.564	(2.564)	-	-	-	-	-		1.993	(1.993)	-	-	-	-	-	-	-	-
Marrocos	-	-	64.438	(64.438)	-	-	-	-	-		6.177	-	-	-	-	-	-	-	-	6.177
Namíbia	-	-	34.396	(34.053)	-	-	-	-	-		33.275	(33.275)	-	-	-	-	-	-	-	343
Moçambique	1.847	-	177.782	(5.760)	-	-	12.315	-	-		3.859	-	-	-	-	-	-	-	48	190.091
Portugal	-	-	59.314	(8.826)	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.488
Uruguai	-	-	7.599	(1.695)	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.904
TOTAL	13.599	-	1.046.417	(156.784)	701.155	(3.497)	64.658	(939)	-		74.071	(35.881)	138.379	-	1.446.116	-	20.302	-	9.455	3.337.051

Apresenta-se informação sobre as despesas capitalizadas como ativos na fase de Exploração e Avaliação onde ainda não existem reservas provadas:

2015									(€ k)
Geografia	Bónus de assinatura	Ativo Bruto			Custos		Cash-Flow		
		Pesquisa	Juros	Total	Imparidades	Ativo Líquido	Imparidade ano	Investimento ano	
Angola	549	48.895	-	49.444	(49.444)	-	(39.953)	454	
Brasil	22.223	390.512	25.476	438.210	(114.340)	323.870	(58.757)	108.658	
Timor Leste	1.993	2.597	-	4.590	(4.590)	-	(32)	32	
Marrocos	7.004	81.658	-	88.662	(88.662)	-	(16.555)	9.982	
Namíbia	37.108	39.751	-	76.859	(76.477)	382	-	-	
Moçambique	6.344	253.502	20.318	280.164	(7.184)	272.980	(732)	55.174	
Portugal	3.368	55.138	9.678	68.184	(8.753)	59.431	72	6.847	
Uruguai	-	7.579	90	7.670	(7.670)	-	(5.975)	70	
TOTAL	78.589	879.630	55.562	1.013.782	(357.119)	656.663	(121.933)	181.218	

2014									(€ k)
Geografia	Bónus de assinatura	Ativo Bruto			Custos		Cash-Flow		
		Pesquisa	Juros	Total	Imparidades	Ativo Líquido	Imparidade ano	Investimento ano	
Angola	494	43.583	-	44.078	(7.703)	36.375	(6.984)	1.638	
Brasil	29.726	435.257	18.664	483.647	(85.581)	398.066	(22.939)	94.510	
Timor Leste	1.993	2.564	-	4.558	(4.558)	-	(5)	5	
Marrocos	6.177	64.438	-	70.616	(64.439)	6.177	(58.823)	62.723	
Namíbia	33.275	35.878	-	69.153	(68.810)	343	(2.514)	2.934	
Moçambique	5.706	177.830	12.315	195.852	(5.760)	190.091	(5.264)	46.933	
Portugal	3.368	48.291	7.654	59.314	(8.826)	50.488	(618)	3.129	
Uruguai	-	7.509	90	7.599	(1.695)	5.905	(1.695)	5.001	
TOTAL	80.740	815.352	38.724	934.816	(247.372)	687.444	(98.841)	216.874	

Análises de sensibilidade nos testes de Imparidade de Ativos Tangíveis e Intangíveis

Segmento de E&P

Os ativos tangíveis e intangíveis do segmento de E&P foram sujeitos a testes de imparidade e análises de sensibilidade, sendo os pressupostos dessas análises e margem de segurança face ao valor escriturado os abaixo indicados:

Pressupostos:

- A projeção de preços de Brent considerados nos estudos de imparidade, baseiam-se nas estimativas médias de analistas especializados e foram os seguintes à data de 31 de dezembro de 2015:

Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
USD 55 /barrel	USD 60/barrel	USD 65/barrel	USD 70/barrel	USD 75/barrel

Os recursos e reservas de crude utilizadas para as análises de imparidade encontram-se elevados no Relatório de Gestão.

- Cenários de Preços de Brent;
- Angola: Redução 10% no preço de Brent tem um impacto de até 16,2% no NPV (Net Present Value);
- Brasil: Redução 10% no preço de Brent tem um impacto de até 8,3% no NPV;
- Moçambique: Redução de 10% no preço do Brent tem um impacto de até 14,6% no NPV.

Numa análise isolada do campo Lula/Iracema no Brasil uma redução de 10% no preço do Brent tem um impacto de 8,2% no NPV.

Não foram considerados outros cenários, como redução de Capex ou Opex, além da variação no preço do Brent.

A Margem de Segurança face ao valor escriturado tinha a seguinte posição à data:

- Angola: 2,33%;
- Moçambique: 333%;
- Brasil: 374%.

Numa análise isolada do campo Lula/Iracema, a Margem de Segurança do mesmo ascende a 396%.

Em Angola foi registada uma imparidade económica no valor de 41 milhões de Euros relativamente à posição da Galp na Sonagás (Angola) por pouca viabilidade comercial, 17,2 milhões de Euros no Bloco 14 (Angola) relacionado com a descida do preço do Brent e de 5 milhões de Euros na posição detida no Uruguai por caducidade e expectativa negativa na renovação das licenças de exploração.

As restantes imparidades registadas no exercício deste segmento devem-se a poços sem descoberta de reservas (“poços secos”).

Segmento de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos

Foram efetuadas testes de imparidade à rede de postos em Portugal e em Espanha acompanhada por uma análise de sensibilidade.

Para as duas UGC rede de postos em Portugal e rede de postos em Espanha a análise de sensibilidade efetuada teve como pressupostos fundamentais:

- Uma variação negativa dos *Cash-flows* em 10%;
- Uma subida da taxa de desconto em 1%.

Consideramos que estes dois pressupostos representam um bom *stress test* aos testes de imparidade.

Da aplicação individualizada de cada um dos pressupostos acima referidos resultaram as seguintes variações na avaliação do valor de uso das Unidades Geradoras de Caixa:

Pressupostos	Rede de Postos Portugal	Rede de Postos em Espanha
Variação negativa dos <i>Cash flows</i> em 10%	-13,72%	-18,42%
Subida da taxa de desconto em 1%	-9,02%	-18,26%

A margem de segurança do valor de uso face ao valor escriturado é apresentada no quadro seguinte:

	Rede de Postos Portugal	Rede de Postos em Espanha
Margem de segurança	362%	82,20%

A Galp registou em junho de 2015 uma imparidade do *Goodwill* relativamente às anteriores aquisições efetuadas às participações financeiras na Galp Comercialización Oil Espanha (ex- Esso) e Galp Distribución Oil Espanha (ex- Agip) no montante total de €44.272 k (vide nota 11). Após a anterior fusão destas empresas na Galp Energia Espanha, o Grupo passou a analisar o *Goodwill* no âmbito da Rede de Postos em Espanha. Desta análise que o Grupo tem vindo a fazer ao longo do tempo, verificou-se que resultante de crise económica em Espanha e menores consumos verificados apurou-se esta imparidade. Após o seu registo em custo, e atualização de dados a dezembro de 2015, a margem de segurança do valor de uso face ao valor escriturado passou para 82,2%.

13. SUBSÍDIOS

A 31 de dezembro de 2015 e 2014 os montantes a reconhecer de subsídios em exercícios futuros são €253.679 k e €266.066 k, respetivamente (Nota 24).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidos na demonstração de resultados €12.618 k e €10.631 k, respetivamente (Nota 5).

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Rubricas	dezembro de 2015		dezembro de 2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
ISP	558	-	3.127	-
IVA - Reembolsos solicitados	539	-	240	-
Outros	16.769	-	7.944	-
Empréstimos concedidos ao Grupo Sinopec	722.936	-	718.904	170.954
Adiantamentos a fornecedores de ativos tangíveis/intangíveis	99.795	-	85.670	-
<i>Underlifting</i>	27.792	-	22.137	-
Taxas de subsolo	24.750	28.068	18.801	34.044
<i>Carry</i> de interesses de participações estatais	22.937	-	18.922	-
<i>Over cash-call</i> do parceiro Petrobrás em blocos operados	18.817	-	13.437	-
Cauções prestadas	12.541	-	11.091	-
Meios de pagamento	7.276	-	7.506	-
Outras contas a receber - empresas associadas, empreendimentos conjuntos e outras partes relacionadas (Nota 28)	5.821	90	7.427	4.007
Adiantamentos a fornecedores	2.457	-	32.121	-
Pessoal	1.588	-	1.972	-
Processo Spanish Bitumen	385	-	385	-
Empréstimos a clientes	124	1.355	73	1.513
Contrato de cessão de direitos de utilização de infraestruturas de telecomunicações	86	-	222	-
Empréstimos a empresas associadas, empreendimentos conjuntos e outras partes relacionadas (Nota 28)	-	30.271	-	28.433
Contas a receber do consorcio do bloco 14 em Angola (excesso de profit-oil a receber)	-	-	3.102	-
Outras contas a receber	45.259	28.294	66.029	3.416
	1.010.430	88.078	1.019.110	242.367
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não faturadas	146.410	-	214.853	-
Acertos de desvio tarifário - <i>pass through</i> - regulação ERSE	29.424	-	36.546	-
Acertos de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE	23.231	17.551	30.937	34.495
Encargos de estrutura e gestão a debitar	7.581	-	1.786	-
Neutralidade financeira - regulação ERSE	6.102	-	17.499	-
Juros a receber	1.691	-	3.511	-
Compensações pela uniformidade tarifária	1.032	-	1.798	-
Rappel a receber sobre compras	884	-	1.205	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento	724	-	7.420	-
Acerto de desvio tarifário - tarifa de energia - regulação ERSE	-	61.639	14.012	45.537
Outros acréscimos de proveitos	8.531	63	6.195	63
	225.610	79.253	335.762	80.095
Custos diferidos:				
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético	23.370	107.663	-	-
Custos com catalisadores	20.070	-	10.130	-
Rendas antecipadas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	2.894	25.633	2.757	28.406
Encargos com rendas pagas antecipadamente	2.448	-	2.578	-
Seguros pagos antecipadamente	1.033	-	1.073	-
Juros e outros encargos financeiros	180	-	256	-
Benefícios de reforma (Nota 23)	-	176	-	10.635
Outros custos diferidos	21.957	99	21.925	-
	71.952	133.571	38.719	39.041
Imparidade de outras contas a receber	1.307.992	300.902	1.393.591	361.503
	(8.096)	(2.753)	(7.406)	(2.753)
	1.299.896	298.149	1.386.185	358.750

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

Outras contas a receber	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final	(€ k)
2015	10.159	1.215	(239)	(306)	20	10.849	
2014	6.990	3.426	(286)	(9)	38	10.159	

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido de €976 k está incluído na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

A rubrica de Empréstimos concedidos inclui o montante de €722.936 k (USD787.060 k) referente ao valor do empréstimo que o Grupo concedeu à Tip Top Energy, SARL (empresa pertencente ao Grupo Sinopec) em 28 de março de 2012, acrescido de um *spread*, renovável de 3 em 3 meses até setembro de 2017 encontrando-se registado em corrente, o qual é remunerado à taxa de juro LIBOR 3 meses. Vide igualmente nota 28.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 encontram-se reconhecidos na rubrica de juros, respeitantes a empréstimos concedidos, relativos a empresas relacionadas o montante de €4.084 k (Nota 28).

A rubrica de taxas de subsolo no montante de €52.818 k refere-se a taxas de ocupação de subsolo já pagas às Câmaras Municipais. De acordo, com o Contrato de Concessão da atividade de Distribuição de Gás Natural entre o Estado Português e as empresas do Grupo e de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2008, de 8 de abril, as empresas têm o direito de repercutir para as entidades comercializadoras ou para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação de subsolo liquidado às autarquias locais que integram a área de concessão.

O montante de €27.792 k registado na rubrica de Outras contas a receber – *Underlifting* corresponde aos montantes a receber pelo Grupo pelo levantamento de barris de crude abaixo da quota de produção (*underlifting*) e encontra-se valorizada pelo menor de entre o preço de mercado na data da venda e o preço de mercado em 31 de dezembro de 2015.

A rubrica de *carry* de interesses de participações estatais, no montante de €22.937 k, respeita ao valor a recuperar dos parceiros estatais durante o período de exploração. Os *Farm-in* acordados com os parceiros preveem que, durante o período de exploração, o Grupo é responsável pelo investimento pago com *cash call* e solicitado pelo operador ao estado até ao limite da sua participação.

A rubrica de meios de pagamento no montante de €7.276 k diz respeito a valores a receber por vendas efetuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de dezembro de 2015 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de €5.911 k registado na rubrica Outras contas a receber – empresas associadas, empreendimentos conjuntos e relacionadas, corrente e não corrente refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de consolidação integral.

A rubrica de Cauções prestadas no montante total de €12.541 k, inclui o saldo de €11.663 k referente a entregas por conta e negociação de garantias para suporte às transações e operação no mercado de eletricidade espanhol e francês.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não faturadas, no montante de €146.410 k, refere-se essencialmente à faturação de consumo de gás natural e eletricidade de dezembro a emitir a clientes em janeiro do ano seguinte e apresenta o seguinte detalhe:

Empresa	TOTAL	Gás Natural	Eletricidade
Galp Gás Natural, S.A.	78.836	78.836	-
Galp Power, S.A.	29.637	6.213	23.424
Lusitanigás Comercialização, S.A.	5.158	5.158	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	4.933	-	4.933
Lisboagás Comercialização, S.A.	4.359	4.359	-
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	3.161	3.161	-
Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	2.726	2.726	-
Portcogeração, S.A.	2.579	2.579	-
Galp Energia España, S.A.	1.630	1.289	341
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1.512	1.512	-
Transgás, S.A.	1.343	1.343	-
Setgás Comercialização, S.A.	1.015	1.015	-
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.	525	525	-
Agrocer-Sociedade de Cogeração do Oeste S.A.	457	457	-
Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A.	372	372	-
Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A.	186	186	-
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	47	47	-
Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A.	27	27	-
Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	3	3	-
	138.506	109.808	28.698

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a faturar na rede de postos de abastecimento, no montante de €724 k diz respeito a consumos efetuados até 31 de dezembro de 2015 através do cartão Galp Frota e que irão ser faturados nos meses seguintes.

As despesas registadas em custos diferidos, no montante de €28.527 k, relativas a pagamentos antecipados de rendas referentes a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respetivo período de concessão, o qual varia entre 17 e 32 anos.

Nos Operadores das Redes de Distribuição de gás natural (ORD) e nos Comercializadores de Último Recurso (CUR), existem atividades core e atividades *pass through*. Esta classificação tem a ver com a natureza de cada uma sendo que na primeira existe “criação de valor” intrínseco para empresa. Na segunda atividade a empresa limita-se a faturar aos seus clientes, e a repassar a empresas a montante, os valores que são devidos a estas pelas suas atividades core.

No caso das ORDs a atividade *pass through* é designada por “Atividade de Acesso à RNTGN e à RNDGN exercida pelos Operadores das Redes de Distribuição”, e nos CURs as funções *pass through* são designadas por “Compra e Venda de Gás Natural” e “Compra e Venda do Acesso à RNTGN e à RNDGN”. Estas atividades/funções exercidas pelos diversos intervenientes são reguladas pela ERSE através de um mecanismo regulatório de custos e receitas para as tarifas reguladas, como decorre da legislação sectorial. Este mecanismo regulatório origina desvios, positivos ou negativos, os quais derivam dos diferentes períodos de faturação/recebimentos e das estruturas tarifárias existentes nas diversas atividades reguladas.

Genericamente, no caso das atividades *pass through*:

- No caso dos ORDs, estes cobram aos comercializadores os valores relativos às Tarifas de Acesso à Rede de Transporte de Gás Natural (Tarifas UGS e URT), repassando estes valores à REN, que é a titular desta infraestrutura;
- No caso dos Comercializadores de Último Recurso (CURRs), estes cobram aos clientes finais as tarifas de acesso às infraestruturas de transporte e distribuição (Tarifas UGS, URT e URD), que repassam aos ORDs (a fracção da tarifa de acesso ao transporte é depois passada por estes à REN) e o custo do gás natural que é simplesmente repassado ao Comercializador de Último Recurso Grossista (CURG) na Tarifa de Energia;
- A atividade de compra e venda de gás natural do CURG vis-a-vis o Comercializador do SNGN é então a descrita sob os artigos 74º a 86º do RT, sendo os acertos relativos ao custo regulado do gás natural realizados exclusivamente no CURG, donde para os CURRs o mesmo ser apenas um *pass through*.

A rubrica de acréscimo de proveitos – acerto de desvio tarifário – tarifa de energia – regulação ERSE, apresenta o seguinte detalhe:

	(€ k)	2014	Variação	2015
Atividade comercialização Gás grossista - Tarifa de Energia (CURG)				
Ano Gás 2008-2009				
1.º Semestre Ano gás 2008-2009 (31.12.2008)	32.325	-	32.325	
2.º Semestre Ano gás 2008-2009 (30.06.2009)	28.531	-	28.531	
Ajustamento do Proveito Permitido Real Ano gás de 2008-2009	6.535	-	6.535	
Amortização da diferença do Proveito Permitido Ano gás 2008-2009	(65.375)	-	(65.375)	
	2.016	-	2.016	
2.º Semestre 2009				
2.º Semestre Ano 2009	8.314	-	8.314	
	8.314	-	8.314	
Ano Civil 2010				
1.º Semestre Ano 2010	14.651	-	14.651	
2.º Semestre Ano 2010	987	-	987	
	15.638	-	15.638	
Ano Civil 2011				
1.º Semestre Ano 2011	21.154	-	21.154	
2.º Semestre Ano 2011	12.427	-	12.427	
	33.581	-	33.581	
Ano Civil 2012				
1.º Semestre Ano 2012	(4.224)	-	(4.224)	
2.º Semestre Ano 2012	563	-	563	
	(3.661)	-	(3.661)	
Ano Civil 2013				
1.º Semestre Ano 2013	(657)	-	(657)	
2.º Semestre Ano 2013	(1.074)	-	(1.074)	
	(1.731)	-	(1.731)	
Ano Civil 2014				
1.º Semestre Ano 2014	(6.275)	-	(6.275)	
2.º Semestre Ano 2014	(4.164)	-	(4.164)	
	(10.439)	-	(10.439)	
Ano Civil 2015				
1.º Semestre Ano 2015	-	821	821	
2.º Semestre Ano 2015	-	1.269	1.269	
	-	2.090	2.090	
	43.718	2.090	45.808	
Acréscimos de Custos (Nota 24)	(15.831)	-	(15.831)	
Acréscimos de Proveitos (Nota 14)	59.549	2.090	61.639	
	43.718	2.090	45.808	

O montante de €45.808 k diz respeito à diferença acumulada entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e as tarifas de energia reguladas definidas pela ERSE para cada Ano Gás, aplicadas na faturação aos clientes. Este diferencial será recuperado através da revisão de tarifas dos próximos exercícios, de acordo com o mecanismo definido pela ERSE. Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a três meses, mais um spread de 1,75%.

A Galp tem contabilizado em Ativo não corrente, em 31 de dezembro de 2015, um valor €61.639 k referente a desvio tarifário de energia e que visa refletir a publicação por parte da ERSE do período estimado para a recuperação do desvio tarifário, que é de 6 anos.

A rubrica de acréscimo de proveitos - acerto de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE apresenta o seguinte detalhe:

(€ k)

Atividade comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural	Ajustamento do Proveito Permitido 2014 Real Ano gás (Nota 5)	Proveito Permitido Ano gás (Nota 5)	Amortização/ Reversão da diferença do proveito permitido estimado e o valor dos proveitos facturados (Nota 5)	Ajuste entre os proveitos permitidos estimados e o valor dos proveitos facturados (Nota 5)	Outras reclassificações	(€ k) 2015
1.º Semestre Ano 2012	17.495	-	-	-	-	17.495
2.º Semestre Ano 2012	13.322	-	-	-	1.038	14.360
Ajustamento Ano Civil 2012	223	230	-	-	34	487
Reversão do PP Ano Civil 2012	(15.654)	-	(15.789)	-	(899)	(32.342)
	15.386	230	(15.789)	-	173	-
1.º Semestre Ano 2013	(821)	-	-	-	-	(821)
2.º Semestre Ano 2013	22.769	-	-	-	(4.835)	17.934
Ajustamento Ano Civil 2013	-	(809)	-	-	-	(809)
Reversão do PP Ano Civil 2013	-	-	(7.747)	-	-	(7.747)
	21.948	(809)	(7.747)	-	(4.835)	8.557
1.º Semestre Ano 2014	(947)	-	-	-	-	(947)
2.º Semestre Ano 2014	9.244	-	-	-	8.109	17.353
Ajustamento Ano Civil 2014	-	(438)	-	-	-	(438)
	8.297	(438)	-	-	8.109	15.968
1.º Semestre Ano 2015	-	-	-	(9.407)	-	(9.407)
2.º Semestre Ano 2015	-	-	-	6.381	(4.450)	1.931
	-	-	-	(3.026)	(4.450)	(7.476)
	45.631	(1.017)	(23.536)	(3.026)	(1.003)	17.049
Acréscimos de Custos (Nota 24)	(19.801)	(13)	9.164	(14.268)	1.186	(23.733)
Acréscimos de Proveitos (Nota 14)	65.432	(1.004)	(32.700)	11.242	(2.189)	40.782
	45.631	(1.017)	(23.536)	(3.026)	(1.003)	17.049

A rubrica de Acerto de desvio tarifário – proveitos permitidos no montante de €17.049 k diz respeito à diferença entre os proveitos permitidos estimados publicados para a sua atividade regulada e os proveitos decorrente da faturação real emitida (Nota 2.13). Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a três meses.

Os valores a pagar ou a receber relativos a cada ano gás são apresentados para cada atividade pelo seu valor líquido, consoante a sua natureza em cada ano gás, em virtude de ser este o modo de aprovação dos desvios de proveitos permitidos por parte da ERSE.

A partir de 2010 as contas para a ERSE – Entidade Reguladora do Sector Energético passaram a ser reportadas de acordo com o ano civil. Consequentemente os saldos iniciais foram reclassificados para uma ótica de ano civil.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreu a fixação das diferenças para os Proveitos Permitidos do Grupo referentes ao ano civil de 2013, os quais ascenderam ao montante a recuperar de €8.557 k. Em virtude de a especialização efetuada ser inferior face ao montante fixado o Grupo reconheceu na rubrica de vendas a respetiva diminuição no montante €809 k.

Conforme referido na Nota 2.13 o montante total a recuperar foi incluído pela ERSE nos proveitos permitidos a recuperar no Ano Gás 2015-2016 pelo que o Grupo se encontra a reconhecer nas demonstrações dos resultados, a reversão do montante do desvio tarifário aprovado.

A rubrica de Acréscimos de proveitos – neutralidade financeira – regulação ERSE diz respeito à reposição gradual da neutralidade financeira, associada à extinção do mecanismo do alisamento do custo com capital do primeiro período regulatório, resultante da diferença entre o custo com o capital alisado e não alisado, a recuperar durante 6 anos. Os montantes especializados referem-se aos valores a recuperar na tarifa do Ano gás 15-16 e do Ano gás 16-17.

Os artigos constantes da Secção IX do Regulamento Tarifário: "Compensação pela aplicação da uniformidade tarifária do Regulamento Tarifário", definem as Compensações e Transferências entre Entidades Reguladas. Esses montantes, plasmados anualmente na Publicação da ERSE de Proveitos Permitidos têm por finalidade assegurar a recuperação de proveitos permitidos, bem como garantir o equilíbrio económico-financeiro das Entidades Reguladas.

Nota-se finalmente que a ERSE estabeleceu este mecanismo de compensações e transferências, para permitir a concretização da uniformidade tarifária nacional, dado que pela própria estrutura de consumo em cada área de distribuição (dimensão absoluta do consumo e peso relativo dos setores doméstico e industrial), existem distribuidoras que não conseguiram alcançar a recuperação de proveitos (tarifa "insuficiente"), enquanto que noutras ocorre uma recuperação excessiva (tarifa "elevada"). Deste modo, estas últimas ("pagadoras") transferem o excesso de proveitos recuperados para as primeiras ("recebedoras"), garantindo-se o equilíbrio de recuperação dos PPs.

A especialização de compensações pela uniformidade tarifária ascende a €1.032 k.

Apresenta-se abaixo um mapa de antiguidade de saldos de outras contas a receber do Grupo a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Aging contas a receber.	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total	(€ k)
2015 Bruto	1.584.106	8.385	1.840	4.332	450	1.115	8.666	1.608.894	
Imparidades	(2.754)	-	-	(576)	(286)	(581)	(6.652)	(10.849)	
	1.581.352	8.385	1.840	3.756	164	534	2.014	1.598.045	
2014 Bruto	1.715.522	24.122	2.038	1.311	395	5.360	6.347	1.755.095	
Imparidades	(2.753)	-	-	(142)	(438)	(544)	(6.282)	(10.159)	
	24.122	2.038	1.169	(43)	4.816	65	1.744.936		

O Grupo considera como montantes não vencidos os saldos com outras contas a receber que não estão em mora e as rubricas de acréscimos de proveitos e custos diferidos nos montantes de €510.386 k e €493.617 k de 2015 e 2014, respetivamente.

Os saldos com outras contas a receber em mora que não sofreram imparidades correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento, estão cobertos por seguros de crédito ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

A Galp possui garantias relativas a contas a receber, nomeadamente garantias bancárias e cauções, cujo valor em 31 de dezembro de 2015 é de cerca de €107.883 k.

15. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	dezembro 2015		dezembro 2014		(€ k)
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Clientes conta corrente	797.927	24.162	1.082.235	24.242	
Clientes de cobrança duvidosa	202.120	-	256.194	-	
Clientes - títulos a receber	4.261	-	5.686	-	
	1.004.308	24.162	1.344.115	24.242	
Imparidades de contas a receber	(199.428)	-	(228.828)	-	
	804.880	24.162	1.115.287	24.242	

A rubrica de "Clientes conta corrente" em situação de dívida não corrente, no montante de €24.162 k e €24.242 k, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respetivamente, referem-se a acordos de pagamento de dívidas de clientes com prazo superior a um ano.

O movimento das imparidades de clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Imparidades de Clientes	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Variação de perímetro	Saldo final	(€ k)
2015	228.828	30.238	(16.771)	(14.259)	(565)	(28.043)	199.428	
2014	199.678	42.884	(8.660)	(5.001)	(73)	-	228.828	

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes no montante líquido de €13.467 k foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

A variação de perímetro decorre da alienação da Madrileña Suministro de Gas, S.L. e Madrileña Suministro de Gas SUR, S.L. (Nota 3).

Apresenta-se um mapa de antiguidade de saldos de clientes do Grupo a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Aging contas a receber.	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total	(€ k)
2015 Bruto	536.435	188.505	19.831	80.291	15.516	14.342	173.550	1.028.470	
Ajustamentos	-	(1.187)	(3.968)	(16.794)	(7.830)	(9.461)	(160.188)	(199.428)	
	536.435	187.318	15.863	63.497	7.686	4.881	13.362	829.042	
2014 Bruto	761.890	333.001	12.485	37.856	37.783	22.412	162.930	1.368.357	
Ajustamentos	(451)	(1.445)	(1.646)	(17.651)	(35.744)	(19.717)	(152.174)	(228.828)	
	761.439	331.556	10.839	20.205	2.039	2.695	10.756	1.139.529	

Os saldos de clientes em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento, estão cobertos por seguros de crédito ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

O Prazo Médio de Recebimentos (PMR) do saldo não vencido dos Clientes da Galp é inferior a 30 dias.

16. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

RUBRICAS	2014	(€ k) 2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	126.476	146.324
Outras matérias-primas e materiais diversos	48.435	45.216
Matérias-primas em trânsito	30.850	179.138
	205.761	370.678
Reduções de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(11.639)	(44.466)
	194.122	326.212
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	141.965	156.997
Produtos intermédios	188.573	238.199
Produtos acabados em trânsito	3.986	6.394
	334.524	401.590
Reduções de produtos acabados e intermédios	(3.677)	(40.781)
	330.847	360.809
Produtos e trabalhos em curso	156	192
	156	192
Mercadorias	359.849	551.876
Mercadorias em trânsito	1.477	359
	361.326	552.235
Reduções de mercadorias	(13.933)	(29.074)
	347.393	523.161
	872.518	1.210.374

O detalhe da rubrica de inventários por tipo de produto é apresentado da seguinte forma:

Detalhe dos inventários por tipo de produto	dezembro de 2015	dezembro de 2014
Crudes	155.324	289.229
Outras matérias-primas	11.781	9.065
Gasolinhas	80.344	88.480
Gásoleos	293.347	317.402
Jets	65.753	80.415
Fuel	41.390	88.927
GPL (gás petrolífero)	12.958	19.872
Óleos base e lubrificantes	21.115	41.791
Químicos, solventes e aromáticos	16.349	20.046
Naftas	16.623	27.774
GN (gás natural)	76.460	140.143
Imposto especial (ISP em Portugal e IIEE em Espanha)	26.466	18.506
Produtos loja	6.347	5.802
Materiais diversos	21.036	24.072
Produtos Petrolíferos basket	23.159	31.340
Outros	4.066	7.510
Total dos inventários	872.518	1.210.374

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de mercadorias, no montante de €359.849 k, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra em gasodutos no montante de €75.148 k, a existência de produtos derivados do petróleo bruto da subsidiária Galp Energia Espanha, S.A., Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L. e Petrogal Moçambique, Lda. nos montantes de €259.881 k, €7.759 k e €3.644 k respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que são satisfeitas através de adiantamentos por contrapartida de vendas, ascendiam a €30.002 k e 48.781 k respectivamente (Nota 24). Esta redução é explicada por alteração legislativa e pela alteração da atuação da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC), que assumiu um aumento das suas responsabilidades pelas reservas estratégicas de outros operadores, tendo contratualizado com o Grupo a figura de tickets que lhe permitem assegurar os stocks de produtos.

A subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, SA tem com a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC) um contrato de armazenagem e permuta de crude e de armazenagem de produtos refinados, constituintes da reserva estratégica nacional. O crude e os produtos refinados da ENMC, encontram-se armazenados nas instalações da Petrogal, de uma forma que a ENMC os possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o contrato, a Petrogal obriga-se a permitir o crude armazenado por produtos refinados quando a ENMC o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta. Os crudes e os produtos refinados armazenados nas instalações da Petróleos de Portugal – Petrogal, SA ao abrigo deste contrato não se encontram registados nas demonstrações financeiras do Grupo.

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidade de inventários nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final	(€ k)
2015							
Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	44.466	-	(32.803)	(24)	-	11.639	
Imparidade de produtos acabados e intermédios	40.781	395	(37.592)	-	93	3.677	
Imparidade de mercadorias	29.074	389	(15.469)	-	(61)	13.933	
	114.321	784	(85.864)	(24)	32	29.249	
2014							
Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11.019	33.447	-	-	-	44.466	
Imparidade de produtos acabados e intermédios	23	40.841	-	(134)	51	40.781	
Imparidade de mercadorias	1.771	28.135	(38)	(27)	(767)	29.074	
	12.813	102.423	(38)	(161)	(716)	114.321	

O montante líquido de aumentos e diminuições no montante de €85.080 k foi registado por contrapartida da rubrica de custo das vendas - reduções de inventários da demonstração de resultados (Nota 6). Esta redução deve-se essencialmente à evolução dos preços de mercado.

17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica outros investimentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	dezembro 2015		dezembro 2014		(€ k)
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Derivados financeiros ao Justo Valor através dos Resultados (Nota 27)					
Swaps e Opções sobre Commodities	4.458	1.041	6.986	405	
Swaps Cambiais	-	-	3.150	-	
	4.458	1.041	10.136	405	
Outros Ativos financeiros					
Outros	-	23.389	-	20.973	
	-	23.389	-	20.973	
	4.458	24.430	10.136	21.378	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os instrumentos financeiros derivados encontram-se registados pelo seu justo valor respetivo reportado aquelas datas (Nota 27).

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS		(€ k)
	dezembro 2015	dezembro 2014
Numerário	3.589	6.664
Depósitos a ordem	263.519	111.453
Depósitos a prazo	5.866	1.419
Outros títulos negociáveis	69.147	35.020
Outras aplicações de tesouraria	788.485	989.426
Caixa e seus equivalentes na demonstração da posição financeira consolidada	1.130.606	1.143.982
Descobertos bancários (Nota 22)	(85.755)	(120.586)
Caixa e seus equivalentes na demonstração consolidada de fluxos de caixa	1.044.851	1.023.396

A rubrica de Outros títulos negociáveis inclui essencialmente:

- €64.904 k de referentes a certificados de depósitos bancários;
- €4.241 k de Futuros sobre eletricidade e Futuros sobre commodities (Brent).

Estes Futuros encontram-se registados nesta rubrica devido à sua elevada liquidez (Nota 27).

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, das seguintes Empresas do Grupo:

Empresas		(€ k)
	dezembro 2015	dezembro 2014
Galp Energia E&P, B.V.	666.662	940.549
Galp Sinopec Brazil Services B.V.	91.853	7.001
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. Sucursal en España	13.000	-
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	6.800	8.450
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	4.000	6.000
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	3.700	2.200
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.	1.881	2.749
Petrogal Brasil, S.A.	589	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	-	13.590
Galp Gás Natural, S.A.	-	8.389
Galp Energia Brasil S.A.	-	498
	788.485	989.426

As disponibilidades que a Galp tem classificadas como Caixa e seus Equivalentes, nas suas diversas geografias, não têm restrições ou condicionalismos legais relevantes para serem utilizadas ou distribuídas via dividendos (sujeitas às condições legais dos códigos das sociedades comerciais de cada país) para os seus acionistas.

19. CAPITAL SOCIAL

Estrutura acionista

O capital social da Galp é composto por 829.250.635 ações. Destas, 771.171.121, ou seja, 93% do capital social, estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam cerca de 7% do capital social, são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) e não estão admitidas à negociação.

Em 2015 verificou-se um aumento do free float da Empresa relativamente ao final do ano de 2014, de 46,66% para 54,66%, após a conclusão da venda de ações da Empresa por parte da Eni S.p.A. (Eni), a qual deixou de deter uma participação no capital social.

Este aumento no free float contribuiu para uma maior visibilidade da Empresa no mercado de capitais. Com efeito, várias entidades passaram a deter participações qualificadas no capital social da Galp, informação que foi divulgada pela Empresa de acordo com o disposto nos artigos 16.º e 17.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

Em outubro de 2015 a Eni vendeu ações representativas de aproximadamente 4% do capital social da Galp, tendo em novembro anunciado a alienação da restante participação no capital social da Empresa através de um processo de accelerated bookbuilding a investidores institucionais, correspondente a aproximadamente 4% do capital social. Desta forma, a Eni, que em 2012 detinha uma participação correspondente a 33,34% do capital social, deixou de deter qualquer posição acionista na Galp.

Os acordos assinados entre a Amorim Energia, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e a Eni, cessaram os seus efeitos em relação à CGD e à Eni quando estas alienaram as suas participações no capital social da Galp. Estes acordos contemplavam, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CVM, que os direitos de voto correspondentes às ações detidas por cada uma das partes do acordo parassocial eram imputados às restantes. Assim, no final de 2015, a Amorim Energia detinha uma participação qualificada e respetivos direitos de voto de 38,34% no capital social da Galp.

As participações qualificadas no capital social da Galp, são calculadas de acordo com o artigo 16.º e 20.º do CVM. Segundo este artigo, os acionistas da Galp têm que notificar a Empresa sempre que as suas participações atinjam, ultrapassem ou se reduzam em relação a determinados limites. Estes limites são 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 1/3, 50%, 2/3 e 90% dos direitos de voto.

A estrutura acionista da Empresa no final do ano está sumarizada na tabela que se segue.

Estrutura acionista a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

2015	N.º Ações	Participação (%)	Participação imputável (%)
Amorim Energia, BV	317.934.693	38,34%	38,34%
Parpública	58.079.514	7,00%	7,00%
Free float	453.236.428	54,66%	54,66%
Total	829.250.635	100,00%	-

2014	N.º Ações	Participação (%)	Participação imputável (%)
Amorim Energia, B.V.	317.934.693	38,34%	46,34%
ENI S.P.A	66.337.592	8,00%	8,00%
Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.	58.079.514	7,00%	7,00%
Free float	386.898.836	46,66%	46,66%
Total	829.250.635	100,00%	-

20. RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de reservas de conversão e outras reservas é detalhada como segue:

Rubricas	dezembro 2015	dezembro 2014
Reservas de conversão cambial:		
Reservas - Dotações financeiras ("quasi capital")	(426.523)	(193.989)
Reservas - Imposto sobre Dotações financeiras ("quasi capital") (Nota 9)	156.737	77.676
	(269.786)	(116.313)
Reservas - Conversão das demonstrações financeiras	265.178	131.764
Reservas - Atualizações cambiais do Goodwill (Nota 11)	4.375	2.218
	(233)	17.669
Reservas de cobertura:		
Reservas - derivados financeiros (Nota 27)	(1.920)	(744)
Reservas - Imposto diferido sobre derivados financeiros (Nota 9)	254	-
	(1.666)	(744)
Outras reservas:		
Reservas Legais	165.850	165.850
Reservas Livres	27.977	27.977
Reservas Especiais	(443)	(443)
Reservas - Aumento de capital nas subsidiárias Petrogal Brasil, S.A. e Galp Sinopec Brazil Services B.V	2.493.088	2.493.088
Reservas - Aumento de 10,7532% em 2012 e de 0,3438% em 2013, na participação do capital da subsidiária Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	(2.027)	(2.027)
Reservas - Aumento de 33,05427% em 2015, na participação do capital da subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (Nota 3)	(571)	-
Reservas - Aumento de 33,0541% em 2015, na participação do capital da subsidiária Setgás Comercialização, S.A. (Nota 3)	450	-
Reservas - Aumento de 99% na participação do capital da subsidiária Enerfuel, S.A.	(31)	(31)
	2.684.293	2.684.414
	2.682.394	2.701.339

Reservas de conversão cambial:

A rubrica de reservas de conversão cambial reflete as variações cambiais:

i) €265.178 k relativos às diferenças cambiais positivas resultantes da conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira para Euros;

Reservas de conversão cambial - Por moeda:	Câmbio em 31 de dezembro de 2014	Saldo inicial	Variação	Saldo final	(€ k)
Dalasi da Gâmbia	51,30	(583)	(216)	(799)	42,19
Dólares dos Estados Unidos da América	1,21	247.810	317.001	564.811	1,09
Escudos de Cabo Verde	110,27	(69)	-	(69)	110,27
Francos CFA da Guiné Bissau	655,96	(202)	-	(202)	655,96
Kwanza de Angola	125,11	(1.695)	(3.101)	(4.796)	147,11
Lilangeni da Suazilândia	13,97	(296)	(916)	(1.212)	16,78
Meticais de Moçambique	40,36	(4.568)	(6.821)	(11.389)	50,50
Reais do Brasil	3,22	(108.644)	(172.572)	(281.216)	4,31
Dirham Marroquino	10,94	11	39	50	10,75
	131.764	133.414		265.178	

ii) €269.786 k relativos às diferenças cambiais negativas resultantes das dotações financeiras da Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., da Petrogal Brazil B.V., da Galp Sinopec Brazil Services B.V.e da Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.), à Petrogal Brasil, S.A., denominadas em Euros e em Dólares dos Estados Unidos, remuneradas e não remuneradas e para os quais não existe intenção de reembolso pelo que são assemelhadas a capital social ("quasi capital") fazendo igualmente parte integrante do investimento líquido naquela unidade operacional estrangeira em conformidade com a IAS 21;

iii) €4.375 k relativos às diferenças cambiais positivas resultantes da atualização cambial do *Goodwill*.

Reservas de cobertura:

A rubrica reservas de cobertura reflete as variações que ocorreram nos derivados financeiros sobre *commodities* (i.e. eletricidade) da Galp Power e taxa de juro de empreendimentos conjuntos e associadas que são contraídos para fins de cobertura da variação de preço e taxa de juro de empréstimos (denominados como sendo de "cobertura de fluxo de caixa") e respetivos impostos diferidos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante €1.920 k é referente ao justo valor dos derivados financeiros - cobertura de fluxo de caixa e o montante €254 k referente ao efeito fiscal (Nota 9).

Outras reservas:**Reservas Legais**

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 2015 a rubrica de reservas legais não teve variação uma vez que ascendem a 20% do capital social.

Reservas Especiais

Do montante de €443 k na rubrica de reservas especiais, €463 k dizem respeito a uma correção de impostos diferidos - reavaliações nos capitais próprios da subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e €20 k negativos dizem respeito a uma doação na subsidiária Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A..

Reservas - Aumentos de capital na Petrogal Brasil, S.A. e na Galp Brasil Services, B.V.

Em 28 de março de 2012 a empresa Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.), subsidiária da Tip Top Energy, SARL. (Grupo Sinopec), subscreveu e realizou um aumento de capital no montante de USD4.797.528.044,74 nas subsidiárias Petrogal Brasil, S.A. e Galp Sinopec Brazil Services B.V (anteriormente denominada Galp Brazil Services, B.V.), passando aquela empresa a deter 30% das ações e direitos de voto de ambas as subsidiárias da Galp.

Com a operação de aumento de capital, o grupo Galp manteve o controlo operacional e financeiro das Companhias, das quais passa a deter 70% do capital e dos direitos de voto, continuando, conforme IFRS 10, a consolidar os seus ativos pelo método integral. Assim a diferença entre o valor realizado de aumento de capital e valor contabilístico do capital próprio na data do aumento, foi reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas pelo montante €2.493.088 k.

Reservas - Aumento de 11,097% na participação do capital da subsidiária Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

Em julho de 2012, o Grupo adquiriu 10,7532% do capital da subsidiária Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A., que já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral. Assim a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas pelo montante €1.935 k.

Em maio de 2013, o Grupo adquiriu 0,3438% do capital da subsidiária Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A, tendo sido reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas o montante €92 k, devido à diferença entre o valor pago e o valor contabilístico.

Reservas - Aumento de 99% na participação do capital da subsidiária Enerfuel, S.A

Em julho de 2013, o Grupo adquiriu 99% do capital da Enerfuel, S.A., no âmbito do acordo celebrado em agosto de 2012 no qual se comprometia a adquirir o remanescente da participação social na data final da conclusão do projeto da unidade industrial. Dado existir o controlo por parte do Grupo, a empresa já estava a ser consolidada pelo método integral. Assim, a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas pelo montante €31 k.

Reservas - Aumento de 33,05427% na participação do capital da subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.

Em 21 dezembro de 2015, o Grupo adquiriu à Enagás – SGPS, S.A., 33,05427% do capital da subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., que já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral. Assim a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas pelo montante negativo de €571 k (Nota 3 b).

Reservas - Aumento de 33,0541% na participação do capital da subsidiária Setgás Comercialização, S.A.

Em 21 dezembro de 2015, o Grupo adquiriu à Enagás – SGPS, S.A., 33,0541% do capital da Setgás Comercialização, S.A., que já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral. Assim a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas pelo montante €450 k (Nota 3 b).

21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos interesses que não controlam incluídos no Capital Próprio, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	% de Interesses que não controlam 2014	Saldo em dezembro 2014	Capital e reservas	Dividendos atribuídos (d)	Resultados de exercícios anteriores	Reservas de conversão cambial	Resultados acumulados-Ganhos e Perdas Atuariais	Resultados do exercício	Saldo em dezembro 2015	(€ k) % de Interesses que não controlam 2015
Galp Sinopec Brazil Services B.V.	30,00%	1.127.303	-	-	-	130.063	-	11.334	1.268.700	30,00%
Petrogal Brasil, S.A.	30,00%	225.790	-	(5.649)	-	(131.640)	-	16.639	105.140	30,00%
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	(a) 33,12%	23.804	(7.903)	-	(17.473)	-	1	1.630	59	0,07%
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L	51,71%	20.247	-	(608)	-	-	-	64	19.703	51,71%
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	40,50%	15.653	-	-	-	-	-	1.443	17.096	40,50%
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.	20,00%	2.622	-	(457)	1	-	-	708	2.874	20,00%
Lusitanigás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	3,16%	1.771	-	-	-	-	-	228	1.999	3,16%
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	25,00%	1.180	-	(297)	-	-	-	353	1.236	25,00%
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	32,35%	1.100	-	(218)	(5)	-	-	162	1.039	32,35%
Setgás Comercialização, S.A.	(b) 33,05%	999	(664)	-	(448)	-	-	113	-	-
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	25,00%	643	-	(493)	-	-	-	481	631	25,00%
Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	(c) 35,00%	(709)	-	-	-	-	-	(1.531)	(2.240)	35,00%
Petrogás Guiné Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.	(c) 35,00%	(219)	-	-	-	-	-	28	(191)	35,00%
		1.420.184	(8.567)	(7.722)	(17.925)	(1.577)	1	31.652	1.416.046	

(a) A subsidiária Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., que era anteriormente detida a 66,87906% passou a ser detida a 99,93333% pelo Grupo. Decorrente do aumento de 33,05427%, registou-se na rubrica de Interesses que não controlam, o montante negativo de €25.376 k referente a variação da percentagem detida pelo Grupo (Nota 3b) e 20).

O montante negativo de €7.903 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas de capital social, outras reservas e prestações suplementares e o montante negativo de €17.473 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas resultados acumulados até a data do aumento da participação.

(b) A subsidiária Setgás Comercialização, S.A., que era anteriormente detida a 66,496% passou a ser detida a 100% pelo Grupo. Decorrente do aumento de 33,0541%, registou-se na rubrica de Interesses que não controlam, o montante negativo de €1.112 k referente a variação da percentagem detida pelo Grupo (Nota 3b e 20).

O montante negativo de €664 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas de capital social, outras reservas e prestações suplementares e o montante negativo de €448 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas resultados acumulados até a data do aumento da participação.

(c) Em 31 de dezembro de 2015, a subsidiária apresenta capitais próprios negativos. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquela subsidiária, motivo pelo qual os interesses que não controlam apresentam um saldo devedor.

(d) Do montante de €7.722 k de dividendos atribuídos, foram liquidados €2.693 k no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 30).

22. EMPRÉSTIMOS

Detalhe dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	dezembro 2015		dezembro 2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos	162.439	1.152.214	182.845	1.116.991
Descobertos bancários (Nota 18)	85.755	-	120.586	-
Desconto de letras	2.174	-	3.668	-
	250.368	1.152.214	307.099	1.116.991
Origination Fees	(3.578)	(1.183)	(3.856)	(3.590)
	246.790	1.151.031	303.243	1.113.401
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	1	384	2	177
	1	384	2	177
	246.791	1.151.415	303.245	1.113.578
Empréstimos por obrigações e notes:				
Empréstimos Obrigacionistas	250.000	920.000	-	1.770.000
Notes	-	1.000.000	-	500.000
	250.000	1.920.000	-	2.270.000
Origination Fees	(4.244)	(11.890)	-	(22.459)
	245.756	1.908.110	-	2.247.541
	492.547	3.059.525	303.245	3.361.119

Os empréstimos corrente e não corrente, excluindo origination fees, descobertos bancários e descontos de letras, em 31 de dezembro de 2015 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

Vencimento	Empréstimos		
	Total	Corrente	Não Corrente
2016	412.440	412.440	-
2017	460.066	-	460.066
2018	640.056	-	640.056
2019	709.479	-	709.479
2020	657.047	-	657.047
2021	535.049	-	535.049
2022	25.901	-	25.901
2023 e seguintes	45.000	-	45.000
	3.485.038	412.440	3.072.598

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a totalidade dos empréstimos obtidos encontram-se expressos nas seguintes moedas como segue:

Divisa	dezembro 2015		dezembro 2014	
	Montante Global Inicial	Montante em Dívida (€ k)	Montante Global Inicial	Montante em Dívida (€ k)
Dólares dos Estados Unidos da América USD	126.000	115.734	326.000	268.512
Escudos de Cabo Verde CVE	48.377	439	307.939	2.793
Euros EUR	3.662.172	3.368.865	3.519.888	3.296.143
Meticais MZN	-	-	96.369	2.388
	3.485.038		3.569.836	

A taxa de juro média dos empréstimos, incluindo custos com descobertos bancários, suportada pelo Grupo, em 2015 e 2014, ascendem a 3,75% e 4,21% respetivamente.

Caraterização dos principais empréstimos

Emissões Papel Comercial

A 31 de dezembro de 2015, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de €1.065.000 k, que se repartem em €490.000 k de médio e longo prazo e €575.000 k de curto prazo. Destes montantes estão utilizados €490.000 k a médio e longo prazo.

Estas emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de spreads variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém-se inalterada durante o respetivo prazo de emissão.

Empréstimos bancários

Detalhe dos principais empréstimos bancários, à data de 31 de dezembro de 2015:

Entidade	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso	(€ k)
Banco Itaú	115.734	Liber 6M + spread	abril 17	50% em abril 16 50% em abril 17	
UniCredit Bank Austria	150.000	Euribor 6M + spread	abril 20	abril 20	
	265.734				

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos o montante de €41.130 k, realizados pelas empresas Agroger - Sociedade de Cogeração do Oeste S.A., Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A. e CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A..

Detalhe dos principais empréstimos contratualizados com o Banco Europeu de Investimento, à data de 31 de dezembro de 2015:

Entidade	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso	(€ k)
BEI (cogeração do Porto)	50.000	Taxa fixa	outubro 17	outubro 17	
BEI (Tranche A - Cogeração de Sines)	22.565	Taxa fixa	setembro 21	Prestações semestrais com início em março 10	
BEI (Tranche B - Cogeração de Sines)	11.761	Euribor 6M + Spread	março 22	Prestações semestrais com início em setembro 10	
BEI (Tranche A - Conversão refinarias)	234.000	Taxa fixa revisível	fevereiro 25	Prestações semestrais com início em agosto 12	
BEI (Tranche B - Conversão refinarias)	156.000	Taxa fixa	fevereiro 25	Prestações semestrais com início em agosto 12	
	474.326				

Adicionalmente, o Grupo tem outros empréstimos contratualizados com o BEI no montante de €43.022 k.

Os financiamentos contratados com o Banco Europeu de Investimento destinados à concretização dos projetos da cogeração da refinaria de Sines, da cogeração da refinaria do Porto e da tranche A do projeto de conversão das refinarias de Sines e do Porto são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A..

O restante financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento, no montante em dívida de €199.022 k, são garantidos por Sindicato Bancário.

Empréstimos obrigacionistas

Detalhe por empréstimo obrigacionista, à data de 31 de dezembro de 2015 :

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso	(€ k)
GALP ENERGIA/2013-2017 €600 M. FRN	500.000	Euribor 6M + spread	maio 17	50% em maio 16 50% em maio 17	
GALP ENERGIA/2012-2018 FRN	260.000	Euribor 3M + spread	fevereiro 18	fevereiro 18	
GALP ENERGIA/2013 - 2018	110.000	Euribor 3M + Spread	março 18	março 18	
GALP ENERGIA/2013-2018 €200 M.	200.000	Euribor 6M + spread	abril 18	abril 18	
GALP ENERGIA/2012-2020	100.000	Euribor 6M + spread	junho 20	junho 20	
	1.170.000				

Emissões de Notes

A Galp estabeleceu, no âmbito do seu plano de financiamento, um Programa de EMTN (“EUR 5,000,000,000 Euro Medium Term Note Program”).

Detalhe por emissão, à data de 31 de dezembro de 2015:

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	(€ k)
Galp 4,125% 01.2019	500.000	Taxa fixa 4,125%	janeiro 2019	janeiro 2019
Galp 3,000% 01.2021	500.000	Taxa fixa 3,000%	janeiro 2021	janeiro 2021
1.000.000				

23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

O Grupo proporciona aos seus colaboradores 3 planos de benefício definido não contributivos pelos participantes e um plano de contribuição definida, contributivo. Adicionalmente, proporciona benefícios relativos ao seguro de saúde, seguro de vida e complemento do plano de contribuição definida em caso de morte ou invalidez.

Os três planos de benefício definido são os seguintes:

O Plano de Pensões da Petrogal prevê os seguintes benefícios

- Complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez;
- Complementos de pensões de sobrevivência (morte no ativo e pós-reforma);
- Pensão de reforma antecipada;
- Pensão de pré-reforma;
- Prémio de reforma; e
- Seguro social voluntário.

O Fundo de Pensões fechado da Petrogal tem como objetivo o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e ainda de pensões de sobrevivência ao abrigo do Plano de Pensões da Petrogal.

O Plano de Pensões do Grupo GDP prevê os seguintes benefícios:

- Complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez;
- Complementos de pensões de sobrevivência (morte no ativo e pós reforma)
- Pensão de reforma antecipada; e
- Pensão de pré-reforma.

O Fundo de Pensões fechado do Grupo GDP tem como objetivo o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e ainda de pensões de sobrevivência ao abrigo do Plano de Pensões do Grupo GDP.

O Plano de Pensões da Sacor Marítima prevê os seguintes benefícios:

- Complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez;
- Complementos de pensões de sobrevivência (morte no ativo e pós reforma); e
- Pensão de pré-reforma.

O Fundo de Pensões fechado da Sacor Marítima tem como objetivo o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e ainda de pensões de sobrevivência ao abrigo do Plano de Pensões da Sacor Marítima.

Para o cálculo das responsabilidades destes planos de benefício definidos foram utilizados dois cenários:

- Cenário de Financiamento – utilizado pelo grupo Galp para apuramento das responsabilidades passadas; e
- Cenário do Nível Mínimo de Solvência – cenário que utiliza os pressupostos recomendados para o apuramento do valor mínimo de financiamento dos Fundos de Pensões (Norma nº 21/96-R).

As responsabilidades apresentadas neste relatório foram calculadas com base no método *Projected Unit Credit*. O princípio subjacente a este método é o de custear os benefícios de cada participante do plano à medida que vão sendo acumulados, tendo em consideração o crescimento futuro dos custos associados ao benefício em análise. Assim, o custo total relativo a cada um dos participantes é dividido em unidades, cada uma das quais associadas a um ano de serviço passado ou futuro.

A responsabilidade acumulada de um indivíduo é o valor atual dos benefícios acumulados, para efeitos de avaliação, na data de referência.

As Responsabilidades por Serviços Passados (RSP) resultam da soma das responsabilidades acumuladas para todos os participantes do plano.

O Plano de Pensões da Petrogal é do tipo *Final Pay*, complementar do regime público de Segurança Social, de acordo com as regras oficialmente em vigor em 31 de dezembro de 1993.

Os benefícios de Reforma (velhice e invalidez) e Sobrevivência são pagos diretamente pelo Fundo de Pensões. Os benefícios de Reforma Antecipada, Pré-reforma, seguro Social Voluntário e Prémio de Reforma são pagos através de provisões contabilísticas criadas para o efeito, não estando a cargo do Fundo de Pensões.

O Plano de Pensões do Grupo GDP é do tipo *Final Pay*.

Os benefícios garantidos ao abrigo do Plano são pagos diretamente pelo Fundo de Pensões. No caso das pensões de Reforma Antecipada, o benefício é pago pelo Fundo a 2 reformados antecipadamente cuja reforma antecipada se iniciou antes de 30/09/2009, sendo as responsabilidades associadas aos restantes reformados antecipadamente e Pré-reformados, bem como aos futuros casos, financiadas através de uma provisão contabilística criada para o efeito.

O Plano de Pensões da Sacor Marítima é do tipo *Final Pay*, complementar dos regimes públicos.

Os benefícios garantidos ao abrigo do Plano são pagos diretamente pelo Fundo de Pensões, sendo as responsabilidades associadas aos Pré-reformados financiadas através de uma provisão contabilística criada para o efeito.

A Galp oferece ainda aos seus colaboradores um plano de contribuição definida, do qual são atualmente associadas as seguintes empresas: Galp Energia SGPS, Petróleos de Portugal-PETROGAL, S.A., Galp Energia S.A., Lisboagás GDL, Galp Exploração e Produção Petrolífera S.A., SAAGA-Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A., Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A., Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A., Galp Gás Natural Distribuição, S.A., Galp Gás Natural, S.A., Galp Gas & Power, SGPS, S.A., Galp Power, S.A., Lusitanagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A., Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A., e Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A..

No Plano de Contribuição Definida, os benefícios a atribuir aos colaboradores são os resultantes das contribuições da empresa e dos próprios, efetuadas até ao momento da idade da reforma.

As Empresas efetuam contribuições de 3% sobre o salário pensionável e efetuam contribuição *matching* de valor igual à contribuição do colaborador até ao limite de 1% do seu salário pensionável.

O custo é anual e fixo em percentagem e não tem risco face a alterações da esperança de vida, rendibilidade do fundo, contribuições da Segurança Social, não sendo necessárias avaliações atuariais.

Este plano de contribuição definida contempla ainda um benefício mínimo em caso de morte ou invalidez no ativo, através de atribuição de uma pensão total mínima a acrescer à da Segurança Social, que garanta uma pensão total mínima igual a 50% do salário pensionável do trabalhador à data de ocorrência.

Todos os planos de pensões do grupo Galp são regulados pela legislação portuguesa aplicada aos fundos de pensões e supervisionados pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões).

Compete à Sociedade Gestora a prática de todos os atos e operações necessários ou convenientes à boa administração e gestão do fundo, de acordo com o estabelecido no contrato constitutivo e no contrato de gestão do fundo.

A CGD Pensões é a sociedade gestora do fundo da Petrogal, o BPI Vida e Pensões gera o fundo GDP e a Pensões Gere é a sociedade gestora do fundo de pensões da Sacor Marítima.

O benefício do Seguro de Saúde serve para cobrir despesas médicas/hospitalares de acordo com as apólices vigentes.

O benefício do Seguro de Vida serve para garantir a proteção financeira dos colaboradores e/ou cônjuges e filhos em caso de morte ou invalidez e de acordo com as apólices vigentes.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os patrimónios do Fundo de Pensões Petrogal, do Fundo de Pensões Sacor Marítima e Fundo de Pensões GDP, valorizadas ao justo valor, apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora respetiva:

	(€ k)	dezembro 2015	dezembro 2014
Obrigações		182.803	218.366
Ações		61.862	65.531
Investimentos alternativos		10.066	11.304
Imobiliário		32.840	32.678
Liquidez		30.039	7.071
		317.610	334.950

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, das empresas do Grupo apenas a Lisboagás, S.A. efetuou dotação para Fundo de Pensões no montante de €1.650 k.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

Rubricas	2015			2014		
	Ativo (Nota 14)	Passivo	Capital Próprio	Ativo (Nota 14)	Passivo	Capital Próprio
Benefícios pós-emprego						
Afetas ao fundo	176	(4.835)	42.009	10.635	(1.276)	26.742
Reformados	-	(3.433)	2.001	-	(3.565)	1.614
Pré-reformas	-	(67.175)	9.006	-	(72.930)	9.239
Reformas antecipadas	-	(83.152)	5.806	-	(75.473)	3.042
Prémios de reforma	-	(6.919)	43	-	(6.974)	(168)
Seguro social voluntário	-	(2.319)	3.543	-	(2.600)	3.473
Outros	-	(406)	(91)	-	(384)	(122)
Outros benefícios						
Cuidado de saúde	-	(241.635)	85.769	-	(236.627)	80.348
Seguro de vida	-	(3.129)	66	-	(2.919)	(204)
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	-	(8.537)	(1.621)	-	(7.843)	(148)
	176	(421.540)	146.531	10.635	(410.591)	123.816

A rubrica Afetas ao Fundo no montante de €4.835 k inclui €170 k relativos ao Plano por Velhice e por Invalidez - Amortização do défice do Plano de Benefício Definido da subsidiária SAAGA – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S. A.. Até 31 de dezembro de 2009, o benefício de reforma consistiu num plano de benefícios definidos. Em 3 de maio de 2010, foi alterado este esquema de benefícios de reforma passando os mesmos a ser de contribuição definida (plano existente ao nível do grupo Galp). Assim, para as responsabilidades com pensões para velhice e invalidez existentes em 3 de maio de 2010 no montante de €394 k, correspondentes ao montante daquelas responsabilidades que não se encontravam cobertas pelo património do fundo de pensões, foi acordado um plano de amortização daquele diferencial durante o período de dez anos, acrescido de juros. Em 31 de dezembro de 2015, o valor destas responsabilidades ascende a €170 k.

A rubrica Reformados no montante de €3.433 k inclui €37 k relativos provisão para fazer face às responsabilidades futuras assumidas pela subsidiária Petrogal Moçambique, Lda. para com os empregados reformados até 1990 (antes da criação do sistema de segurança social de Moçambique).

A rubrica de Pré-reformas no montante de €67.175 k inclui €1.754 k e €222 k das subsidiárias Lisboagás, S.A. e BEIRAGÁS - Companhia de Gás das Beiras, S.A. respetivamente, para fazerem face a pré-reformas já acordadas e que só irão ser efetivadas em 2016.

Adicionalmente, o Grupo tem ainda um montante de €179 k para reformas antecipadas que se encontram acordadas, mas que apenas serão efetivadas em 2016.

A rubrica de Custos com pessoal – Benefícios de reforma no montante de €35.369 k (Nota 6) inclui essencialmente: (i) €714 k referentes a benefícios afetas ao fundo; (ii) €32.730 k dos restantes benefícios de reforma; (iii) uma perda de €6.574 k dos outros benefícios; (iv) €3.620 k do plano de contribuição definida e (v) um ganho de €8.287 k referentes a pré-reformas e reformas antecipadas não incluídas nos outros benefícios.

A diferença de €26.129 k, no detalhe do Capital próprio apresentado acima e a rubrica de Resultados acumulados – Ganhos e perdas atuariais – fundo de pensões da demonstração consolidada das alterações no capital respeita ao montante de imposto diferido.

O quadro que se segue apresenta o número de participantes e beneficiários classificados por categoria:

	dezembro 2015	dezembro 2014
Ativos	1.880	1.990
Pré-Reformados	370	352
Reformas Antecipadas	341	305
Reformas Invalidez	83	84
Reformas Velhice	2.968	3.028
Pensionistas Viúvez/Orfandade	1.773	1.750
	7.415	7.509

Durante o ano de 2015 existiram 66 novos casos de Pré-Reforma, 44 novos caso de Reforma Antecipada e 6 saídas por rescisão por mútuo acordo.

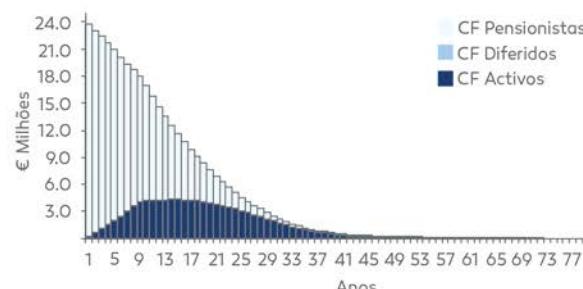
A maturidade média das responsabilidades, para os planos de benefício definido, é de 10,4 anos.

Distribuição de pagamentos associados aos Fundos de Pensões Petrogal e Grupo GDP:

PETROGAL



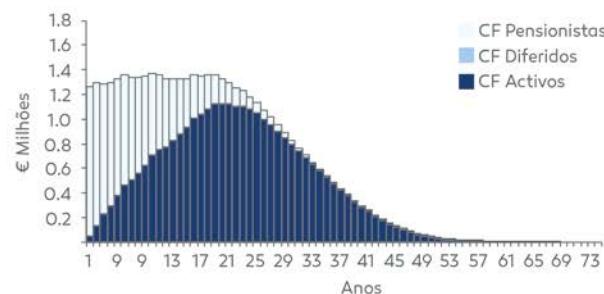
Mínimo de Solvência



GRUPO GDP



Mínimo de Solvência



Os pressupostos utilizados para o cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	(€ k)	Grupo em Portugal	
		2015	2014
Pressuposto			
Taxa de rendimentos dos ativos	2,50%	2,75%	
Taxa técnica de juro	2,50%	2,75%	
Taxa de crescimento dos salários	1,00%	1,00%	
Taxa de crescimento das pensões	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	
Tábuas de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	
Tábuas de mortalidade reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	
Tábuas de invalidez	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%	
Idade normal de reforma	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	
Método	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada	

(€ k)

	Grupo em Portugal	2015	2014
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)			
RSP no final do exercício anterior		325.515	333.875
Custo dos Serviços Correntes		773	1.260
Juro Líquido		8.604	12.043
(Ganhos)/Perdas Atuariais		13.539	21.326
Pagamento de benefícios efetuados pelo Fundo		(25.208)	(26.154)
Alterações ao plano de benefícios		(756)	-
Cortes - Reformas antecipadas		694	747
Cortes - Pré-reformas		20	(210)
Cortes - Rescisões Mútuo Acordo		-	(179)
Cortes - Migração para CD		(896)	(17.194)
Liquidações		(9)	-
Outros Ajustamentos		(1)	1
RSP no final do exercício corrente		322.275	325.515
Evolução dos Ativos Financeiros de Cobertura (Fundo)			
Valor dos ativos no final do exercício anterior		334.950	338.735
Juro líquido		8.863	12.226
Contribuição do Associado		1.650	-
Pagamento de benefícios		(25.208)	(26.154)
Cortes - Migração para CD		(896)	(17.194)
Ganhos/(perdas) Financeiras		(1.749)	27.337
Valor dos ativos no final do exercício corrente		317.610	334.950
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral			
(Ganho)/perda atuarial de experiência		6.176	(6.504)
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos		7.363	27.830
(Ganho)/perda financeira		1.749	(27.337)
Outros impactos		(15.288)	6.011
Remensuração por reconhecer no final do exercício		-	-
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira			
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)		9.435	4.860
Custo líquido do exercício		(462)	(1.435)
Contribuições do Associado		1.650	-
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral		(15.288)	6.011
Efeito de outros ajustamentos		-	(1)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)		(4.665)	9.435
Custo Líquido do Exercício			
Custo dos Serviços Correntes		773	1.260
Juro Líquido		(259)	(183)
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais		514	1.077
Impacto de cortes- Reformas Antecipadas		694	747
Impacto de cortes- Pré-Reformas		20	(210)
Impactos liquidações		(9)	(179)
Outros ajustamentos		(756)	-
Custo Líquido do Exercício		463	1.435
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral			
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício		24.404	30.415
(Ganho)/perda atuarial de experiência		6.176	(6.504)
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos		7.363	27.830
(Ganho)/perda financeira		1.749	(27.337)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício		39.692	24.404

As alterações ao plano de benefícios decorrem da adoção do novo Acordo de Empresa (AE), com efeito a 1 de janeiro de 2016. Considerou-se a população ativa ao abrigo do novo AE. Esta alteração causou uma redução de €756 k contabilizados como custo de serviços passados.

As perdas atuariais decorrentes das responsabilidades por serviços passados ocorridas no exercício de 2015 no montante de €13.539 k poderão ser segregadas conforme segue:

- por alteração de pressupostos: perdas no valor de €7.363 k. Este montante é relativo apenas à alteração da taxa de desconto. Dado que a alteração da INR decorreu da alteração da legislação, o impacto foi considerado como ganho/perda por experiência;
- por experiência: perdas no valor de €6.176 k.

As perdas financeiras decorrentes dos Fundos, no montante de €1.749 k, resultam da diferença entre o valor estimado para a evolução do Fundo e o valor real apresentado no ponto anterior, conforme se detalha abaixo :

	(€ k)			
	Estimado	Real	Desvios	Data Valor
Saldo Inicial	334.950	334.950	-	31/12/14
Pensões	(25.286)	(25.208)	78	2015
Direitos adquiridos	-	-	-	2015
Contribuições Associado	1.486	1.650	164	2015
Contribuições Participante	-	-	-	2015
Transferência para o Fundo Pensões Galp Energia (relativamente à migração de colaboradores para o Plano CD)	-	(896)	(896)	2015
Total Movimentos	(23.800)	(24.454)	(654)	2015
Rendimento do Fundo	8.863	7.114	(1.749)	2015
Saldo Final	320.013	317.610	(2.403)	31/12/15

Os desvios financeiros ocorridos no exercício de 2015 foram de €2.403 k, conforme detalhe do quadro acima.

(€ k)

	Grupo em Espanha	
	2015	2014
Pressuposto		
Taxa de rendimentos dos ativos	2,45%	2,30%
Taxa técnica de juro	2,45%	2,30%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	PERMF 200OP	PERMF 200OP
Tábua de mortalidade reformados	PERMF 200OP	PERMF 200OP
Tábua de invalidez		
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)		
RSP no final do exercício anterior	431	372
Custo dos Serviços Correntes	5	10
Juro Líquido	10	13
(Ganhos)/Perdas Atuariais	1	74
Liquidações	-	21
Outros Ajustamentos	(13)	(59)
RSP no final do exercício corrente	434	431
Evolução dos Ativos Financeiros de Cobertura (Fundo)		
Valor dos ativos no final do exercício anterior	554	428
Juro líquido	12	15
Contribuição do Associado	22	(26)
Liquidações	-	21
Ganhos/(perdas) Financeiras	22	116
Valor dos ativos no final do exercício corrente	610	554
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira		
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	123	56
Custo líquido do exercício	10	52
Contribuições do Associado	22	(26)
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	21	41
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	176	123
Custo Líquido do Exercício		
Custo dos Serviços Correntes	5	10
Juro Líquido	(2)	(2)
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	3	8
Impactos liquidações	(13)	(59)
Custo Líquido do Exercício	(10)	(51)
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral		
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	2.338	2.379
(Ganho)/perda atuarial de experiência	13	(17)
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	(12)	92
(Ganho)/perda financeira	(22)	(116)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	2.317	2.338

Outros benefícios de reforma não afetos aos fundos:

	Reformados	Pré-reformas	Reformas Antecipadas	Prémios de Reforma	Seguro Social Voluntário	Outros	(€ k)
	Reformados	Pré-reformas	Reformas Antecipadas	Prémios de Reforma	Seguro Social Voluntário	Outros	Total
Pressuposto							
Taxa técnica de juro	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento dos salários	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	[0,05% - 1,40%]	[0,05% - 1,40%]	[0,0% - 1,40%]
Tábuas de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011						
Tábuas de mortalidade reformados	INE 2009-2011						
Tábuas de invalidez	EVK 80 - 50%						
Idade normal de reforma	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65
Método	Unidade de Crédito Projetada						
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)							
RSP no final do exercício anterior	3.513	60.515	75.473	6.974	2.600	384	149.459
Custo dos Serviços Correntes	-	9	498	228	-	5	740
Juro Líquido	88	1.471	1.925	189	65	10	3.748
(Ganhos)/Perdas Atuariais	387	(248)	2.763	211	70	28	3.211
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(587)	(15.199)	(11.115)	(557)	(452)	(21)	(27.931)
Cortes - Reformas antecipadas	-	-	13.636	(127)	36	-	13.545
Cortes - Pré-reformas	-	18.651	(207)	30	-	-	18.474
Liquidações	-	-	-	(29)	-	-	(29)
RSP no final do exercício corrente	3.401	65.199	82.973	6.919	2.319	406	161.217
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira							
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(3.513)	(60.515)	(75.473)	(6.974)	(2.600)	(384)	(149.459)
Custo Líquido do exercício	(88)	(20.131)	(15.852)	(291)	(101)	(15)	(36.478)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	587	15.199	11.115	557	452	21	27.931
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(387)	248	(2.763)	(211)	(70)	(28)	(3.211)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	(3.401)	(65.199)	(82.973)	(6.919)	(2.319)	(406)	(161.217)
Custo Líquido do Exercício							
Custo dos Serviços Correntes	-	9	498	228	-	5	740
Juro Líquido	88	1.471	1.925	189	65	10	3.748
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	88	1.480	2.423	417	65	15	4.488
Impacto de cortes- Reformas Antecipadas	-	-	13.636	(127)	36	-	13.545
Impacto de cortes- Pré-Reformas	-	18.651	(207)	30	-	-	18.474
Impactos liquidações	-	-	-	(29)	-	-	(29)
Custo Líquido do Exercício	88	20.131	15.852	291	101	15	36.478
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral							
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	1.614	9.239	3.042	(168)	3.473	(119)	17.081
(Ganho)/perda atuarial de experiência	350	(1.210)	1.705	46	54	17	962
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	37	962	1.059	165	16	11	2.250
Outros impactos	-	15	-	-	-	-	15
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	2.001	9.006	5.806	43	3.543	(91)	20.308
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	2.001	9.006	5.806	43	3.543	(91)	20.308

	2014						(€ k)
	Reformados	Pré-reformas	Reformas Antecipadas	Prémios de Reforma	Seguro Social Voluntário	Outros	Total
Pressuposto							
Taxa técnica de juro	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%	
Taxa de crescimento dos salários	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	
Taxa de crescimento das pensões	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	[0,05% - 1,40%]	0,00%	
Tábuas de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011						
Tábuas de mortalidade reformados	INE 2009-2011						
Tábuas de invalidez	EVK 80 - 50%						
Idade normal de reforma	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	
Método	Unidade de Crédito Projetada						
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)							
RSP no final do exercício anterior	3.754	37.945	60.388	7.919	1.666	554	112.226
Custo dos Serviços Correntes	-	7	470	293	-	14	784
Juro Líquido	129	1.234	2.094	289	57	20	3.823
(Ganhos)/Perdas Atuariais	253	8.596	8.359	(1.191)	912	39	16.968
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(623)	(11.790)	(9.585)	(6)	(402)	(27)	(22.433)
Cortes - Reformas antecipadas	-	-	13.981	(238)	367	-	14.110
Cortes - Pré-reformas	-	24.523	(224)	(41)	-	-	24.258
Cortes - Ativos	-	-	-	-	-	(216)	(216)
Liquidações	-	-	(10)	(51)	-	-	(61)
RSP no final do exercício corrente	3.513	60.515	75.473	6.974	2.600	384	149.459
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira							
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(3.754)	(37.945)	(60.388)	(7.919)	(1.666)	(554)	(112.226)
Custo líquido do exercício	(129)	(25.764)	(16.311)	(252)	(424)	182	(42.698)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	623	11.790	9.585	6	402	27	22.433
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(253)	(8.596)	(8.359)	1.191	(912)	(39)	(16.968)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	(3.513)	(60.515)	(75.473)	(6.974)	(2.600)	(384)	(149.459)
Custo Líquido do Exercício							
Custo dos Serviços Correntes	-	7	470	293	-	14	784
Juro Líquido	129	1.234	2.094	289	57	20	3.823
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	129	1.241	2.564	582	57	34	4.607
Impacto de cortes- Reformas Antecipadas	-	-	13.981	(238)	367	-	14.110
Impacto de cortes- Pré-Reformas	-	24.523	(224)	(41)	-	-	24.258
Impacto de cortes- Ativos	-	-	-	-	-	(216)	(216)
Impactos liquidações	-	-	(10)	(51)	-	-	(61)
Custo Líquido do Exercício	129	25.764	16.311	252	424	(182)	42.698
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral							
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	1.361	643	(5.317)	1.024	2.561	(120)	152
(Ganho)/perda atuarial de experiência	104	6.870	4.720	(1.787)	834	1	10.742
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	149	1.726	3.639	595	78	37	6.224
Outros impactos	-	-	-	-	-	(37)	(37)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	1.614	9.239	3.042	(168)	3.473	(119)	17.081
Interesses que não controlam	-	6	-	-	-	-	6
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	1.614	9.233	3.042	(168)	3.473	(119)	17.075

Conforme mencionado na Nota 2.10, em 31 de dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida dando a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. Foi reconhecido, durante o exercício de 2015, um custo na rubrica de custos com o pessoal no montante de €3.620 k relativo às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp, a favor dos seus empregados, em contrapartida de entrega à sociedade gestora deste fundo.

Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)

Conforme referido na Nota 2.11, o Grupo tem registado em 31 de dezembro de 2015, uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com cuidados de saúde, seguro de vida por serviços passados dos ativos e responsabilidades totais da restante população e com o benefício mínimo do plano de contribuição definida. O valor atual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos atuariais utilizados no seu cálculo, são os seguintes:

	2015			(€ k)
	Cuidados de Saúde	Seguro de Vida	Benefício mínimo do plano contribuição definida	Total
Pressuposto				
Taxa técnica de juro	2,50%	2,50%	2,50%	
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	1,00%	1,00%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	
Tábua de invalidez	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%	
Idade normal de reforma	66*	66*	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	
Método	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)				
RSP no final do exercício anterior	236.627	2.919	7.843	247.389
Custo dos Serviços Correntes	4.533	92	1.440	6.065
Juro Líquido	6.361	77	215	6.653
(Ganhos)/Perdas Atuariais	5.420	275	(1.473)	4.222
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(11.306)	(234)	-	(11.540)
Outros Ajustamentos	-	-	512	512
RSP no final do exercício corrente	241.635	3.129	8.537	253.301
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira				
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(236.627)	(2.919)	(7.843)	(247.389)
Custo líquido do exercício	(10.894)	(169)	(2.164)	(13.227)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	11.306	234	-	11.540
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(5.420)	(275)	1.473	(4.222)
Efeito de outros ajustamentos	-	-	(3)	(3)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	(241.635)	(3.129)	(8.537)	(253.301)
Custo Líquido do Exercício				
Custo dos Serviços Correntes	4.533	92	1.440	6.065
Juro Líquido	6.361	77	215	6.653
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	10.894	169	1.655	12.718
Outros ajustamentos	-	-	509	509
Custo Líquido do Exercício	10.894	169	2.164	13.227
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral				
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	80.348	(204)	(148)	79.996
(Ganho)/perda atuarial de experiência	(3.336)	209	(1.595)	(4.722)
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	8.757	66	122	8.945
Outros impactos	-	(5)	-	(5)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	85.769	66	(1.621)	84.214
Interesses que não controlam (Nota 21)	1	(3)	14	12
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	85.768	69	(1.635)	84.202

* Para a empresa Lisboagás, S.A. consideram-se satisfeitas as condições de reforma quando atingidos os 40 anos de serviço, 35 de serviço e uma idade igual ou superior a 60 anos ou quando atingidos os 66 anos ou 65 anos de idade com pelo menos 43 anos descontos para a Segurança Social a essa idade (primeira ocorrência de entre as 4 condições).

O custo dos serviços correntes, no montante total de €6.065 k foi registado pelo Grupo na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de custos com o pessoal (Nota 6).

O juro líquido, no montante total de €6.653 k foi registado pelo Grupo na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de outros juros suportados (Nota 8).

	2014		(€ k)	
	Cuidados de Saúde	Seguro de Vida	Benefício mínimo do plano contribuição definida	Total
Pressuposto				
Taxa técnica de juro	2,75%	2,75%	2,75%	
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	1,00%	1,00%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	GKF95	
Tábua de invalidez	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%	
Idade normal de reforma	66*	66*	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	
Método	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)				
RSP no final do exercício anterior	211.532	3.615	4.872	220.019
Custo dos Serviços Correntes	3.736	118	1.024	4.878
Juro Líquido	7.734	131	182	8.047
(Ganhos)/Perdas Atuariais	24.221	(742)	1.765	25.244
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(10.596)	(203)	-	(10.799)
RSP no final do exercício corrente	236.627	2.919	7.843	247.389
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira				
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(211.532)	(3.615)	(4.872)	(220.019)
Custo líquido do exercício	(11.470)	(249)	(1.206)	(12.925)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	10.596	203	-	10.799
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(24.221)	742	(1.765)	(25.244)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	(236.627)	(2.919)	(7.843)	(247.389)
Custo Líquido do Exercício				
Custo dos Serviços Correntes	3.736	118	1.024	4.878
Juro Líquido	7.734	131	182	8.047
Custo Líquido do Exercício	11.470	249	1.206	12.925
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral				
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	56.127	538	(1.913)	54.752
(Ganho)/perda atuarial de experiência	(6.707)	(980)	1.328	(6.359)
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	30.928	238	437	31.603
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	80.348	(204)	(148)	79.996
Interesses que não controlam (Nota 21)	1	(3)	14	12
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	80.347	(201)	(162)	79.984

* Para a empresa Lisboágás, S.A. consideram-se satisfeitas as condições de reforma quando atingidos os 40 anos de serviço, 35 de serviço e uma idade igual ou superior a 60 anos ou quando atingidos os 66 anos ou 65 anos de idade com pelo menos 43 anos descontos para a Segurança Social a essa idade (primeira ocorrência de entre as 4 condições).

De acordo com os estudos atuariais elaborados pela entidade especializada, a estimativa de contribuição, para os vários planos de benefício definido, para 2016 é de €44.572 k.

Variação da taxa de desconto

A passagem da taxa de desconto de 2,75% a 2,50% do ano de 2014 para 2015, reflete o decréscimo ocorrido nas taxas de juro de referência do mercado.

Análise de sensibilidade da taxa de desconto

Foi efetuada uma análise de sensibilidade, com vista a medir o impacto nas responsabilidades causado pela alteração da taxa de desconto (excepto para o grupo em Espanha). Para este efeito, considerámos uma variação negativa de 25 b.p. na taxa de desconto.

Responsabilidades	Taxa de desconto 2,50%	Taxa de desconto 2,25%	Variação	(€ k)
Benefícios de reforma:				
Afetas ao fundo de pensões	322.275	329.952	2,38%	
Não afetas ao fundo de pensões	161.217	163.019	1,12%	
	483.492	492.971		
Outros benefícios:				
Cuidados de saúde	241.635	250.964	3,86%	
Seguro de vida	3.129	3.198	2,20%	
Benefício mínimo do plano contribuição definida	8.537	8.667	1,52%	
	253.301	262.829		
	736.793	755.800		

Taxa de tendência dos custos médicos

A taxa de crescimento de custos médicos de médio longo prazo considerada pelo grupo Galp, com base nas taxas históricas de crescimento dos prémios e da sinistralidade, é de 4%. A análise de sensibilidade efetuada, reflete que um aumento de 1% na taxa de crescimento dos prémios implica um acréscimo de 17% nas responsabilidades (€40.140 k), enquanto que um decréscimo de 1% na taxa de crescimento dos prémios resulta num decréscimo de 13% das responsabilidades (€31.875 k).

Análise de sensibilidade do seguro de saúde

Rubricas	3,00%	4,00%	5,00%	(€ k)
Custo dos Serviços Correntes	209.760	241.635	281.775	
Impacto nas Responsabilidades por Serviços Passados	(31.875)	-	40.140	

Análise histórica dos ganhos e perdas atuariais

A análise histórica dos ganhos e perdas atuariais foi realizada com referência ao Fundo de Pensões da Petrogal.

Taxa de desconto	2,50%	2,75%	3,75%	4,50%	5,25%	5,25%	5,25%	6,10%	5,45%
	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Valor das Responsabilidades (a)	288.409	293.615	302.461	342.720	336.401	329.908	339.565	311.357	328.220
Valor do Fundo (b)	285.777	304.127	306.892	320.518	288.047	304.235	308.472	302.572	333.403
Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais	(11.319)	(19.062)	35.491	(6.483)	(8.694)	8.833	(32.210)	12.871	24.205
Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais por alteração de pressupostos	(6.307)	(24.452)	44.243	4.055	-	-	(27.009)	20.337	30.430
Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais por experiência (c)	(5.012)	5.390	(8.752)	(10.538)	(8.694)	8.833	(5.201)	(7.466)	(6.225)
Ganhos (+) e Perdas (-) Financeiros (d)	(1.806)	26.365	(2.744)	20.213	(15.219)	1.706	11.013	(26.840)	(7.363)
(c)/(a)	-2%	2%	-3%	-3%	-3%	3%	-2%	-2%	-2%
(d)/(b)	-1%	9%	-1%	6%	-5%	1%	4%	-9%	-2%
Retorno Real dos Ativos do Plano (%)	2,1%	12,7%	3,6%	12,5%	0,3%	4,8%	8,9%	-2,9%	3,1%
Retorno Real dos Ativos do Plano	6.231	37.426	11.128	36.200	125	15.857	25.535	(9.796)	9.694

Os Planos de Pensões de Benefício Definido e os Cuidados de Saúde e Vida pós emprego do Grupo estão expostos a vários riscos, dos quais se destacam os seguintes:

a) Risco de Longevidade

Longevidade real superior à projetada poderá refletir-se num aumento de responsabilidades.

b) Risco de Taxa de Juro de Obrigações

Uma diminuição da taxa de juro de referência usada como taxa de desconto, leva ao aumento de responsabilidades, que pode ser mitigado nos casos em que existe um fundo como veículo de financiamento, pela exposição dos ativos ao segmento Obrigacionista.

c) Risco de Investimento

Os principais riscos de Investimento são o risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de mercado acionista e risco cambial. As implicações que o nível de risco subjacente à política de Investimento poderá ter no cumprimento do mínimo de solvência do fundo, resultam de oscilações da taxa de juro, da exposição aos mercados acionistas e alternativos, resultarem numa performance inferior à taxa de desconto. Sendo, neste caso específico, o risco de oscilação de taxa de juro o mais relevante, uma vez que as carteiras estão maioritariamente investidas nesta classe de ativos. Este facto, juntamente com o impacto dos riscos não mitigáveis (e.g. variações da população), aumenta a probabilidade de serem necessárias contribuições extraordinárias (i.e. para além do custo dos serviços correntes) de forma a manter a solvência do fundo.

d) Risco de evolução desfavorável do custo real com Seguros de Saúde e Vida.

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica outras contas a pagar não correntes e correntes pode ser detalhada como segue:

Rubricas	dezembro 2015		dezembro 2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IVA a pagar	175.698	-	223.530	-
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	90.904	-	83.994	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	8.500	-	9.127	-
Segurança social	6.301	-	6.672	-
Outras tributações	19.519	-	22.213	-
Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis	146.116	88.182	114.001	94.728
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 16)	30.002	-	48.781	-
<i>Overlifting</i>	21.447	-	29.714	-
Pessoal	4.946	-	7.017	-
Saldos credores de clientes	3.782	-	6.529	-
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	3.652	121	22.636	-
Outras contas a pagar - Outros acionistas	3.495	-	1.235	-
Adiantamentos de clientes	2.999	-	477	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	2.723	-	2.798	-
ISP - Débito das congéneres	1.821	-	10.324	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	365	172.842	365	154.990
Empréstimos - Outros acionistas	-	1.653	-	12.446
Outros credores	25.966	3.536	37.480	4.570
	548.236	266.334	626.893	266.734
Acréscimos de custos:				
Fornecimentos e serviços externos	111.293	-	108.265	-
Juros a liquidar	53.582	-	46.077	-
Férias, subsídio de férias e respetivos encargos	28.967	-	29.701	-
Prémios de produtividade	28.457	8.369	18.605	6.770
Acertos de desvio tarifário - outras atividades - regulação ERSE	16.707	-	18.346	-
Acerto de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE (Nota 14)	7.559	16.174	10.255	9.546
Brindes Fastgalp	2.576	-	7.377	-
Descontos, bónus e <i>rappel</i> relacionados com vendas	2.139	-	4.059	-
Prémios de seguro a liquidar	992	-	1.673	-
Custos e perdas financeiros	876	-	933	-
Neutralidade financeira - regulação ERSE	161	-	462	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	64	-	106	-
Acerto de desvio tarifário - tarifa de energia - regulação ERSE (Nota 14)	-	15.831	-	15.831
Outros acréscimos de custos	16.351	-	21.642	-
	269.724	40.374	267.501	32.147
Proveitos diferidos:				
Subsídios ao Investimento (Nota 13)	10.142	243.537	10.694	255.372
Prestação de Serviços	4.322	-	4.964	-
Fibra ótica	404	991	272	1.527
Outros	11.505	51	10.735	60
	26.373	244.579	26.665	256.959
	844.333	551.287	921.059	555.840

A rubrica de Adiantamentos por conta de vendas, no montante de €30.002 k é relativa a responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 16).

A rubrica de Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis não correntes respeita essencialmente a direitos de superfície.

O montante de €21.447 k registado na rubrica de Outras contas a pagar – *Overlifting*, corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada conforme descrito Nota 2.7 e).

O montante de €1.821 k, registado na rubrica ISP – Débito a congénères deve-se ao facto de que o entreposto fiscal estar confinado à Galp. Assim sendo, a recolha do ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos) dos congénères (parceiros/concorrentes) compete à Galp que tem a obrigação de o entregar ao Estado.

O montante de €2.723 k, registado na rubrica de Depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui €2.152 k referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de dezembro de 2015, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, que foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de €172.842 k registado na rubrica de Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas refere-se a:

- A empresa Winland International Petroleum, SARL. concedeu, em março de 2012, empréstimos no montante global de €172.842 k (US\$188.173.000). O montante registado na rubrica de Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (não correntes) diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Petrogal Brasil, S.A.. Estes vencem juros à taxa de mercado e têm prazo de reembolso definido de 10 anos. No período findo em 31 de dezembro de 2015 encontram-se reconhecidos na rubrica de juros, respeitantes a empréstimos obtidos, relativos a empresas relacionadas o montante de €7.898 k (Notas 8 e 28).

O montante de €1.653 k registado na rubrica de Empréstimos - Outros acionistas refere-se essencialmente a:

- €1.205 k registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- O montante de €448 k, registado a médio e longo prazo a pagar à Visabeira Telecomunicações, SGPS, S.A., diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de €2.576 k registado na rubrica de Acréscimos de custos - Brindes Fastgalp refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos até 31 de dezembro de 2015 , referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos períodos seguintes.

Os subsídios ao investimento encontram-se a ser reconhecidos em resultados durante a vida útil dos bens. O montante a reconhecer em períodos futuros ascende a €253.679 k (Nota 13).

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infraestruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica Proveitos diferidos - Fibra ótica e são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 31 de dezembro de 2015 , por reconhecer em períodos futuros ascende a €1.395 k.

Os direitos de superfície registados nas contas da Galp representam direitos de uso exclusivo sobre os terrenos. Esses direitos conferem os mesmos direitos e obrigações legais dos atribuídos aos proprietários dos Terrenos (em particular, os direitos de construir e usufruir) durante um determinado tempo prévio e devidamente estabelecido contratualmente.

O Direito de Superfície sobre terrenos da refinaria de Sines em Portugal é o mais relevante, tendo uma duração inicial de 30 anos e sendo continuamente prorrogável por opção da Galp. A informação pretendida é apresentada no quadro abaixo em € k:

ATIVOS TANGÍVEIS LÍQUIDOS DE €53.354 K

Valor das responsabilidades líquidas

<1 ano	1.915
>1 ano e <5 anos	7.659
>5 anos	35.633
Total da conta a pagar Petrogal	45.207

Nota: A conta a pagar está sujeita a uma atualização anual de índices.

Quanto a Espanha, existem diversos Direitos de Superfícies, estando a informação mais detalhada sobre os mesmos agrupada no quadro abaixo em € k:

ATIVOS TANGÍVEIS LÍQUIDOS DE €25.900 K

Valor Bruto das responsabilidades

<1 ano	4.057
>1 ano e <5 anos	14.757
>5 anos	16.213
Total	35.027
Juros (Custo amortizado)	6.616
Valor Líquido	28.411
Outros valores	14.477
Total da conta a pagar Espanha	42.888

Nota: Os Outros valores no montante de €14.477 k referem-se a outros contratos não relevados no quadro acima.

Dado a maturidade dos direitos de superfície e as condições de renovação destes direitos os mesmos são equiparáveis a uma locação financeira.

25. PROVISÕES

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de provisões apresentavam os seguintes movimentos:

Rubrics	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Variação de perímetro	Saldo final	(€ k)
2015								
Processos judiciais	11.252	27.472	(1.496)	(5.113)	(2.936)	-	29.179	
Investimentos financeiros (Nota 4)	3.954	184	-	-	(23)	-	4.115	
Impostos	21.238	10.892	-	-	1.275	-	33.405	
Matérias ambientais	2.021	450	-	(263)	-	-	2.208	
Abandono de blocos	111.360	21.538	(12.665)	(4.058)	12.620	-	128.795	
Outros riscos e encargos	34.715	196.788	-	(113)	(270)	(60)	231.060	
	184.540	257.324	(14.161)	(9.547)	10.666	(60)	428.762	
2014								
Processos judiciais	14.256	995	(943)	(3.058)	2	-	11.252	
Investimentos financeiros (Nota 4)	3.130	1.164	-	-	(340)	-	3.954	
Impostos	32.890	13.900	(5.322)	(21.708)	1.478	-	21.238	
Matérias ambientais	3.781	180	(180)	(1.760)	-	-	2.021	
Abandono de blocos	88.227	23.094	-	(12.783)	12.822	-	111.360	
Outros riscos e encargos	11.865	26.586	(720)	(2.993)	(23)	-	34.715	
	154.149	65.919	(7.165)	(42.302)	13.939	-	184.540	

Os aumentos de provisões, líquidos de diminuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram registados como se segue:

	(€ k)
Provisões (Nota 6)	16.682
Capitalização dos custos da provisão para abandono blocos	8.873
Estimativa de Liquidações Adicionais de IRP em Angola	10.365
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 4)	184
Estimativa de Liquidações Adicionais de Participação Especial no Brasil	20.708
Contribuição extraordinária setor energético . CESE I	28.531
Contribuição extraordinária setor energético . CESE II	26.787
Contribuição extraordinária setor energético . CESE II - períodos seguintes	131.033
	243.163

Processos judiciais

A provisão para processos judiciais em curso ascende ao montante de €29.179 k e inclui essencialmente: os montantes de €4.180 k relativo a responsabilidades por multas aplicadas pela Autoridade da Concorrência relativas a contratos celebrados com distribuidores na área do GPL e ao montante de €20.708 k referente à provisão da estimativa para liquidação do valor adicional da participação especial no Brasil constituídas no período findo em 31 de dezembro de 2015. A utilização corresponde essencialmente ao acordo com a Câmara Municipal de Matosinhos referente ao diferendo sobre a liquidação de taxas de ocupação de solos do pipeline do parque do Real.

Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, refere-se ao compromisso solidário do Grupo junto das associadas e empreendimentos conjuntos que apresentavam capitais próprios negativos (Nota 4).

Impostos

A rubrica provisão para impostos no montante de €33.405 k inclui essencialmente:

- i) €21.769 k de liquidações adicionais em sede de IRP (Nota 9);
- ii) €7.394 k para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correção à matéria coletável da subsidiária Petrogal relativa aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 9); e
- iii) €3.377 k para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, SGPS, S.A..

O aumento da provisão para impostos no montante de €10.892 k corresponde essencialmente à liquidação adicional em sede de IRP em Angola no montante de €10.365 k.

Matérias ambientais

O montante €2.208 k registado na rubrica de provisões para matérias ambientais é para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de

algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal. No exercício findo foi criada a provisão ambiental para Matosinhos no montante de €450 k e utilizado o montante de €263 k na descontaminação de solos na refinaria de Sines.

Abandono de blocos

O montante de €128.795 k registado na rubrica de provisões para abandono de blocos, destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas com o desmantelamento de ativos e a descontaminação de solos que no período findo apresenta o seguinte movimento:

								(€ k)
	Saldo inicial	Aumentos	Aumentos Juros NPV	Diminuições	Utilização	Diferenças de cambais (Cta's) (a)	Diferenças de cambais (P/L) (b)	Saldo final
Blocos no Brasil								
- Lula e Gaspeline	22.131	27.339	-	-	-	(5.600)	7.186	24.328
- Andorinha	803	3.954	-	-	-	(203)	-	618
- Rabo Branco	245	21.238	-	-	-	(62)	513	704
- Iracema	4.160	2.021	12.986	-	-	(1.053)	2.161	18.371
	22.131	24.328	12.986	-	-	(6.918)	9.860	44.021
Blocos em Angola								
- Bloco 1	245	704	-	-	-	-	125	1.209
- Bloco 14 - Kuito	4.160	18.371	465	(2.644)	-	1.872	-	15.949
- Bloco 14 - BBLT	25.166	-	420	(10.021)	(4.058)	2.899	-	14.406
- Bloco 14 - TL	41.515	3.530	1.494	-	-	4.782	-	51.321
- Bloco 14 - K	-	1.889	-	-	-	-	-	1.889
	84.021	5.419	2.379	(12.665)	(4.058)	9.553	125	84.774
Total	111.360	18.405	3.133	(12.665)	(4.058)	2.635	9.985	128.795

(a) As diferenças cambiais resultantes da conversão da moeda funcional para a moeda de reporte do Grupo (Eur) é registada em capital na rubrica reservas de cambais (Cta's)

(b) A provisão é constituída em USD a avaliação cambial para a moeda funcional da(s) empresa(s) é registada na demonstração de resultados(P/L) na rubrica Ganhos/Perdas cambiais

Outros riscos e encargos

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica provisões – outros riscos e encargos no montante de €231.060 k refere-se essencialmente a:

- i) €4.561 k para fazer face a processos relativos a responsabilidades por “sanções” aplicadas pelas Autoridades Aduaneiras devido a um atraso na declaração de destino aduaneiro de cargas de navios recebidos em Sines.
- ii) €53.027 k relativos à provisão para fazer face à contribuição extraordinária sobre o sector energético “CESE I”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o grupo Galp foi sujeito a um imposto extraordinário (Contribuição Extraordinária para o Sector Energético “CESE I”), ao abrigo do artigo 228º da Lei 83C/2013 de 31 de dezembro, que refere que as empresas do sector energético com Ativos líquidos a 1 de janeiro de 2014 em determinadas atividades estão sujeitas a um imposto que incide sobre esse montante de ativos líquidos nessa data.

Como pretende contestar a Lei, o grupo Galp registou o valor total da responsabilidade no montante de €53.027 k no passivo na rubrica de provisões. O valor total da responsabilidade em 31 de dezembro de 2014 ascendia a €24.512 k. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, para fazer face a responsabilidade total, foi efetuado um reforço da provisão no montante de €28.531 k (Nota 9), reconhecido em resultados na rubrica de Contribuição extraordinária sector energético tendo sido liquidados o montante de €16 k.

- iii) €157.820 k relativos à provisão para fazer face à contribuição extraordinária sobre o sector energético “CESE II”.

No período findo em 31 de dezembro de 2015, o grupo Galp foi sujeito a um imposto extraordinário (Contribuição Extraordinária para o Sector Energético “CESE II”), ao abrigo da Lei 33/2015 de 27 de abril e da Portaria n.º 157-B/2015 de 28 de maio, que incide sobre o valor das vendas futuras, tendo como base os quatro contratos em vigor de aprovisionamento de longo prazo em regime de take -or – pay. Resultante da Lei e Portaria respetivas, a Galp apurou um valor total a pagar de €157.820 k, que seria realizado em prestações de €52.052 k em maio do ano de 2015, 2016 e 2017, respetivamente e acresceu o montante de €1.664 k relativos a juros de mora.

Como pretende contestar a Lei e Portaria, o grupo Galp registou o valor total da responsabilidade no montante de €157.820 k no passivo na rubrica de provisões sendo o custo diferido na rubrica de Outras contas a receber- Custos diferidos, pelo prazo de vigência dos contratos. No período findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo reconheceu em resultados na rubrica de Contribuição extraordinária sector energético o montante de €26.787 k (Nota 9) e as rubricas de Outras contas a receber- Custos diferido corrente e não corrente ascendem respetivamente a €23.370 k e a €107.663 k (Nota 14).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi ainda liquidado e reconhecido em resultados relativos a contribuição especial para setor energético o montante €11.684 k (Nota 9), de “Fondo Nacional de Eficiência Energética (FNEE)”, relativos às entidades do Grupo sedeadas em Espanha.

- iv) €10.256 k em consequência do contrato de compra-e-venda assinado entre a Galp e a Endesa relativo às participadas Madrileña Suministro de Gas e Madrileña Suministro de Gas Sur. De acordo com o mesmo, as vendedoras, Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. - Sucursal en España e Galp Energia Espanha, ficam responsáveis de indemnizar as compradoras, por eventuais pagamentos que as Madrileñas tenham de realizar às distribuidoras, resultantes do diferendo relativo às diferenças de medições de gás nos gasodutos (Nota 3).

- v) €1.844 k para fazer face às imparidades dos ativos das participadas, Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.; e

- vi) €2.061 k para fazer face aos débitos relativos ao exercício de 2012 efetuados pela Administração do Porto de Lisboa, pela ocupação do terreno de Cabo Ruivo reclamados pela Empresa.

O montante de €60 k na rubrica de variação de perímetro correspondem à saída do perímetro da subsidiária Madrileña Suministro de Gas S.L. (Nota 3.b).

26. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	(€ k)	
	dezembro 2015	dezembro 2014
Fornecedores c/c	367.891	326.179
Fornecedores - faturas em receção e conferência	288.455	571.868
	656.346	898.047

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – faturas em receção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto, gás natural e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É frequente o Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro, riscos de flutuação de mercado, nomeadamente os riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, bem como riscos de variação do preço do gás natural e eletricidade os quais afetam o valor financeiro dos ativos e dos cash-flows futuros esperados da sua atividade.

Os derivados financeiros são denominados, segundo as normas IAS/IFRS, como “ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos” ou “passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de fluxo de caixa”. Os derivados financeiros sobre commodities que são contraídos para fins de cobertura da variabilidade do justo valor ou para colmatar quaisquer riscos que possam afetar os resultados do exercício de contratos de clientes são denominados como sendo de “cobertura de justo valor”.

Em conformidade com a norma IFRS 13 uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflete o significado dos inputs utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 - o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência do balanço;
- Nível 2 - o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em inputs observáveis no mercado;
- Nível 3 - o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

O justo valor dos derivados (Nível 2) é calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de *Discounted Cash-flows*, modelo de Black-Scholes, modelo Binomial e Trinomial e simulações Monte-Carlo, entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios geralmente aceites (Nível 2).

Os futuros são transacionados em Bolsa sujeitos à Câmara de compensação, sendo o valor determinado pelos preços cotados (Nível 1).

O justo valor dos restantes derivados financeiros (*Swaps*, *Forwards*, *Opções* e *Currency Interest Rate Swaps*) contabilizados foi determinado por entidades bancárias tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

Os instrumentos financeiros derivados em carteira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são apresentados no quadro seguinte:

	Justo Valor em dezembro de 2015				Justo Valor em dezembro de 2014			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	corrente	não corrente	corrente	não corrente	corrente	não corrente	corrente	não corrente
Derivados sobre Taxa de Juro								
Swaps	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados sobre Commodities								
Swaps (Nota 17)	4.458	1.041	(29.091)	(2.498)	6.977	405	(14.512)	(838)
Opções	-	-	-	-	9	-	(111)	-
Futuros (Nota 18)	4.241	-	-	-	7.156	-	-	-
	8.699	1.041	(29.091)	(2.498)	14.142	405	(14.623)	(838)
Derivados sobre Câmbios								
Non-deliverable Forwards	-	-	(277)	-	218	-	-	-
Forwards	-	-	(103)	-	-	-	(521)	-
Currency Interest Rate Swaps	-	-	-	-	2.932	-	-	-
	-	-	(380)	-	3.150	-	(521)	-
	8.699	1.041	(29.471)	(2.498)	17.292	405	(15.144)	(838)

O MTM (*Mark-to-Market*) dos passivos financeiros derivados ascende a €31.970 k. Deste montante, €29.471 k estão classificados como passivo corrente e assim realizam-se no espaço de 1 ano. O valor registado como Passivo não corrente, no montante de € 2.498 k realiza-se no espaço de 2 anos (ou seja, no ano de 2017).

O impacto contabilístico a 31 de dezembro de 2015 e 2014 na demonstração de resultados é apresentado no quadro seguinte:

	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014			(€ k)
	Demonstração de Resultados		Capital Próprio		Demonstração de Resultados		Capital Próprio
	Potencial (MTM)	Real	MTM+Real	Potencial (MTM)	Potencial (MTM)	Real	MTM+Real
Derivados sobre Taxa de Juro							
Swaps	-	-	-	-	-	(1.417)	(1.417)
	-	-	-	-	-	(1.417)	(1.417)
Derivados sobre Commodities							
Swaps	(15.309)	(87.294)	(102.603)	-	(14.871)	1.678	(13.193)
Opções	-	-	-	-	(95)	-	(95)
Futuros	2.481	28.022	30.504	(1.134)	(2.970)	(22.631)	(25.601)
	(12.828)	(59.272)	(72.099)	(1.134)	(17.936)	(20.953)	(38.889)
Derivados sobre Câmbios							
Non-deliverable Forwards	(512)	2.359	1.848	-	198	322	520
Forwards	418	(4.773)	(4.355)	-	(606)	(2.260)	(2.866)
Currency Interest Rate Swaps	(3.209)	21.916	18.707	-	10.312	3.848	14.160
	(3.303)	19.502	16.200	-	9.904	1.910	11.814
	(16.131)	(39.770)	(55.899)	(1.134)	(8.032)	(20.460)	(28.492)
							1.241

Nota: MTM - variação do *Mark-to-Market* de janeiro até à data do reporte.

Real - valor da posições fechadas.

O valor potencial do MTM (*Mark-to-Market*) reconhecido na rubrica de Rendimentos de Instrumentos Financeiros compreende a valorização potencial da componente de juros dos derivados *Currency Interest Rate Swaps* e derivados sobre *Commodities*, no montante de €12.776 k negativos, como apresentado no quadro abaixo:

	dezembro de 2015	dezembro de 2014	(€ k)
Rendimentos de Instrumentos Financeiros			
Derivados sobre Commodities			
Swaps	(15.309)	(14.871)	
Opções	-	(95)	
Futuros	2.481	(2.970)	
Derivados sobre Câmbios			
Currency Interest Rate Swaps (Juro)	50	(170)	
Outras operações de trading	1	287	
	(12.776)	(17.819)	

* Componente de juro no valor de €50 k positivos incluída na variação positiva do MTM do derivado cambial no total de €3.209 k. O diferencial negativo no valor de €3.259 k para a variação de MTM encontra-se refletido em diferenças de câmbio.

O valor real dos derivados financeiros reconhecidos na rubrica de custo da venda ascende a €59.272 k negativos que compreende os derivados sobre commodities.

A diferença entre Potencial (MTM) e o montante referido no quadro acima encontra-se reconhecido na rubrica de diferenças de câmbio na demonstração de resultados.

Os movimentos ocorridos no Justo Valor repercutidos no Capital Próprio, resultante da cobertura de fluxo de caixa, são como se segue:

	(€ k)	
Variação de Justo Valor nos Capitais Próprios	dezembro 2015	dezembro 2014
Empresas do Grupo	(1.134)	1.241
Interesses que não controlam	-	-
	(1.134)	1.241
Empresas associadas (Mep)	(42)	(283)
	(1.176)	958

Os derivados financeiros em aberto apresentam os seguintes valores nominais:

	(€ k)			
	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Maturidades	Maturidades	Maturidades	Maturidades
Derivados sobre Taxa de Juro				
Swaps	Compra	-	<1 ano	-
	Venda	-	>1 ano	-
Derivados sobre Commodities				
Swaps	Compra	88.161	13.895	71.529
	Venda	77.204	10.256	13.339
Opções	Compra	661	477	4.034
	Venda	587	432	3.694
Futuros	Compra	98.618	7.980	-
	Venda	47.742	-	9.592
Derivados sobre Câmbios				
Non-deliverable Forwards	Compra	29.887	-	12.658
	Venda	-	-	-
Swaps	Compra	-	-	-
	Venda	29.204	-	-
Forwards	Compra	-	-	16.033
	Venda	-	-	21.966
Currency Interest Rate Swaps	Compra	-	-	202.935
	Venda	-	-	-
	62.590	11.664	258.598	4.819

Nota: Valor Nominal equivalente em milhares de Euros.

O grupo Galp tem derivados financeiros sobre commodities classificados como cobertura de Justo Valor (*Fair value hedge* e *cash-flow hedge*). Esses derivados financeiros foram celebrados para a redução de riscos associados com contratos celebrados com clientes e fornecedores. Assim sendo, foi registado na Demonstração de Resultados, na rubrica de MTM (*Mark-to Market*) o montante de €2.711 k positivos, por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos, respeitante à cobertura de justo valor e €1.134 k negativos em Capital Próprio, na rubrica de reservas de cobertura, respeitante à cobertura de fluxo de caixa.

O grupo Galp transaciona instrumentos financeiros denominados como Futuros. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transacionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como Ativos financeiros ao justo valor por resultados e fazem parte integrante da rubrica de caixa e seus equivalentes. Os ganhos e perdas realizados com os futuros sobre commodities (Brent, Gás Natural e Eletricidade) estão classificados na rubrica de Custo das Vendas. As variações de justo valor das posições abertas são registadas em resultados financeiros. Como os Futuros são transacionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração dos Resultados.

28. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados no exercício de 2015 e 2014 , respetivamente podem ser resumidos como se segue:

Saldos ativos

		2015				(€ k)	
	Total das Entidades Relacionadas	Não Corrente			Correntes		
		Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras Contas a Receber (Nota 14)	Clientes	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras Contas a Receber (Nota 14)	Acréscimos e Diferimentos
Empresas associadas							
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	8.019	5.008	-	722	-	2.187	102
Sonangpal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	7.460	-	-	7.460	-	-	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	2.850	2.753	-	-	-	50	47
IPG Galp Beira Terminal Lda	1.831	-	-	839	-	992	-
Galp IPG Matola Terminal Lda	1.798	-	-	799	-	999	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	1.339	-	-	-	-	-	1.339
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	1.054	-	-	-	-	-	1.054
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	738	-	-	(3)	-	-	741
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	222	-	-	222	-	-	-
C.L.C. Guiné Bissau - Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	41	-	-	19	-	22	-
Tagusgás Propano, S.A.	36	-	-	36	-	-	-
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	15	-	-	3	-	12	-
	25.403	7.761	-	10.097	-	4.262	3.283
Empreendimentos conjuntos							
Ventinveste, S.A.	21.592	21.546	-	17	-	-	29
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	1.240	-	-	121	-	311	808
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	875	874	-	-	-	-	1
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	773	-	-	325	-	448	-
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	624	-	-	9	-	615	-
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	175	-	-	55	-	112	8
Caiogeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	89	-	-	71	-	18	-
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	13	-	-	13	-	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	3	-	-	3	-	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	3	-	-	3	-	-	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	3	-	-	3	-	-	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	2	-	-	2	-	-	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Âncora Wind-Energia Eólica,S.A	1	-	-	1	-	-	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	1	-	-	-	-	1	-
Tupi B.V.	1	-	-	1	-	-	-
	25.398	22.420	-	627	-	1.505	846
Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas							
Tip Top Energy, SARL	723.165	-	-	722.936	-	-	229
Adene - Agência para a Energia, S.A.	92	90	-	1	-	1	-
ADEPORTO Agência de Energia do Porto	90	-	90	-	-	-	-
Cooperativa de Habitação da Petrogal , CRL	53	-	-	-	-	53	-
SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	24	-	-	24	-	-	-
Portugal Ventures	1	-	-	1	-	-	-
PME Ventures	1	-	-	1	-	-	-
	723.426	90	90	27	722.936	54	229
	774.227	30.271	90	10.751	722.936	5.821	4.358

		2014			(€ k)		
	Total das Entidades Relacionadas	Não Corrente			Correntes		
		Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras Contas a Receber (Nota 14)	Clientes	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras Contas a Receber (Nota 14)	Acréscimos e Diferimentos
Empresas associadas							
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	9.787	4.358	3.916	609	-	281	623
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	8.688	-	-	7.747	-	941	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	5.557	2.753	-	-	-	2.779	25
Galp IPG Matola Terminal Lda	941	-	-	45	-	896	-
IPG Galp Beira Terminal Lda	935	-	-	45	-	890	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	891	-	-	-	-	-	891
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	676	-	-	-	-	-	676
Metragaz, S.A.	244	-	-	-	-	65	179
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	216	-	-	(3)	-	-	219
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	214	-	-	214	-	-	-
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	54	-	-	4	-	50	-
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	24	-	-	1	-	23	-
Tagusgás Propano, S.A.	3	-	-	3	-	-	-
	28.230	7.111	3.916	8.665	-	5.925	2.613
Empreendimentos conjuntos							
Ventinveste, S.A.	20.553	20.474	-	45	-	4	30
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	1.561	-	-	347	-	310	904
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	849	848	-	-	-	-	1
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	634	-	-	62	-	448	124
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	619	-	-	4	-	615	-
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	11	-	-	10	-	1	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	5	-	-	4	-	1	-
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	5	-	-	2	-	3	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	4	-	-	3	-	1	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	3	-	-	2	-	1	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	2	-	-	1	-	1	-
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	2	-	-	1	-	1	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	1	-	-	-	-	1	-
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	1	-	-	-	-	1	-
Âncora Wind-Energia Eólica,S.A	1	-	-	-	-	1	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	1	-	-	-	-	1	-
Tupi B.V.	1	-	-	1	-	-	-
	24.253	21.322	-	482	-	1.390	1.059
Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas							
Tip Top Energy, SARL	889.858	170.954	-	-	718.904	-	-
Adene - Agência para a Energia, S.A.	63	-	91	(28)	-	-	-
Cooperativa de Habitação da Petrogal , CRL	53	-	-	-	-	53	-
SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	29	-	-	19	-	10	-
Fundação Galp Energia	22	-	-	(9)	-	31	-
ENI, S.p.a.	19	-	-	92	-	-	(73)
Portugal Ventures	1	-	-	1	-	-	-
Outras Empresas Associadas	18	-	-	-	-	18	-
	890.063	170.954	91	75	718.904	112	(73)
	942.546	199.387	4.007	9.222	718.904	7.427	3.599

Os empréstimos a empresas associadas, empreendimentos conjuntos e empresas relacionadas não corrente e corrente em 31 de dezembro de 2015 respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos às seguintes entidades:

	Ativo corrente - Empréstimos concedidos (Nota 14)	Ativo não corrente - Empréstimos concedidos (Nota 14)	Juros respeitantes a empréstimos concedidos (Nota 8)	(€ k)
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	2.753	45	
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	874	27	
Ventinveste, S.A.	-	21.546	672	
pela Galp Gás & Power, SGPS, S.A.	-	25.173	744	
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	-	5.008	341	
pela Galp Gás Natural Distribuição, S.A.	-	5.008	341	
Tip Top Energy, SARL	722.936	-	4.084	
pela Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus) Limited	722.936	-	4.084	
	722.936	30.181	5.169	

O empréstimo que o Grupo Galp concedeu à Tip Top Energy, SARL em 28 de março de 2012, é remunerado à taxa de juro LIBOR 3 meses, acrescido de um spread, o qual é renovado de 3 em 3 meses até setembro de 2017.

O movimento ocorrido na rubrica Empréstimos concedidos à Tip Top Energy, SARL, desde celebração do contrato até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 segue abaixo discriminado:

	USD	Cambio 31/12/2015	(€ k)
Empréstimo 28/03/2012	1.228.626.253,42	1,0887	1.128.526
Capitalização juros	63.454.505,23	1,0887	58.285
Recebimentos juros	(61.012.962,89)	1,0887	(56.042)
Recebimentos parciais	(444.007.500,00)	1,0887	(407.833)
Contas a Receber (Nota 14)	787.060.295,76	1,0887	722.936

O empréstimo à Tip Top (grupo Sinopec) resultou após o aumento de capital efetuado por esta entidade em empresas do grupo Galp, mas não foi condição da realização do aumento de capital realizado pela Winland (grupo Sinopec) em empresas da Galp. Foi decidido que as verbas do aumento de capital fossem emprestadas aos acionistas (70% Galp, 30% Sinopec) devido ao facto dos dispêndios a efetuar no Brasil não serem imediatamente necessários.

O montante do aumento de capital na Galp Sinopec foi dimensionado para fazer face a todas as necessidades de CAPEX (i.e. Investimento) no Brasil. À medida que o CAPEX é investido no Brasil, os sócios da Galp Sinopec vão gradualmente devolvendo os empréstimos, razão pela qual os saldos a receber da Tip Top vão-se reduzindo. Os saldos do empréstimo têm- se reduzido menos do que previsto, fruto de investimentos mais eficiente que o previsto, de um preço do Brent entre 2012 e 2014 muito superior, e devido a um USD mais forte (a conversão desse empréstimo em USD para Euro inflaciona o saldo reportado em Euro).

Quanto ao risco de crédito do saldo, a Sinopec apresenta capitais próprios em dezembro de 2015 de 127 mil milhões de Euros e rating de AA- (S&P) e Aa3 (Moody's). Nem a Sinopec exigiu garantias à Galp nem a Galp Sinopec beneficia de qualquer garantia da Sinopec. O contrato de empréstimo segue um formato de *Unsecured loan*, sem qualquer cláusula que possa implicar a transferência da titularidade das ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram registados na rubrica de juros respeitantes a empréstimos concedidos relativos a empresas relacionadas o montante de €4.084 k (Notas 8 e 14).

Os restantes empréstimos concedidos vencem juros a taxas de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

Saldos passivos

	2015						(€k)
	Total das Entidades Relacionadas	Não Corrente		Correntes			
		Empréstimos Obtidos (Nota 24)	Outras Contas a Pagar (Nota 24)	Empréstimos Obtidos (Nota 24)	Fornecedores	Outras Contas a Pagar (Nota 24)	Acréscimos e Diferimentos
Empresas associadas							
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	1.266	-	-	-	1.019	-	247
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	899	-	-	-	899	-	-
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	133	-	-	-	-	133	-
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	23	-	-	-	-	23	-
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	12	-	-	-	12	-	-
	2.333	-	-	-	1.930	156	247
Empreendimentos conjuntos							
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	45.538	-	-	-	45.538	-	-
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	387	-	-	-	151	-	236
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	5	-	-	-	5	-	-
	45.930	-	-	-	45.694	-	236
Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas							
Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.)	181.620	172.842	-	-	-	3.151	5.627
Amorim Energia,B.V.	271	-	121	-	-	-	150
SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	40	-	-	-	40	-	-
Outras Empresas Associadas	710	-	-	365	-	345	-
	182.641	172.842	121	365	40	3.496	5.777
	230.904	172.842	121	365	47.664	3.652	6.260

O montante de €172.842 k registado a médio e longo prazo a pagar à Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.) respeita a suprimentos obtidos pela subsidiária Petrogal Brasil, S.A. (Nota 24), os quais vencem juros à taxa de mercado e têm prazo de reembolso definido de 10 anos.

		2014			(€ k)	
	Total das Entidades Relacionadas	Não Corrente	Correntes			
		Empréstimos Obtidos (Nota 24)	Empréstimos Obtidos (Nota 24)	Fornecedores	Outras Contas a Pagar (Nota 24)	Acréscimos e Diferimentos
Empresas associadas						
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	4.883	-	-	4.883	-	-
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	3.252	-	-	2.620	-	632
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	2.752	-	-	-	2.752	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	2.057	-	-	2.057	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	2.012	-	-	2.012	-	-
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	48	-	-	-	48	-
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	4	-	-	4	-	-
	15.008	-	-	11.576	2.800	632
Empreendimentos conjuntos						
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	51.733	-	-	51.733	-	-
Tupi B.V.	18.613	-	-	-	18.613	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	113	-	-	113	-	-
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	5	-	-	5	-	-
	70.464	-	-	51.851	18.613	-
Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas						
Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.)	159.883	154.990	-	-	-	4.893
Amorim Energia,B.V.	271	-	-	-	-	271
ENI, S.p.a.	126	-	-	26	(11)	111
Central-E, S.A.	11	-	-	11	-	-
PME Ventures	(1)	-	-	-	(1)	-
Outras Empresas Associadas	1.600	-	365	-	1.235	-
	161.890	154.990	365	37	1.223	5.275
	247.362	154.990	365	63.464	22.636	5.907

(€ k)

	2015				
	Compras	Custos Operacionais	Proveitos Operacionais	Custos Financeiros (Nota 8)	Proveitos Financeiros (Nota 8)
Empresas associadas					
Galp IPG Matola Terminal Lda	-	-	(799)	-	-
IPG Galp Beira Terminal Lda	-	-	(794)	-	-
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	-	1.788	(745)	-	-
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	70.385	-	(522)	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	-	-	(448)	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	-	-	(378)	-	-
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	-	5.047	(93)	-	(341)
Tagusgás Propano, S.A.	-	-	(91)	-	-
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	-	-	(52)	-	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	-	-	-	(45)
	70.385	6.835	(3.922)	-	(386)
Empreendimentos conjuntos					
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	-	14.813	(1.606)	-	-
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	-	1.131	(1.295)	-	-
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	-	-	(288)	-	-
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	-	30	(277)	-	-
Ventinveste, S.A.	-	-	(135)	-	(672)
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	-	-	(61)	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	-	-	(21)	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	-	-	(17)	-	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	-	-	(10)	-	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	-	-	(9)	-	-
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	-	-	(3)	-	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	-	-	(1)	-	-
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	-	-	(1)	-	-
Âncora Wind-Energia Eólica, S.A.	-	-	(1)	-	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	-	1.531	-	-	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	-	-	-	(27)
	-	17.505	(3.725)	-	(699)
Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas					
SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	-	499	(148)	-	-
Fundação Galp Energia	-	-	(45)	-	-
Portugal Ventures	-	-	(24)	-	-
Adene - Agência para a Energia, S.A.	-	-	(11)	-	-
PME Ventures	-	-	(9)	-	-
Amorim Energia, B.V.	-	520	-	-	-
Tip Top Energy, SARL	-	-	-	-	(4.084)
Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.)	-	-	-	7.898	-
	-	1.019	(237)	7.898	(4.084)
	70.385	25.359	(7.884)	7.898	(5.169)

(€ k)

	2014				
	Compras	Custos Operacionais	Proveitos Operacionais	Custos Financeiros (Nota 8)	Proveitos Financeiros (Nota 8)
Empresas associadas					
Galp IPG Matola Terminal Lda	-	-	(941)	-	-
IPG Galp Beira Terminal Lda	-	-	(935)	-	-
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	-	2.011	(740)	-	-
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	-	9.788	(725)	-	(318)
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	68.861	-	(461)	-	-
Metragaz, S.A.	-	-	(458)	-	-
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	-	-	(86)	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	12.073	-	(33)	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	12.341	-	(6)	-	-
Tagusgás Propano, S.A.	-	-	(6)	-	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	-	-	-	(52)
	93.275	11.799	(4.391)	-	(370)
Empreendimentos conjuntos					
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	-	15.951	(1.787)	-	-
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	-	-	(740)	-	-
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	-	-	(229)	-	-
Ventinveste, S.A.	-	-	(111)	-	(698)
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	-	-	(42)	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	-	-	(21)	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	-	-	(17)	-	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	-	-	(9)	-	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	-	-	(7)	-	-
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	-	-	(3)	-	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	-	-	(1)	-	-
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	-	-	(1)	-	-
Âncora Wind-Energia Eólica,S.A	-	-	(1)	-	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	-	1.261	-	-	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	-	-	-	(28)
	-	17.212	(2.969)	-	(726)
Ativos disponíveis para venda e outras partes relacionadas					
ENI, S.p.a.	-	-	(61.555)	-	-
SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	-	486	(155)	-	-
Fundação Galp Energia	-	-	(67)	-	-
Portugal Ventures	-	-	(28)	-	-
Adene - Agência para a Energia, S.A.	-	-	(23)	-	-
PME Ventures	-	-	(11)	-	-
Central-E, S.A.	-	137	-	-	-
Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.)	-	-	-	7.103	-
Amorim Energia,B.V.	-	1.046	-	-	-
Tip Top Energy, SARL	-	-	-	-	(14.120)
	-	1.669	(61.839)	7.103	(14.120)
	93.275	30.680	(69.199)	7.103	(15.216)

29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos órgãos sociais da Galp para os exercícios findos em 31 de dezembro e 2015 e 2014 compõe-se como segue:

	dezembro 2015						dezembro 2014						(€ k)
	Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa e de outros	Prémios	Outros encargos e regularizações	Total	Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa e de outros	Prémios	Outros encargos e regularizações	Total	
Órgãos sociais da Galp Energia SGPS													
Administradores executivos	3.832	807	297	2.848	58	7.842	3.711	803	292	2.783	178	7.767	
Administradores não executivos	530	-	-	-	-	530	695	-	-	-	-	695	
Conselho Fiscal	79	-	-	-	-	79	92	-	-	-	-	92	
Assembleia Geral	4	-	-	-	-	4	2	-	-	-	-	2	
	4.445	807	297	2.848	58	8.455	4.500	803	292	2.783	178	8.556	
Órgãos sociais de empresas subsidiárias													
Administradores executivos	1.506	-	-	-	28	1.534	1.886	-	4	(2)	-	1.888	
Assembleia Geral	10	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	
	1.516	-	-	-	28	1.544	1.886	-	4	(2)	-	1.888	
	5.961	807	297	2.848	86	9.999	6.386	803	296	2.781	178	10.444	

Dos montantes totais de €9.999 k e €10.444 k, registados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respetivamente, €9.480 k e €9.157 k foram contabilizados em custos com pessoal (Nota 6) e €519 k e €1.287 k foram contabilizados em fornecimentos e serviços externos.

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este exercício.

Segundo a IAS 24, o pessoal chave corresponde ao conjunto de todas as pessoas com autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades da empresa, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador, seja ele executivo ou não executivo. Segundo a interpretação desta norma por parte da Galp, as únicas pessoas que reúnem todas estas características são os membros do Conselho de Administração.

No Relatório do Governo o valor apresentado difere do reconhecido como custo do exercício, dado que a ótica prima os fluxos de caixa, como apresentado na reconciliação seguinte:

	Relatório Governo						Variações de especializações do exercício						Outros custos não incluídos no Relatório Governo						Nota 29 do ABDR dezembro 2015			
	Remuneração fixa	PPR	Subsídios renda de casa, de deslocação e outros	Remuneração variável	Outros encargos e regularizações	Total	Remuneração fixa	PPR	Prémio plurianual	Outros encargos e regularizações	Total	Remuneração fixa	Prémios	Outros encargos e regularizações	Total	Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa, de deslocação e outros	Prémios	Outros encargos e regularizações	Total	
Órgãos sociais da Galp Energia SGPS																						
Administradores executivos	3.784	803	297	1.108	53	6.045	48	4	1.740	5	1.797	-	-	-	-	3.832	807	297	2.848	58	7.842	
Administradores não executivos	598	-	-	-	-	598	(68)	-	-	-	(68)	-	-	-	-	530	-	-	-	-	530	
Conselho Fiscal	93	-	-	-	-	93	(14)	-	-	-	-	-	-	-	-	79	-	-	-	-	79	
Assembleia Geral	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	
	4.479	803	-	1.108	53	6.740	(34)	4	1.740	5	1.729	-	-	-	-	4.445	807	297	2.848	58	8.455	
Órgãos sociais de empresas subsidiárias																						
Administradores executivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.506	-	28	1.534	1.506	-	-	-	28	28	
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	10	-	-	-	-	28	
	4.479	803	-	1.108	53	6.740	(34)	4	1.740	5	1.729	1.516	-	28	1.534	1.516	-	-	-	28	28	
	4.479	803	-	1.108	53	6.740	(34)	4	1.740	5	1.729	1.516	-	28	1.534	5.961	807	297	2.848	86	9.999	

30. DIVIDENDOS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 16 de abril de 2015, foram atribuídos aos acionistas da Galp Energia, SGPS, SA dividendos no montante €208.765 k relativos à distribuição do resultado líquido do exercício de 2014 e €77.824 k relativos a resultados acumulados, perfazendo um total de €286.589 k que corresponde a um dividendo de €0,3456 por ação. Foram distribuídos e liquidados dividendos no montante de €143.295 k em 18 de setembro de 2014 e os restantes €143.294 em 12 de maio de 2015.

Adicionalmente o Conselho de Administração aprovou o pagamento de um dividendo intercalar, no montante de €171.954 k totalmente liquidado no dia 24 de setembro de 2015.

No decurso do período findo 31 de dezembro de 2015 foram liquidados dividendos no montante de €2.963 k na esfera das subsidiárias do grupo Galp a acionistas minoritários (Nota 21).

Como consequência do referido anteriormente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro 2015, o Grupo pagou dividendos no total de €318.211 k.

31. RESERVAS PETROLÍFERAS E DE GÁS

A informação relativa a reservas petrolíferas e de gás da Galp são objeto de avaliação independente por empresa devidamente qualificada sendo a metodologia adotada estabelecida de acordo com o Petroleum Resources Management System ("PMRS"), aprovado em março de 2007 pela Society of Petroleum Engineers ("SPE"), o World Petroleum Council, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

A informação sobre reservas encontra-se em documento anexo denominado "Informação suplementar sobre Petróleo e Gás (não auditado)".

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Gestão do Risco

A Galp encontra-se exposta a vários tipos de risco de mercado (risco de preço, risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juro) inerentes à indústria do petróleo e do gás natural, que influenciam os resultados financeiros do Grupo. Os principais riscos de mercado resultam da flutuação do preço do petróleo bruto e outros produtos e da taxa de câmbio.

A Galp divulga no Relatório de Gestão um capítulo sobre Gestão de risco e os principais riscos a que o Grupo está sujeito incluindo riscos operacionais que aqui não são mencionados.

Riscos de Mercado

a) Risco do preço das commodities

Devido à natureza do seu negócio, a Galp está exposta ao risco da volatilidade dos preços internacionais do crude, dos seus derivados e do gás natural e eletricidade. As constantes alterações dos preços do crude e dos produtos refinados geram incerteza e têm um impacto importante nos resultados operacionais.

A Empresa controla parcialmente este risco, através do mercado de derivados de petróleo e gás natural, para proteger a margem de refinação e os stocks, de movimentos adversos do mercado.

Quanto à atividade de gás natural e eletricidade, o Grupo controla parcialmente este risco através do estabelecimento de contratos de compra e venda de gás natural e eletricidade com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

b) Risco de taxa de câmbio

O Dólar dos Estados Unidos da América (USD) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural. Uma vez que a Galp reporta as suas contas em Euros, este fator, entre outros, expõe a sua atividade a um risco de câmbio. Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o USD, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio, que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tratando-se de um risco de denominação associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, a Empresa tem uma abordagem cautelosa na cobertura deste risco, uma vez que existem coberturas naturais entre a demonstração da posição financeira e os cash-flows. O nível de exposição dos cash-flows e especialmente a demonstração da posição financeira é função dos níveis de preços do petróleo e do gás natural.

Face ao exposto, a Galp controla a sua exposição cambial de uma forma integrada em vez de o fazer em cada operação em que está exposta aos riscos cambiais. O objetivo da gestão de risco cambial é limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio. A cobertura de créditos e débitos com base em especulação de mercado não é permitida. A 31 de dezembro de 2015, o grupo Galp tinha contrato derivados para cobertura de risco de câmbio (Nota 27).

c) Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com dívida bancária que vence juros. O objetivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco da taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como swaps.

Em 31 de dezembro de 2015 a Galp não detinha em carteira derivados sobre taxa de juro em subsidiárias.

Análise de sensibilidade aos riscos de mercado resultantes dos instrumentos financeiros, conforme requerido pelo normativo IFRS 13.

A análise elaborada pelo Grupo, em conformidade com o exigido pelo normativo IFRS 7 e IFRS 13, pretende ilustrar a sensibilidade do resultado antes de impostos e capital próprio a variações potenciais, nos preços do barril do Brent ou Gás Natural e eletricidade, taxas de câmbio e taxas de juro de instrumentos financeiros, definidos no âmbito do normativo IAS 32, tais como ativos e passivos financeiros e derivados financeiros registados na posição financeira a 31 de dezembro de 2015 e 2014. Os instrumentos financeiros afetados pelos riscos de mercado acima mencionados, incluem saldos com Clientes, Outros Devedores, Fornecedores, Outros Credores, Empréstimos, Disponibilidades e Derivados financeiros. Quando for aplicado a cobertura de fluxos de caixa, o justo valor é registado na rubrica de reservas de cobertura, no Capital Próprio, somente se for demonstrado que a cobertura é eficiente.

Podem existir instrumentos financeiros com mais do que um risco de mercado, efetuando-se nesse caso a análise de sensibilidade a uma variável de cada vez, mantendo as outras constantes, ignorando-se desse modo quaisquer correlações entre as mesmas, o que dificilmente se verifica.

Não se contempla nas análises de sensibilidade impactos de impostos correntes ou diferidos, que poderiam reduzir as variações apresentadas, dependendo das legislações fiscais nas diversas zonas geográficas onde o Grupo opera, bem como das condições fiscais de cada empresa.

As participações em moeda estrangeira não foram incluídas na análise, dado que o Grupo, não contabiliza as mesmas pelo justo valor como definido no IAS 39.

As variações cambiais de saldos monetários em moeda estrangeira poderão afetar diretamente a rubrica de Reservas de conversão compreendida em Capital Próprio nas contas consolidadas do grupo Galp, se esses saldos monetários estiverem expressos na mesma moeda funcional da empresa individual em análise.

Consequentemente, a análise de sensibilidade é exemplificativa e não representa perda ou ganho real presente, nem outras variações reais no Capital Próprio.

Foram considerados os seguintes pressupostos na análise de sensibilidade das taxas de câmbio:

- Variação de taxas de câmbio de +/- 10% (a variação nas demonstrações financeiras do ano de 2014 foi de 1%) ;
- A análise de sensibilidade inclui saldos materiais em moeda estrangeira com Clientes, Outros devedores, Fornecedores, Outros Credores, Empréstimos, Derivados financeiros e Disponibilidades.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada às taxas de câmbio, registada na Demonstração da posição financeira:

	(€ k)										
	2015					2014					
	Demonstração de Resultados			Capital Próprio		Demonstração de Resultados			Capital Próprio		
	Montante de exposição	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	Montante de exposição	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	
Aplicações - Desvalorização/(Valorização) de x% do Euro face ao USD	+10%	1.493.714	530	-	144.131	4.711	1.377.725	2.226	-	135.320	226
	-10%		(530)	-	(144.131)	(4.711)		(2.226)	-	(135.320)	(226)
Aplicações - Desvalorização/(Valorização) de x% do BRL face ao USD e face ao EUR (a)	+10%	30.562	2.493	1.068	2.139	917	27.742	2.004	859	1.942	832
	-10%		(2.493)	(1.068)	(2.139)	(917)		(2.004)	(859)	(1.942)	(832)
Empréstimos - Desvalorização/(Valorização) de x% do Euro face ao USD	+10%	265.730	-	-	(26.573)	-	268.512	-	-	(26.851)	-
	-10%		-	-	26.573	-		-	-	26.851	-
Derivados - Desvalorização/(Valorização) de x% do Euro face ao USD (a)	+10%	15.375	(1.538)	-	-	-	4.990	499	-	293	-
	-10%		1.538	-	-	-		(499)	-	(293)	-
Credores - Desvalorização/(Valorização) de x% do Euro face ao USD	+10%	132.880	(13.288)	-	-	-	136.741	(13.661)	-	-	-
	-10%		13.288	-	-	-		13.661	-	-	-
Devedores - Desvalorização/(Valorização) de x% do Euro face ao USD	+10%	791.000	6.343	889	6.840	2.932	981.057	11.327	931	60.503	25.930
	-10%		(6.343)	(889)	(6.840)	(2.932)		(11.327)	(931)	(60.503)	(25.930)
Credores - Desvalorização/(Valorização) de x% do BRL face ao USD e face ao EUR (b)	+10%	172.683	-	-	(12.088)	(5.180)	154.847	-	-	(10.839)	(4.645)
	-10%		-	-	12.088	5.180		-	-	10.839	4.645

(a) Inclui derivados elaborados em USD. Exposição sobre a variabilidade cambial do *Mark-to-Market*.

(b) Inclui variação de 10% na taxa de câmbio BRL para USD e variação de 10% na taxa de câmbio USD para EUR.

Foram consideradas as seguintes assunções na análise de sensibilidade do preço da commodity:

- Variação do preço de +/- 10% sobre o preço da commodity (a variação nas demonstrações financeiras do ano de 2014 foi de 1%);
- Ignora-se correlações entre riscos de mercado;
- A análise de sensibilidade foi feita para os saldos no âmbito dos derivados financeiros sobre commodities.

Não foi calculado o efeito de alteração das reservas de petróleo provadas em face da alteração do preço do barril de Brent.

Não foram considerados na análise de sensibilidade efetuada aos derivados quanto ao preço das commodities, Futuros sobre Brent, dado que os mesmos têm maturidade mensal.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada ao preço das commodities, registada na Demonstração da posição financeira:

											(€ k)
	2015					2014					
	Demonstração de Resultados			Capital Próprio		Demonstração de Resultados			Capital Próprio		
	Montante de exposição	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	Montante de exposição	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	
Variação no preço do subjacente dos derivados sobre commodities de Gás Natural (a)	+10%	(10.486)	172	-	-	-	(11.702)	2.225	-	-	-
	-10%		(172)	-	-	-		(1.781)	-	-	-
Variação no preço do subjacente dos derivados sobre commodities de Oil	+10%	(16.475)	6.101	-	-	-	4.640	(873)	-	-	-
	-10%		(6.101)	-	-	-		873	-	-	-
Variação no preço do subjacente dos derivados sobre outras commodities	+10%	5.111	584	-	-	-	6.009	730	-	-	-
	-10%		(584)	-	-	-		(730)	-	-	-

(a) Exclui impactos de derivados classificados como cobertura de justo valor (*Fair value hedge*) e fluxo de caixa (*Cash-Flow Hedge*).

Foram consideradas as seguintes assunções na análise de sensibilidade das taxas de juro:

- Deslocação paralela de 0,5% na estrutura temporal das taxas de juro;
- A análise do risco de taxa de juro inclui empréstimos a taxa variável e derivados financeiros de taxa de juro.
- O resultado antes de impostos é afetado pela análise de sensibilidade do risco de taxa de juro, com exceção dos derivados financeiros de taxa de juro classificados como cobertura de fluxos de caixa, cuja análise de sensibilidade, se dentro dos parâmetros de eficiência exigida, afetará o Capital Próprio.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada aos instrumentos financeiros, registada na Demonstração da posição financeira:

											(€ k)
	2015					2014					
	Demonstração de Resultados			Capital Próprio		Demonstração de Resultados			Capital Próprio		
	Montante de exposição	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	Montante de exposição	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos Acionistas	Interesses que não controlam	
Empréstimos - deslocação paralela na taxa de juro	+0,5%	3.490.216	(10.325)	(63)	-	-	3.607.767	(11.216)	(124)	-	-
	-0,5%		10.325	63	-	-		11.216	124	-	-
Aplicações - deslocação paralela na taxa de juro (a)	+0,5%	3.490.216	6.939	224	-	-	1.837.044	9.039	-	-	-
	-0,5%		(6.939)	(224)	-	-		(9.039)	-	-	-

(a) Inclui saldos a receber em dívida da entidade Tip Top (Sinopec).

A análise não foi afetada por derivados sobre a taxa de juro uma vez que os mesmos não existem nas suas subsidiárias, apenas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou cash-flows do negócio são afetados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seu compromissos de exploração e investimentos.

O grupo Galp financia-se através dos cash-flows gerados pela sua atividade e adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (plafond), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os plafonds de crédito disponíveis de curto prazo mas não utilizados, ascendem a cerca 1,2 mil milhões de Euros em 31 de dezembro de 2015 e 1,2 mil milhões de Euros em 31 de dezembro de 2014, sendo suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas. Além destas facilidades de crédito, o grupo Galp tem a 31 de dezembro de 2015 em Caixa e seus equivalentes, tal como expresso na demonstração da posição financeira, cerca de 1,1 mil milhões de Euros e a 31 de dezembro de 2014 tinha cerca de 1,1 mil milhões de Euros, que combinado com as facilidades de crédito perfaz 2,3 mil milhões de Euros a 31 de dezembro de 2015 e 2,3 mil milhões de Euros de liquidez a 31 de dezembro de 2014, respetivamente.

Risco de crédito

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível da Galp e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respetiva notação de rating de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

A imparidade de contas a receber encontra-se analisada nas Notas 14 e 15.

Risco de Sinistros

O grupo Galp contrata seguros para reduzir a sua exposição a diversos riscos resultante de sinistros que poderão ocorrer durante a prossecução das suas atividades, como seguem:

- Seguros Patrimoniais – cobrindo riscos de Danos Materiais, Avaria de Máquinas, Perdas de Exploração e Construção;
- Seguros de Responsabilidade Civil – cobrindo riscos de atividade geral (*on-shore*), riscos relacionados com atividades marítimas (*off-shore*), riscos de aviação, riscos ambientais e os riscos de gestão e alta direção das Empresas (*Directors & Officers*);
- Seguros Sociais – cobrindo os riscos de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Vida e Saúde;
- Seguros Financeiros – cobrindo riscos de crédito, caução e roubo;
- Seguros Transportes – cobrindo riscos de todas as Cargas transportadas e Cascos;
- Seguros Diversos – cobrindo riscos automóveis, viagens, etc.

33. ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTESAtivos contingentes

Relativamente ao processo de resolução do contrato de construção do navio “Sacor II”, e na sequência do acórdão do tribunal arbitral, o construtor foi condenado a pagar o montante de €3.904 k (€2.886 k acrescido de juros). Em 03 de abril de 2013 o Administrador de Insolvência requereu o encerramento e liquidação do património da empresa construtora. Em 31 de dezembro de 2014 está pendente a efetivação da liquidação da venda dos bens. Devido à incerteza que existe face ao valor a receber, resultado da liquidação, o mesmo não se encontra relevado contabilisticamente nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro e 2015 a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

i) Diversas autarquias locais exigem pagamentos (liquidações e execuções) respeitantes a licença de subsolo com tubagens de gás existentes, por parte das empresas concessionárias da distribuição e comercialização de gás natural, no montante total de €2.519 k. Por não concordarem com as autarquias as empresas do Grupo impugnaram/ opuseram-se às liquidações exigidos pelas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir. Para este efeito foram constituídas garantias.

Acresce referir que, no decurso das negociações do Contrato de Concessão entre a Direção Geral de Energia e Geologia e as empresas concessionárias do Grupo, foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à Concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás natural e para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação do subsolo liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior contrato de concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela Concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após transito em julgado da respetiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do Concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela Concessionária em cada ano civil, relativos às taxas de ocupação de subsolo, serão repercutidos sobre as entidades comercializadoras utilizadoras das infraestruturas ou sobre os consumidores finais servidos pelas mesmas, durante os exercícios seguintes, nos termos a definir pela ERSE. Esta repercução das taxas de ocupação de subsolo será ainda realizada por município, tendo por base o valor efetivamente liquidado pelo mesmo.

Dado que as eventuais taxas a pagar por processos até 31 de dezembro de 2015 e os respetivos juros de mora que venham a ser aplicados, seriam repercutidos nas tarifas futuras, o Grupo decidiu não reconhecer qualquer responsabilidade com processos judiciais em curso liquidados por municípios relativos a este assunto.

Em 31 de dezembro de 2015 os valores pagos às autarquias e faturados a clientes relativamente às taxas de ocupação de subsolo são os que se seguem (as condições de repasse, nomeadamente o valor a recuperar em cada ano, o número de anos de repasse e os valores unitários a praticar aos clientes são aprovados pela ERSE):

Valor liquidado	Taxas de ocupação de subsolo - Juros conta corrente	Valores faturados a clientes	Montante a recuperar (Nota 14)
107.458	3.854	(58.494)	52.818

O montante por recuperar é remunerado com base na taxa Euribor a três meses adicionado pelo spread estipulado pela ERSE.

ii) Em 31 de dezembro de 2015, encontra-se em curso um processo interposto pela Dourogás Propano, S.A. contra o Grupo, relativo a incumprimento contratual, sendo reclamada uma indemnização no montante de, aproximadamente, €1.463 k. É entendimento da Administração da Empresa, com base no parecer dos seus consultores jurídicos, que do desfecho deste processo não irá resultar qualquer obrigação para a Empresa, motivo pelo qual, naquela data, não foi constituída qualquer provisão. Refira-se ainda, que as decisões favoráveis em 1^a e 2^a instância reforçam as probabilidades de êxito desta ação.

iii) Em 31 de dezembro de 2015, encontra-se em curso um processo judicial, que diz respeito a um processo de concorrência desleal de gás natural no montante de €4.008 k. Apoiado pelos seus consultores legais, o Grupo entende que o referido processo, à data de 31 de dezembro de 2015 não apresenta qualquer contingência.

iv) Em 31 de dezembro de 2015 encontra-se em curso um processo judicial de impugnação do processo de licenciamento da central de ciclo combinado a gás natural de Sines interposta pela Endesa Generación Portugal, S.A. contra o Ministério da Economia e Inovação, ocupando a Galp Power, SGPS, S.A. a posição de contrainteressada. A Galp Power, SGPS, S.A. impugnou este processo judicial. A Administração da Empresa, suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não resultará qualquer responsabilidade.

v) A ação declarativa intentada contra o Grupo, por um subempreiteiro envolvido na construção do navio “Sacor II”, no montante total de €2.274 k, em curso no Tribunal Marítimo de Lisboa está suspensa, devido à declaração de insolvência apresentada pela empresa construtora em 06 de fevereiro de 2013. A Administração da Empresa suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não é possível determinar quais as responsabilidades que poderá advir para a subsidiaria Sacor Marítima S.A., embora considere reduzidas as possibilidades de uma condenação.

vi) Processos de liquidações adicionais de IRP e IRC no montante total de €35.962 k para os quais existem provisões constituídas no montante de €21.769 k e €7.394 k respetivamente (Nota 9 e 25).

vii) Associada ao acordo que a Petrogal efetuou com a Câmara Municipal de Matosinhos em 14 de junho de 2013, poderão existir encargos a suportar com a descontaminação de solos antes da cedência definitiva das parcelas à Câmara Municipal de Matosinhos. A esta data a Empresa não dispõe de informações que lhe permitam estimar o montante dessas responsabilidades uma vez que não foram desenvolvidos os necessários estudos e avaliações.

Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 são:

i) € 288.409 k, €8.245 k e €25.621 k de responsabilidades por serviços passados afetas aos Fundos de Pensões Petrogal, Sacor Marítima e Grupo GDP respetivamente, as quais estão cobertas pelos ativos dos mesmos nos montantes de €285.777 k, €7.492 k e €24.340 k respetivamente (Nota 23);

ii) €23.344 k relacionados com encomendas não satisfeitas de ativos tangíveis;

iii) A Galp Gás & Power, SGPS, S.A., anteriormente designada por GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A., na qualidade de acionista da Ventinveste, S.A. tem como compromisso e responsabilidade, no âmbito do contrato e demais acordos celebrados com a DGEG, o cumprimento integral e tempestivo de 1/3 das obrigações referentes ao projeto eólico, caracterizado pela promoção, construção e exploração dos Parques Eólicos.

As obrigações contratuais estão salvaguardadas através de garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, no valor de €25.332 k e por fiança prestada pelos acionistas, Galp Gás & Power, SGPS, S.A., Martifer, SGPS, S.A. e Martifer Renewables, SGPS, S.A. igualmente no mesmo valor e dividida em partes iguais, cujo total corresponde a cerca de 10% do Investimento Direto total, no montante de €50.665 k. O montante da caução será reduzido, em cada semestre, em função da fração do investimento contratado que tenha sido concretizada no semestre anterior;

iv) O grupo Galp tem empréstimos bancários contratados que em alguns casos apresentam covenants que podem, caso sejam acionados pelas entidades bancárias, conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados. A 31 de dezembro de 2015, a dívida de médio e longo prazo do Grupo ascendia a 3,1 mil milhões Euros. Do total desta dívida, os contratos que comportam covenants ascendem a 0,7 mil milhões de Euros. Os covenants existentes consubstanciam-se essencialmente no cumprimento de rácios que pretendem acompanhar a situação financeira da Empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. O rácio de Total Net Debt to Consolidated EBITDA é o mais utilizado e a 31 de dezembro de 2015 era de 1,55x seguindo a metodologia de cálculo constante nos contratos. O valor do rácio situou-se abaixo do valor fixado em todos os contratos, que em termos gerais é de 3,5 – 3,75 x EBITDA; e

v) O grupo Galp tem em vigor contratos, de médio e longo prazo, de fornecimento de gás celebrados com fornecedores e clientes, que garantem um mínimo de aquisição e vendas, permitindo assegurar um boa performance operacional.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2015 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a €342.315 k sendo constituídos essencialmente por:

i) Garantias maioritariamente sem prazo no montante de €57.866 k prestadas a favor da Direção Geral dos Impostos;

ii) Garantia prestada sem prazo no montante de €30.000 k a favor da EDP – Distribuição, para garantir o contrato de acesso às redes operadas pela EDP Distribuição, para que o Grupo possa fornecer eletricidade no mercado elétrico Português;

iii) Garantias no montante de €8.577 k prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação do subsolo;

iv) Garantias no montante de €9.228 k prestadas a ENMC-Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.. Em janeiro de 2015 a Galp foi notificada pela Autoridade da Concorrência a efetuar um pagamento de €9.2 M a título de Coima em matéria de concorrência de garrafas de gás. A Galp considerou infundada a coima e recorreu legalmente. Em 4 de janeiro de 2016 o Tribunal da Concorrência reduziu em 55% coima aplicada. A Galp não se conforma com uma condenação assente em fundamentos meramente formais, pelo que pretende interpor recurso desta decisão, no entanto reconheceu uma provisão no montante €4.180 k relativo a responsabilidades por multas aplicadas pela Autoridade da Concorrência (Nota 25);

v) Garantias com um prazo de um ano no montante de €12.459 k prestadas a favor da empresa Oil Insurance LTD;

vi) Garantias no montante de €7.749 k prestadas a favor da Direção Geral das Alfândegas;

vii) Garantias sem prazo no montante de €7.000 k prestadas ao Estado Português destina-se a assegurar o bom cumprimento do contrato de concessão de distribuição de gás natural, da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. e Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.;

viii) Garantia sem prazo no montante de €5.000 k prestada ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir pelo Estado Português à Transgás Armazenagem, S.A.;

ix) Garantias sem prazo no montante de €4.814 k prestadas a favor da APS-Administração do Porto de Sines;

x) Garantias no montante €3.054 k (sendo €2.354 k sem prazo e €700 k com prazo até 2024) constituídas a favor da Direção Geral de Geologia e Energia destinam-se a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa no âmbito do plano de execução da construção das infraestruturas, referente à exploração de redes locais autónomas de gás natural e atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do sistema elétrico de serviço público;

xi) Garantias prestadas no montante de €2.069 k a favor do Instituto de Estradas de Portugal foram estabelecidas ao abrigo da alínea a) do art.15º do Decreto-lei 13/71 de 23/01 e têm como objetivo a licença para instalação de condutas de gás natural, paralelismos e atravessamentos de estradas;

xii) Garantia sem prazo prestada no montante de €710 k a favor da EDP - Energias de Portugal, S.A. para garantir o fornecimento de gasóleo às centrais termoeléctricas das ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Faial, Pico e Flores;

xiii) Garantia prestada no montante de €7.855 k a favor de diversas entidades para garantir suporte aos contratos de acesso às redes de distribuição de gás natural;

xiv) Garantias prestadas no montante €1.256 k (com prazo até março de 2016), a favor da empresa T.I.G. (Transport et Infrastructures Gaz France) para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de transporte de gás natural em França;

xv) Garantia prestada, sem prazo, no montante €4.700 k a favor da REN- Atlântico, S.A para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de GNL (Gás Natural Liquefeito);

xvi) Garantia prestada, sem prazo, no montante €7.979 k a favor da REN- Gasodutos, S.A para garantir contrato de uso da rede nacional de transportes.

xvii) Garantia prestada, sem prazo, no montante €2.176 k a favor da REN- Armazenagem, S.A para garantir o contrato de uso do armazenamento subterrâneo.

xviii) Garantia prestada, valida até 31 de dezembro de 2024, no montante €1.650 k a favor da REN-Rede Elétrica Nacional, SA, para garantir obrigações financeiras do Agente de mercado decorrentes da aplicação do manual de procedimentos de gestão Global do Sistema.

xix) Em 31 de dezembro de 2015, existiam garantias, com prazo médio de dois anos, no montante de €58.697 k (Reais 253.042 k) de garantias bancárias à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que resultam de uma imposição contratual constante no Contrato de Concessão assinado entre o Governo do Brasil e os parceiros dos blocos no Brasil dos quais a Empresa participa, onde estes se comprometem a realizar dispêndios em aquisição de sísmica e perfuração de poços durante o período de pesquisa. O montante das garantias prestadas corresponde à responsabilidade da Empresa que iguala a sua percentagem de participação no consórcio;

xx) A Galp celebrou um contrato de venda de gás natural com a Petróleo Brasileiro, S.A. – Petrobrás, para a área de concessão BM-S-11, no Campo Lula, na bacia de Santos, com a duração de 23 anos, pelo qual a Petrogal venderá o gás produzido nos módulos de desenvolvimento do Piloto de Lula e Lula NE. Para a satisfação do contrato de fornecimento de gás foi prestada uma garantia pela Galp à Petrobrás que à data de 31 de dezembro de 2015 ascende a €98.901 k (USD108.000 k); e

xxi) Em 31 de dezembro de 2015, existiam ainda outras garantias no montante de €10.575 k constituídas a favor de terceiros para garantia da boa e integral execução e cumprimento das obrigações decorrentes de contratos celebrados entre as partes.

34. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR ESCRITURADO E AO JUSTO VALOR

Os Ativos e Passivos financeiros ao valor escriturado e ao justo valor são apresentados no quadro abaixo em € k:

Rubricas de balanço	Valor escriturado	Justo Valor
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para Venda	2.487	a)
Clientes	829.042	829.042
Empréstimos à Sinopec	722.936	722.936
Outras contas a receber	875.109	875.109
Outros Investimentos Financeiros	28.888	28.888
Caixa e seus Equivalentes	1.130.606	1.130.606
Passivos		
Empréstimos bancários	1.398.207	1.398.207
Empréstimos obrigacionistas	2.153.865	2.183.970
Outros instrumentos financeiros	31.969	31.969
Fornecedores	656.346	656.346
Outras contas a pagar	1.395.620	1.395.620

a) Por dificuldades no cálculo do justo valor os Ativos disponíveis para venda (que são instrumentos de capital não admitidos à cotação em mercados regulamentados) estão registados ao seu custo de aquisição, conforme referido na nota 2.2 c) e 2.16 a).

O justo valor dos empréstimos obrigacionistas foi mensurado com base em variáveis observáveis no mercado, assim a classificação na hierarquia de Justo Valor é de Nível 2.

35. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na atividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objetivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

Durante o ano de 2013, o grupo Galp foi informado pela Agência Portuguesa do Ambiente, através da publicação da Tabela de Alocação Nacional (NAT) para o período 2013-2020, das licenças de emissão a serem atribuídas em definitivo às seguintes instalações:

Empresa	Petrogal		Carriço	Powercer	Adicional Petrogal
	Instalações	Refinaria de Sines			
2013	1.187.801	494.967	65.341	22.384	504.322
2014	1.167.170	486.370	64.204	20.601	495.547
2015	1.146.296	477.672	63.067	18.865	486.772
2016	1.125.205	468.883	61.930	17.181	477.996
2017	1.103.886	460.000	60.793	15.545	469.221
2018	1.082.361	451.030	59.656	13.959	460.446
2019	1.060.567	441.948	58.519	12.421	451.671
2020	1.038.697	432.834	57.382	10.934	442.896
Total por instalação	8.911.983	3.713.704	490.892	131.890	3.788.871

Nota: A entidade Powercer, SA foi liquidada em dezembro de 2014.

Nos quadros abaixo apresentam-se as instalações atualmente operadas pelo Grupo, as respetivas licenças anuais de emissão atribuídas, denominadas como EUA's (*Emission Unit Allowances*), certificados de redução de emissão, denominados como ERU's (*Emission Reduction Units*), bem como as quantidades de emissões de gases com efeito de estufa (Ton/CO₂) por instalação/empresa:

EUA's

Empresa	Instalações	EUA's detidas Ton/CO ₂ a 31/12/2014	Licenças gratuitas atribuídas por Ton/CO ₂	Licenças Ton/CO ₂ utilizadas	Licenças Ton/CO ₂ transferidas	Licenças Ton/CO ₂ compradas	Licenças Ton/CO ₂ vendidas	EUA's detidas Ton/CO ₂ a 31/12/2015
Petrogal	Refinaria de Sines (a)	2.908.561	1.633.068	(2.219.005)	-	-	-	2.322.624
	Refinaria do Porto	1.558.114	477.672	(879.395)	-	-	-	1.156.391
		4.466.675	2.110.740	(3.098.400)	-	-	-	3.479.015
Carriço Cogeração	Cogeração	45.844	63.067	(80.797)	-	-	-	28.114
Powercer	Cogeração	34.966	-	-	(34.996)	-	-	-
		80.810	63.067	(80.797)	(34.996)	-	-	28.114
Galp Power	n.a.	-	-	-	-	-	-	-
		4.547.485	2.173.807	(3.179.197)	(34.996)	-	-	3.507.129

(a) Inclui nas licenças atribuídas (em conformidade com Tabela de Alocação Nacional para o período 2013-2020), estimativa de licenças da Conversão de Sines no montante de 486.775 TON/CO₂ para o ano de 2015.

ERU's

Empresa	Instalações	ERU's detidos Ton/CO ₂ a 31/12/2014	Certificados Ton/CO ₂ utilizados	Certificados Ton/CO ₂ transferidos	Certificados Ton/CO ₂ comprados	Certificados Ton/CO ₂ vendidos	ERU's detidos Ton/CO ₂ a 31/12/2015
Petrogal	Refinaria de Sines (a)	76	(76)	-	-	-	-
	Refinaria do Porto	3.814	(3.814)	-	-	-	-
		3.890	(3.890)	-	-	-	-
Carriço Cogeração	Cogeração	-	-	-	-	-	-
Powercer	Cogeração	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
Galp Power	n.a.	110	-	-	-	(110)	-
		4.000	(3.890)	-	-	(110)	-

Títulos detidos

Empresa	Instalações	EUA's detidas Ton/CO ₂ a 31/12/2015	ERU's detidos Ton/CO ₂ a 31/12/2015	EUA's, e ERU's detidos Ton/CO ₂ a 31/12/2015	Gases emitidos até dezembro de 2015 (a)	Excesso/ (Insuficiência) de licenças/ certificados estimadas
Petrogal	Refinaria de Sines (a)	2.322.624	-	2.322.624	2.548.281	(225.657)
	Refinaria do Porto	1.156.391	-	1.156.391	910.293	246.098
		3.479.015	-	3.479.015	3.458.574	20.441
Carriço Cogeração	Cogeração	28.114	-	28.114	28.116	(2)
Powercer	Cogeração	-	-	-	-	-
		28.114	-	28.114	28.116	(2)
Galp Power	n.a.	-	-	-	-	-
		3.507.129	-	3.507.129	3.486.690	20.439

(a) Sujeito a auditorias ambientais.

No final do ano de 2014 a Galp efetuou a venda dos ativos da Powercer, tendo as licenças detidas, bem como as responsabilidades inerentes com as emissões, sido transferidas em 2015.

Verificaram-se durante o ano de 2015 uma venda de licenças de 110 Ton/CO₂ pela Galp Power por valores residuais.

Devido à aquisição em anos anteriores de licenças que servem para fazer face às responsabilidades com a emissão de CO₂, a empresa Petrogal reconheceu como custo no exercício um valor de €7.597 k (Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2015, os valores pró-forma de gases com emissões de estufa foram inferiores às licenças atribuídas e adquiridas. Assim sendo, não foram especializados custos adicionais aos acima mencionados.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes para fins de divulgação.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1 de abril de 2016.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Concelho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

CONTABILISTA CERTIFICADO:

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente:**

Américo Amorim

Vice-Presidentes:

Paula Ramos Amorim

Carlos Nuno Gomes da Silva

Vogais:

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Raquel Rute da Costa David Vunge

Carlos Manuel Costa Pina

Francisco Vahia de Castro Teixeira Rêgo

Miguel Athayde Marques

Jorge Manuel Seabra de Freitas

José Carlos da Silva Costa

Pedro Carmona de Oliveira Ricardo

João Tiago Cunha Belém da Câmara Pestana

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Luis Manuel Pego Todo Bom

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

Informação suplementar sobre petróleo e gás (não auditado)

A informação constante nesta nota foi produzida de acordo com o Tópico 932 – Atividades de Extração – Petróleo e Gás, do Financial Accounting Standards Board (FASB).

Resultados das operações de atividades de exploração e produção

Os resultados das operações das atividades de exploração e produção por zona geográfica, dos anos de 2015, 2014 e 2013 são os seguintes:

	África	América Latina	Resto do Mundo	(€ k) Total
31 de dezembro de 2015				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	110.991	507.094	-	618.085
Custos de produção	(35.586)	(71.969)	-	(107.555)
<i>Royalties</i>	-	(49.777)	-	(49.777)
Outros custos operacionais	(4.885)	(62.015)	(1)	(66.901)
Custos de exploração	(17.232)	(55.310)	41	(72.500)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(151.053)	(164.522)	-	(315.575)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	(97.765)	103.501	40	5.777
Impostos	(2.349)	(92.475)	10	(94.814)
Resultado operacional para atividades de E&P	(100.114)	11.027	50	(89.037)
31 de dezembro de 2014				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	193.201	465.837	-	659.039
Custos de produção	(42.137)	(41.530)	-	(83.667)
<i>Royalties</i>	-	(52.188)	-	(52.188)
Outros custos operacionais	(2.293)	(72.579)	(18)	(74.890)
Custos de exploração	(75.289)	(28.070)	(623)	(103.982)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(88.697)	(63.107)	-	(151.803)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	(15.215)	208.363	(641)	192.507
Impostos	(49.077)	(120.501)	(27)	(169.605)
Resultado operacional para atividades de E&P	(64.292)	87.862	(668)	22.902
31 de dezembro de 2013				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	243.816	333.565	-	577.382
Custos de produção	(45.860)	(23.226)	-	(69.086)
<i>Royalties</i>	-	(38.765)	-	(38.765)
Outros custos operacionais	(2.338)	(57.722)	4	(60.056)
Custos de exploração	(61.528)	(24.778)	(2.186)	(88.492)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(113.727)	(51.944)	-	(165.671)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	20.364	137.130	(2.182)	155.312
Impostos	(18.946)	(66.360)	(137)	(85.442)
Resultado operacional para atividades de E&P	1.418	70.771	(2.319)	69.870

Os custos de produção incluem os custos diretos de produção associados a blocos em produção. Esta rubrica é apresentada líquida dos proveitos referentes ao aluguer de equipamentos de produção registados em empresas que não são consolidadas pelo método integral. Foram deduzidos, nomeadamente, €32.283 k em 2015, €16.223 k em 2014 e €9.159 k em 2013.

Os outros custos operacionais incluem os custos de estrutura relacionados com áreas diretamente relacionadas com as atividades de exploração e produção. Exclui custos de gestão relativos a empresas do Grupo, de acordo com o Tópico 932 do FASB e inclui custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €7.159 k em 2015, €21.161 k em 2014 e €3.262 k em 2013. O incremento do valor de 2014 reflete o evento particular decorrente da rescisão contratual com uma das empresas fornecedoras de materiais para os equipamentos de produção e do abate parcial dos investimentos associados ao mesmo.

Os custos de exploração em 2015 correspondem às imparidades de exploração, nomeadamente custos com poços secos ou outras atividades relacionadas seguindo o método dos esforços bem sucedidos. Nos anos de 2014 e 2013, os valores dizem respeito a poços secos ou custos históricos de blocos devolvidos no ano em análise.

As amortizações, depreciações e provisões do exercício incluem custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €8.597 k em 2015, €3.526 k em 2014 e €1.811 k em 2013.

Os resultados operacionais não incluem os custos de gestão e custos financeiros, de acordo com o Tópico 932 do FASB.

A rubrica "Impostos" inclui: IRP, aplicável a blocos em África; a Participação Especial, aplicável a blocos no Brasil, e o imposto sobre rendimento, de acordo com as regras em vigor em cada país. O valor do imposto sobre o rendimento foi retificado para excluir o efeito dos custos de gestão e custos financeiros que foram excluídos do resultado das operações.

Despesas de investimento do ano em atividades de E&P

As despesas de investimento do ano, que representam os dispêndios efetuados nas atividades de exploração e produção, por zona geográfica, para os exercícios de 2015, 2014 e 2013, são os seguintes:

	África	América Latina	Resto do Mundo	Total
31 de dezembro de 2015				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições sem reservas provadas	-	-	-	-
Exploração	14.145	72.846	6.879	93.870
Desenvolvimento	303.558	705.469	-	1.009.027
Total incorrido no exercício	317.703	778.314	6.879	1.102.896
31 de dezembro de 2014				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições sem reservas provadas	-	-	-	-
Exploração	134.949	113.163	3.155	251.266
Desenvolvimento	161.794	585.109	-	746.903
Total incorrido no exercício	296.743	698.272	3.155	998.169
31 de dezembro de 2013				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições sem reservas provadas	10.191	11.619	-	21.810
Exploração	112.433	143.388	2.789	258.610
Desenvolvimento	90.179	352.753	-	442.933
Total incorrido no exercício	212.803	507.761	2.789	723.353

Os valores constantes na rubrica de "Desenvolvimento" incluem ativos referentes a equipamentos de transporte e produção para o bloco BM-S-11 no Brasil, registados em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, no valor de €213.928 k em 2015, €255.948 k em 2014 e €155.203 k em 2013.

Os investimentos, no quadro acima, são expressos em moeda funcional do grupo Galp, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respetivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2.12 das notas às contas consolidadas, nomeadamente, Brasil à taxa de câmbio 4,3117 EUR/BRL e empresas da geografia de África à taxa de câmbio 1,0887 EUR/USD.

Investimentos acumulados em atividades de exploração e produção

Os investimentos acumulados representam a totalidade de dispêndios efetuados na aquisição de reservas provadas ou não provadas e nas atividades de exploração e desenvolvimento dos blocos nos quais a Galp detém uma participação.

Os custos de exploração são capitalizados na totalidade. Os poços secos são reconhecidos como custo e refletidos nestas tabelas juntamente com as imparidades. Os blocos devolvidos são abatidos aos ativos e, como tal, não constam desta informação.

Os investimentos acumulados na área de exploração e produção que se encontram refletidos na posição financeira do grupo Galp são os seguintes:

	(€ k)	África	América Latina	Resto do Mundo	Total
31 de dezembro de 2015					
Contribuições totais consolidadas					
Ativos com Reservas Provadas					
Ativos Fixos	1.181.999	812.503	-	1.994.502	
Poços incompletos (ativos em curso)	83.314	1.178.631	-	1.261.945	
Ativos sem Reservas Provadas	993.675	392.039	63.096	1.448.810	
Equipamento de suporte	7.829	4.595	-	12.424	
Investimentos acumulados brutos	2.266.817	2.387.768	63.096	4.717.681	
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(1.164.176)	(224.935)	(12.421)	(1.401.532)	
Investimentos acumulados líquidos	1.102.641	2.162.834	50.675	3.316.150	
31 de dezembro de 2014					
Contribuições totais consolidadas					
Ativos com Reservas Provadas					
Ativos Fixos	1.114.835	621.059	-	1.735.894	
Poços incompletos (ativos em curso)	121.555	910.845	-	1.032.399	
Ativos sem Reservas Provadas	648.296	461.309	56.217	1.165.821	
Equipamento de suporte	6.397	9.184	-	15.580	
Investimentos acumulados brutos	1.891.082	2.002.396	56.217	3.949.695	
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(1.007.582)	(172.732)	(13.384)	(1.193.698)	
Investimentos acumulados líquidos	883.500	1.829.664	42.833	2.755.997	
31 de dezembro de 2013					
Contribuições totais consolidadas					
Ativos com Reservas Provadas					
Ativos Fixos	818.637	307.589	-	1.126.226	
Poços incompletos (ativos em curso)	64.365	607.130	-	671.495	
Ativos sem Reservas Provadas	462.128	421.227	53.082	936.438	
Equipamento de suporte	4.663	11.394	-	16.056	
Investimentos acumulados brutos	1.349.793	1.347.340	53.082	2.750.216	
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(687.514)	(99.260)	(10.768)	(797.541)	
Investimentos acumulados líquidos	662.280	1.248.080	42.315	1.952.675	

Os investimentos foram classificados de acordo com os seguintes pressupostos:

1) Ativos com Reservas Provadas (RP ou 1P): Ativos relacionados com campos que detêm RP, no final de cada ano.

1.1) Ativos com RP – Fixos: Ativos relacionados com campos que detêm RP, no final de cada ano já em produção e sujeitos a amortização;

1.2) Ativos com RP – Poços incompletos (ativos em curso): Ativos relacionados com campos com RP, no final de cada ano que ainda não estão em produção.

2) Ativos sem RP: Ativos relacionados com campos sem RP, no final de cada ano.

3) Equipamento de suporte: Equipamento administrativo atribuído às atividades de exploração e produção.

Os valores constantes nas seguintes rubricas incluem ativos referentes a equipamentos de transporte e produção para o bloco BM-S-11 no Brasil, registados em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. Em ativos fixos com RP, estão registados €255.736 k em 2015, €119.127 k em 2014 e €70.539 k em 2013. Em poços incompletos (ativos em curso), estão registados €542.601 k em 2015, €376.814 k em 2014 e €248.461 k em 2013. Em amortizações, depreciações e imparidades acumuladas estão registados €17.063 k em 2015, €7.443 k em 2014 e €3.482 k em 2013.

Os investimentos acumulados, no quadro acima, são expressos em moeda funcional do grupo Galp, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respetivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2.12 das notas às contas consolidadas, nomeadamente, Brasil à taxa de câmbio 4,3117 EUR/BRL e empresas da geografia de África à taxa de câmbio 1,0887 EUR/USD.

Reservas de petróleo e de gás

As RP totais (1P) em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 que são evidenciadas nos quadros seguintes, incluem as RP desenvolvidas e não desenvolvidas e foram utilizadas para efeitos de amortização do imobilizado fixo e constituição de provisões para custos de abandono com base no critério UOP. Estas reservas foram apuradas por uma entidade independente, cuja metodologia adotada se encontra de acordo com o PMRS, aprovado em março de 2007 pela SPE, o WPC, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

O preço de referência para o apuramento das reservas pertencentes à Empresa numa ótica de net-entitlement, que são as reservas a extrair de acordo com o definido nos contratos celebrados para a atividade de exploração e produção, foi de \$52,46/bbl, \$98,95/bbl e \$108,66/bbl que corresponde ao preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2015, 2014 e 2013, respetivamente.

As reservas associadas aos blocos no Brasil correspondem a 100% da percentagem que a Petrogal Brasil detém nos blocos, visto que esta empresa é consolidada pelo método integral nas contas do grupo Galp.

Os impactos dos PSA (efeito preço e/ou alteração de custos recuperáveis) nas reservas associadas a este tipo de contrato estão refletidos na rubrica "Revisões de estimativas anteriores".

Reservas de petróleo (reservas provadas 1P)

	(kbb)	África	América Latina	Total
2015				
Reservas a 31 de dezembro 2014	7.817	195.549	203.366	
Desenvolvidas	6.426	37.210	43.636	
Não desenvolvidas	1.391	158.339	159.730	
Extensões e descobertas	-	-	-	
Aquisições e vendas	-	-	-	
Revisões de estimativas anteriores	3.164	44.569	47.733	
Produção	(2.572)	(11.954)	(14.526)	
Reservas a 31 de dezembro 2015	8.409	228.164	236.573	
Desenvolvidas	7.075	47.455	54.530	
Não desenvolvidas	1.334	180.709	182.043	
2014				
Reservas a 31 de dezembro 2013	8.814	146.930	155.744	
Desenvolvidas	7.124	19.294	26.418	
Não desenvolvidas	1.690	127.636	129.326	
Extensões e descobertas	59	-	59	
Aquisições e vendas	-	-	-	
Revisões de estimativas anteriores	1.580	54.476	56.056	
Produção	(2.636)	(5.857)	(8.493)	
Reservas a 31 de dezembro 2014	7.817	195.549	203.366	
Desenvolvidas	6.426	37.210	43.636	
Não desenvolvidas	1.391	158.339	159.730	
2013				
Reservas a 31 de dezembro 2012	9.609	113.773	123.382	
Desenvolvidas	7.011	15.925	22.936	
Não desenvolvidas	2.598	97.848	100.446	
Extensões e descobertas	-	21.830	21.830	
Aquisições e vendas	-	-	-	
Revisões de estimativas anteriores	2.244	15.132	17.376	
Produção	(3.039)	(3.805)	(6.844)	
Reservas a 31 de dezembro 2013	8.814	146.930	155.744	
Desenvolvidas	7.124	19.294	26.418	
Não desenvolvidas	1.690	127.636	129.326	

Reservas de gás (reservas provadas 1P)

As reservas de gás são apresentadas em milhões de pés cúbicos (bcf), sendo que 1 boe corresponde a 6.000 pés cúbicos de gás.

		África	América Latina	Total
2015				
Reservas a 31 de dezembro 2014		-	174.008	174.008
Desenvolvidas		-	27.941	27.941
Não desenvolvidas		-	146.067	146.067
Extensões e descobertas		-	-	-
Aquisições e vendas		-	-	-
Revisões de estimativas anteriores		-	68.966	68.966
Produção		-	(6.724)	(6.724)
Reservas a 31 de dezembro 2015		-	236.250	236.250
Desenvolvidas		-	52.501	52.501
Não desenvolvidas		-	183.749	183.749
2014				
Reservas a 31 de dezembro 2013		-	130.935	130.935
Desenvolvidas		-	21.081	21.081
Não desenvolvidas		-	109.854	109.854
Extensões e descobertas		-	-	-
Aquisições e vendas		-	-	-
Revisões de estimativas anteriores		-	46.517	46.517
Produção		-	(3.444)	(3.444)
Reservas a 31 de dezembro 2014		-	174.008	174.008
Desenvolvidas		-	27.941	27.941
Não desenvolvidas		-	146.067	146.067
2013				
Reservas a 31 de dezembro 2012		-	184.281	184.281
Desenvolvidas		-	24.749	24.749
Não desenvolvidas		-	159.532	159.532
Extensões e descobertas		-	14.189	14.189
Aquisições e vendas		-	-	-
Revisões de estimativas anteriores		-	(64.133)	(64.133)
Produção		-	(3.402)	(3.402)
Reservas a 31 de dezembro 2013		-	130.935	130.935
Desenvolvidas		-	21.081	21.081
Não desenvolvidas		-	109.854	109.854

Medidas standard de desconto de fluxos de caixa futuros

As medidas *standard* de desconto de fluxos de caixa futuros, foram elaboradas de acordo com as regras do Tópico 932 do FASB e correspondem a uma tradução económica das reservas provadas 1P apresentadas no ponto anterior.

As receitas de caixa futuras representam as receitas futuras da produção associada às RP, calculadas aplicando o preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2015: \$52,46/bbl.

Os custos de produção futuros correspondem às estimativas de custos de produção associados às RP.

Os *royalties* futuros representam as estimativas de *royalties* a pagar relativos às receitas de produção. Aplicam-se apenas na América Latina e correspondem a 10% do valor das vendas.

Os custos de desenvolvimento e abandono futuros correspondem a estimativas de custos para desenvolvimento das RP (perfuração e instalação de plataformas de produção), assim como a estimativas para custos de abandono dos campos.

Os impostos sobre rendimento futuros representam estimativas de IRP (aplicável a blocos em África e calculados de acordo com o PSA em vigor); Participação Especial (aplicável a blocos no Brasil) e imposto sobre rendimento, de acordo com as regras em vigor em cada país.

Os fluxos de caixa foram calculados em dólares americanos e convertidos para euros à taxa de câmbio média do ano de 2015 (1,1096 EUR/USD).

	(€ k)	África	América Latina	Total
31 de dezembro de 2015				
Receitas de caixa futuras	397.504	10.884.940	11.282.444	
Custos de produção futuros	(142.727)	(2.379.469)	(2.522.196)	
<i>Royalties</i> futuros	-	(1.219.931)	(1.219.931)	
Custos de desenvolvimento e abandono futuros	(92.652)	(732.229)	(824.881)	
Fluxo de caixa líquido antes de imposto futuros	162.126	6.553.311	6.715.437	
Imposto sobre rendimentos futuros	(40.294)	(3.826.206)	(3.866.500)	
Fluxos de caixa líquidos futuros	121.832	2.727.105	2.848.937	
Fator de desconto (10%)	(19.226)	(1.345.756)	(1.364.982)	
Medidas standard de desconto de fluxos de caixa líquidos futuros, a 31 de dezembro 2015	102.606	1.381.348	1.483.954	

7.4. Relatórios e pareceres

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Galp Energia S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 12.793.031 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.188.124 milhares de euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.416.046 milhares de euros e um resultado líquido de 122.566 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2** É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
- 3** A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

- 4** O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
- 5** O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6** Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7** Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8** É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

1 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados

- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 20161485

representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

Declaração de conformidade do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos administradores abaixo indicados declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade.

Lisboa, 1 de abril de 2016

O Conselho de Administração

Presidente

Américo Ferreira de Amorim

Vice-Presidente

Paula Fernanda Ramos Amorim

Vice-Presidente

Carlos Nuno Gomes da Silva

Vogais

Filipe Crisóstomo Silva

Thore E. Kristiansen

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Abdul Magid Osman

Raquel Rute da Costa David Vunge

Carlos Manuel Costa Pina

Francisco Vahia de Castro Teixeira Rêgo

Miguel Athayde Marques

Jorge Manuel Seabra de Freitas

José Carlos da Silva Costa

Pedro Carmona de Oliveira Ricardo

João Tiago Cunha Belém da Câmara Pestana

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Luis Manuel Pego Todo Bom

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o Relatório de Governo Societário, o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas e com o Auditor Externo, acompanhando os trabalhos de revisão legal e de auditoria desenvolvidos, fiscalizando a sua independência e competência.

Apreciámos a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2015, com os quais concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam;
- b) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- c) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- d) o Relatório de Governo Societário relativo ao ano de 2015 inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Sociedade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exprimimos a nossa concordância com o Relatório de Gestão, com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2015, pelo que somos de parecer que deverão os mesmos ser aprovados em Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A., cuja colaboração sempre simplificou, em muito, o exercício das suas funções.

Lisboa, 1 de abril de 2016

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Pedro Antunes de Almeida

Anexos: declarações subscritas pelos membros do Conselho Fiscal para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Declaração

Daniel Bessa Fernandes Coelho, Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade

Lisboa, 1 de abril de 2016

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Declaração

Gracinda Augusta Figueiras Raposo, Vocal do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade.

Lisboa, 1 de abril de 2016

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Declaração

Pedro Antunes de Almeida, Vocal do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade.

Lisboa, 1 de abril de 2016

Pedro Antunes de Almeida

Relatório Anual de Atividades do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2015

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp, Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2015.

I. Introdução

De acordo com o modelo de governo societário adotado pela Galp, correspondente ao modelo latino previsto nos artigos 278.º, n.º 1, alínea a) e 413.º, n.º 1, alínea b), ambos do CSC, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da atividade da Sociedade.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da assembleia geral realizada em 16 de abril de 2015, para o mandato de 2015-2018, sendo composto por três membros, dos quais dois são independentes, em conformidade com os critérios definidos no artigo 414.º, n.º 5 do CSC.

Todos os membros do Conselho Fiscal observam os critérios de compatibilidade para o exercício da respectiva função que se encontram previstos no artigo 414.º-A, n.º 1 do CSC.

As principais competências do Conselho Fiscal, descritas no respetivo Regulamento que se encontra disponível no sítio na internet da Sociedade, podem ser integradas nas seguintes áreas essenciais de atuação:

- a) Acompanhar de modo permanente a atividade da Sociedade, vigiar pela observância da lei e dos estatutos e fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) Fiscalizar o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira e fiscalizar a revisão de contas nos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- c) Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, avaliando anualmente com a Comissão Executiva os procedimentos internos de controlo e auditoria e questões que sejam suscitadas a respeito das práticas contabilísticas seguidas pela Sociedade, dirigindo-lhe as recomendações que entenda justificadas;
- d) Supervisionar a adoção pela Sociedade de princípios e políticas de identificação e gestão dos principais riscos de natureza financeira e operacional ligados à atividade da Sociedade, bem como de medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar, adequadamente e tempestivamente tais riscos;
- e) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- f) Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas ou de sociedade de revisores oficiais de contas e fiscalizar a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- g) Nomear ou destituir o auditor externo da Sociedade e avaliar anualmente a sua atividade, através de uma apreciação crítica dos relatórios e documentação produzidos no desempenho das suas funções.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal relativamente ao exercício de 2015

Durante o ano de 2015 o Conselho Fiscal realizou quinze reuniões, tendo desenvolvido várias ações no âmbito das suas atribuições, das quais destaca as seguintes:

1. Acompanhamento de modo permanente da atividade da Sociedade, vigilância do cumprimento da lei e dos estatutos e fiscalização da administração da Sociedade

O acompanhamento permanente da Sociedade durante o ano de 2015 foi realizado, designadamente, através de reuniões regulares com os responsáveis da Direção de Auditoria Interna, do Comité de Gestão de Risco e da Direção de Estratégia e Relações com Investidores, o Revisor Oficial de Contas e o Auditor Externo, e, ainda, o Administrador Executivo responsável pela área financeira, o Secretário da Sociedade e o responsável pela Contabilidade.

Por outro lado, os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes nas reuniões do Conselho de Administração em que foram aprovadas as contas trimestrais, semestrais e anuais, bem como o plano e orçamento anual.

Durante o ano de 2015, o Conselho Fiscal procedeu ainda ao acompanhamento do funcionamento do sistema de governo societário adotado pela Galp e do cumprimento das normas legais, regulamentares e estatutárias, incluindo as recomendações relevantes para o desempenho das suas funções, tendo acompanhado o processo de aperfeiçoamento do governo da Sociedade.

Ainda no contexto do acompanhamento das matérias de governo societário, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2015, tendo confirmado que esse relatório inclui os elementos previstos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento n.º 4/2013 da CMVM.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e do processo de preparação e divulgação da informação financeira e da revisão legal de contas

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através da análise dos relatórios elaborados pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Auditor Externo e apreciação das conclusões das auditorias e das avaliações de procedimentos efetuadas durante o exercício pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Auditor Externo.

Com efeito, o Conselho Fiscal procedeu à fiscalização dos documentos de prestação e revisão legal de contas relativos ao exercício de 2015, tendo emitido parecer favorável relativamente aos mesmos.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira foi realizado de forma regular e adequado, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

3. Acompanhamento e fiscalização da eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e avaliação anual do funcionamento dos sistemas e dos procedimentos internos

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, cuja criação e implementação competem à Comissão Executiva, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos.

O Conselho Fiscal realizou durante o ano de 2015 diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna da Galp, tendo remetido recomendações e propostas de ajustamento ao funcionamento dos referidos sistemas que entendeu justificadas e necessárias.

No âmbito da função fiscalizadora do Conselho Fiscal, coube-lhe ainda supervisionar a adoção pela Sociedade dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais associados à atividade da Galp, tendo acompanhado as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos.

O Conselho Fiscal considera que a Comissão Executiva e o Conselho de Administração têm atribuído crescente e reforçada importância ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, em linha com as recomendações da CMVM relativas ao Código de Governo das Sociedades.

4. Supervisão da atividade da Direção de Auditoria Interna

O Conselho Fiscal supervisionou a atividade desenvolvida pela Direção de Auditoria Interna durante o exercício de 2015, que reporta funcionalmente a este órgão, através do acompanhamento regular da execução do respetivo plano de atividades anual de avaliação do risco dos diferentes processos e sistemas das unidades de negócio e da análise das conclusões sobre a forma como são geridos os riscos e afetos os recursos, tendo recebido desta direção relatórios periódicos realizados assim como informações sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais ilegalidades.

A avaliação do adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e a avaliação da efetividade e eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação foi realizada pela Direção de Auditoria Interna de forma independente e sistemática, tendo informado e alertado regularmente o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes, identificando oportunidades de melhoria e medidas corretivas.

O Conselho Fiscal considera ainda que na execução do plano de trabalhos definido a avaliação dos sistemas de controlo interno e do cumprimento dos procedimentos estabelecidos, bem como a utilização dos recursos afetos, foi realizada com eficiência.

5. Avaliação anual da atividade do Auditor Externo da Sociedade

O Conselho Fiscal exerceu a sua função como interlocutor da Sociedade junto do Auditor Externo e como primeiro destinatário da informação por si elaborada, tendo assegurado a disponibilização ao Auditor Externo da informação e das demais condições apropriadas e necessárias ao eficaz desempenho da sua atividade.

O Conselho Fiscal procedeu, no ano de 2015, à avaliação da atividade do Auditor Externo, fazendo o acompanhamento regular da sua atividade, nomeadamente, através da apreciação crítica dos relatórios e documentação por si produzidos no desempenho das suas funções, procedendo ainda à avaliação de recomendações de alterações de procedimentos formuladas pelo Auditor Externo.

No âmbito da sua função de avaliação anual da atividade do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Auditor Externo prestou os seus serviços de modo satisfatório de acordo com o plano de trabalhos definido, tendo cumprido as normas e regulamentos aplicáveis e revelado na sua atuação rigor técnico, qualidade nas conclusões apresentadas, designadamente ao nível da revisão legal de contas, oportunidade e eficiência nas recomendações apresentadas e competência no âmbito do desenvolvimento dos procedimentos efectuados.

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Auditor Externo, o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício de 2015, a prestação de serviços não relacionados com serviços de auditoria, para a qual é necessária parecer prévio deste órgão, tendo confirmado que foi salvaguardada a independência do Auditor Externo. Regista-se que o valor de outros serviços que não de fiabilidade corresponde a 29,4% do total de serviços prestados pelo auditor externo, cumprindo assim a recomendação IV.2 do Código de Governo das Sociedades da CMVM aprovado em 2013.

6. Negócios da Sociedade com partes relacionadas

No ano de 2015 não houve transações com partes relacionadas sujeitas a controlo do Conselho Fiscal previsto no “Regulamento aplicável às Transações do grupo Galp com Partes Relacionadas”.

7. Comunicação de irregularidades

De acordo com as melhores práticas de governo societário e com as regras de mercado aplicáveis, e bem assim em linha com os princípios de lealdade, correção, honestidade, transparéncia e integridade em que a Galp baseia o exercício da sua atividade, a política de comunicação de irregularidades da Galp, disponível no seu sítio oficial, regula o mecanismo de comunicação ao órgão responsável, o Conselho Fiscal, de irregularidades ocorridas nas empresas do grupo Galp.

A política de comunicação de irregularidades tem como objetivo permitir que qualquer acionista, colaborador, cliente ou fornecedor possa comunicar livremente quaisquer irregularidades que detetem ou de que tenham conhecimento ou fundadas suspeitas, ocorridas na Galp ou nas sociedades participadas, em particular no que respeita ao cumprimento da legislação vigente, das normas e regulamentos internos, do código de ética e da política de combate à corrupção e procedimentos auxiliares.

Para apoiar a intervenção do Conselho Fiscal em matéria de comunicação de irregularidades, foi criado em 2013 o Gabinete de Apoio ao Conselho Fiscal, no qual se delegou a gestão operacional e o regular funcionamento do mecanismo de comunicação de irregularidades, nos termos do respetivo regulamento.

O Conselho Fiscal elaborou o relatório sobre as irregularidades comunicadas e os procedimentos a que as mesmas deram lugar no exercício de 2015, em cumprimento do dever de informação previsto no ponto 2 da política de comunicação de irregularidades da Galp em vigor durante o ano de 2015, e deu conhecimento do referido relatório ao Conselho de Administração. Concluiu-se, face às comunicações recebidas, que as mesmas não tiveram impacto nas matérias de contabilidade, finanças, controlo interno e auditoria; por outro lado, registou-se a fraca utilização do mecanismo de comunicação de irregularidades por parte dos seus destinatários.

Com a entrada em vigor do novo Código de Ética e Conduta da Galp no passado dia 18 de dezembro, foi revista a Política de Comunicação de Irregularidades do grupo Galp, redenominada para Procedimento de Comunicação de Irregularidades – Linha de Ética, e constituída pelo Conselho Fiscal a Comissão de Ética e Conduta da Galp, que tem como função, entre outras, de proceder à receção e tratamento de informações transmitidas ao abrigo do Procedimento de Comunicação de Irregularidades, em vigor na Galp e Sociedades Participadas, que respeitem a alegadas irregularidades ou infrações ao estipulado no Código de Ética ou de normas que o desenvolvam ou que versem sobre os temas nele elencados, nos domínios da contabilidade, dos controlos contabilísticos internos, da auditoria, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Lisboa, 1 de abril de 2016

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Pedro Antunes de Almeida

7.5. Glossário e abreviaturas

Glossário

CO₂

Dióxido de carbono, gás incolor e mais pesado do que o ar, sendo um dos seus componentes naturais. É produzido por certos processos naturais, como o ciclo do carbono, e pela combustão completa do carbono contido nos combustíveis fósseis.

Cogeração

Tecnologia de geração de energia que permite a produção combinada de calor e de eletricidade. A vantagem da cogeração é a capacidade que tem de reaproveitar o calor produzido pela queima do combustível, para geração de energia térmica para a geração de eletricidade. Este processo permite que a mesma instalação satisfaça as necessidades de calor (água quente ou vapor) e de eletricidade, tanto de clientes industriais, como de aglomerações urbanas. Este sistema melhora a eficiência energética do processo de geração e reduz a utilização de combustível.

Complexidade

A complexidade de uma refinaria é a capacidade de esta processar petróleo bruto e outras matérias-primas e é medida através do índice de complexidade, calculado separadamente por diferentes organizações do sector, como os consultores para o sector da energia Solomon Associates e Nelson. O índice de complexidade de uma refinaria é calculado através da atribuição de um fator de complexidade a cada uma das unidades da refinaria, que se baseia sobretudo no nível de tecnologia utilizado na construção da unidade, tomando como referência uma instalação de destilação primária de petróleo bruto a que é atribuído um fator de complexidade de 1,0. O índice de complexidade de cada unidade é calculado através da multiplicação do fator de complexidade da unidade pela capacidade da unidade. A complexidade de uma refinaria é equivalente à média ponderada do índice de complexidade de cada uma das suas unidades, incluindo a unidade de destilação. Uma refinaria com um índice de complexidade de 10,0 é considerada 10 vezes mais complexa do que uma refinaria equipada apenas com destilação atmosférica de petróleo bruto, para a mesma quantidade de produto processado.

Condensados

Hidrocarbonetos que, armazenados nas respetivas jazidas, se encontram no estado gasoso, mas que à superfície se tornam líquidos em condições normais de pressão e temperatura. Trata-se, essencialmente, de pentano e de outros produtos mais pesados.

Conversão

Conjunto de vários tratamentos (catalíticos ou térmicos) cuja reação principal se efetua sobre as ligações de carbono, podendo esta ser mais ou menos profunda em função das condições impostas. Este processo está tipicamente associado à conversão do fuelóleo em frações mais leves (gasóleos, gasolinhas e gases) e que são mais nobres do ponto de vista da sua utilização. Numa refinaria moderna, estes processos têm uma importância crescente.

Cracking

Transformação por rotura das moléculas de hidrocarbonetos de cadeias longas, com o objetivo de se obterem moléculas de cadeias mais curtas, aumentando, assim, a proporção dos produtos mais leves e voláteis. Distinguem-se o cracking térmico e o cracking catalítico. O cracking térmico é realizado apenas pela ação do calor e da pressão. O cracking catalítico utiliza catalisadores que permitem, a igual temperatura, a transformação mais profunda e mais seletiva de frações que podem ser mais pesadas.

Dated Brent

Preço de remessas de Brent conforme anunciado pelas agências de fixação de preços. É o preço de referência para a grande maioria dos petróleos brutos vendidos na Europa, em África e no Médio Oriente, e é uma das referências mais importantes para os preços do mercado spot. O dated Brent é o petróleo bruto leve do mar do Norte que, desde julho de 2006, incorpora as ramas Fortis e Oseberg. Este cabaz de crudo tem uma densidade API média aproximada de 38,9°.

Densidade API

Densidade expressa em graus API, definida pelo American Petroleum Institute, pela seguinte fórmula: API° = (141,5/g) – 131,5, em que g é a densidade do petróleo a 60 °F (15,6 °C). É utilizada internacionalmente para determinar a densidade do petróleo bruto. Quanto maior for a densidade API, mais leve será o petróleo bruto.

Destilação

Método de separação de substâncias (líquidas ou sólidas) por vaporização seguida de condensação. A destilação pode ser efetuada à pressão atmosférica ou no vácuo, consoante o produto final a obter. Deste processo, resultam os produtos destilados.

Destilação atmosférica

Destilação do petróleo bruto efetuada à pressão atmosférica, da qual resultam frações petrolíferas (gasolina leve, gasolina pesada, gasóleos e produtos pesados, por exemplo). Após tratamento adequado, estas frações são os componentes dos produtos acabados.

Emissões

Libertação de gases para a atmosfera. No contexto das alterações climáticas globais, os gases libertados incluem gases capazes de alterar o clima, os chamados GEE. Um exemplo típico de emissão é a libertação de CO₂ durante a queima de combustível.

Emissões diretas (A1)

Podem ser controladas diretamente pela Empresa e dizem respeito a emissões devida a consumos de combustível em instalações próprias: fornos, geradores de calor ou vapor, viaturas da Organização.

Emissões indiretas (A2)

São consequência da atividade da Empresa mas utilizam recursos de outra organização: utilização de eletricidade da rede, calor ou vapor, produzidos em instalações não-próprias.

Emissões indiretas (A3)

Emissões devidas a consumos de combustível em instalações não-próprias da Empresa: viaturas alugados, aviões, incineração de resíduos, atividades logísticas, serviços.

Energia eólica

Energia cinética – isto é, gerada através do movimento – que se obtém da deslocação do ar, ou seja, do vento. Pode ser convertida em energia mecânica para o acionamento de bombas, de moinhos e de geradores de energia elétrica.

Energia renovável

Energia disponível a partir de processos de conversão energética permanentes e naturais e economicamente exploráveis nas condições atuais ou num futuro previsível.

Fuelóleo

Mistura de hidrocarbonetos destinada à produção de calor em instalações térmicas. Há vários tipos de fuelóleo, em função da viscosidade, a qual condiciona a utilização dos mesmos.

Gás de petróleo liquefeito (GPL)

Hidrocarbonetos gasosos, nas condições normais de temperatura e de pressão, e líquidos, por elevação da pressão ou por redução da temperatura, cujo transporte e armazenamento são permitidos. Os mais comuns são o propano e o butano.

Gás natural

Mistura de hidrocarbonetos leves encontrada no subsolo, na qual o metano tem uma participação superior a 70% em volume. A composição do gás natural pode variar em função do campo em que é produzido e dos processos de produção, condicionamento, processamento e transporte.

Gás natural liquefeito (GNL)

Gás natural que é passado para o estado líquido para facilitar o transporte. A liquefação é operada por redução da temperatura do gás, à pressão atmosférica, para valores inferiores a -160 °C. O volume do GNL é de aproximadamente 1/600 do volume do gás natural.

Gasóleo

Mistura de hidrocarbonetos líquidos destinada à alimentação dos motores de ignição por compressão (ciclo Diesel). O comportamento do gasóleo depende das temperaturas a que é utilizado.

Gasolina

Combustível para automóveis equipados com motores que utilizam o ciclo Otto. Deve satisfazer especificações precisas quanto às suas características físicas e químicas, das quais a mais importante é a resistência à autoinflamação.

Hydrocracking

Processo de cracking com a utilização de hidrogénio e sob a ação de catalisadores que permite converter frações petrolíferas com elevado ponto de ebulação e pouco valorizadas em frações leves e mais valorizadas. O hidrogénio permite trabalhar a temperaturas inferiores e com maior seletividade e, portanto, com melhores rendimentos.

Os produtos da reação são compostos saturados, o que lhes confere características importantes de estabilidade.

ICE

A Intercontinental Exchange, Inc., ou ICE, é uma empresa norte-americana que opera mercados virtuais, nos quais se transacionam contratos de futuros e contratos OTC sobre energia e commodities, assim como outros produtos derivados financeiros.

Jet fuel, ou jet de aviação

Combustível para motores a jato utilizados na aviação.

Lubrificantes

Produtos obtidos por mistura de um ou mais óleos-base e aditivos. Este processo obedece a formulações específicas, em função da utilização do lubrificante. A percentagem de aditivos nos óleos lubrificantes chega a atingir 40%. Os óleos lubrificantes têm três grandes utilizações: automóveis, indústria e marinha.

Mercado spot

Designação, relativa a mercadorias como o petróleo, utilizada para descrever o comércio internacional em cargas únicas de expedição de mercadorias, tais como o petróleo bruto, cujos preços acompanham de perto a respetiva procura e disponibilidade.

Nafta

Fração petrolífera que se situa entre os gases e o petróleo. É também uma matéria-prima da indústria petroquímica, cujo cracking fornece uma grande variedade de produtos.

Pode ainda entrar na composição das gasolinas para motor (nafta leve) ou servir, no caso da nafta pesada, de matéria-prima para a produção de reformado.

Parque de armazenagem

Instalação utilizada por empresas de oleodutos principais e coletores, produtores de crude e operadores de terminais (exceto refinarias) para armazenamento de crude e de produtos petrolíferos.

Parque eólico

Conjunto de aerogeradores para produção de energia elétrica interligados num sistema de rede comum através de um sistema de transformadores, linhas de distribuição e, habitualmente, uma subestação. As funções de exploração, controlo e manutenção são normalmente centralizadas através de um sistema informático de monitorização, complementado por inspeção visual.

Produção net entitlement

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, após o efeito dos contratos de partilha de produção em Angola.

Produção working interest

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, antes do efeito dos contratos de partilha de produção.

Recursos contingentes

Quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não são comercialmente recuperáveis. Isto pode verificar-se por várias razões como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projeto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de suportar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades) ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infraestruturas para levar o produto até aos clientes). Os recursos contingentes 2C são aqueles calculados com base na melhor estimativa (*best estimate*), enquanto os recursos contingentes 3C correspondem à mais elevada estimativa (*high estimate*), refletindo, portanto, um grau de incerteza mais elevado. As quantidades classificadas como recursos contingentes não podem ser consideradas reservas.

Recursos de exploração

Recursos de exploração referem-se a quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas desconhecidas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento futuro. A estimativa dos volumes de determinado prospecto está sujeita a incertezas comerciais e tecnológicas.

Os recursos de exploração *mean estimate risked* têm subjacentes um maior grau de certeza que os recursos de exploração *mean unrisked estimate*. As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser consideradas reservas, nem recursos contingentes.

Refinaria

Instalação onde se realizam os processos industriais destinados a transformar o petróleo bruto em produtos adaptados às necessidades dos consumidores (combustíveis, lubrificantes, betumes etc.) ou em matérias-primas para outras indústrias ditas de “segunda geração” (por exemplo, indústria petroquímica).

Reservas provadas (1P)

De acordo com as definições aprovadas pela Society of Petroleum Engineers (SPE) e pelo World Petroleum Council (WPC), as reservas provadas são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, comercialmente recuperáveis de jazidas conhecidas e nas atuais condições económicas, métodos operacionais e regulamentos governamentais. No caso de ser utilizada metodologia determinística, o termo “certeza razoável” destina-se a exprimir um elevado grau de confiança na recuperação das quantidades. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 90% de as quantidades recuperadas, de facto, serem iguais à estimativa ou de a excederem. A definição das condições económicas atuais deve incluir preços históricos do petróleo e os custos associados. Normalmente, as reservas são consideradas provadas se a capacidade de produção da jazida for suportada pela produção atual ou por testes de formação.

Neste contexto, o termo “provada” refere-se às quantidades reais de reservas de petróleo e não apenas à produtividade do poço ou jazida. A área da jazida considerada como provada inclui (1) a área delineada por perfuração e definida por contactos fluidos, se aplicável, e (2) as partes não-perfuradas de reservatório que podem ser razoavelmente consideradas comercialmente produtivas com base nos dados geológicos e de engenharia disponíveis. As reservas podem ser classificadas como provadas se as instalações de processamento e transporte dessas reservas para o mercado se encontrarem operacionais no momento da estimativa ou se houver uma expectativa razoável de essas instalações virem a ser criadas.

Reservas provadas e prováveis (2P)

As reservas 2P correspondem à soma das reservas provadas (1P) e prováveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas prováveis são uma categoria de reservas não-provadas. As reservas não-provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas prováveis são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, têm menor probabilidade de ser recuperadas do que as reservas provadas, mas maior probabilidade do que as reservas possíveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 50% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 2P ou de a excederem.

Reservas provadas, prováveis e possíveis (3P)

As reservas 3P correspondem à soma das reservas provadas, prováveis e possíveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas possíveis são uma categoria de reservas não-provadas. As reservas não-provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas possíveis têm uma probabilidade de recuperação menor do que as reservas prováveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 10% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 3P ou de a excederem.

Replacement Cost (RC)

De acordo com este método, o custo das mercadorias vendidas é avaliado a replacement cost, isto é, à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou no fim dos períodos. O replacement cost não é um critério aceite pelas IFRS, não sendo consequentemente adotado para efeitos de avaliação de existências e não refletindo o custo de substituição de outros ativos.

Replacement Cost Ajustado (RCA)

Além da utilização da metodologia replacement cost, os itens RCA excluem determinados eventos de caráter não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de ativos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de restruturação, que podem afetar a análise dos resultados da Empresa e que não traduzem o seu desempenho operacional regular.

Taxa de utilização das refinarias

Rácio da quantidade total de crude processado nas unidades de destilação de crude em relação à capacidade máxima de processamento dessas unidades.

Abreviaturas, acrónimos e siglas

AIP: Acordos de Individualização de Produção.

Amorim Energia: Amorim Energia, B.V.

ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível do Brasil.

API: American Petroleum Institute.

bbl: barril de petróleo.

BBLT: Benguela-Belize-Lobito-Tomboco.

bcm: billion cubic metres; ou seja, mil milhões de metros cúbicos.

BEI: Banco Europeu de Investimento.

BG Group: BG Group, p.l.c.

BJC: BJC Heavy Industries Plc.

Black Creek: Black Creek Investment Management Inc..

BlackRock: BlackRock, Inc..

bn: billion; ou seja, mil milhões.

bn bbl: mil milhões de barris de petróleo.

bn boe: mil milhões de barris de petróleo equivalente.

BNY Mellon: The Bank of New York Mellon Corporation.

boe: barril de petróleo equivalente.

BP: BP, p.l.c.

b.p.: basis points; ou seja, pontos-base.

BRL (ou R\$): Real do Brasil.

BSR: Buoyancy Supported Risers.

CDLI: Climate Disclosure Leadership Index.

CDP: Carbon Disclosure Project.

CEC: Comissão de Ética e Conduta

CELE: Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

CEO: chief executive officer.

CER: certified emission reduction.

CFO: chief financial officer.

CGC: The Capital Group Companies, Inc.

CGD: Caixa Geral de Depósitos, S.A.

CI Investments: CI Investments, Inc..

CLH: Compañía Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.

CMP: custo médio ponderado.

CMVM: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

CNPC: China National Petroleum Company.

CO₂: dióxido de carbono.

CompeC: Curso de Formação Avançada em Competências Comerciais.

CONCAWE: Conservation of Clean Air and Water in Europe.

COOEC: Offshore Oil Engineering Co. Ltd.

COSO: Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission.

COSCO: China Ocean Shipping Company.

CPT: compliant piled tower.

CSC: Código das Sociedades Comerciais.

CTA: Cumulative Translation Adjustment.

CVM: Código dos Valores Mobiliários.

DeMac: DeGolyer and MacNaughton.

DGEG: Direção-Geral de Energia e Geologia.

DJSI: Dow Jones Sustainability Index.

DoC: Declaração de Comercialidade.

DST: *drill stem test*; ou seja, teste de formação.

E&P: Exploração & Produção.

Ebit: *earnings before interest and taxes*; resultado operacional; ou seja, resultados antes de juros e impostos.

Ebitda: *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*; ou seja, resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

ECAS: *Emission Control Areas*; ou seja, áreas de controlo de emissões.

EGREP: Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos.

EMPL: Europe Maghreb Pipeline.

EMTN: *Euro Medium Term Note*; ou seja, Programa de Emissão de Títulos a Médio Prazo.

EMV: *extended monetary value*; ou seja, valor monetário prolongado.

EngIQ: Programa de Doutoramento em Engenharia de Refinaria, Petroquímica e Química.

ENH: Empresa Nacional de Hidrocarbonetos.

Eni: Eni, S.p.A.

EPCIC: Engenharia, Aprovisionamento, Construção, Instalação e Comissionamento.

EPIS: Associação de Empresários pela Inclusão Social.

ERSE: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

ERU: *emission reduction units*.

EUA: Estados Unidos da América.

EUPAC: EuroPacific Growth Fund.

EUR (ou €): Euro.

EWT: *extended well test*; ou seja, teste de longa duração.

FAR: fábrica de aromáticos.

FASB: Financial Accounting Standards Board.

FCC: *fluid catalytic cracking*.

FEED: *front end engineering design*.

FID: *final investment decision*; ou seja, decisão final de investimento.

FLNG: *floating, liquefied natural gas*; ou seja, unidade de liquefação de gás natural flutuante.

FOB: fábrica de óleos base.

FormAG: Curso de Formação Avançada em Gestão.

FPSO: *floating, production, storage and offloading*.

FPSO #1: FPSO Cidade Angra dos Reis.

FPSO #2: FPSO Cidade de Paraty.

FPSO #3: FPSO Cidade de Mangaratiba.

FPSO #4: FPSO Cidade de Itaguaí.

FPSO #5: FPSO Cidade de Maricá.

FPSO #6: FPSO Cidade de Saquarema.

G&P: Gas & Power.**Galp:** Galp Energia, SGPS, S.A., Empresa, Grupo ou Sociedade.**GDL:** Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.**GDP:** GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.**GEE:** gases com efeito de estufa.**GeoER:** Programa de Estudos Avançados em Geoengenharia de Reservatórios.**GIIP:** *gas initially in place.***GITE:** Galp International Trading Establishment.**GN:** gás natural.**GNL:** gás natural liquefeito.**GPL:** gás de petróleo liquefeito.**GTL:** *gas-to-liquids.***GW:** gigawatt.**GWC:** *gas-water contact.***GWh:** gigawatt-hora.**GWT:** Global Water Tool for Oil & Gas.**HC:** hydrocracking.**HGO:** heavy gas oil.**HH:** Henry Hub.**HRT:** HRT Participações em Petróleo, S.A.**HVO:** *hydrotreated vegetable oil.***I&D:** Investigação & Desenvolvimento.**I&T:** Investigação & Tecnologia.**IAS:** *International Accounting Standards;* ou seja, Normas Internacionais de Relato Financeiro.**IASB:** International Accounting Standards Board; ou seja, Conselho Internacional para Normas de Relato Financeiro.**IASC:** International Accounting Standards Committee; ou seja, Comissão Internacional para Normas de Relato Financeiro.**IBAMA:** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.**IBAT:** Integrated Biodiversity Assessment Tool.**ICE:** Intercontinental Exchange.**IEA:** International Energy Agency; ou seja, Agência Internacional de Energia.**IESA:** IESA Óleo e Gás S.A.**IFACB:** índice de frequência de acidentes com baixa.**IFRIC:** International Financing Reporting Interpretation Committee.**IFRS:** *International Financial Reporting Standards;* ou seja, Normas Internacionais de Relato Financeiro.**IMO:** International Maritime Organisation; ou seja, Organização Marítima Internacional.**Integra:** Integra Offshore.**IPSS:** instituições particulares de solidariedade social.**IRP:** imposto sobre o rendimento do petróleo.**ISIN:** *international securities identification number;* ou seja, número internacional de identificação de títulos.**ISO:** International Organization for Standardization; ou seja, Organização Internacional de Normalização.**ISP:** imposto sobre produtos petrolíferos.**ISPG:** Instituto do Petróleo e Gás.**IVA:** imposto sobre o valor acrescentado.**JKM:** Japan Korean Marker.**JOEU:** Jornal Oficial da União Europeia.**k:** mil/milhares.**kbbi:** milhares de barris.**kboe:** milhares de barris de petróleo equivalente.**kboepd:** milhares de barris de petróleo equivalente por dia.**kbopd:** milhares de barris de petróleo.**km:** quilómetro.**km²:** quilómetro quadrado.**KRI:** *key resources indicators;* ou seja, indicadores principais de recursos.**kt:** milhares de toneladas.**LE:** licenças de emissão.**LRO:** Local Risk Officer.**m:** milhão.**m³:** metro cúbico.**mmbar:** milhões de barris.**mmboe:** milhões de barris de petróleo equivalente.**mmboepd:** milhões de barris de petróleo equivalente por dia.**mmbopd:** milhões de barris de petróleo por dia.**MIBEL:** Mercado Ibérico de Eletricidade.**mm³:** milhões de metros cúbicos.**mmbtu:** *million thermal units;* ou seja, milhões de unidades térmicas britânicas.**MPD:** *managed pressure drilling.***MScEP:** Mestrado em Engenharia do Petróleo.**mscf:** *million standard cubic feet;* ou seja, milhões de pés cúbicos standard.**mt:** milhões de toneladas.**mtpa:** milhões de toneladas por ano.**MW:** megawatt.**NBP:** National Balancing Point.**NE:** nordeste.**NWE:** north west Europe; ou seja, Europa do noroeste.**NYSE:** New York Stock Exchange.**OCDE:** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.**ONG:** organização não-governamental.**ONU:** Organização das Nações Unidas.**OPEC:** Organização de Países Exportadores de Petróleo.**OHSAS:** *Occupational Health and Safety Assessment Services;* ou seja, normas britânicas para sistemas de gestão e certificação da segurança e saúde ocupacionais.**OTC:** over-the-counter.**OWC:** *oil-water-contact.***p.p.:** pontos percentuais.**Parpública:** Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.**PPEC:** Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica.

PEL: *petroleum exploration licences*; ou seja, licenças de exploração petrolífera.

Petrobras: Petróleo Brasileiro, S.A.

Petrogal: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

PIB: produto interno bruto.

POC: Plano Oficial de Contabilidade.

PoD: Plano de Desenvolvimento.

PPSA: Pré-sal Petróleo S.A..

PRMS: Petroleum Resources Management System.

PSA: *production sharing agreement*; ou seja, contrato de partilha de produção.

PSI-20: índice de referência do mercado acionista português.

PUCM: *projected unit credit method*; ou seja, método das unidades de crédito projetadas.

PwC: PricewaterhouseCoopers.

R&D: Refinação & Distribuição.

RAT: resíduo atmosférico.

RDA: *reservoir data acquisition*; ou seja, aquisição de dados de reservatório.

RC: *replacement cost*.

RCA: *replacement cost* ajustado.

RCM: Reliability Centered Maintenance.

RED: Diretiva Europeia de Renováveis.

Repsol: Repsol YPF, S.A.

ROACE: *return on average capital employed*.

ROC: revisor oficial de contas.

RP: reservas provadas.

RSP: responsabilidades por serviços passados.

RRR: rácio de reposição de reservas.

RV: resíduo de vácuo.

RVB: resíduo de visbreaker.

Schroders: Schroders Plc.

SCR: *Steel Catenary Riser*.

SCT: Sistema Científico e Tecnológico.

SGPS: Sociedade Gestora de Participações Sociais.

Shell: Royal Dutch Shell, p.l.c.

SIC: Standing Interpretations Committee; ou seja, Comissão Internacional de Interpretações.

SPE: Society of Petroleum Engineers.

SROC: Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

SSA: Segurança, Saúde e Ambiente.

Standard Life: Standard Life Investments (Holding) Limited.

SW: *south west*; ou seja, sudoeste.

SXEP: STOXX Europe 600 Oil & Gas Index; ou seja, índice de referência do sector de Oil & Gas.

t: tonelada.

tCO₂e: toneladas de dióxido de carbono equivalente.

tcf: trillion cubic feet; ou seja, biliões de pés cúbicos.

TL: Tômbula - Lândana.

Total: Total, S.A.

UAG: unidades autónomas de gás.

UE: União Europeia.

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

UOP: *unit of production*; ou seja, unidade de produção.

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USD (ou \$): Dólar americano.

VB: visbreaker.

Ventinveste: Ventinveste, S.A..

VGO: vacuum gas oil.

WAC: *weighted average cost*; ou seja, custo médio ponderado.

WACC: *weighted average cost of capital*; ou seja, custo médio ponderado do capital antes de impostos.

WAG: *water alternating gas*; ou seja, injeção alternada de água e gás.

WIP: Winland International Petroleum, SARL.

WPC: World Petroleum Council.

YPF: Yacimientos Petrolíferos Fiscales, S.A.

Advertência:

O presente relatório foi elaborado pela Galp Energia, SGPS, S.A. ("Galp" ou a "Sociedade") e pode ser alterado e completado.

Este relatório não constitui nem integra e não deve ser interpretado como uma oferta para vender ou para emitir nem como um convite à apresentação de ofertas para compra ou outra forma de aquisição de valores mobiliários emitidos pela Sociedade ou por qualquer das suas sociedades dependentes ou participadas em qualquer jurisdição ou como um incentivo para realizar atividades de investimento em qualquer jurisdição. Nem este relatório, ou qualquer parte dele, nem a sua distribuição constituem a base ou podem ser invocados em qualquer contexto, contrato ou compromisso ou decisão de investimento, em qualquer jurisdição.

O presente relatório pode conter declarações prospectivas. Declarações prospectivas são declarações que não estão relacionadas com factos históricos. As palavras "acreditar", "prever", "anticipar", "pretender", "estimar", "vir a", "poder", "continuar", "dever" e expressões similares geralmente identificam declarações prospectivas. Declarações prospectivas podem incluir declarações sobre: objetivos, metas, estratégias, perspetivas de crescimento; planos, eventos ou desempenho futuros e potencial para o crescimento futuro; liquidez, recursos de capitais e despesas de capital; perspetivas económicas e tendências do setor; procura de energia e abastecimento; evolução dos mercados da Galp; impacto das iniciativas regulamentares; a força dos concorrentes da Galp.

Neste relatório, as declarações prospectivas são baseadas em diversas suposições, muitas das quais são baseadas, por sua vez, em suposições, incluindo, sem limitação, a avaliação pela gestão das tendências operacionais, dados contidos nos registos da Sociedade e outros dados disponibilizados por terceiros. Embora a Galp acredite na razoabilidade com que tais suposições foram realizadas, essas suposições encontram-se por inerência sujeitas a riscos significativos conhecidos e desconhecidos, incertezas, contingências e outros fatores importantes que são difíceis ou impossíveis de prever e estão fora do seu controle. No entanto, nenhuma garantia pode ser dada de que tais suposições demonstrarão ter sido corretas. Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Sociedade, os desenvolvimentos da indústria, as condições do mercado financeiro, a incerteza dos resultados dos projetos futuros e operações, planos, objetivos, expectativas e intenções, entre outros. Tais riscos, incertezas, contingências e outros fatores importantes podem conduzir a que os resultados reais da Galp ou da indústria sejam materialmente diferentes dos resultados expressos ou implícitos nesta apresentação por tais declarações prospectivas.

Os resultados futuros reais, tanto financeiros como operacionais; o aumento da procura e alteração do mix energético; o aumento da produção e variação do portfolio da Galp; o montante e os diferentes custos de capital, distribuições futuras; acréscimo de recursos e recuperações; planos de projetos, tempo, custos e capacidades; ganhos de eficiência; redução de custos; benefícios de integração; gamas e vendas de produtos; taxas de produção; e o impacto da tecnologia, podem diferir de forma substancial devido a um número de fatores. Estes fatores podem incluir alterações no preço do petróleo ou do gás ou outras condições de mercado que afetem as indústrias do petróleo, gás e petroquímica; desempenho dos reservatórios; conclusão atempada dos projetos de desenvolvimento; guerra ou outras perturbações políticas ou de segurança; alterações de legislação ou de regulamentação governamental, incluindo regulamentação ambiental e sanções políticas; o resultado de negociações comerciais; atuação de concorrentes e clientes; desenvolvimentos tecnológicos inesperados; condições económicas gerais, incluindo a ocorrência e a duração de recessões económicas; dificuldades técnicas imprevistas; e outros fatores.

A informação, opiniões e declarações prospectivas contidos neste relatório respeitam apenas à sua data e estão sujeitos a modificação sem necessidade de comunicação. A Galp e os respetivos representantes, agentes, trabalhadores ou assessores não pretendem, e expressamente não assumem qualquer obrigação ou dever de, elaborar ou divulgar qualquer suplemento, adenda, atualizada ou revisão de quaisquer informações, opiniões ou declarações prospectivas contidas neste relatório com vista a refletir qualquer alteração, eventos, condições ou circunstâncias.



Galp Energia, SGPS, S.A.

Direção de Estratégia
e Relações com Investidores

Rua Tomás da Fonseca, Torre C

1600 – 209 Lisboa

Tel.: +351 217 240 866

Fax: +351 217 242 965

e-mail: investor.relations@galpenergia.com

galp.com

